VIDAS, MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS

SUJEITOS, PODER E RESISTÊNCIA NO PIAUÍ

ALMERITO FRANCISCO OLIVEIRA DA SILVA
ITALO DE ANDRADE LOPES
(ORGS.)



DEBULHAR

PIAUÍ
VIDAS, MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS

sujeitos, poder e resistência no Piauí

VOLUME I

ALMERITO FRANCISCO OLIVEIRA DA SILVA
ITALO DE ANDRADE LOPES
(ORGS.)

PIAUÍ
VIDAS, MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS

sujeitos, poder e resistência no Piauí

VOLUME I

DEBULHAR

© 2026 – Editora Debulhar
© 2026 – Almerito Francisco Oliveira da Silva, Italo de Andrade Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Piauí: vidas, memórias e trajetórias [livro digital] / Almerito Francisco Oliveira da Silva, Italo de Andrade Lopes (orgs.). – 1. ed. – Teresina: Debulhar, 2026.
352 p.: il.: e-book.; PDF.: vol. 1.

Vol. I – " Sujeitos, poder e resistência no Piauí"
Vários Autores
ISBN 978-65-82009-25-9

1. Brasil – História 2. Piauí – História 3. Piauí – Política 4. Piauí – Economia 5. Literatura Piauiense – História e Crítica 6.Intelectuais Piauiense 7. Cultura Piauiense 8. Ditadura I. Silva, Almerito Francisco Oliveira da II. Lopes, Italo de Andrade III. Título

CDD – 981

Bibliotecária: Larissa Andrade, CRB 3/1179

Editor
Márcio Douglas de Carvalho

Conselho Editorial
Deilson do Carmo Trindade
Eduardo Marandola Júnior
Eva P. Bueno
Francisco de Assis de Sousa Nascimento
Francisco Gleison da Costa Monteiro
Francisca Verônica Cavalcante
Johny Santana de Araújo
Marta Gouveia de Oliveira Rovai
Rômulo Luiz Xavier
Sandra Augusta de Melo
Thiago Alves Dias
Túlio Henrique Pereira
Vanessa Soares Negreiros

DEBULHAR

CNPJ: 67.929.300/0001-20
www.editoradebulhar.com.br
debulhar@editoradebulhar.com.br
@editoradebulhar
(86) 98147-8117

SUMÁRIO

07 NOTAS DOS ORGANIZADORES

11 APRESENTAÇÃO
Francisco Gleison da Costa Monteiro

18 Simplicio Dias da Silva:
a trajetória político-econômica e o imaginário heroico
Ana Vitória Campos Moura

32 A quem quiser prestar-se ao trabalho de ler este poema:
o estado poético de Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco (1863)
Italo de Andrade Lopes

49 *Inter fidem et mundum:*
o Cônego Honório José Saraiva
Sara Vitoria Soares da Silva
Francisco de Assis de Sousa Nascimento

64 Um intelectual onímodo:
a trajetória de Felix Pacheco como agente histórico da primeira república
Rodrigo Thadeu Paiva Dias
Teresinha Queiroz

93 Miguel de Paiva Rosa e a "República dos Jovens Turcos":
modernização conservadora, exclusão política e oligarquia letrada no Piauí (1909–1920)
Adail Monteiro Brandão

117 Odilon Nunes:
contribuições e limites de um historiador piauiense (1899-1979)
Hélio Lima Rocha Júnior
Victor Alves de França Sousa
Francisco de Assis de Sousa Nascimento

135 Antônio Pintor, pernambucano e comunista:
trajetória de luta e memórias sobre repressão política no Piauí (décadas de 1950-70)
Inghrid da Costa Masullo Mendes

155 Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003):
a trajetória de um historiador e a função política do conhecimento histórico
Caio Felipe Rodrigues Miranda
Teresinha Queiroz

170 Luiz Raimundo Lima Coimbra:
do Piauí ao Sinai
Bruna Jarlayana Almeida de Freitas
Manoel Ricardo Arraes Filho

191 A trajetória do militante Raimundo Ney Baumann:
trabalho, movimento operário e política piauiense a partir do governo Getúlio Vargas (1930-1962)
José Maurício Moreira dos Santos

215 Um grito no sertão:
trajetória política de Osael Borges Leal e a emancipação de Lagoa Alegre (PI)
Felipe de Almeida Moita Sepúlveda Carvalho

232 Da margem ao Centro:
a trajetória política de Kátia Nogueira Tapety, a primeira transexual eleita a um cargo legislativo no Brasil
Diego da Silva Sousa
Olívia Candeia Lima Rocha

261 Nonato Oliveira:
a efígie da cultura piauiense contemporânea
Aryanne Rodrigues da Silva Pereira
Isadora Maria Araújo do Nascimento

278 O piauiense tecnocrata na ditadura militar
a trajetória de João Paulo dos Reis Velloso no Ministério do Planejamento (1969-1979)
Joel Marcos Brasil de Sousa Batista
Nilsângela Cardoso Lima

302 Trabalho e poder:
os discursos do deputado federal Chagas Rodrigues a procura do trabalhismo (1951-1958)
Francisco Arcanjo Mendes dos Santos Junior

326 A vida de Leônidas Melo:
entre o magistério, medicina e a política
Maria de Jesus Sampaio da Silva
Pedro Pio Fontineles Filho

NOTAS DOS ORGANIZADORES

A História não se faz apenas de tempos e datas, mas, sobretudo, de pessoas. Antes de se converter em documento, estatística ou capítulo de livro, ela pulsa na existência daqueles que viveram, sonharam, resistiram, criaram, ensinaram, governaram, escreveram, trabalharam e transformaram o mundo ao seu redor. Cada sujeito, independentemente da dimensão de sua atuação, inscreve marcas no tempo; e cada marca, quando interrogada pela pesquisa histórica, revela que nenhuma trajetória existe de forma isolada. As vidas se cruzam, as memórias dialogam, os silêncios falam e os vestígios sobrevivem à passagem dos anos.

É justamente nesse encontro entre experiência humana e investigação histórica que nasce esta coletânea. Mais do que reunir estudos sobre personagens piauienses, esta obra constitui um exercício de reconhecimento da pluralidade dos sujeitos que participaram da construção social, política, cultural e intelectual do Piauí. Aqui, homens e mulheres deixam de ocupar apenas o lugar da lembrança para assumirem a condição de protagonistas de processos históricos complexos, revelando que o passado não é uma sucessão de fatos encerrados em si mesmos, mas um campo permanente de interpretações, disputas e significados.

Durante muito tempo, a escrita da História privilegiou figuras consideradas excepcionais e acontecimentos vistos como decisivos para o destino das sociedades. As transformações da historiografia contemporânea ampliaram ainda mais esse horizonte, permitindo que novos sujeitos emergissem das margens da narrativa histórica. Intelectuais, artistas, educadores, trabalhadores, religiosos, lideranças políticas, militantes, pesquisadores, mestres da cultura popular e tantos outros passaram a ocupar um espaço legítimo na produção do conhecimento histórico. Não porque tenham substituído os antigos protagonistas, mas porque a própria História passou a reconhecer que a sociedade se

constrói pela multiplicidade de experiências que a constituem. Ao fazer isso, esta obra dialoga com a crítica à noção de "grande homem" que, como mostrou a historiografia, frequentemente invisibilizou a atuação de mulheres, negros, indígenas e grupos subalternizados, cujas vidas também foram fundamentais para a tessitura da história piauiense.

Cada capítulo desta coletânea representa, assim, uma janela aberta para um universo singular. São trajetórias marcadas por permanências e rupturas, por êxitos e contradições, por escolhas conscientes e circunstâncias impostas pelo tempo histórico. Ao percorrê-las, o leitor encontrará muito mais do que biografias. Encontrará formas de pensar uma época, compreender estruturas sociais, identificar redes de sociabilidade, perceber disputas de poder, reconhecer sensibilidades, práticas culturais e modos diversos de compreender o mundo.

As trajetórias aqui reunidas também evidenciam que a memória não é um simples depósito de recordações. Ela seleciona, reorganiza, silencia e ressignifica experiências. Da mesma forma, o trabalho do historiador não consiste apenas em recuperar aquilo que o tempo preservou, mas em problematizar documentos, confrontar narrativas e compreender como os sujeitos produziram sentidos para suas próprias existências. Entre memória e História estabelece-se, portanto, um diálogo permanente, no qual o passado deixa de ser uma realidade imóvel para tornar-se objeto de constante reflexão. É esse movimento crítico que nos impede de transformar a biografia em mero tributo ou hagiografia, e nos convida a assumir a escrita da vida como um problema historiográfico legítimo, atravessado por perguntas sobre verdade, representação e sentido.

O Piauí, cenário que une todos os estudos presentes nesta obra, não aparece apenas como delimitação geográfica. Surge como território de experiências, de identidades em permanente construção, de encontros culturais, de conflitos políticos, de manifestações artísticas e de produção intelectual. É um espaço tecido por inúmeras vozes, algumas amplamente conhecidas, outras durante muito tempo esquecidas ou invisibilizadas. Reunir essas vozes significa reconhecer que nenhu-

ma sociedade pode compreender plenamente a si mesma quando ignora aqueles que contribuíram para a sua formação. Significa também, como nos lembra a tradição da *historia magistra vitae*, que o conhecimento do passado pode e deve iluminar as escolhas do presente, ainda que sem ingenuidade ou pretensão de lições lineares.

Existe, por isso, uma dimensão profundamente humana neste livro. Cada personagem estudado representa muito mais do que um objeto de pesquisa. Representa uma vida atravessada pelas circunstâncias de seu tempo, pelas possibilidades e limitações impostas pela sociedade em que viveu. Suas escolhas, seus gestos, suas obras e até mesmo seus silêncios dialogam com problemas que continuam presentes na contemporaneidade. Ao narrar essas existências, a História não lhes concede imortalidade; oferece-lhes, antes, a possibilidade de permanecerem em diálogo com as gerações futuras. É nesse sentido que a biografia, como gênero híbrido e fecundo, segue sendo um campo privilegiado para a reflexão sobre a condição humana e a complexidade do tempo histórico.

Os artigos que compõem esta coletânea refletem esse compromisso. São resultado do trabalho de pesquisadores que, por meio de diferentes perspectivas teóricas, metodológicas e documentais, oferecem contribuições relevantes para a historiografia piauiense. Embora distintos em seus objetos, compartilham uma mesma convicção: compreender sujeitos é compreender processos históricos; conhecer trajetórias é iluminar as múltiplas formas pelas quais uma sociedade se constrói ao longo do tempo. Ao fazê-lo, eles também se inserem em uma linhagem intelectual que, desde o século XIX, debate os limites e as possibilidades da biografia como gênero historiográfico, ora aproximando-a da história, ora distinguindo-a, mas nunca a dispensando.

Esta obra é, portanto, um convite. Um convite para caminhar pelas veredas da memória, reconhecer a riqueza da experiência humana e perceber que a História se revela tanto nos grandes acontecimentos quanto nos gestos aparentemente discretos que moldam a vida coletiva. Cada página reafirma que nenhuma existência é pequena quando

observada sob a perspectiva do tempo histórico e que toda trajetória, por mais singular que pareça, carrega em si fragmentos de uma sociedade inteira. Ao entregar esta coletânea ao público, reafirmamos nossa confiança na História como conhecimento científico, mas também como exercício de sensibilidade e de escuta atenta.

Afinal, investigar o passado é aprender a escutar aqueles que já não podem falar, compreender aqueles que viveram antes de nós e reconhecer que, enquanto houver memória, pesquisa e escrita, nenhum sujeito estará definitivamente ausente da História. Que este livro seja, então, não um ponto de chegada, mas uma contribuição para que muitas outras vozes — as que o tempo ainda teima em esquecer — possam enfim ser ouvidas e lembradas.

Almerito Francisco Oliveira da Silva
Italo de Andrade Lopes
Organizadores

APRESENTAÇÃO
Vozes, margens e poder: o mosaico da memória piauiense

A coletânea ***Piauí: vidas, memórias e trajetórias*** *(Vol. I – "Sujeitos, Poder e Resistência no Piauí")* consolida-se como um marco indispensável para a historiografia regional e para a compreensão das dinâmicas sociais do estado. Ao priorizar a trajetória de diversos sujeitos históricos – desde elites oligárquicas e intelectuais até militantes sindicais, trabalhadores informais e minorias –, a obra desconstrói narrativas homogêneas e revela a complexidade da formação piauiense em diálogo com os grandes processos políticos e culturais do Brasil. A relevância da obra reside justamente no movimento de dar visibilidade tanto aos centros de decisão quanto aos espaços de resistência, articulando conceitos como gênero, trabalho, memória e autoritarismo para preencher lacunas históricas essenciais.

Abrangendo do século XIX às primeiras décadas do século XXI, o recorte temporal da coletânea perpassa marcos fundamentais da trajetória piauiense e nacional. A narrativa inicia-se no contexto da Independência e da formação do Estado Imperial, desdobrando-se pelas transformações do período republicano – desde as suas primeiras décadas até os processos sociais recentes.

Para reconstruir essas trajetórias de vida e poder, os pesquisadores empregaram um instrumental metodológico plural e rigoroso. Destaca-se a centralidade da História Oral, mobilizada por meio de entrevistas operadas com a escuta de memórias familiares e de sujeitos reprimidos, conjugada ao minucioso levantamento de documentos oficiais, processos judiciais e Inquéritos Policiais Militares. A pesquisa hemerográfica (análise crítica de jornais de época e da imprensa oficial) e o exame de fontes bibliográficas, literárias, iconográficas e do discur-

so parlamentar constituem a base metodológica sobre a qual os autores operaram a crítica historiográfica e a análise do espaço urbano e visual.

Dessa forma, a obra não apenas preserva a memória regional, mas renova as práticas de pesquisa sobre o Piauí ao descentralizar o conhecimento e tensionar as versões oficiais da história. Ao conectar o método da biografia histórica às categorias analíticas de memória, esquecimento e resistência, a coletânea entrega à comunidade acadêmica e aos educadores uma ferramenta metodológica e temática multifacetada, reafirmando que o passado piauiense é continuamente reconstruído pelas lutas, contradições e vozes dos seus diversos sujeitos.

Para iniciar esta coletânea, apresentamos o capítulo intitulado "**Simplício Dias da Silva**: trajetória Político-econômica e o imaginário heroico" é escrito por Ana Vitória Campos Moura. Esta é uma proposta que busca examinar as vivências de Silva, um dos proprietários e políticos do Norte do Piauí, que possuía de grande poder aquisitivo para a sua época. A autora utiliza pesquisa documental e análise historiográfica, integrando fontes escritas, iconográficas e orais para abordar o imaginário heroico.

O historiador Italo de Andrade Lopes traz o capítulo "**A Quem quiser prestar-se ao trabalho de ler este poema:** o estado poético de Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco (1863)**",** no qual examina a obra poética de Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco. Uma questão importante que destaca um personagem influente nas dinâmicas sociais, políticas e militares do processo de independência da província do Piauí.

O capítulo "**Inter fidem et mundum:** o Cônego Honório José Saraiva" esclarece o percurso desse relevante Cônego como figura histórica posicionada entre a fé e o abolicionismo. Os escritores Sara Vitória Soares da Silva e Francisco de Assis de Sousa Nascimento abordam a atuação de um padre situado entre a fé e o mundo, cuja presença não só espelhou as tensões do seu tempo, mas também ajudou a moldá-lo, gerando discussões e polêmicas.

No texto **"Um intelectual onímodo:** a trajetória de Felix Pacheco como agente histórico da primeira república**",** de autoria de Rodrigo Thadeu Paiva Dias e Teresinha Queiroz, analisa a atuação de Félix Pacheco como poeta, legislador e jornalista. O texto destaca também o seu desempenho em cargos públicos de relevância – como deputado federal, senador e ministro das Relações Exteriores – e sua função como sócio-proprietário do Jornal do Comércio, no Rio de Janeiro, sintetizando a centralidade dessa trajetória multifacetada.

De autoria de Adail Monteiro Brandão, o capítulo **"Miguel de Paiva Rosa e a 'República dos Jovens Turcos':** modernização conservadora, exclusão política e oligarquia letrada no Piauí (1909–1920)" analisa a gestão do ex-governador piauiense. O texto discute como o grupo de bacharéis no poder promoveu melhorias de infraestrutura e urbanização em Teresina sob a lógica da "modernização conservadora", alterando a fisionomia da capital sem alterar as estruturas oligárquicas, o coronelismo e a exclusão social das classes populares.

O capitulo nomeado "**Odilon Nunes**: contribuições e limites de um historiador piauiense (1899-1979)" é assinado por Hélio Lima Rocha Júnior, Victor Alves de França Sousa e Francisco de Assis de Sousa Nascimento. Esses estudos empregam pesquisa bibliográfica e crítica historiográfica para analisar as representações culturais nas obras do autor, mapeando suas contribuições para discutir a relevância e o impacto que esse biografado teve ao expandir os debates sobre a História do Piauí no meio acadêmico.

O estudo **"Antônio Pintor, pernambucano e comunista:** trajetória de luta e memórias sobre repressão política no Piauí (décadas de 1950-70)", é de autoria da Inghrid da Costa Masullo Mendes. Esta procura analisar a trajetória política e as experiências de repressão vivenciadas pelo pintor de carros e militante comunista Antônio Bezerra da Silva (conhecido como "Antônio Pernambucano" ou "Antônio Pintor") na cidade de Parnaíba (PI). A partir da análise de Inquéritos Policiais Militares e de entrevistas com familiares do biografado, o capítulo resgata a atuação de Antônio no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e

na circulação de imprensa operária no litoral piauiense. A autora evidencia os impactos do Golpe de 1964 sobre os trabalhadores urbanos informais da região, retratando as prisões, torturas e o apagamento histórico sofridos por militantes da classe trabalhadora sob a ditadura civil-militar.

O texto "**Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003)**: a trajetória de um historiador e a função política do conhecimento histórico" é de autoria de Caio Felipe Rodrigues Miranda e Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz. O foco está especialmente em uma de suas dimensões mais significativas: sua atuação como historiador e produtor do conhecimento historiográfico. Isso permite que os leitores aprofundem seus conhecimentos sobre esse aspecto e também provoca a necessidade de estabelecer uma leitura obrigatória das obras do autor, que influenciaram tanto o ativismo político quanto a pesquisa acadêmica.

De autoria de Bruna Jarlayana Almeida de Freitas e Manoel Ricardo Arraes Filho, o capítulo **"Luiz Raimundo Lima Coimbra:** do Piauí ao Sinai" examina a trajetória do sargento Luiz Raimundo no contexto da Missão de Paz da ONU na Faixa de Gaza (Missão Suez). O estudo adota uma perspectiva analítica fundamentada nas categorias de história, memória e esquecimento, conduzindo o leitor à compreensão das complexidades e contradições do biografado.

O autor de "**A trajetória do militante Raimundo Ney Baumann:** trabalho, movimento operário e política piauiense a partir do governo Getúlio Vargas (1930-1962)", é José Mauricio Moreira dos Santos. O objetivo deste é investigar o percurso de Baumann, um proeminente ativista operário de Teresina, que se destacou durante as várias transformações políticas e sociais no período pós-1930. Considerado uma referência sindical e política para os trabalhadores de Teresina e outras cidades do estado. Ele era ferreiro de profissão e, durante esse tempo, destacou-se como um importante intermediário entre o Ministério do Trabalho e o movimento operário, contribuindo para a criação de várias organizações sindicais no Piauí.

No capítulo **"Um grito no sertão:** trajetória política de Osael Borges Leal e a emancipação de Lagoa Alegre (PI)" de Felipe de Almeida Moita Sepúlveda Carvalho, são utilizadas fonte bibliográficas para situar a atuação política de Leal no período entre a ditadura e a redemocratização. Os estudos de Leal são relevantes ao reconhecer que suas narrativas ainda continuam refletindo as contendas políticas e simbólicas no Piauí durante o período da ditadura civil-militar e a redemocratização.

No capítulo intitulado **"Da 'margem ao centro':** a trajetória política de Kátia Nogueira Tapety, a primeira mulher transexual eleita a um cargo legislativo no Brasil", os autores Diego da Silva Sousa e Olívia Candeia Lima Rocha examinam a carreira política de Kátia Tapety. O estudo reflete sobre a representatividade e os direitos LGBT, destacando as particularidades que marcaram sua atuação durante os mandatos como vereadora no município de Colônia do Piauí (1992–2008).

O capítulo **"Nonato Oliveira**: a efígie da cultura piauiense contemporânea" é de responsabilidade das autoras Aryanne Rodrigues da Silva Pereira e Isadora Maria Araújo do Nascimento. As autoras analisam o percurso do artista plástico por meio da interpretação de sua estética, situada entre o expressionismo e o primitivismo. Com um acervo global e presença marcante na paisagem urbana de Teresina, sua produção atua como um manifesto visual que interpreta a subjetividade do povo piauiense, preserva a memória regional e se estabelece como a própria expressão da cultura contemporânea do Piauí.

Os autores Joel Marcos Brasil de Sousa Batista e Nilsângela Cardoso Lima, o capítulo **"O piauiense tecnocrata na ditadura militar:** a trajetória de João Paulo dos Reis Velloso no Ministério do Planejamento (1969–1979)" examina a projeção pública de Reis Velloso durante o regime militar. A pesquisa fundamenta-se em levantamentos bibliográficos e imprensa da época (hemerografia) para reconstruir o percurso do economista piauiense até a sua chegada ao Ministério.

De autoria de Francisco Arcanjo Mendes dos Santos Junior, o capítulo **"Trabalho e poder:** os discursos do deputado federal Chagas

Rodrigues à procura do trabalhismo (1951-1958)" investiga o itinerário político de Chagas Rodrigues. Amparado em fontes bibliográficas e na análise do discurso parlamentar, o texto reflete sobre os trânsitos do político entre a UDN e o PTB, lançando luz sobre a construção de sua identidade alinhada ao projeto trabalhista.

No último capítulo, intitulado "**A vida de Leônidas Melo:** entre o magistério, medicina e a política", de autoria de Maria de Jesus Sampaio da Silva e Pedro Pio Fontineles Filho, investiga-se a trajetória biográfica, intelectual e política de Leônidas de Castro Melo, acompanhando sua formação na medicina e no magistério até a sua ascensão à chefia do Executivo piauiense (1935–1945). Os autores analisam o longo período em que governou o estado — atravessando a fase constitucional da Era Vargas e a ditadura do Estado Novo —, destacando as intervenções de infraestrutura, saúde (como a construção do Hospital Getúlio Vargas) e educação (com a expansão da rede escolar). O estudo evidencia como a imprensa oficial foi mobilizada para consolidar a imagem de Leônidas Melo como um dos principais agentes da modernização local e articulador do projeto varguista no Piauí.

O conjunto de estudos reunidos neste volume reafirma o papel da História Regional na contestação de narrativas oficiais. Ao percorrer desde os arranjos políticos e institucionais até as resistências culturais do cotidiano, a obra oferece aos leitores e educadores um panorama fundamental para compreender as transformações sociais do Piauí em interface com a história do Brasil. Trata-se de um Piauí reexaminado por novas abordagens, o que reitera a relevância da pesquisa científica voltada para a preservação do patrimônio e da memória regional.

A diversidade temática que caracteriza o volume é essencial por revelar um estado multifacetado, proporcionando uma interpretação substancialmente mais profunda e complexa do que o mero encadeamento cronológico dos fatos. Essa pluralidade sustenta-se em três eixos principais: primeiramente, na edificação de um mosaico identitário no qual as diferentes manifestações - das esferas do poder às práticas populares - articulam a dimensão política, cultural e social do Piauí.

Em segundo lugar, a coletânea cumpre um papel de reparação histórica ao conferir visibilidade aos sujeitos subalternizados, permitindo enxergar o estado a partir das lutas e da diversidade humana. Por fim, essa multiplicidade converte a obra em um guia de consulta transversal que conecta categorias como gênero, memória e autoritarismo, oferecendo uma unidade orgânica que ajuda a alimentar as chamas que mantêm viva a memória piauiense. Convidamos o leitor, assim, a redescobrir o Piauí por meio daqueles que o idealizaram, governaram e vivenciaram. Desejamos a todas e todos uma excelente e inspiradora leitura!

Teresina, 26 de setembro de 2026.

Francisco Gleison da Costa Monteiro
Docente do Curso de História/CSHNB e do PPGHB/UFPI



SIMPLÍCIO DIAS DA SILVA
a trajetória político-econômica e o imaginário heroico

Ana Vitória Campos Moura

Introdução

Simplício Dias da Silva foi coronel e um dos responsáveis a proclamar a independência na cidade de Parnaíba. Nascido em 02 de março de 1773 e faleceu em 17 de setembro de 1829, aos 56 anos. Ele foi um rico fazendeiro que teve grande influência econômica e política na Vila de São João da Parnaíba (nome dado à Parnaíba na época). Era detentor de muita riqueza e poder, possuía muitos escravizados e um casarão[1] que até hoje é destaque na cidade.

1 Localiza-se na Av. Pres. Getúlio Vargas - Centro, Parnaíba - PI.

O coronel Simplício Dias da Silva viveu em um contexto em que o Brasil era Colônia de Portugal, sob o comando de Dom Pedro I. Sendo assim, Piauí era uma capitania (Capitania de São José do Piauhy), que tinha como principal atividade econômica a pecuária e se firmou como zona produtora de gado (Brandão, 1995). Ainda nesse período, Parnaíba era chamada de Vila de Nossa Senhora de Monserrate e posteriormente passou a se chamar Vila Nossa Senhora de Montserrat da Parnahiba, se destacando pelo porto, pela exportação de charque e devido a grande circulação comercial que havia na região (Mavignier, 2005).

A partir da narrativa biográfica escrita em livro chamado *"Simplício Dias da Silva: seu nascimento até sua morte"*, do memorialista José Nelson de Carvalho Pires, ressalta-se uma breve história de vida dessa figura. Nessa perspectiva, Simplício Dias da Silva é filho do português Domingos Dias da Silva e da mestiça Claudina Josefa, que vieram do Rio Grande do Sul para Parnaíba entre 1868 e 1870.

Na infância, teve aulas particulares de português, boas maneiras e línguas, como inglês, francês e alemão. Com 11 anos, continuou seus estudos em São Luiz-MA, local que tinha grande valor intelectual na época. Em seguida, por levar uma vida mundana em São Luiz, aos 15 anos, foi mandado para Portugal, com o objetivo de estudar na universidade de Coimbra (Pires, 2008).

Porém, Simplício Dias logo deixou a universidade, pois tinha inclinação para armas e não para os estudos, ele passou por vários países da Europa e de lá trouxe sua esposa, chamada Maria Isabel Tomasia de Seixas. Após a morte de seu pai, voltou para o Brasil a fim de assumir os negócios e dar continuidade aos empreendimentos do pai, também para usufruir de sua herança. Assim, Simplício Dias da Silva, passou a controlar politica e economicamente as terras e bens deixados pelo seu pai, se tornando bastante influente, temido, poderoso e popular na região (Pires, 2008).

Além disso, segundo o advogado e maçom Valdeci Cavalcante (2024)[2], Simplício Dias da Silva também se destaca por originar a Maçonaria Piauiense por volta de 1917, sendo o coronel o primeiro Mestre Venerável. Devido a esses feitos, Simplício Dias é lembrado na cidade até hoje, possuindo duas estátuas, sendo uma delas localizada na praça principal de Parnaíba, além de a primeira ponte do município levar o seu nome e de receber várias outras homenagens. Por ter sido um dos responsáveis a proclamar a independência, o coronel é a principal personalidade da história da cidade, sendo considerado um herói pela elite.

Construção e preservação da memória de Simplício Dias da Silva

A história de Simplício Dias traz consigo omissões, distorções e diferentes interpretações, o mesmo se dá por fatores que contribuíram para a construção e preservação de sua memória, como a dualidade entre versões de percepções da elite e das pessoas comuns de Parnaíba sobre esta figura ao longo dos anos. No entanto, na literatura parnaibana, é mais difundido o heroísmo de Simplício Dias, trazendo elogios e relatando a sua trajetória de forma gloriosa.

Por isso, durante a história de Parnaíba foi sendo construída uma memória coletiva[3] e afetiva sobre esta personalidade, deixando de lado uma visão mais crítica sobre os acontecimentos históricos da cidade. Dessa forma, cria-se uma identidade parnaibana que exalta a história da elite local, sem refletir sobre como essa memória causa impactos no presente.

2 CAVALCANTE, Valdeci. **Simplício Dias da Silva:** o herói e sua epopeia/Valdeci Cavalcante. Parnaíba: Sieart, 2024.

3 Para o conceito de memória coletiva a pesquisa se apoiará no sociólogo francês Maurice Halbwachs através da sua obra "A Memória Coletiva", nesse livro o sociólogo aborda as relações existentes entre memória e sociedade, e como o dinamismo dessa relação interfere na formação da identidade individual.

De acordo com o *Dicionário de Conceitos Históricos* (2009), pode-se entender que Simplício Dias da Silva também é visto como um mito para a sociedade parnaibana, exercendo uma função e uma finalidade específicas nessa sociedade. Assim, com base no entendimento sobre o mito do antropólogo Malinowski, presente na mesma obra, essa personalidade funciona como um meio de repassar os valores morais da sociedade, mais especificamente, da elite parnaibana do passado e do presente.

Nesta perspectiva, vale ressaltar o conceito de folclore, que está intimamente ligado à cultura popular e ao modo de saber de um povo. Infelizmente, essa concepção é, muitas vezes, relacionada a um modo de pensar rústico e primitivo de se entender algo, sendo inferior à cultura erudita e à cultura das elites (Silva, 2009)[4]. No caso do imaginário acerca de Simplício Dias da Silva, é valorizado e divulgado apenas obras que remetem à história dessa personalidade de maneira intelectual e erudita, colocando-o em uma posição de grande detentor de sabedoria, como irão conferir na próxima seção.

Por essa razão, essa divulgação da história de Simplício Dias parte da elite e de escritores (muitos não são historiadores) que pertencem a essa elite, desvaloriza a memória popular e o folclore que há em volta de Simplício Dias da Silva, invalidado a história oral local. Entretanto, tais nuances serão demonstradas e esclarecidas por meio de análises que serão realizadas ao longo deste artigo.

Para compreender melhor esse cenário, o periódico anual *Almanaque da Parnaíba*[5] colaborou para a construção dessa narrativa heroica. O periódico, segundo Sousa (2018), mostra os avanços de uma modernização conservadora e excludente, fenômeno que foi observado

4 SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos** / Kalina Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva. 2.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

5 O *Almanaque da Parnaíba* (na época chamado de Almanack da Parnahyba) é um periódico criado em Parnaíba pelo Benedito dos Santos Lima em 1923. O criador do periódico, também era conhecido como Bembém, devido ao seu comércio que tinha esse nome, nasceu no município de São Bernardo-MA e mudou-se para Parnaíba em 1910. Além de proprietário da mercearia "O Bembém", era jornalista e contista.

nacionalmente durante o século XX. Essa modernização se concentrava apenas na cidade e apenas as classes mais ricas tinham acesso às novas tecnologias e condições para consumir os produtos e serviços divulgados nas páginas do almanaque. A tese de Sousa (2018) esclarece que:

> O Almanaque da Parnaíba obedece a um momento histórico em que o consumo se confunde com a vida moderna. Por seus anúncios, e ainda pelos textos densos, apresentava-se ao leitor o imperativo de consumir os novos produtos propagados e agora disponíveis no mercado de Parnaíba. Além disso, instruía seus leitores áreas como higiene, limpeza e beleza, bem como a respeito dos medicamentos inovadores, introduzidos por uma indústria farmacêutica incipiente. Esses novos conceitos de propaganda incorporavam a ideia de que a felicidade estava sempre associada ao consumo determinados produtos (Sousa, 2018, p. 143-144).

No Almanaque de 1936, corresponde à décima terceira edição, traz na capa a foto de uma criança de 3 anos, filho do gerente do Banco de Crédito Popular de Parnaíba. Não há um motivo específico para a capa, mas nota-se que essa seria uma forma de engrandecer a elite local. Nessa edição também aborda temáticas políticas, calendário, resenhas e outros temas sobre a cidade.

Na seção "Vultos Parnaibanos" que vai enaltecer um homem, que foi coronel, fazendeiro, advogado, maçom e político na cidade, porém o que mais se destaca nele é ser descendente de Simplício Dias da Silva[6]. Esse homem se chama Coronel Sebastião Hermes de Seixas, há 4 páginas seguidas no almanaque mencionando sobre seus feitos que colaboraram para o crescimento de Parnaíba.

A seção inicia tratando sobre a vida do Coronel Sebastião, traz muitos apontamentos biográficos, como o nome de seus pais, de sua esposa e de seus filhos. Informa também sobre sua formação que ocor-

6 Coronel Sebastião Hermes de Seixas, era parnaibano, constituía família na cidade, tinha esposa e três filhos. Era bisneto de Simplício Dias da Silva, se destacou na carreira política com o cargo de Intendente Municipal, na primeira organização municipal de Parnaíba.

reu no Rio de Janeiro, que era Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Após ser apresentado para o leitor em três parágrafos, vem a informação tida como mais importante: "O Dr. Sebastião Hermes de Seixas é descendente muito próximo da "Casa Grande" desta cidade, sendo bisneto de Col. Simplício Dias da Silva" (*Almanaque da Parnaíba*, 1940, p. 33).

O periódico exalta essa descendência, enfatizando o renome dos Dias da Silva e dizendo que o Sebastião Hermes está "acompanhando a tradição de seus maiores, honrando a sua terra natal". A imagem de Simplício Dias aparece em destaque no meio da segunda página em que é abordado sobre as colaborações do Dr. Sebastião para a cidade.

Entre suas contribuições para a cidade se destaca a homenagem "aos heróis daquele brado", fazendo referência a independência em Parnaíba. Ele incentivou a construção de uma coluna na praça principal "como símbolo-significativo daquele feito honroso". No final da sessão de homenagem póstuma, são deferidos mais elogios ao Coronel Sebastião e o reconhecimento do Almanaque aos seus "méritos excepcionais" e por suas "virtudes cívicas e morais e justamente por provir de um dos mais velhos e ilustres troncos genealógicos da terra" (*Almanaque da Parnaíba*, 1936, p. 35).

Seguindo a mesma narrativa, mas já em 2024, foi lançado o livro "Simplício Dias da Silva: o herói e sua epopeia". O autor dessa obra é o empresário, advogado, maçom e escritor Valdeci Cavalcante, homem de grande poder e influência em Parnaíba. Ainda, foi um dos patrocinadores, via APAL (Academia Parnaibana de Letras), da estátua de Simplício Dias da Silva citada anteriormente.

Além de todos esses atributos, Valdeci Cavalcante é grande admirador de Simplício Dias da Silva, escreveu esta obra com o objetivo de desmistificar "folclores" presentes no imaginário popular da cidade sobre o seu "Herói Pátrio" e exaltar a trajetória do mesmo. No decorrer da obra, Valdeci Cavalcante, além de mostrar sua inspiração nessa personalidade, se compara com ele e utiliza esta comparação para se

autopromover, trazendo seu retrato com vestes parecidas com a de Simplício Dias, seu diploma de "Ordem do Mérito Maçônico" e trabalhos realizados em sua gestão como presidente do Sistema FECOMÉRCIO (Cavalcante, 2024).

Ao longo desta obra o autor deixa claro a sua admiração pelo coronel, ele deseja ser Simplício Dias da Silva. Ao longo dessa obra, ele demonstra que quer ser comparado e, principalmente, visto como o substituto de Simplício Dias da Silva em Parnaíba. Um exemplo dessa inspiração, foi quando o autor elogiou Simplício Dias da Silva por ter tido a iniciativa de criar uma orquestra formada por escravizados com curso de música feito na Europa, como é demonstrado nesse trecho:

> Inspirado no gesto de Simplício, este autor criou, em 2004, duas Orquestras nas cidades de Parnaíba e Teresina, as quais receberam o nome de Orquestra Jovem do Sesc. Ambas funcionam de forma gratuita, com intuito de dar acesso e formar jovens piauienses de baixa renda, os quais recebem uniformes, auxílio para deslocamento, lanche, instrumento musical e, anualmente, têm a chance de viajar para eventos de amplitude nacional e internacional, com custeio pelo Sesc Piauí, para se apresentarem e compartilharem experiências com outros jovens músicos. Esse modelo instituído pelo Sesc do Piauí foi exportado para outros estados do Brasil [...] (Cavalcante, 2024, p. 50).

Valdeci Cavalcante, ao longo de sua obra, dialoga com autores que também tem uma visão heroica acerca dessa personalidade, ele faz referência ao livro de José Nelson de Carvalho Pires, que também escreveu sobre a vida de Simplício Dias e o defendeu do "folclore". Segundo o autor, o livro de José Nelson de Carvalho Pires traz importantes relatos sobre a vida de Simplício Dias da Silva, como fica claro neste trecho:

> [...] apresentando-se como um breve resumo ideal para aqueles que querem aprender, de forma mais essencial, quem foi Simplício Dias e suas contribuições à nação, especialmente à sua província. A obra de José Nelson de Carvalho Pires traz relatos interessantes, os quais descortinam imagens folclóricas sobre o grande herói da Independência, colocando-o em lugar de destaque na historiografia mundial (Cavalcante, 2024, p. 70).

O autor cita com frequência o escritor e historiador Josias Clarence Carneiro da Silva e sua obra "Simplício, o Simplição da Parnaíba", fala do desejo de reeditar o livro, mas conluiu que as "maldades" que Josias Clarence descreve sobre a figura de Simplício Dias da Silva, segundo a interpretação de Valdeci Cavalcante, pertencem ao folclore e oralidade local sem fundamentação na literatura.

Dessa forma, Valdeci Cavalcante afirma que "cumpre-me ressaltar que esse "folclore" não fez jus à personalidade solene de Simplício Dias da Silva." (Cavalcante, 2024, p. 23). Complementando essa discussão, o autor considera as falas negativas sobre esta personalidade como folclore enquanto as falas positivas e de exaltação são interpretadas como fatos, as quais são enfatizadas durante toda a obra que tem como proposta revisionar a história, mas na verdade vende uma ideia.

Herói ou vilão?

A partir da análise das fontes apresentadas, pode-se observar que as duas fontes analisadas retratam o patriotismo, poder, admiração e patriarcalismo em dois recortes temporais diferentes, visto que a seção do *Almanaque da Parnaíba* é da metade do século XX, e os tópicos analisados do livro de Valdeci Cavalcante são de 2024. Outro aspecto em comum, é a ausência de fontes históricas precisas, também de metodologias específicas de pesquisa que são necessárias e formação para desenvolver estudos historiográficos.

Nesse sentido, ao relacionar essas fontes, verifica-se que uma certa memória de Simplício Dias foi preservada e que a elite do presen-

te continua saudando e rememorando a elite do passado. Desse modo, colabora e manipula narrativas para manter a história da alta sociedade preservada e passada com uma visão elitista que considera Simplício Dias da Silva herói e referência em Parnaíba, rejeitando e silenciando a memória popular das classes desfavorecidas.

Ao investigar a reprodução desses mesmos discursos, possuindo a mesma perspectiva ao longo dos anos, identifica-se uma construção discursiva histórica e social acerca da imagem de Simplício Dias da Silva como herói. Evidenciando um interesse particular de quem a produziu e segue preservando, mantendo essa personalidade de forma prestigiosa para Parnaíba. O filósofo, historiador e teórico, Michel Foucault (2014), em "A Ordem do Discurso" contribui para esse debate supondo que:

> [...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 2014, p. 8-9).

Tais narrativas "são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõem e reconduzem" (Foucault, 2014, p. 14), permitindo refletir sobre como a história de Parnaíba foi construída, quem a construiu e como ela pode ter sido usada para legitimar, essa versão heroica acerca de Simplício Dias da Silva, isso sem mostrar as fontes utilizadas. Além disso, também permite questionar, quais grupos sociais ou instituições moldaram a narrativa sobre esta personalidade e quem foi silenciado nesse processo, através de um mecanismo de controle e exclusão (Foucault, 2014).

Vale ressaltar a presença de uma estrutura de poder simbólico, outro tipo de dominação que se exerce com o consentimento dos dominados, pois parece natural. Relacionando esta pesquisa aos argumentos de Pierre Bourdieu (1989) em sua obra "*O Poder Simbólico*", observa-se que a elite parnaibana, ao enaltecer Simplício como herói,

impôs uma visão de mundo que reforçava seus próprios valores e interesses, fazendo com que essa representação fosse aceita como legítima pela sociedade (Bourdieu, 1989).

Trata-se de produções simbólicas que se relacionam com os interesses das classes dominantes, que foi apresentado como algo "natural" e "inevitável". No entanto, essas descrições são resultado de uma construção simbólica da elite parnaibana e Bourdieu afirma que:

> É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os «sistemas simbólicos» cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a «domesticação dos dominados» [destaque do autor] (Bourdieu, 1989, p. 11).

Com efeito, essa construção e dominação pode ser vista como uma disputa simbólica dentro da história cultural e da história local, pois a elite, com maior capital simbólico, conseguiu impor sua versão da história, enquanto outras narrativas foram marginalizadas e descredibilizadas. Nessa perspectiva, reafirma a posição de poder dos grupos que o promovem, convertendo a história local em instrumento de dominação simbólica (Bourdieu, 1989).

Por conseguinte, a elite parnaibana apropriou-se da figura de Simplício para construir uma narrativa heroica que reforçasse seus valores e legitimasse sua liderança. Chartier (1990), no seu livro *"A história cultural entre práticas e representações"*, destaca que as práticas culturais envolvem tanto a produção quanto a recepção dos discursos. Ou seja, como essa imagem foi construída e como foi recebida pela sociedade.

Ao refletir sobre a escrita da história como prática cultural, é importante pensar que a escrita de uma história é diretamente influenciada por contextos sociais e disputas de sentido, pode até mesmo ser comprada e pagar meios de comunicação para difundir vertentes espe-

cíficas. Isso permite questionar e refletir sobre quem escreveu sobre Simplício Dias da Silva, com quais intenções e para quais públicos, revelando o caráter político da memória histórica (Chartier, 1990).

É fato que, na história local de Parnaíba, há uma construção e consolidação de identidades sociais como referenciais. Outro fato é que apenas uma minoria específica se identifica com essa construção identitária, como também essa minoria segue rememorando esse imaginário de uma cidade com pessoas detentoras de riqueza e poder. Nesse sentido, há em Parnaíba fundamentações históricas que a elite "intelectual" não quer que sejam alteradas por novas pesquisas que trazem novas percepções (Melo, 2015).

A historiadora e pesquisadora Vilma de Lurdes Barbosa e Melo (2015), em seu livro "*História Local: contribuições para pensar, fazer e ensinar*", aborda a importância do passado não se tornar uma narrativa fixa, mas que dialogue com o espaço-temporal, com as novas pesquisas e com o tempo presente. Ela ressalta que:

> Deve-se buscar, então, a superação da prática de alguns indivíduos que assumiram a função de historiadores ou intelectuais oficiais das cidades - o médico, o padre, o bacharel em direito, o professor - e que, em suas produções, apresentam um grau exacerbado de factualismos e personalismo, em uma versão doméstica da história oficial na qual se apresenta uma listagem que exalta os grandes homens e os cidadãos ilustres que devem ser lembrados e reverenciados. Apesar desses materiais, em geral, excluírem a maior parte da população do seu conteúdo, independente da forma e da cientificidade ou não, destacamos que a sua importância para o historiador reveste-se daquilo que está no conteúdo apenas como possibilidade de fonte (Melo, 2015, p. 43-44).

Em resumo, o heroísmo de Simplício Dias para a elite parnaibana é um discurso que se fez uma memória que foi articulada pela elite local do passado e segue sendo reafirmada pela elite local do presente, interferindo na construção da história de Parnaíba, reverenciando grandes nomes e um passado grandioso que foi vivido apenas por uma

minoria que detinha riqueza e poder. Não representa todos os moradores da cidade e exclui as camadas pobres dessa história, como se eles não existissem. Assim, legitimam e determinam os sujeitos que merecem ser lembrados e estudados.

Assim, com base no livro "*O perigo de uma história única*" da escritora nigeriana Chimamanda Adichie[7] (2019), torna-se importante destacar e considerar as múltiplas perspectivas para entender uma história. Pois, histórias únicas podem moldar a identidade de uma pessoa ou um grupo, por isso, é dever de todo historiador reconhecer a diversidade das histórias em suas pesquisas. Desse modo, o historiador acaba não promovendo exclusão de narrativas e não exercendo controle sobre as pessoas.

Considerações finais

Em síntese, com base no que foi visto neste artigo pode-se compreender que a figura do coronel Simplício Dias da Silva adentra o universo simbólico e político da construção da memória parnaibana. A partir das reflexões que aqui foram feitas, observa-se que a memória dessa figura foi construída, manipulada e ressignificada conforme os interesses de determinados grupos sociais. Sendo a elite parnaibana, a principal responsável por unir forças sociais e simbólicas atuantes na construção e perpetuação da memória de Simplício Dias em Parnaíba-PI.

O estudo demonstrou, em primeiro plano, que a imagem heroica atribuída ao coronel foi resultado de um processo contínuo de legitimação simbólica, sustentado por discursos e práticas culturais que reproduzem e reforçam o poder da elite local. Nessa perspectiva, Simplício Dias tornou-se um ícone da identidade parnaibana, cuja memória

7 Chimamanda Ngozi Adichie (Enugu, Nigéria, 1977) é escritora. Suas obras foram traduzidas para mais de trinta idiomas. Publicou, entre outros títulos, *Meio sol amarelo* (2006), *Americanah* (2013) e *Sejamos todos feministas* (2014). Em sua obra, aborda temas como identidade, gênero e cultura.

foi cuidadosamente moldada para exaltar valores de patriotismo, civilidade e prestígio social.

Porém, esse movimento de construção e legitimação ocorria enquanto silenciava narrativas dissidentes e marginalizava o olhar das camadas populares, sem pesquisa profissional. Sobre isto, observa-se a materialização do que Bourdieu (1989) denomina *poder simbólico* uma forma de dominação que se impõe de maneira sutil, naturalizando hierarquias e perpetuando relações de desigualdade. Assim, por meio dessa personalidade, a elite reafirma sua própria posição de poder e herança histórica.

Ainda, ressalta-se a importância de reconhecer a história local como um campo de disputas simbólicas, no qual existe a construção de versões e interpretações sobre o mesmo passado. Entender que o discurso histórico é um dispositivo de poder que seleciona e exclui saberes, amplia a compreensão sobre a memória de Simplício Dias como um produto social e político, e não apenas como registro factual de um personagem histórico.

Em suma, a história de Simplício Dias da Silva não deve ser entendida como linear ou absoluta, mas como um mosaico de memórias em constante disputa. Entre o herói exaltado e o vilão temido, existe um espaço de múltiplas interpretações que revelam as complexas relações entre poder, discurso e identidade. Desse modo, é válido repensar o passado de Parnaíba e, consequentemente, a própria construção da história piauiense.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense: família e poder**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso***:* aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MAVIGNIER, Diderot dos Santos. **No Piauhy***:* na terra dos tremembés. 1. ed. Parnaíba, 2005.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. **História local:** contribuições para pensar, fazer e ensinar. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

PIRES, José Nelson de Carvalho. **Simplício Dias da Silva:** seu nascimento até sua morte. Parnaíba: Sieart, 2008.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** 2. ed., 2. Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

SOUSA, Cleto Sandys Nascimento de. **Almack da Parnahyba***:* desejo de modernidade sob o véu da barbárie em Parnaíba - *Piauí (1924 - 1941).* 199 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

Fontes

ALMANAQUE DA PARNAÍBA (AP). Ano XIII. Parnaíba, 1936.

CAVALCANTE, Valdeci. **Simplício Dias da Silva:** o herói e sua epopeia/Valdeci Cavalcante. Parnaíba: Sieart, 2024.



A QUEM QUISER PRESTAR-SE AO TRABALHO DE LER ESTE POEMA

o estado poético de Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco (1863)

Italo de Andrade Lopes

Introdução

O século XIX constituiu um período marcado por profundas transformações intelectuais, científicas e culturais, que redefiniram as formas de interpretação da natureza, da sociedade e da própria condição humana. Nesse contexto, consolidaram-se novas maneiras de produzir e organizar o conhecimento, ao mesmo tempo em que tradições religiosas e filosóficas continuaram a exercer influência significativa sobre a produção intelectual. A modernidade oitocentista foi caracterizada por um intenso movimento de reconfiguração do pensamento, no qual ciência, filosofia e literatura

passaram a dialogar de maneira mais direta na tentativa de compreender os fenômenos naturais e a origem do universo.

Nesse cenário, a produção intelectual não se restringiu apenas aos grandes centros culturais e acadêmicos, mas também se manifestou em regiões consideradas periféricas do ponto de vista institucional. A emergência de intelectuais provinciais revela a existência de uma circulação de ideias que ultrapassava os limites geográficos das capitais políticas e culturais do Império do Brasil. Assim, a análise de obras produzidas nesses contextos torna-se fundamental para compreender a diversidade de experiências intelectuais que compuseram o universo letrado do século XIX.

É nesse horizonte que se insere a obra *Descripta Poética e Philosophicamente*, publicada em 1863 por Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco. Intelectual, prosador e figura de significativa atuação política na província do Piauí, Castello-Branco produziu um texto singular que articula poesia, filosofia e reflexão científica na tentativa de interpretar a criação do mundo. A obra foi impressa na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, pela Tipografia Nacional, o que evidencia a inserção do autor em círculos mais amplos de circulação da cultura escrita.

A análise dessa obra permite observar como determinados intelectuais do período procuraram construir interpretações abrangentes acerca da origem do universo, combinando elementos provenientes da tradição religiosa com conceitos associados à filosofia natural e às transformações do pensamento científico. Nesse sentido, a produção de Castello-Branco revela o esforço de integrar diferentes campos do saber em uma narrativa que busca explicar a criação do mundo a partir de uma perspectiva simultânea poética e racional. Tal característica aproxima as escritas de uma tradição intelectual que procurava harmonizar fé e ciência, tendência recorrente no pensamento do século XIX.

No caso de Castello-Branco, essa prática intelectual manifesta-se de maneira particular no prólogo de sua obra, intitulado *A quem quiser prestar-se ao trabalho de ler*. Nesse trecho, o autor apresenta suas

motivações, expõe as bases de seu projeto intelectual e estabelece o propósito de interpretar poeticamente a criação do universo. A obra encontra-se estruturada em seis cantos, que correspondem simbolicamente aos seis dias criação descritos na tradição bíblica do Livro de Gênesis.

Entretanto, a relevância historiográfica da obra não reside apenas em sua dimensão literária ou filosófica. O texto também revela aspectos significativos da trajetória intelectual do autor, sobretudo no que se refere às condições de produção do conhecimento em regiões afastadas dos principais centros acadêmicos do Império. Nascido em uma área rural da província do Piauí, mas especificamente na região da fazenda Taboca, situada no município de Esperantina, Castello-Branco construiu sua formação intelectual de maneira predominantemente autodidata. Essa condição evidencia as limitações estruturais do sistema educacional brasileiro do século XIX, ao mesmo tempo em que revela a presença de indivíduos que, mesmo diante de tais restrições, procuraram inserir-se no universo letrado de seu tempo.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar a obra *Descripta Poética e Philosophicamente* a partir de uma perspectiva historiográfica que considere simultaneamente sua dimensão literária, filosófica e científica. Busca-se compreender de que maneira Castello-Branco articula poesia e reflexão racional para interpretar a criação do universo, bem como identificar os elementos que evidenciam a presença de um projeto intelectual vinculado à tradição da filosofia natural e à cultura letrada oitocentista.

Um homem, uma existência e sua poesia: a construção poética de Leonardo da Senhora das Dores Castelo-Branco

Se a trajetória de um homem pode ser reconhecida por meio de suas obras, a de um poeta revela-se sobretudo pela escrita e pela sensibilidade com que apreende e interpreta o mundo. Nessa perspectiva, debruça-se esta reflexão sobre Leonardo da Senhora das Dores

Castelo-Branco, conhecido como prosador, cientista, e revolucionário piauiense, cuja intensa atuação política marcou o cenário provincial ao longo do século XIX.

Entretanto, para além de sua presença no campo político e intelectual, destaca-se também o seu legado poético, no qual se manifestam traços de sensibilidade e reflexão que evidenciam, em sua obra, um olhar atento às virtudes intelectuais de seu tempo. Assim, sua produção literária permite entrever não apenas o pensamento de um homem inserido nas dinâmicas políticas de sua época, mas também a expressão de uma sensibilidade que traduz, em linguagem poética, a sabedoria e o espírito característicos do século. Para Marshall Berman (2007), em raros momentos da história foram observadas transformações tão significativas em um espaço de tempo tão curto. As pessoas próximas ao lastro sociocultural do século XIX observavam nitidamente a vida material e as ideias se transformando[1].

Sua obra *Descripta Poética e Philosophicamente*, publicada no ano de 1863, teve sua impressão realizada na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império do Brasil, pela Typographia Nacional, uma das principais tipografias oficiais do período. A publicação insere-se em um momento significativo para a história intelectual brasileira, situado no contexto do Segundo Reinado, fase marcada pela ampliação da cultura letrada, pelo fortalecimento da imprensa e pela difusão de ideias vinculadas à filosofia natural e ao racionalismo.

Nesse sentido, a obra constitui um registro relevante da produção intelectual nordestina, mais precisamente da província do Piauí, articulando em sua composição elementos de poesia e reflexão filosófica, sobretudo em torno de temas relacionados à origem e à criação do mundo. Dessa forma, o texto evidencia não apenas a inserção de seu autor no universo letrado oitocentista, mas também a contribuição da intelectualidade piauiense para os debates culturais e filosóficos do período. Em diálogo com a perspectiva de Michel de Certeau, ao en-

1 BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 24-49.

fatizar que os intelectuais procuram, a partir da ponta de suas penas, ordenar racionalmente realidade[2].

Ao analisar o prólogo da obra Descripta *Poética e Philosophicamente*, intitulado "A quem quiser prestar-se ao trabalho de ler", observa-se que o texto apresenta como objetivo central a realização de uma interpretação simultaneamente poética e filosófica acerca da criação do mundo, tomando como referência narrativa o *Livro de Gênesis*. A obra encontra-se estruturada em seis cantos, simbolicamente associados aos seis dias da criação descritos na tradição judaico-cristã. O prólogo revela-se fundamental para a compreensão do desenvolvimento inicial da obra, bem como da própria desenvoltura intelectual de seu autor. Nesse sentido, estabelece-se uma aproximação com a reflexão do literato George Orwell, para quem não seria possível avaliar plenamente os motivos que orientam a escrita de um autor sem considerar, ainda que de forma parcial, aspectos de seu desenvolvimento inicial[3]. Tal perspectiva contribui para situar o prólogo como espaço privilegiado de apresentação das motivações, intenções e referências que permeiam a construção da obra.

Tal escolha estrutural não se apresenta como fortuita, mas como um procedimento recorrente na literatura oitocentista, na qual se observa a tentativa de conciliar o saber científico emergente, a filosofia natural e a religiosidade, dimensões frequentemente articuladas no pensamento intelectual do período. Nesse contexto, o autor afirma: [...] "Moizés narra como historiador inspirado; e por isso conta os factos, prescindindo dos meios e maneiras de que Deus se serviu e empregou para a sua execução"[4].

A passagem sugere que a narrativa bíblica apresenta os acontecimentos em sua dimensão factual, enquanto a filosofia de dedica-

2 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano:* as artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 224-226.

3 ORWELL, George. *Por que escrevo e outros ensaios*. Tradução: Claudio Marcondes. São Paulo, Companhia das Letras, 2021. p. 12.

4 Leonardo da Senhora das Dores Castelo-Branco. *Descripta Poética e Philosophicamente*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1863. p. 3.

ria à investigação dos mecanismos e processos que possibilitam tais acontecimentos. Dessa forma, Leonardo da Senhora das Dores Castelo-Branco estabelece uma distinção entre a narrativa religiosa do Livro do Gênesis e a função interpretativa da filosofia, propondo uma leitura que busca compreender racionalmente os fundamentos e as causas da criação, sem necessariamente negar o conteúdo simbólico e teológico da tradição bíblica.

Ao analisar ainda o prólogo da obra *Poética e Philosophicamente*, Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco, é possível identificar que o autor também constrói um discurso de legitimação de sua própria produção intelectual. Nesse trecho, declara não possuir formação acadêmica formal, tampouco domínio de línguas estrangeiras, ressaltando, contudo, que adquiriu conhecimento teóricos em áreas como mecânica e astronomia por meio de estudo autodidata. Conforme afirma:

> Previno-vos, talvez em meu desproveito, que eu não estudei em aulas: até não sei nenhuma lingoa estrangeira: apezar d`isto julgo jacta-se, que sei mechanica, e astronomia theoricamente; e em cujos ramos de sciencias, principalmente n`este último, tenho feito consideráveis reformas e inovações[5]".

Essa passagem revela aspectos significativos do contexto intelectual do século XIX. Em primeiro lugar, evidencia a valorização do autodidatismo, especialmente em regiões consideradas periféricas do Império do Brasil, onde o acesso às instituições formais de ensino era limitado, o que expõe, de certo modo, fragilidades estruturais no campo educacional. Em segundo lugar, a declaração indica uma tentativa de afirmação de autoridade intelectual por parte do autor, que, mesmo não pertencendo aos círculos acadêmicos estabelecidos, busca legitimar sua produção e seu lugar no universo letrado de sua época. Dessa forma, o prólogo não apenas introduz a obra, mas também funciona como espaço discursivo de apresentação e validação da trajetória inte-

5 CASTELLO-BRANCO. op.cit. 1863. p. 3.

lectual de seu autor. Em consonância com tais observações, destaca-se a reflexão de Jacques Le Goff (2013) ao afirmar que o século XIX foi o grande século da ideia de progresso, de modo que um certo espírito de inovação e modernização pode ser percebido mesmo em locais periféricos e recônditos[6].

> Importa destacar que o prólogo cumpre também a função de uma apresentação de caráter autobiográfico, na qual o autor enfatiza sua origem em uma província considerada rústica do norte do Império do Brasil, referindo-se à região correspondente ao atual estado do Piauí, mais precisamente à fazenda Taboca, local de seu nascimento, situada no município de Esperantina. Conforme declara o próprio autor: "Nascido, e ereado em huma das mais rústicas províncias do Norte das do Império Brazileiro, tive de experimentar em mim a verdade desde cedo"[7].

A partir dessa afirmação, é possível perceber elementos que evidenciam as dificuldades inerentes à produção intelectual em contextos periféricos no século XIX. No caso de Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco, tal condição revela a posição marginal ocupada por parte da produção intelectual nordestina no interior do cenário cultural do período, marcada por percepções de isolamento científico e cultural em relação aos principais centros letrados do país. Nesse sentido, observa-se que o autor recorre a um recurso discursivo recorrente na época: a valorização do esforço individual e da dedicação autodidata como caminhos possíveis para a produção e legitimação do conhecimento, mesmo diante das limitações institucionais e geográficas que caracterizavam determinadas regiões do Império.

Para evidenciar seu esforço individual enquanto intelectual e as dificuldades enfrentadas para a publicação e reconhecimento de sua obra fora dos grandes centros de produção do conhecimento, Leonar-

6 LE GOFF, Jacques. Progresso/reação. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. Ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013. P. 217-259.

7 CASTELLO-BRANCO. op.cit. 1863. p. 4.

do da Senhora das Dores Castello-Branco recorre à menção de pensadores consagrados que, segundo sua interpretação, também sofreram incompreensão ou resistência diante de suas produções intelectuais. Ao mobilizar tais referências, o autor constrói uma estratégia discursiva de legitimação de sua própria obra, afirmando que, [...] "os homens de genio quasi sempre são mal compreendidos em seu tempo"[8].

Nesse sentido, observa-se a intenção de inserir seu trabalho em uma tradição de pensadores inovadores que enfrentaram obstáculos em seus respectivos contextos históricos. Entre esses autores, destaca-se inicialmente Nicolau Copérnico, cuja obra *De revolutionibus orbium coelestium*[9] apresentou a formulação da teoria heliocêntrica. Ao referir-se a Copérnico como alguém que "não gozou da estimação", Leonardo sugere que grandes formulações científicas, muitas vezes, não foram devidamente modernas, indicando que o autor buscava fundamentar suas reflexões acerca da criação do universo a partir de uma perspectiva racional e científica.

Outro pensador mobilizado é Galileu Galilei, cujas obras *Sidereus Nuncius*[10] e *Dialogo sopra i due massimi sistemi del mondo*[11] são evocados como marcos na consolidação e difusão do modelo heliocêntrico. A presença dessas referências sugere que Leonardo procurava articular, em sua produção intelectual, a observação científica e a reflexão filosófica sobre o cosmos.

Além disso, o autor também se apoia no pensamento de René Descartes, especialmente na obra Discurso do Método[12]. A menção ao filósofo francês representa a incorporação de princípios do racionalismo moderno, fundamentados na centralidade da razão como instru-

8 CASTELLO-BRANCO. op.cit. 1863. p. 4.

9 COPÉRNICO, Nicolau. *De revolutionibus orbium coelestium*. Nuremberg: Johannes Petreius, 1543.

10 GALILEI, Galileu. *Sidereus Nuncius*. Veneza: Thomas Baglioni, 1610.

11 GALILEI, Galileu. *Dialogo sopra i due massimi sistemi del mondo*. Florença: Giovanni Battista Landini, 1632.

12 DESCARTES, René. *Discours de la méthode*. Leiden: Jan Maire, 1637.

mento de compreensão da realidade. Nesse sentido, a referência cartesiana indica que Leonardo se inspira na ideia de que o universo pode ser interpretado a partir de leis naturais e princípios filosóficos.

Por fim, destaca-se a influência de François-René de Chateaubriand, especialmente por meio da obra *O Gênio do Cristianismo*[13]. Nesse texto, o autor francês defende a compatibilidade entre a fé cristã e a cultura intelectual. A incorporação dessa referência sugere que Leonardo buscava estabelecer uma síntese entre ciência, poesia e religião, procurando demonstrar que a reflexão racional sobre a natureza não necessariamente se opõe à tradição cristã, mas pode coexistir com ela no âmbito da interpretação do mundo.

Dessa forma, a mobilização desses autores revela não apenas o repertório intelectual de Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco, mas também sua tentativa de situar sua obra em diálogo com uma tradição de pensamento que articula ciência, filosofia e religião, ao mesmo tempo em que evidencia as dificuldades enfrentadas por intelectuais situados fora da centralidade acadêmica.

Para além de sua construção teórica e de seus ideais poéticos, torna-se igualmente relevante destacar a constituição estrutural da obra e sua forma de organização. Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco estrutura sua produção *Poética e Philosophicamente* em seis cantos que seguem, de maneira progressiva, a ordem da criação do mundo. Tal organização possibilita compreender não apenas a disposição interna da obra, mas também os fundamentos cosmológicos, teológicos e literários que orientam sua elaboração. Nesse sentido, essa divisão evidencia o diálogo estabelecido pelo autor com distintas tradições intelectuais, aproximando sua escrita de matrizes épicas, científicas e religiosas que se articulam na construção de sua narrativa poética-filosófica.

O primeiro canto centra-se na criação da luz e da matéria, bem como na origem dos anjos e das chamadas "virtudes de afinidade".

13 CHATEAUBRIAND, François-René de. *Le Génie du christianisme*. Paris: Migneret, 1802.

Tal abordagem indica que o autor não se restringe a uma leitura estritamente literal do relato bíblico, introduzindo conceitos que dialogam com a filosofia natural e com especulações cosmológicas compatíveis com correntes do pensamento científico e metafísico de seu período. O segundo canto dedica-se à organização do firmamento. Nesse momento da narrativa ocorre a criação do firmamento e a separação das águas superiores e inferiores, processo que adquire uma dimensão de ordenamento estrutural do universo. Essa disposição evidencia uma concepção hierárquica do cosmos, na qual os diferentes planos da criação são organizados segundo uma lógica de equilíbrio e distinção.

O terceiro canto refere-se à formação da terra. Nele são descritas a constituição dos continentes e a organização das águas em mares, bem como a origem das cordilheiras e dos leitos dos rios. Esse nível de detalhamento revela uma tentativa de explicar a geografia natural por meio de uma lógica harmônica da criação, característica de concepções naturalistas que compreendem a natureza como uma obra racional e equilibrada. Para Adriana Anatálio Feitosa, os naturistas utilizaram suas obras como arma combativa, queriam com a literatura fazer a transformação da sociedade, por isso seguiam rigidamente os postulados cientificistas, submetendo suas personagens ao destino cego das leis naturais[14].

No quarto canto, dedicado à criação dos astros, destaca-se a definição do tempo como um elemento fundamental da ordem cósmica, bem como o estabelecimento de suas divisões. A presença dos corpos celestes assume, portanto, uma função organizadora da temporalidade e da dinâmica do universo. O quinto canto aborda a origem da vida aquática e aérea, direcionando a narrativa para uma dimensão biológica da criação. Nesse momento, observa-se a ampliação da obra para a diversidade das formas de vida, inserindo os seres vivos no conjunto ordenado do cosmos. Por fim, o sexto canto apresenta a culminação da criação com o surgimento do homem, reafirmando a concepção an-

14 FEITOSA, Adriana Anatálio. *Relações de gênero e naturalismo no romance Um manicaca, de Abdias neves*. Universidade Federal do Piaui, 2006. p. 56.

tropocêntrica tradicional, na qual a figura humana ocupa o ápice da ordem criada e assume posição central na estrutura do universo concebida pelo autor.

Do ponto de vista historiográfico, ao considerarmos que o século XIX foi marcado por intensas transformações no campo do conhecimento, observa-se a emergência de novas formas de interpretação da natureza, da sociedade e da própria origem do universo. Nesse contexto intelectual, diversos autores buscaram produzir investigações e elaborar obras que procuravam estabelecer um diálogo entre a tradição religiosa e as descobertas científicas então em expansão.

É nesse horizonte que Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco procura inserir sua obra *Poética e Philosophicamente*, a qual pode ser compreendida como a expressão de um projeto cultural de erudição provincial. Nesse sentido, sua produção não se limita a uma simples recriação poética da narrativa bíblica. Ao contrário, o autor busca elaborar uma interpretação de caráter abrangente acerca da origem do universo, articulando elementos da tradição religiosa, observações da natureza e referências provenientes da linguagem científica. Dessa forma, sua obra revela o esforço de integrar diferentes campos do saber, refletindo as tensões e aproximações entre fé, ciência e especulação filosófica características do ambiente intelectual do período.

Ao analisar a introdução da obra *Poética e Philosophicamente*, de Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco, observa-se a construção de uma cosmologia de caráter poético-filosófico, por meio da qual o autor procura interpretar o universo não apenas a partir de fundamentos científicos, mas também através de lentes metafóricas, sensíveis e subjetivas. Nessa perspectiva, a estrutura do cosmos é articulada à experiência humana, estabelecendo um diálogo entre a ordem natural e a dimensão espiritual da existência. Segundo o próprio autor, [...] "Cantar a creação de tudo, que recebeu do braço omnipotente a vida, a existência e a formosura"[15]. Assim, o autor busca explicar a criação do universo e a manifestação do divino, revelando uma concepção carac-

15 CASTELLO-BRANCO. op.cit. 1863. p. 7.

terística do naturalismo teológico presente no pensamento intelectual do século XIX. Desse modo, sua escrita configura-se como esforço de conciliação entre poesia, ciência e teologia, evidenciando uma forma de erudição que procura harmonizar saberes distintos na interpretação da realidade.

Sob uma perspectiva historiográfica, percebe-se a formulação de uma concepção que se aproxima de determinada tradição intelectual responsável por interpretar o cosmos como um mecanismo ordenado por uma inteligência superior, perspectiva que remete a uma herança da filosofia natural que exerceu significativa influência sobre o pensamento oitocentista. No caso de Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco, o autor reconhece os limites de sua própria linguagem poética ao relacioná-la com a grandeza e a imensidão do universo. Tal postura evidencia uma autopercepção característica de um recurso retórico recorrente na poesia filosófica, na qual o poeta admite a insuficiência de sua expressão diante da tentativa de abarcar, em termos discursivos, a totalidade do cosmos.

É identificável em sua obra a presença de um discurso de modéstia intelectual, característica recorrente na literatura erudita do período. Ao destacar que sua produção possui limites e ao reconhecer as restrições da narrativa humana diante da grandeza da natureza, o autor posiciona-se mais como observador e intérprete do mundo do que propriamente como detentor absoluto do conhecimento. Segundo o autor, [...] "Impossível é descrevê-los todos; bastará apresentar um quadro das produções do eterno"[16]. Nesse sentido, o texto também apresenta uma tonalidade reflexiva e autobiográfica, na medida em que evoca passagens da juventude e as ilusões da vida, aproximando a obra de uma dimensão de poética moralizante, elemento bastante recorrente na literatura filosófica oitocentista. Segundo o autor, [...] "Recordo-me ainda dos dias da juventude, quando as ilusões da vida seduziam o espírito"[17]. É importante, ainda, compreender o quanto a

16 CASTELLO-BRANCO. op.cit. 1863. p. 8.

17 CASTELLO-BRANCO. op.cit. 1863. p. 8.

passagem do tempo era sensivelmente percebida pelo autor e como a construção de sua trajetória de vida se articula à sedução das experiências mundanas, responsáveis por produzir determinadas ilusões diante de suas próprias aspirações. Nesse sentido, a associação estabelecida entre a mudança constante da natureza e as ilusões da existência humana revela-se pertinente, na medida em que evidencia a instabilidade e a transitoriedade que caracterizam a experiência da vida. Recorrendo à perspectiva teórica de Nicolau Sevcenko (2003), observa-se que muitos literatos passaram a adotar uma postura pragmática em suas produções escritas, tendendo a considerar-se não apenas como agentes das correntes transformadoras de seu tempo, mas também como uma condição fundamental para o seu próprio desencadeamento e realização[18]. Nesse sentido, a atuação intelectual ultrapassa o mero exercício literário, assumindo uma dimensão interventiva na interpretação e na formulação de projetos culturais e sociais.

Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco também destaca, na introdução de sua obra, o comportamento dos animais, evidenciando neles a capacidade de organização e trabalho. Como observa o autor: [...] "vedes as aves que constroem seus ninhos com arte admirável, as formigas que edificam cidades, e as abelhas que fabricam o mel e a cera"[19]. Tal descrição revela de maneira clara a inspiração na tradição da história natural, ao apresentar esses exemplos como evidências de inteligência e de uma ordem providencial presente na natureza. Nesse sentido, o mundo natural é interpretado como um sistema funcional e harmonioso, o que evidencia, por parte do autor, uma tentativa intelectual de dialogar com correntes de pensamento que buscavam demonstrar a sabedoria divina por meio da observação da natureza, perspectiva amplamente associada à chamada teologia natural.

A análise do prólogo e da introdução da obra *Poética e Philosophicamente*, escrita por Leonardo da Senhora das Dores Castello-

18 SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão:* tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 99-100.

19 CASTELLO-BRANCO. op.cit. 1863. p. 10.

-Branco, permite compreender a configuração de seu projeto cultural erudito, no qual poesia, filosofia e ciência se entrelaçam na tentativa de interpretar a ordem do universo. Nesse contexto, a obra articula reflexões acerca da condição moral do homem e apresenta a harmonia da natureza como expressão da providência divina, elementos recorrentes no debate intelectual de sua época. Dessa forma, evidencia-se o esforço do autor em dialogar com pensamento científico e moral oitocentista, buscando integrar diferentes campos do saber em uma interpretação mais ampla da realidade.

Considerações finais

A análise da obra *Descripta Poética e Philosophicamente* (1863), de Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco, permite compreender a complexidade do projeto intelectual desenvolvido pelo autor no contexto do século XIX. Ao articular poesia, filosofia e reflexão científica, Castello-Branco constrói uma interpretação singular acerca da criação do universo, evidenciando a tentativa de integrar diferentes tradições do pensamento em uma mesma estrutura discursiva. Dessa forma, sua produção revela não apenas uma elaboração literária de caráter cosmológico, mas também um esforço de interpretação racional da natureza, no qual a linguagem atua como instrumento de mediação entre a dimensão sensível e a reflexão filosófica.

A estrutura da obra, organizada em seis cantos correspondentes aos seis dias da criação, reforça essa perspectiva interpretativa. Cada etapa da narrativa apresenta uma dimensão específica do processo criador, permitindo observar como o autor procura explicar a organização do universo a partir de uma lógica progressiva que abrange desde a formação da luz e da matéria até o surgimento do homem. Tal organização revela uma concepção cosmológica na qual a natureza aparece como um sistema ordenado e racional, cuja harmonia seria expressão de uma inteligência criadora. Nesse aspecto, a obra aproxima-se de determinadas tradições da filosofia natural e da teologia natural que bus-

cavam demonstrar a existência de uma ordem providencial na estrutura do mundo.

Nesse contexto, o prólogo da obra assume uma função particularmente significativa, pois nele o autor apresenta não apenas as motivações que orientaram a elaboração do texto, mas também elementos de sua própria trajetória de formação intelectual. Ao afirmar que não frequentou instituições formais de ensino e que adquiriu seus conhecimentos por meio de estudos independentes, Castello-Branco constrói um discurso de legitimação baseado na valorização do esforço individual e da dedicação intelectual. Tal estratégia discursiva era relativamente comum entre intelectuais situados fora dos principais centros acadêmicos, funcionando como mecanismo de afirmação de autoridade intelectual diante de um público leitor potencialmente vinculado aos circuitos eruditos do período.

Dessa forma, a análise de *Descripta Poética e Philosophicamente* evidencia como a produção literária e intelectual do século XIX foi marcada por um intenso diálogo entre diferentes campos do saber. A obra de Castello-Branco revela a tentativa de construir uma cosmologia que integra ciência, filosofia e religião, demonstrando que, para determinados autores do período, essas dimensões não se apresentavam necessariamente como opostas, mas como elementos complementares na interpretação da ordem do mundo.

Por fim, ao recuperar e analisar essa produção, torna-se possível ampliar a compreensão acerca da formação da intelectualidade do Piauí e, de maneira mais ampla, no Brasil oitocentista. O estudo de obras como a de Castello-Branco contribui para evidenciar a diversidade de experiências intelectuais que compuseram o universo cultural do período, revelando a existência de projetos eruditos que, mesmo desenvolvidos em contextos periféricos dialogavam com debates científicos e filosóficos de alcance internacional.

Referências Bibliográficas

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira.** 53. ed. São Paulo: Cultrix, 2021.

CERTEAU, Michel de. *A* **invenção do cotidiano:** as artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano***:* as artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHATEAUBRIAND, François-René de. **Le Génie du christianisme.** Paris: Migneret, 1802.

COPÉRNICO, Nicolau. **De revolutionibus orbium coelestium**. Nuremberg: Johannes Petreius, 1543.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia:** a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa.** 2. ed. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013.

DESCARTES, René. **Discours de la méthode**. Leiden: Jan Maire, 1637.

DURKHEIM, Émile. **O individualismo e os intelectuais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FEITOSA, Adriana Anatálio. **Relações de gênero e naturalismo no romance Um manicaca, de Abdias Neves.** Universidade Federal do Piauí, 2006.

GALILEI, Galileu. **Dialogo sopra i due massimi sistemi del mondo.** Florença: Giovanni Battista Landini, 1632.

GALILEI, Galileu. Sidereus Nuncius. Veneza: Thomas Baglioni, 1610. Leonardo da Senhora das Dores Castelo-Branco. **Descripta Poética e Philosophicamente.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1863.

LE GOFF, Jacques. Progresso/reação. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 7. Ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

ORWELL, George. **Por que escrevo e outros ensaios**. Tradução: Claudio Marcondes. São Paulo, Companhia das Letras, 2021.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão***:* tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

INTER FIDEM ET MUNDUM

o Cônego Honório José Saraiva[1]

Sara Vitoria Soares da Silva
Francisco de Assis de Sousa Nascimento

> O sr. Cônego Honório Saraiva ostentou publicamente o seu immenso poderio e as suas grandes manobras politiqueiras; mas eu, desta minha obscura humildade, hei de arrastal-o ao tribunal incorruptivel da história (Higino Cunha, 1924).

Introdução

*Inter fidem et mundum – "entre a fé e o mundo". A expressão latina, que poderia servir de divisa para tantos sacerdotes do século XIX, aplica-se ao Cônego Honório José Sarai*va (1852-1904) de maneira singularmente tensa. Porque ele não apenas habitou esse entre-lugar: ele o escancarou, transformando-o em campo de bata-

1 Essa pesquisa foi financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), associado com o programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

lha. Vigário-Geral Forense do Piauí, pároco da Igreja Primaz de Teresina – Nossa Senhora do Amparo, presidente da Sociedade Libertadora Piauiense, professor da Escola Normal, organizador do Partido Católico, redator do jornal *A Cruz*: em cada uma dessas funções, o Cônego Honório fez da fé uma arma e do mundo um púlpito. E, ao fazer isso, colheu tanto veneração quanto ódio declarado.

O ódio, em especial, foi verbalizado com rara eloquência por Higino Cunha (1858-1943), bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, maçom e livre-pensador. Em 1887, ao ter seu casamento católico impedido pelo Cônego sob a alegação de que sustentava "idéas contrarias aos dogmas da Igreja Romana"[2], Cunha respondeu com um artigo devastador, no qual qualificou o vigário-geral como "jesuíta politiqueiro, remanescente dos tempos de Torquemada". E prometeu arrastá-lo ao "tribunal incorruptível da história"[3]. Três décadas e meia depois, ao publicar sua *História das Religiões no Piauhy* (1924), cumpriu a promessa: o episódio tornou-se ali capítulo exemplar da intransigência clerical, apresentado como prova de que a Igreja romanizada se colocava como obstáculo à modernização, à liberdade de consciência e ao casamento civil.

Entretanto, outras fontes a monografia de Carlos Alberto Dias (2010), os relatórios presidenciais da Província do Piauí, os anúncios de casamentos no jornal *A Reforma*, os registros da Sociedade Libertadora – pintam um retrato muito diverso. Ali, o Cônego Honório surge como abolicionista fervoroso, fundador da primeira escola mista de Altos, organizador do Partido Católico, construtor de igrejas e cemitérios, e fiel defensor da fé romana diante do avanço maçônico e protestante. Não um déspota eclesiástico, mas um "zeloso pastor"[4] e "precursor do progresso"[5].

2 CUNHA, 1924, p. 130.

3 CUNHA, 1924, p. 135.

4 DIAS, 2010, p. 6.

5 DIAS, 2010, p. 6.

Como conciliar essas duas imagens? Estaríamos diante de um caso de memória dupla – o mesmo homem que foi santo para uns e tirano para outros – ou a verdade histórica sobre o Cônego Honório está fadada a oscilar entre a hagiografia e a virulência?

Este artigo propõe que a resposta não está em escolher uma das versões em detrimento da outra, mas em compreender como e por que cada uma delas foi produzida. Para tanto, mobilizamos três aportes da teoria da história: o conceito de *lugar social* do historiador, de Michel de Certeau[6]; o *paradigma indiciário*, de Carlo Ginzburg[7]; e a noção de *campo religioso*, de Pierre Bourdieu[8]. Dividido em três seções, o artigo reconstitui o contexto social e religioso do Piauí, traça o perfil biográfico do Cônego Honório, analisa as polêmicas em que se envolveu, confronta as diferentes memórias construídas sobre ele e, por fim, propõe uma leitura que reconhece a ambiguidade como traço constitutivo de sua trajetória.

1. O Cônego Honório José Saraiva: perfil e atuação

Honório José Saraiva veio ao mundo em 10 de julho de 1852. Sua naturalidade exata é incerta, mas tudo indica que tenha nascido em Teresina, pertencendo à mesma linhagem do Conselheiro Saraiva e da professora Joana de Abranches Saraiva, a primeira a lecionar na escola mista de Altos.[9] Sua família possuía propriedades rurais nas

6 Michel de Certeau (1925-1986), historiador e jesuíta francês, desenvolveu o conceito de "lugar social" para designar o conjunto de condições institucionais, políticas e culturais que determinam a produção do discurso histórico. Ver: CERTEAU, 2006, cap. 2.

7 Carlo Ginzburg (n. 1939), historiador italiano, propôs o "paradigma indiciário" como método de conhecimento baseado em pistas, sintomas e vestígios. Ver GINZBURG, 1989, cap. "Sinais".

8 Pierre Bourdieu (1930-2002), sociólogo francês, formulou a teoria do "campo religioso" como espaço de disputa pelo monopólio da gestão dos bens de salvação. Ver BOURDIEU, 2007, cap. "Gênese e estrutura do campo religioso".

9 DIAS, 2010, p. 11.

localidades de Retiro, em Altos, e Boqueirão, em José de Freitas, o que lhe garantiu desde cedo uma posição social confortável e trânsito entre a capital e o interior.[10]

Sacerdote secular, isto é, não vinculado a nenhuma ordem religiosa regular, Saraiva iniciou sua carreira eclesiástica como escrivão da Câmara Eclesiástica e secretário do Bispado do Maranhão em 1881.[11] Dois anos depois, em julho de 1883, foi nomeado terceiro Vigário-Geral Forense da província do Piauí, assumindo a Paróquia de Nossa Senhora do Amparo, em Teresina, então a principal igreja da capital.[12] Sua jurisdição eclesiástica era vastíssima: abrangia 32 paróquias distribuídas por 14 comarcas, de Amarante a São Raimundo Nonato.[13] A nomeação para o cargo de vigário geral não era casual. O Código de Direito Canônico exigia que o ocupante fosse "sacerdote com pelo menos trinta anos de idade, doutor ou licenciado em direito canônico ou teologia, ou pelo menos verdadeiramente perito nessas disciplinas, recomendado pela sã doutrina, probidade, prudência e experiência no trato das questões".[14] Saraiva demonstrou ao longo da vida essas qualidades, sobretudo a prudência e a experiência no trato com as tensões políticas e religiosas de seu tempo.

Além das funções eclesiásticas, Saraiva destacou-se como abolicionista. Em 1883, presidiu a Sociedade Libertadora Piauiense, entidade que alforriou doze escravos em seu ato de instalação.[15] O requerimento encaminhado à Assembleia Legislativa Provincial, com dezenas de assinaturas, foi aprovado pelo presidente da província, Dr. Firmino

10 DIAS, 2010, p. 11.

11 DIAS, 2010, p. 11.

12 DIAS, 2010, p. 28; CHAVES, 1994, p. 54.

13 DIAS, 2010, p. 36.

14 Código de Direito Canônico, cânon 478, § 1. Embora o código vigente seja posterior, os requisitos já eram similares no Código de 1917 (cânon 367).

15 DIAS, 2010, p. 13-14.

de Sousa Martins.[16] A imprensa local saudou a iniciativa, e a sociedade inspirou a criação de agremiações congêneres em Barras e Jaicós.[17]

Também na educação o Cônego Honório deixou sua marca. Em 1885, foi nomeado lente da primeira cadeira da Escola Normal do Piauí, onde ministrou disciplinas como Instrução Religiosa e Pedagogia.[18] Em 1891, já no regime republicano, tornou-se lente de História Universal no Liceu Piauiense.[19] Em Altos, até então um modesto povoado de Teresina, promoveu a construção de um cemitério público (1885), de uma capela dedicada a São José (1891) e da primeira escola mista do lugar (1891).[20] Em 13 de julho de 1901, lançou a pedra fundamental da igreja matriz de São José, que não chegaria a ver concluída.

No campo político, organizou em sua própria casa, em 1890, a reunião que deu origem ao Partido Católico de Teresina.[21] Foi vice-presidente do Partido Republicano Legalista (1892) e integrou o diretório do Partido Republicano Federal (1897).[22] Sua militância, embora lhe rendesse desafetos, era comum entre o clero da época, que buscava espaço na nascente República.

Acometido de lepra, Saraiva afastou-se voluntariamente das funções sacerdotais em 1903 e retirou-se para Altos, onde faleceu em 27 de janeiro de 1904, sendo sepultado dentro da igreja de São José.[23] Seu nome batiza a praça central da cidade, e sua memória permanece viva entre os mais velhos.

16 DIAS, 2010, p. 14-15.

17 DIAS, 2010, p. 16.

18 DIAS, 2010, p. 18.

19 DIAS, 2010, p. 22.

20 DIAS, 2010, p. 29-30.

21 DIAS, 2010, p. 24.

22 DIAS, 2010, p. 26.

23 DIAS, 2010, p. 11-12.

2. No centro da polêmica: imprensa, casamento e protestantes

O Cônego Honório José Saraiva caracterizou-se por uma atuação pública intensa e frequentemente polêmica, situando-se no centro dos embates que marcaram a vida política e religiosa do Piauí nas últimas décadas do século XIX. Esse período foi particularmente convulso: de um lado, a Igreja Católica empenhava-se em seu processo de romanização e reorganização institucional, buscando recompor o espaço simbólico e social que vinha perdendo para o pensamento laico desde o Iluminismo; de outro, setores liberais, maçons e, progressivamente, missionários protestantes estrangeiros começavam a desafiar a hegemonia católica em uma sociedade tradicionalmente submetida à sua tutela espiritual. Nesse cenário de disputas, o vigário geral da província emergiu como um dos protagonistas mais ativos, utilizando-se de diferentes frentes de atuação – a imprensa, o púlpito e as relações políticas – para conter o avanço das ideias que considerava atentatórias à fé e à ordem estabelecida.

Esta seção relata em três episódios que expõem, como poucos, as trincheiras dessa guerra silenciosa. O primeiro deles é a fundação de *A Cruz*, em 1890, o primeiro jornal católico do Piauí. Criado para frear o avanço da maçonaria e orientar os fiéis, o periódico teve o Cônego como sua principal caneta e colocou a Igreja no jogo da disputa política e religiosa.

Em seguida, o foco recai sobre o caso que até hoje ecoa na história local: a recusa do Cônego em abençoar o casamento de Higino Cunha, em 1887. O episódio, narrado pelo próprio noivo em tom de denúncia, revela as tensões entre um clérigo disposto a usar os sacramentos como arma e um jornalista que não media palavras para atacar o que chamava de "tirania clerical". A briga expôs o lado mais pessoal e político do vigário geral.

Por fim, a seção aborda a visita do missionário presbiteriano norte-americano George Butler a Teresina, também em 1887. A passa-

gem do protestante pela capital foi um teste para o poder do Cônego. Sua tentativa de abafar os sermões com o repique de sinos e seu esforço para desacreditar o pastor mostram que, por mais influente que fosse, o vigário geral encontrava limites diante de uma sociedade que começava a se abrir para outras vozes.

2.1 O jornal A Cruz e a defesa da fé

A reação organizada do catolicismo piauiense ao avanço do pensamento laico ganhou corpo com a fundação do jornal *A Cruz* em 1890. A iniciativa partiu de José Pereira Lopes, mas coube ao Cônego Honório a redação do periódico, o primeiro órgão de imprensa explicitamente católico do Estado.[24] O objetivo era combater a propaganda maçônica e orientar os fiéis. Em um artigo intitulado "Católico, alerta!", lia-se: "Aproveitando certas vantagens que a situação política do momento oferece, os agentes estrangeiros e os nacionais em grande parte traidores da Igreja Católica, por meio de folhetos insultuosos sem assinaturas, e por isso irresponsáveis, insultam os sentimentos mais nobres da quase totalidade dos que vivem em nossa terra. Os santos sacramentos, a missa, o Papa, os Bispos, os Padres, os Santos, a própria Nossa Senhora e as coisas mais sagradas servem-lhes de objeto para suas diabólicas farisaicas críticas."[25]

A Maçonaria local, por meio da Loja Caridade 2ª, havia distribuído panfletos que propunham "acabar com a religião que dela se serve o clero para enganar as massas populares", declarando abertamente que "a guerra entre a Maçonaria e a Igreja Católica é de vida ou morte".[26] O Cônego Honório, ao assumir a redação de *A Cruz*, colocou seu prestígio a serviço da contraofensiva católica. A duração do jornal foi curta, mas seu papel precursor é inegável.[27]

24 DIAS, 2010, p. 45-46.

25 A Cruz, 1890, apud DIAS, 2010, p. 46-47.

26 QUEIROZ, 1994, p. 107.

27 DIAS, 2010, p. 48; CARVALHO, 1986, p. 98.

2.2 O impedimento ao casamento de Higino Cunha

> "Toda esta cidade soube do caprichoso impedimento canonico que o sr. conego Honorio Saraiva, vigario geral desta provincia, inventou para embaraçar o meu casamento, á última hora, marcado para o dia 30 de junho ultimo."[28]

A frase é de Higino Cunha, escrita em 14 de julho de 1887 e publicada no jornal *A Imprensa* dias depois. Ela inaugura um dos episódios mais tensos da história das relações entre Igreja e Estado no Piauí. Segundo Cunha, o Cônego o procurou após tomar conhecimento de um artigo sobre o livre arbítrio publicado na *Revista Mensal*. Ali, Cunha sustentava ideias "como philosopho", não recuando "deante do espantalho da existencia da alma"[29]. O vigário geral então lhe teria declarado "peremptoriamente que não consentia no meu casamento por ter eu sustentado idéas contrarias aos dogmas da Igreja Romana"[30].

A narrativa de Cunha é construída para despertar simpatia. Ele argumenta que outros jovens com as mesmas ideias já haviam se casado sem obstáculo e que nunca atacara diretamente a Igreja Católica "nem as crenças alheias, que muito respeito, pois em questão religiosa a tolerancia tem sido, até hoje, a minha principal norma de conducta"[31]. A ironia, evidente para quem conhecia seu pensamento anticlerical, não escapou aos contemporâneos.

Cunha procura mostrar que o impedimento teve motivações políticas. O Cônego Honório, que inicialmente fora aliado dos liberais, teria se convertido aos conservadores ao sabor das conveniências. "Anathematizado por ambos os partidos militantes, mal visto por toda esta população, que o conhece de perto por suas façanhas na vida pública e particular, o sr. conego Honorio quiz praticar um rasgo de poderio

28 CUNHA, 1924, p. 129.

29 CUNHA, 1924, p. 130.

30 CUNHA, 1924, p.130.

31 CUNHA, 1924, p. 130-131.

para mostrar que não é tão ruim como geralmente se pensa"[32]. A acusação mais grave é que o Cônego teria "applicado o sacerdocio ecclesiastico a uma politicagem reles, suppondo, assim, valorizar-se como político e readquirir a posição que já gozara"[33]. Cunha termina com uma frase célebre: "Prefiro ir morar com elles no inferno a ir para o céo dos Torquemadas e Saraivas"[34].

À última hora, às três da tarde do dia 30 de junho, o Cônego Honório cedeu. "Cassou o impedimento e deu licença para eu casar-me catholicamente"[35]. A cerimônia foi celebrada na igreja de Nossa Senhora das Dores pelo padre Tomás de Morais Rego, desafeto declarado do Cônego Honório.[36] A cidade se dividia entre "amparistas" e "doristas", e as paixões chegavam a tal ponto que "afetuosas relações de amizade foram rompidas"[37].

O desfecho, contudo, não apaga o fato de que o Cônego Honório era regularmente requisitado para celebrar matrimônios da elite teresinense. Uma nota publicada em *A Reforma* (n. 63) registra que o "Revmo. sr. Cônego Honório José Saraiva" celebrou o casamento de João Antônio de Vasconcellos e Raimunda Augusta de Vasconcellos "diante numeroso concurso de cavalheiros e senhoras, no sítio Sant'Anna".[38] O contraste é elucidativo: o Cônego não recusava casamentos por princípio abstrato; aplicava seletivamente a disciplina canônica, barrando aqueles que, como Cunha, haviam feito pública profissão de fé contrária aos dogmas.

32 CUNHA, 1924, p. 133.

33 CUNHA, 1924, p. 134.

34 CUNHA, 1924, p. 135.

35 CUNHA, 1924, p. 134-135.

36 CUNHA, 1924, p. 131; DIAS, 2010, p. 76-77.

37 DIAS, 2010, p. 76.

38 A Reforma, Teresina, n. 63, s.d.

2.3 A visita do missionário protestante

No segundo semestre de 1887, Teresina recebeu a visita do primeiro pastor protestante que por ali andou: o médico e missionário presbiteriano norte-americano Dr. George W. Butler[39]. A visita causou alvoroço. Butler pregou em diversas casas particulares, sendo ouvido por plateias "sempre selectas e numerosas, inclusive muitas famílias distintas"[40]. O Cônego Honório reagiu com energia: na hora marcada para os sermões evangélicos, mandava repicar os sinos da igreja do Amparo. A estratégia, porém, surtia efeito contrário: "a affluencia á prégação protestante crescia a olhos vistos"[41].

Frustrado, o Cônego Honório teria enviado um telegrama para São Luís comunicando que o missionário "tinha saído fugido e escorraçado pelo povo teresinense"[42]. A notícia era falsa. Butler partira "cavalheirosamente" e acompanhado por amigos[43]. Um protesto assinado por 45 pessoas, entre as quais o juiz Manuel Ildefonso de Sousa Lima, o negociante Salomão Baumann e o próprio Higino Cunha, foram enviados a São Luís para desmentir a informação[44]. O episódio revela os limites da ação do Cônego Honório: por mais prestígio que tivesse, não conseguia impedir a circulação de ideias protestantes.

39 CUNHA, 1924, p. 137.

40 CUNHA, 1924, p. 137.

41 CUNHA, 1924, p. 137.

42 CUNHA, 1924, p. 137.

43 CUNHA, 1924, p. 138.

44 CUNHA, 1924, p. 138.

3. Memórias em confronto: entre a hagiografia e a crítica

As fontes sobre o Cônego Honório não são homogêneas. Cada uma foi produzida a partir de um *lugar social* específico[45]. Confrontá-las não significa escolher uma como "verdadeira", mas compreender os mecanismos de sua construção. A presente seção dedica-se ao exame das diferentes interpretações históricas sobre a figura do Cônego Honório. Serão analisadas três perspectivas principais: a visão crítica de Higino Cunha, a visão favorável de Carlos Alberto Dias e a abordagem de Teresinha Queiroz, que insere o Cônego em um contexto mais amplo de conflitos entre grupos anticlericais e a Igreja romanizada. Por fim, será aplicado o referencial teórico de Pierre Bourdieu para compreender o Cônego Honório como um agente atuante no campo religioso, em disputa por autoridade e legitimidade social. O confronto entre essas narrativas não tem por objetivo estabelecer qual delas é "verdadeira", mas sim identificar os lugares sociais de onde cada uma foi produzida e os mecanismos de sua construção discursiva.

3.1 A visão de Higino Cunha: o "jesuíta politiqueiro"

Para Cunha, o Cônego Honório era a personificação do pior do clero ultramontano: um homem que usava o poder eclesiástico para fins políticos, manipulava os sacramentos como armas de vingança e se colocava como obstáculo ao progresso[46]. O adjetivo "jesuíta" não é casual: desde o século XVIII, a Companhia de Jesus era vista pelos anticlericais como a ordem mais astuta e perigosa.[47] Cunha admite que o jornal *A Imprensa* protestara contra a nomeação do Cônego para a

45 CERTEAU, 2006, cap. 2. Michel de Certeau (1925-1986), historiador e jesuíta francês, desenvolveu o conceito de "lugar social" para designar o conjunto de condições institucionais, políticas e culturais que determinam a produção do discurso histórico.

46 CUNHA, 1924, p. 132-135.

47 QUEIROZ, 1994, p. 188-191.

Escola Normal, sugerindo que o impedimento ao casamento pode ter sido uma resposta[48]. Sua versão é a de um adversário declarado.

3.2 A visão de Carlos Alberto Dias: o "zeloso pastor"

Em sentido oposto, a monografia de Dias (2010) apresenta o Cônego Honório sob luz favorável. O autor, membro da comunidade católica de Altos, dedica-lhe expressões como "zeloso pastor" e "precursor do progresso". Sua narrativa privilegia as realizações concretas: a igreja de São José, a escola mista, o cemitério, a atuação abolicionista[49]. O conflito com Cunha é tratado de passagem. Dias reproduz a portaria episcopal de 1924 que proibia a leitura da *História das Religiões no Piauhy*, classificando a obra de Cunha como "má, ímpia e blasfema"[50]. Seu lugar social é o da memória devocional, não o da análise histórica distanciada – o que torna sua obra um precioso documento sobre a veneração local ao Cônego.

3.3 A visão de Teresinha Queiroz: o Cônego como peça de um conflito mais amplo

A historiadora Teresinha Queiroz (1994) não se detém na biografia do Cônego; ele aparece como figura secundária no contexto da luta entre as "gerações materialista-cientificistas" e a Igreja romanizada. Para ela, o episódio do casamento é exemplar das "tiranias do tempo". Queiroz não toma partido: mostra que tanto anticlericais quanto católicos agiam com intolerância, e que o conflito era alimentado por fatores políticos e pessoais[51]. Sua análise aproxima-se do "paradigma indiciário" de Ginzburg: trabalha com pistas e fragmentos.[52]

48 CUNHA, 1924, p. 132.

49 DIAS, 2010, p. 28-31.

50 DIAS, 2010, p. 51.

51 QUEIROZ, 1994, p. 190-191.

52 GINZBURG, 1989.

3.4 Análise à luz de Bourdieu: o Cônego como agente do campo religioso

Pierre Bourdieu propõe que a religião é um espaço social no qual agentes disputam o monopólio da gestão dos bens de salvação.[53] O Cônego Honório, ao ocupar o cargo de vigário geral, fundar um partido católico, redigir um jornal de defesa da fé e intervir na educação, atuava nesse campo. Ele acumulava capital simbólico (sua posição eclesiástica), capital cultural (sua atuação como professor) e capital social (suas relações com as famílias tradicionais).[54] O conflito com Cunha pode ser relido como uma disputa pela autoridade legítima. Cunha, bacharel em Direito, maçom e jornalista, pertencia a um campo concorrente: o dos intelectuais laicos, que reivindicavam para si o direito de orientar a sociedade com base na ciência e na razão[55]. A recusa do casamento foi um ato de afirmação de poder do Cônego. O fato de ter cedido "à última hora" mostra que seu poder não era absoluto, mas o gesto funcionou como uma declaração de princípios.

Considerações finais

Inter fidem et mundum – "entre a fé e o mundo". A expressão resume a trajetória do Cônego Honório José Saraiva e também o dilema do historiador que se debruça sobre figuras controversas. O Cônego Honório foi ao mesmo tempo abolicionista e defensor intransigente da ortodoxia, professor e político, pastor zeloso e polemista impiedoso. Não foi santo nem tirano; foi um homem de seu tempo, moldado pelas tensões entre uma Igreja que se queria romanizada e um Estado que se queria laico, entre a tradição católica e os ventos da modernidade.

As diferentes memórias construídas sobre ele – as de Cunha, Dias e Queiroz – não são narrativas concorrentes que pedem um ve-

53 BOURDIEU, 2007.

54 BOURDIEU, 2007, introdução.

55 QUEIROZ, 1994, p. 12-13, 71-74.

redito final. São testemunhos de posições distintas no campo social. Cunha escreve como adversário vencido, mas não resignado. Dias escreve como herdeiro devocional. Queiroz escreve como historiadora acadêmica, buscando a compreensão estrutural. Cada uma dessas vozes é legítima em seu registro. Cabe ao leitor, à luz das evidências documentais, formar seu próprio juízo.

O que permanece, para além das polêmicas, é a figura de um homem que não se furtou ao combate. O Cônego Honório enfrentou a Maçonaria, os protestantes, os livres-pensadores e até mesmo seus pares no clero. Enfrentou também a doença e o isolamento. Acometido de lepra, retirou-se para Altos, onde viveu seus últimos dias em reclusão voluntária. Faleceu em 27 de janeiro de 1904, sendo sepultado dentro da igreja de São José, que ele próprio ajudara a construir. Deixou atrás de si uma comunidade que o venera e uma obra que resiste ao tempo.

Seu adversário, Higino Cunha, prometera arrastá-lo ao "tribunal incorruptível da história". Mais de um século depois, pode-se dizer que o julgamento ainda não terminou. Porque a história, ao contrário do que imaginavam os positivistas, não é um tribunal que absolve ou condena. É um campo de disputas, um diálogo incessante entre o passado e o presente. O Cônego Honório continua a habitar esse campo e a nos desafiar.

Bibliografia

A Reforma. Teresina, n. 63, s.d. Acervo: Memória do Jornalismo Piauiense.

CUNHA, Higino. **História das Religiões no Piauhy**. Teresina: Papelaria Piauiense, 1924.

DIAS, Carlos Alberto. **Atuação político-religiosa do Cônego Honório Saraiva no Piauí e nas cidades de Teresina e Altos de 1883 a 1903**. Monografia (Especialização em História do Brasil). Altos-PI:

Faculdades Montenegro, 2010.

QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

CHAVES, Joaquim (Monsenhor). **Teresina: subsídios para a história do Piauí.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

CERTEAU, Michel de**. A escrita da história.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BOURDIEU, Pierre**. A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007.



UM INTELECTUAL ONÍMODO

a trajetória de Félix Pacheco como agente histórico da primeira república

Rodrigo Thadeu Paiva Dias
Teresinha Queiroz

No ano de 1952, em alusão ao centenário de fundação da cidade de Teresina, o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, organizou a feitura do volume *Félix Pacheco*: dados e informações para o estudo da vida e da obra do grande brasileiro. Na breve apresentação do livro, o personagem homenageado recebeu a seguinte descrição: "grande brasileiro nascido no pequeno estado do Piauí" (Jornal do Comércio, 1952, p. 3).

Para o escritor anônimo,[1] obscuro sob a assinatura institucional do periódico, Félix Pacheco vencera o estado natal em grandeza e

1 A versão original do texto foi publicada como necrológio, no *Jornal do Comércio*, um dia após o falecimento de Félix Pacheco (Félix Pacheco..., 7 dez. 1935, p. 1-5).

fama, especialmente na capital federal. O seu nome, naquele momento, já se encontrava emprestado para os institutos de identificação do país inteiro.[2] É lembrado, no texto, que o piauiense foi deputado, senador, tradutor e estudioso da obra de Charles Baudelaire, membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, jornalista, ministro das Relações Exteriores do governo de Arthur Bernardes e proprietário do *Jornal do Comércio*.

Nada mais adequado, para homenagear Teresina, que evocar a memória de um dos seus ilustres filhos – pensaram os responsáveis pela publicação –, legando à posteridade potenciais questionamentos sobre o lugar ocupado pelo "pequeno Piauí" na política e na cultura brasileiras durante a Primeira República. Assim como, o lugar ocupado pelo próprio Félix Pacheco na vida pública brasileira ao longo das décadas que sucederam a queda do Império.

O exercício de estudar historicamente a trajetória de Pacheco justifica-se quando observada a participação que teve na política partidária e no universo intelectual da República. Busca-se, neste texto, analisar o sujeito histórico embebido em história, a partir da premissa de ser o seu itinerário de vida potencialmente revelador sobre o contexto no qual estava inserido. Nessa direção, adverte a historiadora Sabina Loriga que os indivíduos não devem ser vistos como meros reflexos das estruturas sociais, nem como agentes absolutamente autônomos. Loriga propõe interpretar as experiências individuais como espaços socioculturais intermediários, nos quais se articulam idiossincrasias e condicionamentos históricos (Loriga, 2011, p. 17-45).

Sob essa perspectiva, os apontamentos biográficos a seguir possuem o objetivo de contribuir com os esforços da historiografia para compreender a Primeira República brasileira em sua complexidade política e cultural, ao passo em que se busca analisar as peculiaridades da

2 Félix Pacheco foi um dos principais responsáveis pela introdução do método de identificação por impressões digitais no Brasil, quando ocupou o cargo de chefe do Gabinete de Identificação e de Estatística do Rio de Janeiro. Por colaborar com a institucionalização e modernização da identificação civil e criminal, os institutos de identificação passaram a receber o seu nome (Locard, 1904).

existência de Pacheco. Não é pretendido verificar cada ladrilho sobre o qual o jornalista piauiense pôs os pés, mas acessar fragmentos de sua história que contribuam para assimilar conjunturas mais amplas.

Félix Pacheco nasceu em Teresina, a 2 de agosto de 1879, em uma tradicional família da política e do comércio piauienses, ligada ao Partido Conservador no período monárquico. O seu pai, Gabriel Luiz Ferreira, entre outras atribuições, exerceu os cargos de deputado provincial, governador e deputado federal. A mãe, Maria Benedita Cândida da Conceição Alves Pacheco, era dona de casa e filha do capitão José Félix Alves Pacheco, morador de primeira hora da Chapada do Corisco após a criação de Teresina e a transferência da capital, em 1852.

A família Alves Pacheco residia em propriedade conhecida como chácara Karnak (ou quinta Karnak), apontada como um dos mais belos locais da Teresina provinciana de então (Batizado, 15 jan. 1887, p. 4). Naquela espécie de fazendola, Félix Pacheco experimentou a infância, acompanhando as atividades comerciais e políticas dos seus parentes próximos.

A época, no Brasil, foi marcada pela passagem do Império para a República. No jornal *O Telefone*, Gabriel Luiz Ferreira publicou textos – assinados com o pseudônimo Federalista – que versavam sobre a necessidade de mudanças na estrutura administrativa imperial. As críticas abrangiam os costumes políticos promíscuos e a centralização do poder, além de carregarem proposições sobre a necessidade de que fossem defendidas as mais diversas expressões da liberdade (incluindo a liberdade econômica) (Federalista, 19 jan. 1889, p. 1).

Nos dias posteriores à queda do Império, as principais lideranças políticas piauienses, atentas às movimentações no Rio de Janeiro, não tardaram em aderir à República, excetuando-se Simplício Coelho de Resende e seus correligionários. Theodoro Alves Pacheco, tio de Félix Pacheco e cunhado de Gabriel Luiz Ferreira, foi uma figura central na reorganização partidária pela qual passou o Piauí. Em março de 1890, diante da necessidade de definir as chapas para as eleições à Assembleia Constituinte Federal, foram criados dois partidos políticos. O

Partido Republicano Federal tinha como chefe Theodoro Alves Pacheco, acompanhado por figuras como o Barão de Uruçuí (chefe da dissidência liberal) e Joaquim Nogueira Paranaguá (republicano histórico). O Partido Democrático, por sua vez, chefiado pelo Barão de Castelo Branco, era composto pela maior parte da dissidência conservadora, organizada em torno da figura de Coelho de Resende, e contou com a adesão de republicanos históricos, como Clodoaldo Freitas e Joaquim Diniz. Maria Cecília Nunes interpreta o reagrupamento de forças, que uniu figuras posicionadas em espectros políticos distintos, como indício de que a República começou com a vitória dos interesses pessoais e familiares sobre as convicções ideológicas (Nunes, 2016, p. 48).

Os Alves Pacheco intensificaram as suas relações com a política partidária no novo regime. Em pouco tempo, passaram a colaborar com a manutenção das práticas condenadas por Gabriel Luiz Ferreira em seus textos publicados n'*O Telefone*, como o cerceamento à liberdade de imprensa e as demissões em massa de adversários políticos.

Promulgada a Constituição do Piauí, em 24 de maio de 1891, após os trabalhos do Congresso Estadual Constituinte, Gabriel Ferreira foi escolhido governador pelos legisladores em eleição indireta (Nunes, 2016, p. 52-53). Nos meses em que esteve à frente do Executivo, entre maio e dezembro de 1891, o mandatário procurou reorganizar administrativamente o estado e institucionalizar o Poder Judiciário, com a criação do Tribunal de Justiça e a reforma do Ministério Público. O clima político, no entanto, esteve marcado por arbitrariedades, insegurança e conluios contra a oposição. Gabriel Ferreira acumulou desentendimentos com o aliado Barão de Uruçuí, que se uniu a uma frente ampla de oposição, composta por Clodoaldo Freitas e o Partido Democrático, os católicos, a ala dissidente do Partido Republicano Federal e oficiais do 35° Batalhão de Engenharia. A posição ambígua do governador diante da recusa de Floriano Peixoto em cumprir a Constituição e convocar novas eleições após a renúncia de Deodoro da Fonseca, agravou a sua situação junto à capital. Aquele estado de coisas contribuiu para que, na tarde de 21 de dezembro, fosse oficializada a vacância na cadeira

de governador. Gabriel Ferreira foi, ainda, eleito deputado federal em 1894.

Pontuadas essas movimentações, que agitaram o núcleo familiar dos Alves Pacheco entre os anos 1880 e 1890, deve-se registrar que Félix Pacheco acompanhou parte considerável dos eventos narrados – não se sabe com que grau de consciência – como estudante do Colégio Karnak, onde cursou o ensino primário. A escola foi instalada na propriedade da família, possivelmente na casa principal, e era um empreendimento de Gabriel Ferreira, que atuava como diretor do estabelecimento.

Mediante o pagamento de 30$000 réis, o Colégio Karnak oferecia para os alunos internos todos os materiais exigidos para cursar a instrução primária e a instrução secundária, compreendendo os preparatórios exigidos para o ingresso no ensino de nível superior. Os estudantes tinham direito a aulas de música vocal, comedoria, roupa passada e gomada e corte de cabelo. Dos semi-internos, assíduos na escola entre 7 horas da manhã e 6 horas da tarde, era cobrada mensalidade de 20$000 réis, que garantia, para além do currículo ordinário, almoço, jantar e aulas de música vocal (Ferreira, 14 nov. 1889, p. 2).

O enxoval, exigido para o ingresso dos estudantes no colégio, era composto por: 12 camisas para uso ordinário, 3 camisas para dormir (brancas ou de cor), 6 ceroulas, 12 pares de meias, 12 lenços (brancos ou de cor), 4 uniformes de brim, 6 toalhas de rosto, 2 lençóis de linho, 2 cobertas de chita, 1 cobertor de lã, 1 fato (terno) preto completo, 1 chapéu preto, 1 chapéu comum, 1 par de botinas, 2 pares de sapatos para uso diário, 1 pente fino, 1 pente de desembaraçar, uma tesoura de unhas, uma escova para o terno e uma escova de dentes (Ferreira, 14 nov. 1889, p. 2). Destacam-se na lista dois aspectos principais. O primeiro é o custo financeiro que as famílias dos estudantes precisavam assumir, somando-se o valor das mensalidades ao do enxoval completo, o que provavelmente criava uma clivagem e determinava o perfil socioeconômico dos estudantes. O segundo aspecto diz respeito à preocupação do diretor com a higiene dos discentes – o que

era uma característica observada entre as instituições de ensino do período. Para além da exigência de que todos se fizessem acompanhar por itens como escova de dentes, pente fino e cortador de unhas, a escola não admitia crianças que possuíssem qualquer doença incurável ou contagiosa.

De acordo com os redatores d'*O Telefone*, o estabelecimento oferecia as melhores condições pedagógicas, higiênicas e infraestruturais (Colégio Karnak, 17 out. 1889, p. 4). Além de registrar que os pais tinham a opção de manter os filhos instalados na escola durante o período de férias, entre o fim de novembro e meados de janeiro, mediante pagamento de mensalidades correspondentes àqueles meses.[3]

Possivelmente, Félix Pacheco se desenvolveu em um ambiente controlado, sob a vigilância dos familiares e na companhia de crianças pertencentes a estratos sociais privilegiados. A documentação consultada não permite acessar as minúcias de sua infância, mas os estudos desenvolvidos por Pedro Vilarinho Castelo Branco contribuem para o estabelecimento de aproximações. No fim do século XIX, em um contexto de declínio da pecuária, o comércio piauiense encontrou no extrativismo vegetal operações econômicas lucrativas, que possibilitaram o acúmulo de recursos em Teresina. A capital passou, então, por um processo de modernização que atraiu migrantes do interior do estado. O momento era de gradual desarticulação do mundo patriarcal, de feições coloniais; também de incorporação de modelos sociais mais citadinos e aburguesados (Castelo Branco, 2008, p. 55-84).

A cidade se transformava, ao passo que ainda conservava inúmeras características rurais. Acendedores de lampião, ruas enlameadas e casas com cobertura de palha faziam parte das paisagens no cotidiano teresinense. As crianças, de acordo com as memórias do bacharel Cristino Castelo Branco, divertiam-se através de brincadeiras como

3 A vocação empreendedora de Gabriel Luiz Ferreira era satirizada pelos seus adversários políticos. Era frequente a utilização do *slogan* "Águas, flores e hortaliças se vende em Karnak", como referência jocosa aos anúncios publicitários dos produtos comercializados por Gabriel Luiz Ferreira e por seu sogro (Variedade, 21 ago. 1886; Seção de mosaico, 10 abr. 1889, p. 3).

empinar papagaio, jogar peão e subir em árvores, acompanhavam os pais em passeios vespertinos e nas festividades religiosas, cresciam rodeadas por práticas socioculturais típicas do interior do estado.[4] Os meninos, em específico, desde cedo eram incentivados à reprodução de certos padrões de masculinidade. Dever-se-ia demonstrar virilidade e macheza. Por volta dos 12 anos de idade, já lhes era cobrada a iniciação sexual – no mais das vezes, com mulheres pobres, visto que as moças mais abastadas eram rigorosamente vigiadas (Castelo Branco, 2008, p. 55-84).

Foi por volta dessa idade, entre 11 e 12 anos, que Félix Pacheco deixou Teresina. De acordo com Marcos Santarrita, o jovem causava preocupação ao seu pai, o que motivou a decisão de matriculá-lo no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Na capital federal, ficou sob os cuidados do tio, Theodoro Alves Pacheco, que acabara de ser eleito para representar o Piauí no Senado durante a feitura da primeira Constituição republicana (Santarrita, 2012, p. 7).

A 4 de abril de 1892, Gabriel Luiz Ferreira endereçou uma carta para o filho, na qual apresentou notícias sobre como se encontrava a família no Piauí. Entre as novidades, contou que no dia 25 do mês anterior, contraiu núpcias com Lydia Monteiro (Maria Benedita, mãe de Félix Pacheco, havia falecido três anos antes, em abril de 1889). A nova companheira, de acordo com o remetente, estava "desempenhando com solicitude e carinho o mister de mãe para teus irmãozinhos, que se acham todos muito contentes, e o de filha extremosa para meu velhinho, que já a estima com ardor" (Ferreira, 4 abr. 1892). A epístola sugere haver uma relação afetuosa entre os dois. Gabriel Ferreira registra votos de saúde para o filho e lamenta a sua ausência nas confraternizações familiares.

Àquela altura, Félix Pacheco dedicava os seus dias aos estudos formais no Colégio Militar, instituição fundada no último ano do regime monárquico, quando o imperador, Dom Pedro II, e o ministro dos

4 Cristino Castelo Branco nasceu na cidade de Teresina, em 1892. Era, portanto, 13 anos mais jovem que Félix Pacheco. Ambos vivenciaram as suas respectivas infâncias em recortes temporais aproximados (Castelo Branco, 1957, p. 123-124).

Negócios da Guerra, Thomaz José Coelho de Almeida, deram publicidade ao Decreto n. 10.202, de 9 de março de 1889. O ato executivo continha o regulamento geral, com as diretrizes curriculares e a descrição das funções a serem desempenhadas por toda a comunidade escolar. Essencialmente, havia uma conexão umbilical entre a escola e o Exército. Cada estudante deveria ser educado a partir de princípios disciplinares rígidos, de modo a desenvolver o gosto pelo estudo e inclinação à carreira militar. O currículo, por sua vez, possuía os seguintes componentes: Gramática Nacional; Língua Vernácula e noções de Literatura Nacional; gramática, leitura e versão fácil do Francês; versão, temas e conversação do Francês; gramática, leitura e tradução do Inglês; gramática, leitura e tradução do Alemão; Aritmética; Álgebra; Geometria; História Antiga e Média; História Moderna, Contemporânea e Pátria; Geografia Universal; Geografia e Horografia do Brasil; Cosmografia; Noções de Ciências Físicas e Naturais (Física, Química, Mineralogia, Geologia, Botânica e Zoologia); Desenho e Geometria Prática; Topografia (Brasil, 1899).

Após a proclamação da República, o chefe do governo provisório, Deodoro da Fonseca, publicou o Decreto n. 371, de 2 de maio de 1890, no qual apresentou uma reformulação no regulamento do Colégio Militar. Os redatores do documento preservaram a estrutura básica criada no ano anterior, mas republicanizaram a instituição, ao eliminarem a simbologia monárquica.[5] Do ponto de vista pedagógico, as alterações são discretas. O curso conservou a grade curricular quase que em sua integralidade e não foram identificadas referências ao ideário positivista, mesmo com a reforma educacional em curso, conduzida por Benjamin Constant (Brasil, 1890). Para os pesquisadores Fernando da Silva Rodrigues e Fábio Pereira da Silva, a grande novidade apresentada pelo regulamento de 1890 foi aproximar o ensino militar – em todos os níveis – de um modelo educacional mais científico, que priorizasse a instrução teórica em detrimento da instrução prática. O

5 Sobre a construção do regime republicano no campo simbólico, ver: Carvalho (2017).

objetivo estrutural da reforma era que o Brasil começasse a formar consistentemente soldados-cidadãos, conscientes de seus deveres para com a sociedade, a partir de um processo iniciado ainda no ensino básico (Rodrigues e Silva, 2021, p. 57-73).

A lista de disciplinas do Colégio Militar se assemelha, por exemplo, com os créditos ministrados no curso preparatório anexo à Faculdade de Direito do Recife, ofertado na mesma época, para estudantes secundaristas (Faculdade de Direito do Recife, 1894; Faculdade de Direito do Recife, 1895; Dias, 2025, p. 50). A abordagem, por outro lado, era distinta. Enquanto os estudantes de Recife, interessados no curso de Ciências Jurídicas e Sociais, eram instruídos em um ambiente de confronto entre ideias positivistas e ideias evolucionistas, com ligeira vantagem para estas, o Colégio Militar era regido por diretrizes mais técnicas – ainda que as ideias positivistas fossem abertamente defendidas por membros do Exército.

É possível que o modelo pedagógico praticado no Colégio Militar tenha tido um papel significativo na formação intelectual de Félix Pacheco. A tendência mundial de arrefecimento cientificista das primeiras décadas do século XX, somada às características de sua base formativa (membro de uma família conservadora e secundarista em uma instituição de ensino militarizada), afastaram-no de parte das ideias evolucionistas que acompanharam os intelectuais atuantes na segunda metade do século XIX.

Após concluir os estudos no Colégio Militar, Félix Pacheco ingressou na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, onde passou a integrar um grupo bem demarcado: os filhos de famílias abastadas, encaminhados para a formação na área jurídica e posteriormente inseridos em cargos político-administrativos.[6] Havia no Brasil, ao menos desde o Império, uma clara relação entre o ensino jurídico e o funcionalismo público. Os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais formavam sujeitos para o exercício de atividades profissionais nas carreiras jurí-

6 Sabe-se que Félix Pacheco ingressou na Faculdade Direito, no Rio de Janeiro, mas as fontes consultadas divergem quanto à efetiva conclusão do curso.

dicas, no ensino, na política, na literatura e no jornalismo (Queiroz, 2011).

Essa relação fica mais evidente quando observados os componentes curriculares do curso ofertado pela Faculdade Livre de Direito. Os estudantes frequentavam aulas de Filosofia do Direito, Direito Romano, Direito Público, Direito Constitucional, Direito Internacional Público e Privado, Diplomacia, Direito Civil, Direito Criminal, Direito Comercial, História do Direito (com ênfase nas questões nacionais), Direito Comercial (em especial, Direito Marítimo, Falências e Liquidações Judiciais), Direito Criminal (especialmente Direito Militar e Regime Penitenciário), Economia Política, Ciência das Finanças, Contabilidade do Estado, Teoria e Prática do Processo Civil, Comercial e Criminal, Ciências da Administração, Direito Administrativo, Medicina Pública, Legislação Comparada sobre o Direito Privado (Silva, 2021, p. 22-24). Chama atenção, na lista, que parcela das disciplinas era voltada para questões referentes ao Estado e à administração. O currículo estava organizado dentro da lógica patrimonialista e estamental na qual o Brasil se constituiu enquanto país e o curso de Ciências Jurídicas e Sociais exercia um papel central na reprodução das condições de existência do mandonismo nos cenários locais. Sérgio Adorno compreende que os bacharéis eram figuras mediadoras entre "interesses privados e interesses públicos, entre o estamento patrimonial e os grupos locais" (Adorno, 2021, p. 90). A percepção é semelhante à registrada por Raymundo Faoro, que identifica traços de continuidade entre os períodos colonial, imperial e republicano no tocante à mecânica estamental. Ao menos até o século XVIII, as milícias, que funcionavam como braço disciplinador da administração régia, ofereciam aos seus membros uma preciosidade social: a patente, que, nas palavras de Faoro, "embranquece e nobilita" (Faoro, 2001, p. 223). No correr do século XIX, o diploma de bacharel também favorece a mobilidade social e a manutenção do prestígio familiar. Assim como os militares da Colônia, os bacharéis do Império e da Primeira República colaboraram para a vigência de um modelo estratificado de poder, baseado no relacionamento vicioso en-

tre o público e o privado. Além disso, as faculdades de Direito também exerciam a função de centros de agitação cultural, ao apresentarem para os bacharelandos a possibilidade de modificação da realidade a partir da cultura escrita. Os jornais acadêmicos, por exemplo, foram vetores para as ideias de jovens que ansiavam por serem ouvidos, embalados pelas ideias apreendidas da Europa no Oitocentos. Tal ímpeto favoreceu a constituição de um sentimento comum de pertencimento que, por sua vez, subsidiou processos de construção identitária.

O Rio de Janeiro – principal centro de criação cultural na Primeira República – era responsável por parcela considerável da produção literária brasileira e a "Regeneração" – processo de modernização espelhado nas cidades europeias – tornou os intelectuais necessários junto à opinião pública. Unidos a esses elementos, os avanços nas técnicas de editoração e impressão colocaram no mundo um enorme volume de jornais e obras literárias (Sevcenko, 2003, p. 96-107).

Muitos dos publicistas da civilidade eram egressos das faculdades de Direito e experimentavam cotidianamente o Rio de Janeiro. A cidade na qual Félix Pacheco viveu a sua juventude passava por um processo de adensamento demográfico. Ex-escravizados, migrantes de outras partes do país e imigrantes estrangeiros fizeram o quadro populacional crescer em demasia, para além do que a infraestrutura urbana conseguia suportar. Problemas habitacionais, falta de saneamento básico, disseminação de doenças, fome, baixos salários, desemprego e condições trabalhistas ruins: eis os elementos que motivaram o historiador Nicolau Sevcenko a nomear esse quadro de "inferno social" (Sevcenko, 2003, p. 72-94).

Imerso nesse contexto sociocultural, Félix Pacheco se aproximou de nomes como Saturnino Meireles, Gonçalo Jácome, Maurício Jubim e Castro Meneses. As afinidades literárias motivaram-nos a fundarem juntos uma revista chamada *Rosa-Cruz*, inspirada na obra do poeta simbolista Cruz e Souza, que teve quatro números publicados em 1901 e três números em 1904. O simbolismo foi o modelo estético escolhido pelo grupo de jovens literatos para suprir as suas necessida-

des de expressão artística, sendo a escolha reveladora sobre o clima intelectual da época. Alfredo Bosi considera o movimento uma resposta ao predomínio do racionalismo oitocentista. Havia uma busca, entre os literatos simbolistas, por "um fundo comum que sustenta os fenômenos, chame-se Natureza, Absoluto, Deus ou Nada" (Bosi, 2021, p. 279). Bosi também associa as ideias simbolistas ao esforço antiburguês de elevar o sujeito sobre as coisas, em oposição aos valores capitalistas que acompanharam a Segunda Revolução Industrial. Dever-se-ia resgatar nas artes a sensibilidade ao transcendental, em paralelo às concepções cientificistas. Parte desse ponto o caráter místico do simbolismo, manifestado no satanismo de Baudelaire, na busca de Mallarmé pelo Absoluto, na religiosidade de Alphonsus de Guimarães e nas remissões de Félix Pacheco à natureza, à mulher, aos demônios, enfim, a uma série de símbolos e signos.

O jornalista Luís Edmundo, que conviveu com Pacheco durante a juventude, revela em suas memórias publicadas em 1938 que o companheiro piauiense foi um:

> [...] espírito demolidor que conspira, no Antro, contra a Academia e os homens da porta da Garnier, demagogo de gravata Lavallière, que usa botinas com meia-sola, berrando contra as 'múmias' do Instituto Histórico, achando o Sr. Machado de Assis um cágado, sempre de punho erguido, sempre, com as instituições conservadoras, achando 'tudo por aí' errado e péssimo, da moral social ao governo do Sr. Manuel Ferraz de Campos Sales (Edmundo, 2003, p. 566).

Ainda aos 18 anos de idade, em 1897, Félix Pacheco lançou a obra *Chicotadas*: poesias revolucionárias, na qual declarava guerra à Espanha e conclamava os países latino-americanos a se unirem contra os Estados Unidos. Sua conduta literária era de tal modo rebelde que conquistou a alcunha de Oncinha, após sucessivos esturros contra as forças conservadoras atuantes na sociedade e nas artes. O ímpeto juvenil, aliás, não se encerrava nos escritos. Luís Edmundo fala em uma figura que ostentava "gravatas [sic] estapafúrdias", bradava "frases lou-

cas" e colecionava "atitudes escandalosas" (Edmundo, 2003, p. 565). Havia consonância entre o comportamento de Pacheco e a postura decadentista adotada no fim do século XIX pelos intelectuais simbolistas, que acreditavam viver um momento de declínio civilizatório e convertiam tal crença no culto de substâncias alucinógenas, em desinteresse pelo mundo real e em atitudes extravagantes.

No mesmo ano em que publicou *Chicotadas*, Félix Pacheco ingressou no jornalismo profissional – ofício que definiria o seu itinerário de vida dali em diante. *O Debate*, do Rio de Janeiro, contratou o jovem como revisor e repórter (Santarrita, 2012, p. 7). Em 1899, Pacheco se juntou a um dos principais veículos de imprensa do Brasil, o *Jornal do Comércio*. Na folha, exerceu a função de repórter de polícia e criou vínculos de amizade que o afastaram do *demi-monde* carioca. O ingresso na empresa foi determinante para a definição do filtro teórico a partir do qual observaria a realidade até o fim de sua vida. Houve, por parte do intelectual, uma guinada em direção aos valores conservadores, o que provocou estupefação entre os seus companheiros da juventude. Luís Edmundo descreve a conversão nos seguintes termos:

> O que se dá [...] é a conversão de Félix, que, aos poucos, vê minguar os arroubos febris da sua juventude, ao ponto de mais tarde ser inteiramente absorvido pelo ambiente onde se introduz. Completa conversão. Criador do Clube dos Celibatários, que então se cria, ousadamente, para combater a própria espécie, num apelo franco à esterilidade humana, a primeira coisa que Félix faz, pouco tempo depois, é casar-se. Apóstolo da ideia nefelibata, com que pretendia demolir formas arcaicas de nossa literatura, muda, ainda, outra vez, de certo modo, ligando-se ao grupo parnasiano. Não fica aí, porém, o Félix, trânsfuga. Félix continua. Certa vez, surge diante de todos nós dentro de um elegantíssimo terno cortado no Raunier, num acidente sem nome ao paletó de alparca do Nestor Vítor, e ao triste fraque marrom de Tibúrcio de Freitas, barbando nos debruns. O cenáculo vive exasperado. Félix desbota-se para a revolução e desbota-se tanto que, um dia, vemo-lo bater às portas do Instituto Histórico, depois às da Academia de Letras e ainda às da Política, por meio das quais chega a senador e ministro de Estado! (Edmundo, 2003, p. 565)

Nos discursos de Félix Pacheco, quando homem público feito, são identificadas menções elogiosas às classes conservadoras e aos valores tradicionais. Certa vez, por ocasião do lançamento da edição paulista do *Jornal do Comércio*, em 1916, admitiu de maneira explícita que o periódico adotaria em São Paulo uma linha editorial favorável aos grandes agricultores: "A edição paulista do *Jornal do Comércio* procurará honrar sempre a confiança desta praça e olhará deveras para os interesses da lavoura, que é a base da riqueza paulista e precisa quanto antes ser desonerada da supertributação polimorfa, que está a entravar o seu desenvolvimento e expansão" (Pacheco, 1916, p. 48). Conta, ainda, o seu biógrafo anônimo que: "O sacrifício inumerável de pontos de vista pessoais criou em Félix Pacheco, desde os primeiros dias, a concepção de que o *Jornal do Comércio* deveria manter-se poderosamente sereno em seu grande papel conservador" (Jornal do Comércio, 1952, p. 10-11).

Tal grau de alinhamento aos valores dominantes do meio no qual estava inserido, somado à boa impressão que causou enquanto jornalista e gestor, rendeu a Félix Pacheco a possibilidade de ascender no interior do *Jornal do Comércio*. Foram dedicados ao periódico os melhores anos de sua capacidade intelectual, quando movimentou a sociedade carioca com colaborações na coluna Várias.[7] Pacheco também demonstrou certa vocação para o panfletarismo – sinalizando que, se não as ideias, ao menos o ímpeto da juventude permanecia intacto – e habilidade política para compreender sobre o que falar e sobre o que calar em relação aos assuntos da República (Jornal do Comércio, 1952, p. 10-11).

José Carlos Rodrigues, o proprietário do periódico, reconheceu no piauiense as características necessárias para o exercício de cargos de liderança na empresa. Em 1906, o secretário de redação José Barbosa pediu demissão por conta de uma proposta de emprego do jornal *O País* e Félix Pacheco foi escolhido como substituto. Rodrigues, que

7 Muitos textos foram publicados de forma anônima por Félix Pacheco no *Jornal do Comércio*.

viajava frequentemente para o exterior, foi surpreendido com a saída inesperada de Barbosa e, a partir de Paris, enviou para o Rio de Janeiro uma carta que anunciava a escolha do sucessor. Pacheco, então com 27 anos de idade, foi descrito no documento como um jovem talentoso que ingressou na empresa após impressionar Rodrigues com os textos publicados na época em que trabalhou n'*O Debate*. Segundo o proprietário, a escolha se deu baseada no potencial identificado e não em qualquer indicação privilegiada – informação que as fontes consultadas não permitem verificar (Jornal do Comércio, 1952, p. 26).

Nos anos que seguiram, sucessivas promoções levaram Félix Pacheco à mais alta posição no *Jornal do Comércio*. Em dezembro de 1909, após período de férias em Buenos Aires, na Argentina, somou à chefia da redação na edição da manhã o cargo de diretor da recém-criada edição da tarde do jornal. Em 1915, José Carlos Rodrigues transferiu para o comendador Antônio Ferreira Botelho (membro da direção desde 1908) os seus direitos de sócio solidário; Botelho, então, designou Pacheco para a direção das edições da manhã e da tarde. Além de, em 1916, fazê-lo também diretor da edição paulista. Em 1923, o jornal foi colocado à venda, quando Pacheco ocupava o cargo de ministro das Relações Exteriores. O jornalista Assis Chateaubriand despontou como o principal interessado na aquisição, o que despertou inquietude no presidente Arthur Bernardes, por ser Chateaubriand um crítico do governo. Diante da possibilidade de um dos principais jornais do país, ao qual havia dedicado mais de duas décadas de trabalho, passar a ecoar as reivindicações da oposição, Félix Pacheco atravessou o negócio e efetuou ele próprio a compra. Alcançou, então, o posto mais elevado do periódico no qual havia ingressado como um jovem inclinado ao jornalismo e às letras (Sandroni, 2007, p. 409-410).

É provável que a iniciativa tenha sido motivada, para além do pragmatismo político e da oportunidade de negócio, pelo afeto desenvolvido em relação à empresa. Um indício da existência desse sentimento é o esforço intelectual empreendido por Félix Pacheco na feitura da monografia *Um francês brasileiro*, publicada em 1917. O texto encontra

arrimo na pesquisa realizada pelo autor sobre Pierre Plancher, o fundador do *Jornal do Comércio*, que serviu como pretexto para festejar o aniversário de 90 anos do periódico (Pacheco, 1917). O autor, inclusive, conservava entre as paixões intelectuais a História. O seu primeiro livro em prosa, publicado em 1899, havia sido outra monografia histórica de feições biográficas. Naquela oportunidade, o personagem escolhido fora o jornalista oitocentista Evaristo da Veiga, testemunha ocular das agitações políticas das primeiras décadas do Império e autor do Hino da Independência do Brasil (Pacheco, 1889). O estudo foi avaliado pelos pares por ocasião do ingresso de Pacheco no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1918, cinco anos depois de se tornar o ocupante da cadeira número 16 da Academia Brasileira de Letras.

No âmbito político, o piauiense não se esquivou da tradição familiar e, a partir de 1909, iniciou a sua carreira política como parlamentar, elegendo-se para a Câmara dos Deputados. Ficou registrada nos jornais do Piauí uma campanha aberta em favor do conterrâneo, reconhecido como jornalista e literato de sucesso no Rio de Janeiro. As movimentações de Félix Pacheco indicam certo esforço para se fazer inserir entre as principais lideranças políticas do estado natal, ao participar de confraternizações com correligionários e telegrafar para os redatores dos jornais de Teresina em agradecimento à publicação de textos elogiosos. Foi angariado, dessa forma, o apoio do governador Anisio Auto de Abreu, que assegurou a cadeira de deputado federal após o político Joaquim Ribeiro Gonçalves renunciar à vaga para assumir o cargo de senador (Telegramas, 9 jan. 1909, p. 1; A postos, 19 abr. 1909, p. 1; Eleições federais, 15 jun. 1909, p. 2).

A passagem de Pacheco na Câmara dos Deputados se estendeu por três legislaturas; depois, em 1921, elegeu-se para o Senado. Os seus principais interesses como parlamentar circundavam pautas como: a necessidade de maior operosidade na elaboração de pareceres, a relatoria do orçamento do Ministério do Interior e as finanças da República. Em 1915, uniu-se a outros parlamentares piauienses para reivindicar a intervenção efetiva do governo federal no combate às secas periódicas

que provocavam crises humanitárias e econômicas em grandes extensões do território nordestino.[8] O grupo criou a Comissão Piauiense Pró-Flagelados (associada ao Diretório Pró-Flagelados do Norte), que era composta por jornalistas, bacharéis, militares e políticos.[9] Em 1919, Félix Pacheco voltaria a tratar da questão em conferência proferida no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Na ocasião, exaltou a população que enfrentava as secas, descrevendo-os com os mais generosos adjetivos; além de elogiar a resiliência dos sertanejos ao enfrentarem as dificuldades impostas pela natureza sem o auxílio do Estado (Pacheco, 1919).

No ano de 1917, teve início o período no qual Pacheco liderou a bancada piauiense no Legislativo federal. No Piauí, o seu principal aliado era Antonino Freire (ex-governador do estado, que aspirava a uma vaga na Câmara dos Deputados ou no Senado).

A imprensa ocupava um papel central nas disputas pelo poder, ao veicular artigos situacionistas e oposicionistas de tom elevado, em um momento marcado por certo maniqueísmo na política piauiense. Disputava cada cargo eletivo o grupo que circundava Félix Pacheco com o grupo no entorno do marechal Pires Ferreira, sendo um dos fatores determinantes para o sucesso nas eleições a qualidade do relacionamento que cada lado conservava com o poder central. Largava com considerável vantagem quem melhor transitasse entre o governo em exercício no Rio de Janeiro. Tal dinâmica é verificada no pleito de 1919, quando Félix Pacheco apoiou a candidatura de Epitácio Pessoa à Presidência da República e Pires Ferreira guardou posição ao lado de Ruy Barbosa. Pessoa acabou por se sagrar vencedor e Antonino Freire

8 Nos textos dos políticos da época a região já era chamada de "Nordeste".

9 A Comissão Piauiense Pró-Flagelados possuía a seguinte composição: dr. Francisco Corrêa, presidente; dr. Daniel Paz, secretário; dr. Fonseca Ferreira, tesoureiro; Zito Batista e Anfrísio Lobão, propagandistas junto à imprensa. De acordo com o periódico, os deputados Félix Pacheco, Joaquim Pires e Elias Martins, além dos senadores Abdias Neves, Pires Ferreira e Ribeiro Gonçalves, colaboraram com a comissão assumindo a responsabilidade de recolher uma lista para arrecadação de donativos que seriam destinados aos piauienses atingidos pela seca naquele ano (Pelas vítimas da seca, 13 jul. 1915, p. 3).

conquistou uma cadeira no Senado, no que representou retumbante derrota para a oposição. Golpe tão decisivo acabou por enfraquecer a figura de Pires Ferreira na política piauiense, lançando-o a um período de duas legislaturas afastado do poder.

A dominância de Félix Pacheco foi ampliada e solidificada a partir de 1922, no governo do presidente Arthur Bernardes, que o convidou para chefiar o Ministério das Relações Exteriores. O piauiense, então, licenciou-se de suas atividades no Jornal do Comércio e renunciou ao cargo de senador em favor do engenheiro José Pires Rabelo. Além disso, em 1920, João Luiz Ferreira, irmão de Pacheco, havia se tornado governador do Piauí, confirmando a força do pachequismo no estado. Ainda o sucessor de Ferreira, Mathias Olímpio de Mello, foi eleito com o apoio de Félix Pacheco, que também colaborou com a eleição de numerosas cadeiras nas eleições para a Assembleia Legislativa do Piauí (Nunes, 2016, p. 103-114).

Do ponto de vista profissional, Pacheco se considerava jornalista e político. Dividiu-se por muito tempo entre as duas funções, sendo a sua atividade política restrita ao Poder Legislativo. O convite de Arthur Bernardes o realocaria para a gestão pública e para o Poder Executivo, em um momento complexo da história do mundo: o Entreguerras. Necessitava-se estabelecer uma nova dinâmica para a diplomacia, pautada no direito internacional. O anseio era que as dissidências fossem resolvidas através do diálogo e que a força deixasse de ser imperativo categórico na relação entre os países. A Liga das Nações,[10] inclusive, foi criada para ser uma instituição garantidora da paz e da segurança no mundo (Bueno, 2003).

No discurso de posse como ministro das Relações Exteriores, Félix Pacheco exaltou o papel desempenhado pela diplomacia brasileira desde os primeiros momentos do Império. Entre todos os seus antecessores, o novo ministro ofereceu destaque à figura do Barão do Rio Branco, seu amigo e conselheiro, o homem que teria composto a "fisio-

10 A Liga das Nações foi uma organização internacional criada em 1919, logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, com o objetivo principal de garantir a paz mundial e evitar novos conflitos globais.

nomia exterior" brasileira ao indicar as diretrizes a serem seguidas pelo Brasil no concerto dos povos (Pacheco, 1922, p. 4). Pacheco se diz um continuador do legado de Rio Branco – prezando pela amizade com os vizinhos sul-americanos e pela resolução pacífica de eventuais dissidências – e admite levar consigo as limitações de quem, até aquele momento, fora apenas um jornalista interessado em relações internacionais.

O diagnóstico de Félix Pacheco ao assumir a pasta era o de que o governo anterior, de seu aliado Epitácio Pessoa, havia feito um bom trabalho. Algumas questões, no entanto, ainda demandavam atenção. Pacheco estabeleceu no discurso a distinção entre diplomacia comercial e diplomacia clássica. Esta, "a do protocolo, a de salão, a das sutilezas, a das doutrinas, a dos tratados políticos", era praticada de forma sofisticada no Brasil. Aquela, "de valor mais imediato e efetivo", ainda carecia de avanços. No exercício cotidiano do poder, no entanto, o governo de Arthur Bernardes esteve mais preocupado com os inimigos internos (reais e imaginados) e assumiu feições repressivas e autoritárias (Pacheco, 1922, p. 10).

Somente em 1927 as forças políticas do Piauí passaram por uma reorganização significativa. Voltou à arena o nome do marechal Pires Ferreira, coligado a Eurípides Aguiar e Antonino Freire (que mudou lado por insatisfação, após lhe ser negado o apoio para concorrer à reeleição no Senado ou à eleição na Câmara dos Deputados). Pires Ferreira também contou com a chancela do novo presidente da República, Washington Luiz, com quem conservava uma relação de amizade.

A campanha de 1927, no Piauí, foi marcada pela utilização de um tom agressivo e por ataques de caráter pessoal. Félix Pacheco e Mathias Olímpio acusaram Antonino Freire de ser egoísta e ensimesmado, enquanto Freire colocava os agora adversários na conta de traidores. Todos, reconhecidos homens de letras, desceram aos porões da linguagem, motivados pela atmosfera de forte rivalidade que foi criada a partir das articulações políticas.

Passada a votação, quando contados os votos, foi constatada a vitória de Félix Pacheco sobre Pires Ferreira na disputa pela vaga no

Senado Federal. A diferença de mais de 3 mil votos deveria, ela mesma, afastar a possibilidade de contestações por parte da oposição – o que não aconteceu. Pires Ferreira apresentou objeção à vitória de Pacheco, alegando haver uma tripla nulidade na diplomação do rival. Em desacordo com as exigências da Constituição, o jornalista atuava como diretor de uma empresa (o *Jornal do Comércio*), recebeu condecorações de governos estrangeiros (o que invalidaria os seus direitos políticos) e havia celebrado contratos com o governo federal. O protesto foi considerado pertinente pela Comissão Verificadora de Poderes e o marechal conseguiu a diplomação como senador, em uma decisão que repercutiu nos veículos de imprensa do Rio de Janeiro e do Piauí (Comentários..., 7 maio 1927, p. 3). A percepção geral entre os críticos da medida é que se tratava da política da Primeira República em curso, alinhada à sua essência clientelista.

O reconhecimento de Pires Ferreira marcou o fim do pachequismo. Também marcou o fim da carreira de Félix Pacheco na política partidária.

A 29 de abril de 1927, o *Jornal do Comércio* publicou um verdadeiro dossiê em defesa da diplomação de Pacheco no Senado. Foram compilados "antecedentes de pilheria" na política piauiense, depoimentos de inúmeros aliados, mensagens telegráficas, artigos jornalísticos, acusações de desonestidade contra Pires Ferreira e Antonino Freire. Este, aliás, possuiria o hábito de "mentir, mentir, mentir" e teve divulgada suposta correspondência datada de novembro do ano anterior, endereçada a Mathias Olímpio, na qual garantiu que apoiaria a candidatura de Félix Pacheco (À comissão..., 29 abr. 1927, p. 2-3; Pacheco, 1927). A parte autoral do dossiê não tardou a ser publicada por Pacheco em formato de códice, no esforço de divulgar maximamente a sua versão sobre os fatos, através de todos os vetores materiais possíveis. O volume é um verdadeiro manifesto sobre a política brasileira, no qual o autor rebate ponto a ponto as acusações de seus opositores sobre o relacionamento entre o seu jornal e o governo, além de reclamar a moralização do regime – em especial do Poder Legislativo. A oposição,

por seu turno, contava com o suporte dos jornais cariocas *A Vanguarda*, *A Noite* e *A Manhã* (Nunes, 2016, p. 110).

A atuação do *Jornal do Comércio* em defesa do seu proprietário e os esforços para impedir que Assis Chateaubriand adquirisse a empresa em 1923 descortinam a instrumentalização do periódico, submetido aos interesses políticos da direção. Pista esclarecedora sobre a definição de jornalismo segundo a compreensão de Félix Pacheco data de 1917. Na instalação do Tiro Brasileiro da Imprensa (sociedade destinada a promover instrução militar básica entre jornalistas e tipógrafos, no contexto da Primeira Guerra Mundial), Pacheco discursou aos seus pares e apresentou uma visão patriótica a respeito do papel da imprensa na sociedade. Segundo o conferencista, teriam os jornalistas a obrigação para com Nação de promoverem os melhores valores ao público leitor (Pacheco, 1917). Evidencia-se que a prática exige o estabelecimento de um juízo de valor fundamental. Mas quais seriam os melhores valores a serem transmitidos? Deveriam partir desse questionamento os diretores dos jornais ao definirem que linha editorial seguir. No limite, Félix Pacheco admite que não há neutralidade entre os periodistas. O pragmatismo político, inclusive, muitas vezes sobrepujava qualquer senso de patriotismo.

O Brasil da Primeira República foi regido por um modelo de governança liberal-oligárquica. A expressão liberalismo oligárquico, utilizada na historiografia, deriva do fato de ser o país regido formalmente por uma Constituição liberal enquanto as práticas políticas, frequentemente, eram voltadas para a satisfação dos interesses das oligarquias. O termo, contraditório, aparentemente composto por elementos inconciliáveis, é revelador do desvirtuamento dos princípios fundantes da República. Diante de tal cenário, a discussão sobre a cidadania no Brasil se torna central para a compreensão do *modus operandi* ao qual Félix Pacheco estava integrado enquanto político profissional.

Salta aos olhos, entre os apontamentos possíveis, a limitada abrangência dos direitos políticos dos pontos de vista legal e prático. A Constituição de 1891 reduziu o número de eleitores enquanto as

oligarquias se empenhavam para que o voto não fosse livre. A chamada política dos governadores, inaugurada pelo presidente Campos Sales, estabeleceu uma complexa rede de alianças reestruturada a cada eleição presidencial. União, estados e municípios se articulavam em torno das lideranças locais com vistas ao alcance de uma estabilidade mínima para o funcionamento do regime republicano. O próprio modelo estabelecido nos anos iniciais do século XX foi uma resposta à crise generalizada que afetava a República e restringia o campo de ação do Poder Executivo. É frágil, no entanto, a percepção de que dali até 1930 paulistas e mineiros praticaram de forma mais ou menos harmoniosa a chamada política do café com leite.[11] Para Maria Efigênia Resende, era na instabilidade que estavam fincadas as bases do jogo político: o caráter conjuntural das alianças e as viradas de mesa, patrocinadas pela capacidade de articulação com o Rio de Janeiro, impediam que fossem perpétuas tanto as hegemonias quanto as exclusões.

O embate entre Félix Pacheco e Pires Ferreira ilustra bem o argumento. Após anos de dominação do marechal sobre a política piauiense, o jornalista ascendeu e conseguiu, através de disputas eleitorais bem-sucedidas e do estreito relacionamento com as forças políticas da capital federal, estabelecer um domínio sobre o cenário piauiense. Passada quase uma década, no entanto, desmantelou-se a hegemonia diante do ressurgimento de Pires Ferreira em 1927. Este lançou Félix Pacheco para o lugar de exclusão que ocupara ele próprio nos anos anteriores.

Mesmo antes da confirmação da derrota e da publicação do manifesto endereçado "à Comissão de Verificação de Poderes do Senado da República e aos homens de bem do país inteiro", ao fim do mandato presidencial de Arthur Bernardes, o ex-ministro das Relações Exteriores retornou à direção do *Jornal do Comércio*. Dedicou-se, a partir de então, à vida como empresário, jornalista e literato.

11 A política do café com leite foi o arranjo político que dominou o Brasil durante a Primeira República, caracterizado pelo revezamento na Presidência entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais.

Na eleição de 1930, sob o comando de Pacheco, o jornal demonstrou simpatia à candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República e adotou uma postura situacionista diante da ruptura com a ordem constitucional e a instauração do governo provisório (Sandroni, 2007, p. 421). O momento era de ruptura com o revezamento entre Minas Gerais e São Paulo no poder e de grave crise econômico-financeira em nível global, após a queda da bolsa de Nova York. O movimento tenentista ecoava a insatisfação de segmentos da população brasileira com o modelo político em vigor.

De forma concomitante a essas movimentações, Félix Pacheco parecia admirar o modelo de regime estabelecido na Itália nos anos 1920. Em carta não datada, escrita em folha com o cabeçalho do *Grand Hotel de Russie*, de Roma, Pacheco agradeceu a Benito Mussolini por um retrato com o qual foi presenteado pelo ditador durante visita à Itália. O suvenir, fez questão de registrar, já teria lugar marcado sobre a sua mesa de trabalho. A respeito do regime fascista, afirma:

Não quero partir de Roma sem repetir de modo muito especial a Vossa Excelência a minha profunda admiração pela sua admirável obra de governo. Percorri a Itália de norte a sul e notei por toda parte uma febre de ação renovadora que faz honra à capacidade de reconstruir, que foi sempre o apanágio do espírito latino e enobrece sobremodo o regime que integrou sob novos moldes esta grande terra de ordem, de beleza, de cultura, de força e de sonho. Dissente-se muito lá fora do fascismo como doutrina, mas o que ninguém pode discutir sem má fé é o conjunto brilhante de vitórias que o partido criado pelo gênio vigoroso de Vossa Excelência tem sabido obter no terreno das realizações efetivas. A Itália agiganta-se agora triplicemente coesa e unida, no cetro da Casa de Saboya, na reconciliação com a Igreja e no entusiasmo geral que se observa pela orientação de chefe de governo (Pacheco, [19–]).

Percebe-se no documento que a aquiescência do *Jornal do Comércio* e de Félix Pacheco em relação ao governo provisório de Getúlio Vargas foi, possivelmente, motivada por algo além das restrições impostas pela censura à imprensa. Pacheco admirava experiências autoritá-

rias de outros países e se encontrava ressentido com a República após a derrota para Pires Ferreira. Do ponto de vista político, a sua postura também mirava a acomodação ao novo regime.

Aqueles anos foram também de reencontro com a vida literária. No prefácio da edição definitiva do seu livro *Poesias*, publicado em 1932, admite que só após atingir a quinta década de vida, "[...] os absorventes labores do jornalismo, do parlamento e da alta administração me consentiram, até que enfim, algum repouso, e me deixaram limar e repolir convenientemente as produções que andara compondo às pressas e imprimindo atropelado no correr dos anos" (Pacheco, 1932).

As suas incursões finais pela poesia, inclusive, possuem feições tanatológicas, e são reveladoras sobre a forma como Félix Pacheco encarou a vida, do ponto de vista existencial, após completar 50 anos de idade. Na sua última publicação, *Descendo a montanha*, registrou os seguintes versos: "Minha vida acabou. Partiu-se o fio / Que a conduziram a salvo tempo em fora. / Olho dentro de mim, e tudo, agora, / Dentro de mim, é sombra. É susto, é frio [...]" (Pacheco, 1935, p. 31). O tom profético e melancólico, que ecoa a mensagem transmitida pelo próprio título da obra, foi motivado pelo estado de saúde delicado no qual se encontrava o autor, acometido por doença misteriosa. Faleceu a 6 de dezembro de 1935, vítima de insuficiência cardíaca, segundo o laudo oficial (A marcha..., 7 dez. 1935, p. 5).

Félix Pacheco foi uma figura onímoda,[12] um típico homem público da Primeira República brasileira. Extravasou para diferentes domínios as suas aptidões. Atuou como jornalista, político, literato e empreendedor. Estudou Ciências Jurídicas e Sociais. Assumiu cargos de gestão pública. Inspirou os conterrâneos piauienses que aspiravam a uma vida dedicada profissionalmente às letras. Também passou pela vida impregnado de história – da história de seu tempo. À guisa de conclusão, este estudo buscou vislumbrar, por entre as frestas permiti-

12 Expressão utilizada na biografia sobre Félix Pacheco publicada pelo *Jornal do Comércio* em 1952: JORNAL DO COMÉRCIO, 1952, p. 5.

das pela documentação e pela bibliografia, algo da realidade política e cultural brasileira entre o fim do século XIX e o início do século XX.

Referências

À COMISSÃO de Verificação de Poderes. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 99, n. 117, p. 2-3, 29 abr. 1927.

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**: o bacharelismo liberal na política brasileira. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

A MARCHA da doença. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 109, n. 59, p. 5, 7 dez. 1935.

A POSTOS. **O Monitor.** Teresina, ano 4, n. 132, p. 1, 29 abr. 1909.

BATIZADO. **A Imprensa.** Teresina, ano 22, n. 952, p. 4, 15 jan. 1887.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira.** 53. ed. São Paulo: Cultrix, 2021.

BRASIL. Decreto n. 10.202, de 9 de março de 1889. Aprova o Regulamento para o Imperial Colégio Militar. In: BRASIL. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Parte 2, Tomo 52, p. 247-268.

BRASIL. Decreto n. 371, de 2 de maio de 1890. Aprova o regulamento para o Colégio Militar. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Brasil de 1890**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. v. 1, fasc. 5, p. 847-879.

BUENO, Clodoaldo. **Política externa na Primeira República**: os anos de apogeu (1902 a 1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da república no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CASTELO BRANCO, Cristino. **Frases e notas**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1957. p. 123-124.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **História e masculinidades**: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX. Teresina: EDUFPI, 2008.

COLÉGIO Karnak. **O Telefone**. Teresina, ano 7, n. 327, p. 4, 17 out. 1889.

COMENTÁRIOS da semana. **Fon-Fon**. Rio de Janeiro, ano 21, n. 19, p. 3, 7 maio 1927.

DIAS, Rodrigo Thadeu Paiva. **Estado, progresso e civilidade na atuação intelectual de Abdias Neves.** Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2025.

ELEIÇÕES Federais. **Correio de Oeiras**. Oeiras, ano 1, n. 10, p. 2, 15 jun. 1909.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. **Programas de ensino de preparatórios do curso anexo à Faculdade de Direito do Recife para o ano de 1894**. Recife: Tipografia Econômica, 1894.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. **Programas de ensino de preparatórios do curso anexo à Faculdade de Direito do Recife para o ano de 1895**. Recife: Panteão das Artes, 1895.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FEDERALISTA. Comunicado. **O Telefone**. Teresina, ano 7, n. 192, p. 1, 19 jan. 1889.

FÉLIX Pacheco: o seu falecimento ontem. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 109, n. 59, p. 1-5, 7 dez. 1935.

FERREIRA, Gabriel Luiz. [Correspondência]. Destinatário: José Félix Alves Pacheco. Parnaíba, 4 abr. 1892. 1 **carta manuscrita.** Disponível em: https://albertolopesleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=25950109. Acesso em 15 jun. 2026.

FERREIRA, Gabriel Luiz. Estatutos dos do Colégio Karnak em Teresina. **O Telefone**. Teresina, ano 7, n. 351, p. 2, 14 nov. 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Félix Pacheco**: dados e informações para o estudo da vida e da obra do grande brasileiro. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1952.

LOCARD, Edmond. **A identificação pelas impressões digitais**. Tradução: Félix Pacheco. Rio de Janeiro: Tipografia Rebello Braga, 1904.

LORIGA, Sabina. O limiar biográfico. In: LORIGA, Sabina. **O pequeno x**: da biografia à história. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

NUNES, Maria Cecília Silva de Almeira. **Oligarquia Pires Ferreira**: família e poder político no Piauí (1889-1920). Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

PACHECO, Félix. **O publicista da Regência**: monografia histórica publicada nas colunas de honra do Jornal do Comércio no dia do centenário do nascimento de Evaristo Ferreira da Veiga. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1899.

PACHECO, Félix; COSTA, Cyro; DUARTE, Toledo. **Jornal do Comércio** (edição de São Paulo): artigo de apresentação e discursos pronunciados pelos Srs. Toledo Duarte, Dr. Cyro Costa e deputado Félix Pacheco no banquete do Trianon. Rio de Janeiro: Tipografia do

PACHECO, Félix. **Tiro Brasileiro da Imprensa**: discurso

pronunciado na sessão solene de instalação, a 23 de setembro de 1917 pelo presidente da sociedade, deputado Félix Pacheco, 1º secretário da Liga da Defesa Nacional e redator-chefe do Jornal do Comércio. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1917.

PACHECO, Félix. **Um francês brasileiro, Pedro Plancher**: subsídios para a história do Jornal do Comércio. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1917.

PACHECO, Félix. **O Brasil um só:** conferência realizada a 2 de junho de 1919 no Teatro Municipal no concerto organizado em benefício das vítimas da seca pelo diretor do Instituto Nacional de Música, sob os auspícios das Exmas. Sras. Antonio Azeredo, Urbano Santos e Paulo de Frontin. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1919.

PACHECO, Félix. **Discurso de posse no Itamaraty a 15 de novembro de 1922**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1922.

PACHECO, Félix. **À Comissão de Verificação de Poderes do Senado da República e aos homens de bem do país inteiro**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1927.

PACHECO, Félix. [Correspondência]. Destinatário: Benito Mussolini. Roma, [19--]. 1 **carta manuscrita**. Disponível em: https://glorias.com.br/products/carta-manuscrita-de-felix-pacheco-para-benito-mussolini. Acesso em: 20 maio 2026.

PACHECO, Félix. **Descendo a montanha**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1935.

PELAS vítimas da seca. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, ano 89, n. 193, p. 3, 13 jul. 1915.

QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

RODRIGUES, Fernando da Silva; SILVA, Fábio Pereira da. História do ensino militar no Brasil República: da reforma Benjamin Constant de 1890 à renovação em 1958. In: SOUZA, Ana Beatriz Ramos de; ACRUCHE, Hevelly Ferreira (org.). **Histórias das Américas**: apontamentos iniciais de ensino e pesquisas. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021. p. 57-73.

SANDRONI, Cícero. **180 anos do Jornal do Comércio:** de D. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva. Rio de Janeiro: Quorum, 2007.

SANTARRITA, Marcos. **Félix Pacheco**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2012.

SEÇÃO de mosaico. **A falange**. Teresina, ano 1, n. 13, p. 3, 10 abr. 1889.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

SILVA, Marcio Capella da. Resgate da memória institucional da Faculdade Nacional de Direito (FND). **Revista Eletrônica da OAB-RJ**. Rio de Janeiro, edição especial, p. 1-32, 2021.

TELEGRAMAS. **Piauí**. Teresina, ano 19, n. 990, p. 1, 9 jan. 1909.

VARIEDADE. **A imprensa**. Teresina, ano 23, n. 931, 21 ago. 1886.



MIGUEL DE PAIVA ROSA E A "REPÚBLICA DOS JOVENS TURCOS"

modernização conservadora, exclusão política e oligarquia letrada no Piauí (1909–1920)

Adail Monteiro Brandão

A Proclamação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889, foi um evento de pouca participação popular e grande articulação das elites agrárias e militares. Como registrou o cronista Aristides Lobo, testemunha ocular do ocorrido no Rio de Janeiro: O povo assistiu aquilo bestializado, atônito, surpreso, sem compreender o que significava; muitos acreditavam estar presenciando apenas uma parada militar. (Lobo, 1889 *apud* Carvalho, 1987, p. 15)

Essa afirmação, repetida à exaustão nos manuais de história, não é uma simples anedota pitoresca. Ela sintetiza uma realidade estrutural da Primeira República (1889-1930): a mudança de regime não

veio acompanhada de uma mudança na distribuição do poder. A monarquia caiu, mas a exclusão política permaneceu.

No Piauí, estado periférico do Nordeste brasileiro, agrário, pobre e com altas taxas de analfabetismo, a República foi recebida com atraso e pouca comoção popular. A adesão ao novo regime foi conduzida pelas mesmas elites que antes sustentavam o Império. O que mudou foram os discursos, não as práticas. O que se inaugurou foi uma república para poucos, sob a fachada de modernização e progresso.

Foi nesse contexto que emergiu uma geração de jovens bacharéis em Direito, Medicina e Engenharia Civil, muitos deles filhos de fazendeiros ou de exploradores da borracha de Manaus, que passaram a ocupar os altos cargos da administração pública estadual. Entre eles, destaca-se Miguel de Paiva Rosa, governador do Piauí entre 1912 e 1916. Ao lado de Antonino Freire da Silva e Eurípedes Clementino de Aguiar, integrou o chamado triunvirato que governou o Piauí entre 1909 e 1920. Esse período ficou conhecido, graças à pena irônica do bacharel e jornalista Higino Cunha, como a "República dos Jovens Turcos", em alusão ao movimento nacionalista do Império Otomano que buscava modernização, constitucionalismo e secularização.

Este artigo tem por objetivo analisar a trajetória de Miguel de Paiva Rosa sob três ângulos complementares. Na primeira seção, examinaremos o contexto da Primeira República, as distinções conceituais entre população, povo e cidadão, e as tipologias de república que nos ajudarão a classificar o regime instaurado no Piauí. Na segunda seção, focaremos especificamente nos "Jovens Turcos", nas reformas urbanas empreendidas em Teresina e no conceito de "modernização conservadora". Na terceira seção, classificaremos o regime piauiense e avaliaremos o legado ambíguo de Miguel Rosa. Como se verá, ele foi muito mais do que um simples "urbanista": foi um habilidoso operador político que soube modernizar a fachada do estado sem jamais tocar nas estruturas oligárquicas de poder.

O emergir da república oligárquica

Para compreender o lugar ocupado por Miguel Rosa e seus aliados, é necessário partir de um fato incômodo, mas incontornável: a República brasileira nasceu excludente. A transição da monarquia imperial para a República já foi objeto de inúmeras análises por parte de jornalistas, historiadores, cientistas políticos e cronistas, tanto no período imediatamente posterior ao evento quanto na contemporaneidade. O tema permanece em debate, especialmente nas reflexões em torno do 15 de novembro, data da Proclamação da República. Entretanto, há certo consenso entre os estudiosos quanto à ausência de participação popular no movimento que culminou na deposição de Dom Pedro II e na consequente expulsão da família imperial para a Europa. O movimento que depôs Dom Pedro II, em 1889, foi articulado por setores insatisfeitos do Exército e por fazendeiros paulistas ligados à cafeicultura.

Contudo, como observa o historiador José Murilo de Carvalho (1987, p. 32), tratou-se de "uma proclamação de cima para baixo", na qual a população civil desempenhou papel meramente espectador. A célebre imagem do povo "bestializado" capturada por Aristides Lobo não é, portanto, uma metáfora vazia: é o registro preciso de uma transição política que manteve intocadas as hierarquias sociais do Império. A República foi instaurada por meio de um golpe militar articulado por setores das elites agrária e militar, evidenciando que a mudança de regime não resultou de um movimento democrático amplo.

Essa origem autoritária teve consequências práticas imediatas. A Constituição de 1891, embora inspirada no federalismo e no presidencialismo dos Estados Unidos, preservou um mecanismo central de exclusão: o voto censitário indireto. Para ser eleitor, era necessário ser homem, ter mais de 21 anos e comprovar alfabetização. Mulheres, soldados rasos e a imensa maioria dos pobres ficaram de fora. Nas palavras do cientista político Raymundo Faoro (2001, p. 328), "o estamento burocrático" que dominava o Estado brasileiro simplesmente

trocou a coroa pelo chapéu republicano, mas não abriu mão do privilégio. O analfabetismo, que atingia mais de 80% da população na virada do século, tornava-se uma barreira intransponível para o exercício da cidadania.

Nesse ponto, torna-se indispensável distinguir alguns conceitos fundamentais que a ciência política separa analiticamente, mas que na linguagem cotidiana frequentemente se confundem. O primeiro deles é o conceito de *pessoas*: seres que possuem a capacidade única de atribuir sentido ao mundo, sendo a interseção entre o corpo biológico, uma mente consciente, um sujeito de direitos e um integrante de uma sociedade. O segundo é *população*, um conceito demográfico que designa o conjunto de pessoas que vivem em determinado território em um momento específico, independentemente de nacionalidade ou vínculo jurídico com o Estado. O terceiro é *povo*, um conceito jurídico-político que se refere aos nacionais, ou seja, àqueles que possuem vínculo jurídico de nacionalidade com determinado Estado, compondo formalmente a nação. O quarto, e mais restrito, é *cidadão*: uma subcategoria do povo – trata-se do indivíduo que está no pleno gozo de seus direitos políticos, podendo votar, ser votado e participar de mecanismos de democracia direta, como plebiscitos, referendos e iniciativas populares de lei.

Na Primeira República, como demonstra Carvalho (1987, p. 42), "ser brasileiro não bastava para ser cidadão; era preciso ser alfabetizado e ter renda". O eleitorado nunca ultrapassou 3% da população total; no Piauí, esse percentual frequentemente ficava abaixo de 1,5%. Essa distinção revela um paradoxo central do período. O Brasil se autodeclarava uma república – "coisa do povo", na célebre definição de Cícero – quando, na prática, a grande maioria da população não era composta por cidadãos. A palavra "povo" nos discursos políticos da época designava, quando muito, os "homens bons" das oligarquias. Quando designava a massa, era frequentemente para alertar sobre seus "perigos" ou para defender sua tutela pelas elites letradas.

Para além desse paradoxo inicial, é preciso compreender que o termo "república" não tem um significado único e atemporal. Ele pre-

serva ambiguidades desde sua origem greco-romana. Como registra a tradição, a república herda e incorpora os elementos da *politeia* grega, comunidade de homens livres. Nota-se que as formas de governo da Grécia clássica eram excludentes: tiravam do jogo político do cuidado da *pólis* as mulheres, os escravos e os estrangeiros. Ou seja, eram, na prática, oligarquias dos cidadãos, considerando a maioria das pessoas ou populações. O termo grego *democracia* – o governo dos cidadãos – surgiu para se opor às formas de tirania, mas, na prática, a maioria dos homens governava como senhores e seguindo suas próprias leis.

Entre os romanos, o termo *res publica* (coisa do povo) popularizou-se graças a Cícero, senador e cônsul romano. Nesse sentido, a república era um conjunto de instituições singulares capazes de garantir o bom funcionamento do regime, que os romanos chamaram de *libertas* e passou à história como república. Assim, a república era uma forma de resistência e prevenção contra as tiranias e o absolutismo. No modelo clássico, consagrado e atemporal, o termo "república" significa que o poder não pertence a uma só pessoa (como um rei), mas sim ao "povo" ou à "busca do bem comum".

A república corresponde ao interesse do povo, à coisa pública. Diferentemente da monarquia, na qual o poder costuma ser hereditário e vitalício, a forma de governo republicana baseia-se em três pilares fundamentais: a eletividade (governantes escolhidos pelo voto, direto ou indireto), a temporalidade (ninguém permanece no poder para sempre; o mandato tem prazo de validade constitucionalmente estabelecido) e a responsabilidade (o gestor público deve responder por seus atos, prestando contas; se fizer algo errado, pode ser punido ou removido).

É evidente que tais características estão mais presentes nas democracias liberais e democráticas do Ocidente cristão. As potências ocidentais tentam vender no mundo esse modelo como ideal de organização política, embora as práticas sejam bastante variadas e isso funcione mais como discurso ideológico. O mundo é vasto e existem inúmeros modelos de organização política – e a superpotência estadunidense encarrega-se de levar o modelo da república liberal e da democracia

moderna pela suposta liberdade dos povos, causando destruições em inúmeras regiões do mundo e a extinção de populações inteiras.

A tradição republicana liberal caracteriza-se, no discurso utópico de seus idealizadores (nem sempre colocado em prática na efetiva realidade da sociedade burguesa), pelos seguintes aspectos: afirmação do valor da liberdade política (mas o que é liberdade nesse mundo cheio de aspectos que limitam as iniciativas individuais ou coletivas?); alto nível de igualdade dos cidadãos (apesar de um mundo extremamente desigual em níveis de renda e escolaridade); e preocupação com a esfera pública que escapa para a efetiva ação do cidadão na luta pelo bem comum (apesar de as instituições serem dominadas pelos efetivos donos do poder, a diminuta oligarquia financeira, a elite burguesa). Esses eram os princípios clássicos norteadores da tradição republicana ocidental? A pergunta permanece em aberto.

Nesse sentido, têm-se diversos modelos de república, dentre eles: a república aristocrática, a república oligárquica e a república democrática. A república aristocrática é aquela em que o poder é exercido pelos supostos "melhores", uma minoria que se considera "superior" seja por linhagem, sangue ou título de nobreza, ou por status fixo. O nome tradicional se sobrepõe ao dinheiro. A república oligárquica concentra o poder nas mãos de um pequeno grupo; geralmente, o critério de acesso ao poder é o poder econômico, por meio de alianças fechadas, corrupção, voto censitário ou qualquer outro critério excludente. A república democrática, por fim, é o modelo no qual há a predominância da soberania popular. O foco desse modelo é a participação de todos os cidadãos, sem distinção de classes. A democracia pode ser representativa (na qual o povo exerce o poder através de representantes eleitos) ou direta (como por referendos, plebiscito, iniciativa popular na elaboração de leis e o exercício efetivo do governo). Como argumenta Faoro (2001, p. 328), "o Brasil republicano nasceu sob o signo da oligarquia, não da democracia".

Feitas essas distinções conceituais, podemos agora voltar os olhos especificamente para o Piauí. No estado, a República foi recebida

com atraso – as notícias demoravam a chegar – e com pouca comoção popular. A adesão ao novo regime foi conduzida pelas mesmas famílias que antes sustentavam o Império: os grandes fazendeiros de gado e os comerciantes que controlavam, cada qual em seu "curral" eleitoral, os votos da província transformada em estado. A historiadora Teresina Queiroz, em seu estudo clássico sobre as elites piauienses, demonstra que "as primeiras décadas da república não foram apenas uma mudança de forma de governo, mas um realinhamento das antigas facções liberais e conservadoras" (Queiroz, 2002, p. 67). O fenômeno do "coronelismo" – o grande fazendeiro que controlava os votos de seus dependentes – estruturava a política local de modo a garantir a perpetuação das mesmas famílias no poder.

Foi nesse contexto de exclusão estrutural e domínio oligárquico que emergiu, a partir do final da primeira década do século XX, uma geração de jovens bacharéis. Muitos deles eram filhos desses mesmos coronéis ou de exploradores da borracha de maniçoba. Formados na Faculdade de Direito do Recife – centro irradiador de ideias republicanas, positivistas e abolicionistas –, esses jovens passaram a ocupar os altos cargos da administração pública estadual. Traziam um discurso novo: falavam em progresso, ciência, ordem, higiene, modernização. Propunham reorganizar o Estado, laicizar o ensino (ainda que timidamente) e remodelar Teresina, dando-lhe ares de metrópole.

Surge, então, uma pergunta fundamental: esse discurso rompia efetivamente com as práticas de concentração de poder? Ou se tratava apenas da substituição de um tipo de elite (a agrária tradicional) por outro (a letrada urbana), mantendo inalterada a natureza oligárquica do regime? A resposta, como começaremos a desenvolver na sequência, inclina-se decididamente para a segunda hipótese. Os jovens bacharéis promoveram o que se pode chamar de modernização conservadora: mudaram a fisionomia da capital, mas não tocaram nas estruturas de poder que mantinham o Piauí como um feudo familiar. Para compreender como isso se deu na prática, é necessário agora examinar mais

detidamente o governo de Miguel Rosa e as reformas por ele empreendidas.

Os "Jovens Turcos" e a modernização conservadora (1909-1920)

Vimos na seção anterior que a Primeira República brasileira nasceu sob o signo da exclusão e que o Piauí, estado periférico do Nordeste, não fugiu à regra. Vimos também que, a partir do final da primeira década do século XX, emergiu uma geração de jovens bacharéis que passou a ocupar os altos cargos da administração pública estadual. Chegamos, então, a uma pergunta fundamental: esse discurso rompia efetivamente com as práticas de concentração de poder? Ou se tratava apenas da substituição de um tipo de elite (a agrária tradicional) por outro (a letrada urbana), mantendo inalterada a natureza oligárquica do regime? É precisamente a essa questão que nos dedicaremos agora, ao examinar o fenômeno conhecido como "República dos Jovens Turcos" e as reformas urbanas empreendidas em Teresina entre 1909 e 1920.

Antes de mais nada, é preciso explicar a origem da alcunha que batiza este período. O termo "Jovens Turcos" foi adaptado pelo bacharel e jornalista Higino Cunha, ferrenho opositor do grupo que governou o Piauí naquele momento. A expressão faz referência ao movimento nacionalista ocorrido no seio do Império Otomano, que buscava modernizar a Turquia por meio do constitucionalismo, da secularização e da adoção de instituições políticas ocidentais. Nas faculdades de Direito do Brasil – especialmente na do Recife, onde se formaram os protagonistas dessa história –, o movimento dos "Jovens Turcos" era objeto de estudo e admiração. Como ironiza o próprio Higino Cunha em suas crônicas, "os jovens turcos do Piauí queriam transformar Teresina numa Paris, mas esqueceram de perguntar aos piauienses se eles queriam ser parisienses" *(apud* Bastos, 1994, p. 156).

A alcunha, embora nascida como crítica ácida, acabou consagrada na historiografia piauiense como uma forma de designar aquele momento em que jovens letrados tentaram – com sucesso parcial – transformar a fisionomia da capital. O período compreendido entre 1909 e 1920 foi dominado por três jovens bacharéis, que a historiografia posterior convencionou chamar de "triunvirato". Antonino Freire da Silva governou de 1909 a 1912; Miguel de Paiva Rosa, de 1912 a 1916; e Eurípedes Clementino de Aguiar, de 1916 a 1920. Alguns eram bacharéis em Direito formados pela Faculdade do Recife e outro era formado em Engenharia Civil. Apesar das desavenças políticas entre eles – algo comum nas oligarquias regionais, onde alianças se faziam e desfaziam conforme a conveniência do momento –, seus governos podem ser analisados como um bloco coeso. Isso porque o projeto de modernização de Teresina foi, nas palavras da historiadora Teresina Queiroz, "um projeto de estado, não apenas iniciativas dos governos diuturnos" (Queiroz, 2002, p. 112).

Em outras palavras, tratava-se de uma verdadeira missão civilizadora autoimposta pelas elites letradas, que transcendia os mandatos individuais.

Antes, porém, de analisar as reformas propriamente ditas, convém conhecer mais detidamente a trajetória do principal personagem deste artigo. Miguel de Paiva Rosa nasceu em Teresina em 15 de dezembro de 1876. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife entre 1896 e 1898. Atuou como juiz distrital em várias comarcas do interior piauiense, foi diretor de Instrução Pública (1904-1909), professor de história do Brasil no Liceu Piauiense, primeiro diretor da Escola Normal do Piauí e fundador do jornal *A Pátria*, que servia como tribuna de suas ideias modernizadoras e como instrumento de propaganda do grupo no poder. Governou o Piauí entre 1912 e 1916. Após seu mandato, foi nomeado procurador regional da República no Piauí em 1924, falecendo em Teresina em 9 de junho de 1929. Como se vê, sua carreira foi marcada por uma circulação típica das elites letradas da Primeira República: a magistratura, o ensino, a imprensa e a política partidária

se combinavam em uma única trajetória, revelando a porosidade entre os diferentes campos do poder.

As reformas urbanas promovidas pelos "Jovens Turcos" foram ambiciosas, especialmente para os padrões de um dos estados mais pobres da federação. Inspirados nos modelos de Paris (as reformas de Haussman, que transformaram a capital francesa em uma cidade de bulevares e avenidas largas) e do Rio de Janeiro (as reformas de Pereira Passos, que à mesma época remodelavam a então capital federal), os governantes piauienses empreenderam um amplo programa de modernização. O projeto de reformas seguia, como registram os cronistas da época, "o exemplo das grandes metrópoles no mundo, como Paris, na França, e Rio de Janeiro, no Brasil". Tratava-se de uma tentativa deliberada de sepultar o aspecto de vilarejo colonial ou provincial que ainda marcava Teresina, cidade fundada em 1852.

As principais realizações do período incluem a instalação da iluminação elétrica pública, a implantação do serviço de abastecimento de água encanada, a expansão dos serviços de telégrafo, as primeiras linhas telefônicas, a construção de imponentes prédios públicos (como o Palácio do Governo e o Teatro 4 de Setembro) e, talvez mais importante do ponto de vista econômico, a chegada dos trilhos da ferrovia e a conexão ferroviária da capital com o restante do país. Esta última facilitou sobremaneira o escoamento da produção local – gado, algodão, cera de carnaúba, derivados da borracha de maniçoba – e a importação de bens de luxo europeus, criando uma pequena, mas significativa, burguesia comercial em Teresina. A fisionomia da capital mudou bastante, como registram as fontes da época: "as construções de imponentes prédios públicos e dependências mais modernas" passaram a ocupar o centro da cidade, financiadas pelos recursos provenientes da pecuária e das atividades extrativistas.

No entanto, é preciso olhar para essas reformas com olhos críticos. Elas tiveram um custo social elevado e beneficiaram prioritariamente as elites. Tratou-se, nas palavras de um dos textos que fundamentam esta análise, de uma "modernização conservadora": visava

higienizar o espaço urbano afastando o rastro de pobreza das áreas centrais da capital. Esse processo se deu em detrimento da maioria das pessoas, que nem sempre se beneficiaram dos progressos anunciados. Os cortiços e habitações precárias dos pobres foram removidos das áreas centrais, empurrando seus moradores para a periferia – para onde não chegavam os novos serviços de água, luz elétrica e saneamento básico. Como bem sintetiza Queiroz (2002, p. 134), "a Teresina que se modernizava era a Teresina dos doutores e dos comerciantes ricos; a Teresina dos pobres foi simplesmente varrida para longe dos olhos do poder". As elites estatais conduziam, assim, um projeto que beneficiava a si mesmas, sob o discurso do progresso e da civilização.

Essa suposta modernização – na realidade bastante modesta se comparada às grandes reformas do Rio de Janeiro ou de São Paulo – tem a ver com o suposto predomínio de uma aristocracia do poder, ou seja, do "governo dos melhores". A classe política desse contexto era composta integralmente por bacharéis formados nas raras faculdades do Brasil. Agora, é preciso ser realista: eles eram herdeiros das oligarquias tradicionais do estado. Mais do que isso, constituíam uma oligarquia ilustrada. Como argumenta o historiador Sérgio Buarque de Holanda, o patrimonialismo brasileiro – a confusão entre o público e o privado – não desapareceu com a Proclamação da República; apenas se revestiu de novas roupagens. No caso piauiense, os jovens bacharéis não romperam com as famílias tradicionais; antes, aliaram-se a elas, casaram-se com suas filhas e incorporaram seus filhos ao aparelho do Estado. A estrutura tradicional de poder impedia uma atuação mais avançada. Por mais que tentassem imitar as grandes metrópoles, esse projeto de criação de uma "Atenas piauiense" era, em grande medida, impossível. Assim naufragava o sonho de transformar Teresina em um centro irradiador de cultura e civilização nos trópicos.

O período não foi isento de crises e tensões. O governo de Miguel Rosa, em particular, enfrentou dificuldades externas e internas. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) afetou o comércio exterior e reduziu drasticamente a arrecadação estadual, uma vez que as ex-

portações de produtos piauienses (sobretudo a cera de carnaúba e a borracha de maniçoba) sofreram com o bloqueio naval e a desorganização dos mercados europeus. Além disso, a seca de 1915 – uma das mais severas do século – provocou fome, miséria e deslocamento de populações inteiras do interior para a capital, agravando os problemas de abastecimento, saneamento e ordem pública. Essas duas crises simultâneas testaram os limites da capacidade administrativa de Miguel Rosa e expuseram as fragilidades de um projeto de modernização que dependia inteiramente dos recursos da pecuária e do extrativismo, ambos extremamente vulneráveis às oscilações climáticas e aos humores do mercado internacional.

Paralelamente, a oposição capitaneada por Higino Cunha na imprensa nunca cessou. Em seus artigos e crônicas, Cunha acusava os "Jovens Turcos" de serem uma "oligarquia letrada" que havia simplesmente substituído a velha elite agrária, sem qualquer compromisso com a democratização efetiva do poder. Para ele, a troca de um coronel analfabeto por um doutor em Direito não alterava em nada a natureza excludente do regime. Pelo contrário: tornava-a mais sofisticada e, portanto, mais difícil de combater. Como registra em uma de suas crônicas mais cáusticas, "antes éramos governados por tiranos que ao menos não sabiam ler; agora somos governados por tiranos que citam Cícero em latim para justificar nossa miséria" (apud Bastos, 1994, p. 162).

O desfecho do governo de Miguel Rosa é igualmente revelador de sua habilidade política e das armadilhas do poder oligárquico. Em 1916, ele "renunciou" ao cargo de governador para se eleger senador.

Para alguns historiadores, esse movimento não foi apenas um "desejo de carreira" ou uma simples ambição, mas foram as "armadilhas do poder" de uma crise instaurada no seio da elite piauiense, que levou à cisão do grupo dominante. Tal crise culminou na ascensão de Eurípedes Aguiar na sucessão, em 1916.

Em outras palavras, Miguel Rosa sacrificou o restante de seu mandato – e sua permanência no governo do estado – para garantir a continuidade do projeto oligárquico. Como argumenta um analista do

período, "Rosa não foi apenas o urbanista, mas um hábil operador político que soube navegar entre a necessidade de modernizar a fachada do Piauí e a obrigação de manter intactas as estruturas de poder tradicionais" (Brandão, 2020, p. 89).

Essa síntese nos conduz de volta à pergunta que abriu esta seção: o discurso dos jovens bacharéis rompia efetivamente com as práticas de concentração de poder? A resposta, à luz das evidências apresentadas, inclina-se decididamente para a negativa. Os "Jovens Turcos" promoveram uma modernização conservadora: mudaram a fisionomia da capital, dotaram-na de infraestrutura básica (ainda que precária e concentrada no centro), mas não tocaram nas estruturas de poder que mantinham o Piauí como um feudo familiar. O voto continuou restrito aos alfabetizados; as mulheres continuaram excluídas; os pobres foram empurrados para a periferia; a terra permaneceu concentrada nas mãos de poucos; e o controle das máquinas políticas municipais continuou nas mãos dos coronéis do interior, que mobilizavam as suas milícias nos momentos oportunos, agora em aliança com os doutores da capital.

Resta-nos, agora, responder à pergunta mais ampla que atravessa todo este artigo: afinal, que república Miguel Rosa ajudou a construir? Foi uma república democrática, na qual o povo soberano decide seus destinos? Foi uma república aristocrática, na qual os supostos "melhores" (os mais ilustrados) governam em nome do bem comum? Ou foi uma república oligárquica, na qual um pequeno grupo econômico e familiar controla o Estado em benefício próprio? Para responder a essas questões com a precisão analítica necessária, será preciso mobilizar a tipologia apresentada na primeira seção e aplicá-la ao caso concreto do Piauí sob o domínio dos "Jovens Turcos". Esse será o objetivo de nossa terceira e última seção.

Que república Miguel Rosa ajudou a construir?

Chegamos, enfim, à questão central que atravessa todo este artigo. Nas seções anteriores, estabelecemos o contexto da Primeira Re-

pública como um regime nascido sob o signo da exclusão, distinguimos analiticamente os conceitos de população, povo e cidadão, e examinamos as tipologias de república que nos permitem classificar diferentes formas de governo. Em seguida, debruçamo-nos sobre o fenômeno específico dos "Jovens Turcos" piauienses, analisando as reformas urbanas empreendidas em Teresina entre 1909 e 1920 e o conceito de "modernização conservadora" que melhor define aquele projeto. Agora, munidos dessas ferramentas conceituais e desse material empírico, podemos responder à pergunta que dá sentido a todo este esforço: que república Miguel Rosa ajudou a construir? A tese que sustentaremos é a seguinte: o Piauí, no período 1909-1920, constituiu uma república oligárquica com traços de aristocracia intelectual, e Miguel Rosa foi seu mais hábil e representativo operador. Como veremos, ele foi muito mais do que um simples "urbanista": foi um estrategista político que soube modernizar a fachada do estado sem jamais tocar nas estruturas oligárquicas de poder.

Para que nossa classificação seja clara e rigorosa, convém retomar brevemente as três tipologias de república apresentadas na primeira seção. A república aristocrática é aquela em que o poder é exercido pelos supostos "melhores" – uma minoria que se considera superior por linhagem, sangue, título de nobreza ou status fixo, na qual o nome tradicional se sobrepõe ao dinheiro. A república oligárquica concentra o poder nas mãos de um pequeno grupo, geralmente com base no poder econômico, por meio de alianças fechadas, corrupção, voto censitário ou qualquer outro critério excludente. A república democrática, por fim, é o modelo no qual predomina a soberania popular, com participação de todos os cidadãos, sem distinção de classes, seja por representação ou por mecanismos de democracia direta.

Como argumenta o cientista político Raymundo Faoro (2001, p. 328), "o Brasil republicano nasceu sob o signo da oligarquia, não da democracia". O caso piauiense, como veremos, confirma plenamente essa afirmação.

Apliquemos, pois, essa tipologia ao caso do Piauí sob o domínio dos "Jovens Turcos".

O primeiro critério a ser examinado é o da concentração de poder. Durante todo o período do triunvirato (1909-1920), o governo estadual esteve restrito a um pequeno grupo de bacharéis – não mais do que meia dúzia de famílias entrelaçadas por casamento, compadrio e interesses econômicos. Antonino Freire, Miguel Rosa e Eurípedes Aguiar não eram "novos" no sentido de terem ascendido por mérito próprio em uma sociedade aberta. Ao contrário, eram todos oriundos de famílias tradicionais de fazendeiros ou de exploradores da borracha de maniçoba. Como demonstra a historiadora Teresina Queiroz (2002, p. 78), "as elites letradas que dominaram os primeiros quarenta anos da república no Piauí encontram suas raízes na década de 1880, quando determinados grupos se formaram e passaram a disputar os cargos públicos". Não houve, portanto, uma ruptura na composição social do poder; houve, quando muito, uma troca de figurantes no mesmo palco.

O segundo critério é o do acesso ao poder. Na república oligárquica, o acesso é restrito e controlado por mecanismos excludentes. No Piauí da Primeira República, esses mecanismos eram múltiplos e atuavam em cascata. Em primeiro lugar, o voto censitário previsto na Constituição de 1891 exigia alfabetização – e o analfabetismo no Piauí atingia cerca de 88% da população adulta nas primeiras décadas do século XX. Em segundo lugar, mesmo entre os alfabetizados, o voto era aberto (não secreto), o que permitia o controle direto dos coronéis sobre os eleitores de seus "currais".

Em terceiro lugar, as eleições eram frequentemente fraudadas por meio de "degola" (impugnação de candidatos adversários) e "bico de pena" (preenchimento fictício de atas eleitorais). Como registra um cronista da época, "no Piauí, os votos se contavam depois de prontos, nunca antes" (*apud* BASTOS, 1994, p. 203). O resultado prático era que o eleitorado nunca ultrapassava 1,5% da população total – um dos percentuais mais baixos do país.

O terceiro critério – e talvez o mais sutil – é o do discurso de legitimação. Toda forma de governo precisa justificar-se perante os governados. Na república aristocrática, a justificativa é a superioridade inata (de sangue, de linhagem, de virtude) dos governantes. Na república oligárquica, a justificativa tende a ser mais prosaica: o poder econômico como base natural do poder político. No caso piauiense, houve uma combinação peculiar das duas coisas. Os "Jovens Turcos" não se apresentavam apenas como ricos (embora o fossem) ou como herdeiros de famílias tradicionais (embora o fossem também). Apresentavam-se, sobretudo, como "ilustrados", como "civilizados", como aqueles que haviam estudado no Recife e conhecido o mundo, enquanto a grande maioria da população vivia mergulhada na "ignorância" e no "atraso". Em seus discursos e editoriais do jornal A Pátria, a necessidade de "tutelar" o povo analfabeto, de "educar" as massas antes de lhes conceder o voto, aparece como um lugar-comum. Essa retórica do "governo dos melhores" – onde "melhores" significa "mais escolarizados" – é a marca distintiva do traço aristocrático-intelectual que se mescla à base oligárquica do regime.

Surge aqui um ponto de refinamento teórico importante. Não se trata, no caso piauiense, de uma aristocracia tradicional como a do Antigo Regime europeu, baseada na linhagem e no sangue. As famílias tradicionais do Piauí certamente cultivavam suas genealogias – os "Carvalhos", os "Ferreiras", os "Barros" repetiam-se nas listas de governantes e deputados ao longo de décadas –, mas o critério decisivo de distinção não era apenas o nome. Era, cada vez mais, o capital escolar, na acepção que Pierre Bourdieu dá ao termo. O anel de grau, o título de doutor, a passagem pela Faculdade de Direito do Recife – esses eram os símbolos que distinguiam o novo governante do velho coronel analfabeto ou semiletrado. Como argumenta Bourdieu (1998, p. 23), a "nobreza de Estado" legitima seu poder não pela herança, mas pela suposta competência técnica conferida pelos títulos escolares. Os bacharéis piauienses, ao voltarem de Recife ou Salvador, ostentavam esse capital como um certificado de superioridade natural. O doutor não era

apenas um profissional; era uma espécie de ser superior, destinado por sua formação a governar os "ignorantes".

Essa combinação de oligarquia (concentração de poder em um pequeno grupo) com aristocracia intelectual (legitimação pela suposta superioridade educacional) produz o que podemos chamar de oligarquia letrada. E foi exatamente isso que os "Jovens Turcos" representaram. Eles não romperam com a velha oligarquia agrária; associaram-se a ela, casaram-se com suas filhas, incorporaram seus filhos à máquina estatal. Mas acrescentaram a essa base material um discurso novo – o discurso do progresso, da ciência, da higiene, da modernização – que servia para justificar a permanência dos mesmos de sempre no poder, agora com um verniz civilizatório. Como ironizou com acidez o opositor Higino Cunha, "a diferença entre o coronel do antigamente e o doutor de agora é que um roubava na ignorância e o outro rouba citando o Código Civil" (Cunha apud Bastos, 1994, p. 167).

A grande contradição do governo de Miguel Rosa e de seus aliados reside precisamente nesse ponto: eles promoveram reformas materiais significativas – luz elétrica, água encanada, telégrafo, ferrovia, prédios públicos – que transformaram a fisionomia de Teresina, mas não ampliaram a participação política nem alteraram a distribuição de terras e renda. Mudou-se a superfície para que o fundo permanecesse o mesmo. Esse fenômeno é conhecido na literatura especializada como modernização conservadora. Originalmente cunhado para analisar a Alemanha de Bismarck (industrialização sem democracia, unificação autoritária sob a liderança da Prússia), o conceito aplica-se perfeitamente ao Piauí da Primeira República. Como sintetiza o historiador Giuseppe Vacca (2017, p. 102), "a modernização conservadora é a arte de mudar o que é visível para não mudar o que é estrutural".

Aplicando esse conceito ao nosso caso: Miguel Rosa modernizou a administração pública (organizando melhor a máquina arrecadadora e os serviços estatais), modernizou a infraestrutura urbana (luz, água, telégrafo, ferrovia), modernizou a liturgia do poder (o Palácio do Governo como centro nervoso das decisões, a construção de uma

imagem de governante europeizado e civilizado). Mas não modernizou a estrutura de propriedade da terra (a base do poder oligárquico), não modernizou o sistema eleitoral (mantendo o voto aberto e censitário), não modernizou a exclusão política (as mulheres continuaram sem voto, os analfabetos continuaram sem cidadania). Em suma, modernizou a fachada para que a estrutura permanecesse intocada. Como bem observa um analista do período, "as reformas físicas no palácio e na capital eram símbolos de um poder que precisava parecer civilizado e 'europeizado' para legitimar o controle político exercido pelas elites locais perante o Governo Federal" (Brandão, 2020, p. 95).

Essa estratégia revela a enorme habilidade política de Miguel Rosa. Ele não foi um ingênuo que acreditava cegamente no poder redentor da educação ou da técnica. Foi, antes de tudo, um operador pragmático, que compreendeu que a modernização material – as obras de infraestrutura, os prédios imponentes, a iluminação elétrica – podia funcionar como um poderoso instrumento de legitimação. Ao "dar" ao povo (ou melhor, à pequena parcela da população que habitava as áreas centrais) os benefícios da modernidade, o governo criava uma imagem de eficiência e progresso que ajudava a neutralizar as críticas da oposição e a obter o favor do governo federal, especialmente durante a política dos governadores instituída por Campos Sales. Como registra a historiografia, "ao organizar melhor a máquina pública e a arrecadação, o governo ganhava mais fôlego para negociar com os grupos de oposição e garantir a sucessão política sem grandes rupturas" (Queiroz, 2002, p. 145).

O legado de Miguel Rosa é, portanto, profundamente ambíguo. Por um lado, é inegável que, sob seu governo e o de seus aliados, Teresina deixou de ser uma vila colonial provinciana para adquirir ares de cidade moderna. A iluminação elétrica, a água encanada, o telégrafo e a ferrovia não são realizações menores, sobretudo em um contexto de escassez de recursos, isolamento geográfico e altas taxas de pobreza. Pode-se mesmo argumentar que, sem essas reformas, o Piauí teria se tornado ainda mais periférico e isolado do que já era, condenado a um

atraso ainda maior nas décadas seguintes. Nesse sentido, Miguel Rosa e os "Jovens Turcos" prestaram um serviço real ao estado: tiraram Teresina do século XIX e a empurraram, ainda que a contragosto e de forma desigual, para o século XX.

Por outro lado, é igualmente inegável que toda essa modernização foi feita às custas da exclusão política e social da maioria da população. Os pobres foram empurrados para a periferia – para os bairros pobres que surgiram nos arredores da cidade, sem acesso aos novos serviços de água, luz e saneamento. Os analfabetos continuaram sem voto, constituindo cerca de 85% a 90% da população adulta. As mulheres permaneceram confinadas ao espaço privado, sem qualquer direito político. As estruturas de concentração de terras – a base do poder das oligarquias – não foram sequer arranhadas. O coronelismo continuou vigorando no interior, agora sob a supervisão benevolente dos doutores da capital. Como bem sintetiza Queiroz (2002, p. 158), "a modernização conservadora dos Jovens Turcos produziu uma cidade mais bonita, mas não produziu uma sociedade mais justa".

Ao fim de seu mandato em 1916, retornou à vida pública como procurador regional da República no Piauí, cargo que ocupou até sua morte. Faleceu em Teresina em 9 de junho de 1929, às vésperas da Revolução de 1930 que colocaria fim à Primeira República e enterraria, pelo menos formalmente, bem na prática é outra história, a "República dos coronéis". O novo regime que se inaugurou sob a liderança de Getúlio Vargas prometeu enterrar a política oligárquica e inaugurar uma era de modernização nacional, centralização do poder e ampliação dos direitos sociais. Em alguma medida, cumpriu a promessa: o governo central se fortaleceu em relação aos estados, o voto feminino foi instituído em 1932, a Justiça Eleitoral foi criada para combater as fraudes, e o controle das oligarquias regionais sobre as máquinas estaduais foram significativamente reduzido.

No entanto, a exclusão política dos analfabetos – que continuavam sendo a imensa maioria da população rural brasileira – só seria abolida em 1985, pela Emenda Constitucional nº 25, já no ocaso da

ditadura militar. O voto aos 16 anos foi conquistado ainda mais tarde. As mulheres, embora tenham obtido o direito ao voto em 1932, continuaram sub-representadas na política por muitas décadas. E os pobres, embora tenham se tornado cidadãos formais, continuaram – e continuam – enfrentando barreiras materiais e simbólicas para o exercício pleno de sua cidadania. O sonho de uma república verdadeiramente democrática, na qual o "povo" da retórica se convertesse em cidadãos de fato, ainda levaria muitas décadas para começar a se realizar. E, como sabemos, continua sendo um horizonte em construção – no Piauí, no Brasil e no mundo.

O que o caso de Miguel Rosa e dos "Jovens Turcos" nos ensina, em última instância, é que a modernização não é intrinsecamente democrática. É possível – e historicamente tem sido frequente – modernizar a economia e a infraestrutura urbana sem democratizar a política. É possível construir palácios, instalar luz elétrica, abrir avenidas, estender trilhos de ferro e, ao mesmo tempo, manter intactas as estruturas de exclusão, manter a terra concentrada, manter o voto restrito, manter as mulheres e os analfabetos fora do jogo político. O conceito de modernização conservadora, que empregamos ao longo deste artigo, capta exatamente essa possibilidade: a mudança das coisas visíveis (ruas, prédios, luzes, trilhos) como estratégia para evitar a mudança das coisas invisíveis, porém estruturais (a distribuição do poder, a concentração da terra, a exclusão política).

A pergunta que intitula esta seção – "que república Miguel Rosa ajudou a construir?" – pode agora ser respondida de forma direta, à luz de todas as evidências apresentadas. Miguel Rosa ajudou a construir uma república de poucos, para poucos e por poucos. Uma república na qual o discurso do progresso serviu para legitimar a permanência dos mesmos de sempre no poder. Uma república na qual a modernização foi usada como escudo contra a democratização. Isso não faz dele um governante pior ou melhor do que seus contemporâneos – afinal, a regra na Primeira República brasileira era exatamente essa, do Acre ao Rio Grande do Sul. Faz dele, isso sim, uma figura exemplar – talvez

paradigmática – para compreendermos os dilemas profundos da formação do Estado brasileiro.

Esses dilemas podem ser sintetizados em três perguntas que atravessam nossa história republicana até hoje. Primeira: como conciliar a herança autoritária e excludente do passado colonial com as exigências de legitimidade de um regime que se autodenomina republicano? Segunda: como modernizar sem incluir, como mudar a superfície para que o fundo permaneça o mesmo? Terceira: qual é o preço, em termos de desigualdade e violência política, de uma modernização conservadora que beneficia apenas as elites? Essas questões, formuladas para o Piauí de cem anos atrás, infelizmente ainda ressoam em muitos debates contemporâneos sobre a democracia brasileira. A fachada mudou – temos eleições regulares, voto universal, Justiça Eleitoral, urnas eletrônicas. Mas as estruturas de concentração de renda, de poder econômico e de influência política continuam desafiando o ideal republicano de que "coisa do povo" significa efetivamente participação de todos.

Por essa razão, estudar Miguel de Paiva Rosa e os "Jovens Turcos" não é apenas um exercício de erudição histórica, circunscrito a um estado periférico em um momento remoto. É, também, uma forma de compreender – e talvez de ajudar a superar – as persistentes desigualdades que ainda marcam nossa vida política. Ao iluminar os mecanismos da modernização conservadora no Piauí da Primeira República, lançamos luz, ainda que indiretamente, sobre os mecanismos que operam até hoje. Pois, como ensina o historiador, o passado não está morto; não é sequer passado. Ele se atualiza constantemente, em novas roupagens, nos dilemas do presente. E cabe ao historiador – e ao leitor crítico – desvelar essas continuidades, nome dos mecanismos de exclusão e apontar, ainda que modestamente, caminhos para uma república verdadeiramente democrática, na qual o "povo" não seja apenas uma palavra bonita nos discursos, mas uma realidade vivida por todos os cidadãos.

Considerações finais

Este texto foi direcionado, especialmente, a um público leitor não habituado ao métier acadêmico. Procurou-se trabalhar conceitos básicos e fundamentais, com reduzido número de notas bibliográficas, a fim de tornar a leitura mais fluida. Ademais, a experiência do autor como professor de ensino médio – particularmente nas aulas de recuperação de final de série – induziu a escritura destas ideias. Espera-se que elas tenham contribuído para esclarecer alguns pontos do debate historiográfico e que a comunidade acadêmica possa enxergar o "chão de fábrica" das séries do ensino fundamental e médio, percebendo o quanto é vibrante o cotidiano das instituições de ensino das séries iniciais. Afinal, o curso de licenciatura destina-se a essas comunidades. Se tiverem a sorte que o autor teve de ministrar aulas para os melhores alunos do estado, sentir-se-ão realizados, pois tudo o que se falava e se debatia tinha repercussão e reverberava.

O presente texto é direcionado, especialmente a um público leitor não habituado ao métier acadêmico. Aqui se procurou trabalhar conceitos básicos e fundamentais, sem muitas notas bibliográficas. O objetivo disto é deixar a leitura mais fluida, ademais, minha experiência exclusiva como professor de ensino médio, especialmente das aulas de recuperação do final de série me induziu a escritura dessas ideias, espera-se que elas tenham contribuído para esclarecer alguns pontos do debate historiográfico e que a comunidade acadêmica enxergue o "chão de fábrica" as séries do ensino fundamental e médio e percebam o quanto é vibrante o cotidiano das instituições de ensino das séries iniciais , afinal o curso de licenciatura destina-se a essas comunidades e se tiverem a sorte que eu tive de ministrar aulas para os melhores alunos do estados. Então, vocês se sentiram realizados, por que tudo o que se fala é se debatia tinha repercussão, reverberava.

Referências bibliográficas

BASTOS, Cláudio de Albuquerque. **Dicionário histórico e geográfico do Piauí.** Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1994.

BOBBIO, Norberto etc al. **Dicionário de política.** 7. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **The state nobility**: elite schools in the field of power. Tradução de Lauretta C. Clough. Cambridge: Polity Press, 1998.

BRANDÃO, Adail Monteiro. **As armadilhas do poder:** partidos políticos e a sucessão governamental de Miguel Rosa (1912-1916). Teresina: Cancioneiro, 2023.

CARONE, Edgard. **A República Velha**: instituições e classes sociais (1889-1930). São Paulo: DIFEL, 1970. (Coleção Corpo e Alma do Brasil, XXXI).

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Economia piauiense**: da pecuária ao extrativismo. 2. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí** (1900-1920). 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a república**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

VACCA, Giuseppe. **Modernità alternative**: il Novecento di Antonio Gramsci. Torino: Einaudi, 2017.



ODILON NUNES
contribuições e limites de um historiador piauiense (1899-1979)

Hélio Lima Rocha Júnior
Victor Alves de França Sousa
Francisco de Assis de Sousa Nascimento

Odilon José Nunes é certamente um dos grandes e ilustres historiadores do Piauí, figurando entre as vozes mais relevantes da intelectualidade nordestina do século XX. Nascido em Amarante, no interior piauiense, no ano de 1899, dedicou muitos de seus anos de vida ao magistério e às pesquisas históricas, construindo uma obra que iluminou passagens até então obscuras da história do Piauí – não apenas para os próprios piauienses, que viram sua memória regional sistematizada pela primeira vez, mas também em âmbito nacional, pois seus escritos contribuíram para colocar o estado no mapa historiográfico brasileiro, rompendo com o

isolamento intelectual que por muito tempo caracterizara a produção de conhecimento na região. Autodidata por excelência uma vez que sua formação não se deu nos grandes centros universitários do Sudeste, mas sim na leitura incessante dos clássicos e no contato direto com as fontes primárias, soube transformar essa condição aparentemente limitadora em uma vantagem metodológica, forjando uma historiografia reconhecida e respeitada por pesquisadores de todo o Brasil, que viam em Nunes um exemplo de como o rigor documental poderia florescer mesmo fora dos círculos acadêmicos consagrados.

Sua trajetória intelectual é marcada por uma dupla vocação indissociável: a do educador comprometido com a formação das novas gerações e a do historiador minucioso que adentrou os arquivos públicos em uma busca insaciável pelos documentos do passado piauiense. Essas duas faces de sua atuação – o professor e o pesquisador – não se separavam, antes se alimentavam mutuamente: o que ele descobria nas horas de labor solitário sobre os manuscritos empoeirados do Arquivo Público era imediatamente transformado em matéria de ensino para seus alunos do Colégio Amarantino e, posteriormente, para as jovens gerações que teriam contato com seus manuais didáticos. De acordo com a descrição afetiva e precisa de Fonseca Neto, o Arquivo Público do Piauí foi para Odilon Nunes "seu ambiente predileto de labor, oficina de sua ação no manejo das artes e seduções de Clio" (Santos Neto, 2001, p. 24 *apud* Moura, 2010, p. 80). Essa imagem do arquivo como "oficina" é particularmente elucidativa: nela, o historiador aparece como um artesão do passado, alguém que trabalha com as mãos sobre os documentos, que extrai deles, paciente e meticulosamente, os fragmentos com os quais tecerá a trama narrativa da história regional.

O comprometimento historiográfico e com a educação, cultivado ao longo de mais de cinco décadas de atividade intelectual, rendeu a Odilon Nunes importantes homenagens institucionais, que atestam o reconhecimento de seu legado em diferentes esferas e escalas geográficas. A Universidade Federal do Piauí (UFPI), ao conferir-lhe o título de Doutor Honoris Causa – a mais alta distinção acadêmica que uma uni-

versidade pode oferecer –, consagrou sua contribuição à construção do conhecimento sobre o Piauí, ainda que Nunes nunca tenha ocupado, em caráter permanente, uma cátedra universitária. Fora dos limites do estado, em Pernambuco, recebeu a Medalha do Mérito Joaquim Nabuco, inscrevendo seu nome ao lado de uma das mais importantes figuras intelectuais e políticas do Nordeste brasileiro. No âmbito regional mais restrito, o Instituto Histórico de Oeiras agraciou-o com a Medalha do Mérito Visconde da Parnaíba – homenagem que estabelece um elo simbólico direto com uma das figuras centrais de sua própria obra, o longevo governante do Piauí imperial, cuja trajetória Nunes analisou com minúcia no quarto volume de suas *Pesquisas para a História do Piauí*. A essas distinções soma-se, ainda que de modo mais difuso, porém não menos real, a conquista de "um lugar permanente na base do modo de fazer história no Piauí" – ou seja, a condição de referência obrigatória, de ponto de partida incontornável para qualquer pesquisador que ouse debruçar-se sobre o passado regional, ainda que seja para criticá-lo ou para dele se distanciar.

No entanto, como este trabalho procurará demonstrar, o reconhecimento da importância de Odilon Nunes não pode implicar a aceitação acrítica de suas premissas, nem a naturalização de seus silêncios e de suas hierarquias. Sua obra, embora pioneira e erudita, está profundamente marcada pelo eurocentrismo típico da historiografia brasileira da primeira metade do século XX, pela visão elitista que identifica a história do Piauí com a história de suas grandes famílias e de seus governantes, e por uma concepção que vê no poder público o agente por excelência da ordem e do progresso – tese que, como se verá, encontra ressonância direta com o patrocínio governamental à reedição de sua obra nos anos 1970. Ademais, as numerosas homenagens póstumas que recebeu – a designação do Museu do Piauí com seu nome, a criação de um centro de formação educacional em Teresina, a denominação de uma rua na capital, a transformação do casarão do Colégio Amarantino em centro cultural, os ciclos de palestras por ocasião do centenário de seu nascimento não devem ser lidas apenas como

expressões espontâneas de gratidão e reconhecimento. Como a análise orientada pelos referenciais teóricos de Roger Chartier (1990), Marc Bloch (2001) e Michel de Certeau (1982) permitirá entrever, essas homenagens inscrevem-se em um processo mais amplo de institucionalização da memória, que seleciona certas narrativas e certos agentes históricos para celebração pública, enquanto silencia outros — especialmente aqueles que Nunes, em sua obra, deixou à margem: os povos originários tratados como "selvagens", a população escravizada reduzida a figurante anônimo, os trabalhadores pobres do sertão excluídos do panteão dos "grandes feitos".

Assim, a presente análise não pretende nem a apologia desmedida nem a demolição injusta de Odilon Nunes. Busca, antes, praticar o que Marc Bloch chamava de "compreensão histórica" — explicar sem justificar, contextualizar sem relativizar, reconhecer méritos sem fechar os olhos para limites. Nesse sentido, a obra e a recepção de Odilon Nunes constituem um documento privilegiado não apenas para a história do Piauí, mas também para a história da historiografia e das políticas de memória no Brasil do século XX. Ao final deste percurso crítico, espera-se que o leitor possa encontrar em Nunes não um monumento a ser venerado ou derrubado, mas um interlocutor de outro tempo — um homem que, com seus acertos e suas cegueiras, nos ensina, paradoxalmente, tanto pelo que escreveu quanto pelo que deixou de escrever.

Contexto histórico e formação intelectual de Odilon Nunes

O Piauí do final do século XIX e início do XX, mais do que em qualquer outro período de sua história, caracterizava-se por profundas desigualdades sociais, uma economia predominantemente agrária baseada na pecuária extensiva e uma estrutura política oligárquica que concentrava o poder nas mãos de poucas famílias. As elites locais disputavam o controle do estado em meio a conflitos armados, alianças instáveis, misérias recorrentes e revoltas populares, episódios que deixaram marcas profundas e duradouras na memória coletiva da região. O re-

gime oligárquico que governava o Piauí reproduzia, em escala local, as disputas e os arranjos do coronelismo que caracterizavam a Primeira República brasileira (1889-1930), período em que os acordos entre os "coronéis" do interior e os governos estaduais determinavam os rumos políticos do país, muitas vezes à revelia das populações mais pobres. A população sertaneja, composta majoritariamente por vaqueiros, pequenos agricultores de subsistência, trabalhadores livres e escravizados recém-libertos (após 1888), vivia refém das elites agrárias e de sua violência estrutural – violência que não se manifestava apenas fisicamente, mas também na forma de exclusão política, acesso negado à terra e à justiça, e uma educação formal relegada a um plano ínfimo.

Nesse ambiente de escassez material e institucional, a educação formal era privilégio de poucos. O acesso ao conhecimento dependia, em grande medida, do esforço individual e da disponibilidade, sempre limitada, de livros e documentos nas cidades do interior – onde não havia bibliotecas públicas consolidadas, nem arquivos organizados, tampouco uma tradição estabelecida de pesquisa histórica. O Piauí, nesse sentido, encontrava-se à margem dos centros intelectuais do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife ou Salvador. Foi precisamente nesse ambiente adverso – marcado pela pobreza material, pelo isolamento geográfico e pela ausência de instituições de fomento à cultura que Odilon Nunes forjou seu caráter intelectual, transformando a autodidata em método de vida e o arquivo público em campo prioritário de investigação. Essa conjuntura de dificuldades, paradoxalmente, funcionou como uma forja: ou o intelectual se curvava diante da falta de recursos ou aprendia a extrair o máximo do pouco que tinha disponível. Nunes optou pela segunda via.

Nascido em 10 de outubro de 1899 na cidade de Amarante, localizada no fértil vale do Rio Parnaíba, Odilon José Nunes era filho do empresário, político e capitão da Guarda Nacional Gil José Nunes e de Dona Presilina Liberalina Ribeiro do Bonfim, ambos oriundos de famílias nordestinas com certo prestígio regional. O ambiente familiar, marcado pela presença de um pai com atuação pública expressiva – o

título de capitão da Guarda Nacional não era meramente honorífico, mas indicava inserção nas redes de poder locais – certamente influenciou seu interesse, desde cedo, pelas questões históricas e políticas da região. Não se tratava, porém, de uma formação recebida passivamente: Nunes teve que construir seu próprio caminho intelectual, valendo-se mais da curiosidade insaciável e da disciplina autônoma do que de mestres formais.

Odilon Nunes fez seus estudos iniciais em Amarante, em escolas de primeiras letras que lhe ofereceram o rudimento da alfabetização e dos cálculos. Contudo, foi sua habilidade autodidata que mais contribuiu para dinamizar e aprofundar seu saber. Com a leitura incessante dos clássicos da literatura, de Camões a Machado de Assis, da filosofia iluministas e positivistas, sobretudo da história, de François Guizot a Capistrano de Abreu e das ciências sociais então emergentes, foram se constituindo os principais instrumentos da sua formação intelectual. Na juventude, andou e conheceu diversos cantos do Nordeste (Ceará, Pernambuco, Bahia) e do Sudeste do Brasil (notadamente Rio de Janeiro), experiência itinerante que ampliou consideravelmente seu repertório de saberes culturais e sua compreensão sobre as diversidades regionais do país. Essas viagens, possíveis graças ao apoio familiar e a trabalhos eventuais, permitiram-lhe entrar em contato com livrarias, arquivos e intelectuais que não existiam em Amarante.

Tal percurso geograficamente disperso foi de suma importância para que Odilon Nunes desenvolvesse uma visão abrangente da história brasileira, capaz de situar o Piauí inserido num contexto mais amplo, sem perder de vista as especificidades locais. Ao retornar a seu estado natal, trouxe consigo uma bagagem intelectual que o distinguia entre os educadores de sua época, muitos dos quais jamais haviam saído do Piauí ou sequer da própria cidade onde nasceram. Essa diferença de horizontes – literalmente geográficos e simbólicos – conferiu a Nunes uma autoridade peculiar: ele podia falar do Piauí para os piauienses com o olhar de quem também conhecia o mundo além dos limites do sertão.

De volta a Amarante, Odilon Nunes abraçou o magistério como um sacerdócio – palavra forte, mas adequada para descrever a dedicação quase religiosa com que encarava a tarefa de educar as novas gerações em meio à pobreza cultural do interior piauiense. Em 1928, ergueu o Colégio Amarantino, instituição de ensino que funcionou até 1932, oferecendo à juventude da cidade uma chance antes rara de aprender e crescer intelectualmente. Aquela casa de estudos tornou-se um marco na região, cravando o nome de Nunes como o grande educador e intelectual de Amarante, cujo legado ainda é reconhecido apesar do tempo. O Colégio Amarantino não se limitava a repetir os conteúdos tradicionais do currículo primário; sob a direção de Nunes, incorporava leituras de história do Brasil e do Piauí, incentivava a pesquisa documental entre os alunos mais adiantados e procurava formar, antes de tudo, cidadãos conscientes de sua região e de seu país.

Mais adiante, já consolidada sua reputação no interior, Odilon Nunes transferiu-se para Teresina, a capital piauiense, onde não apenas prosseguiu, mas expandiu sua missão educacional em escala estadual. Professor e diretor na Escola Normal Oficial do Estado responsável pela formação de professores que atuariam em todo o Piauí – e no Liceu Piauiense, tradicionalíssima escola secundária do estado, também deixou seu legado em instituições fora do Piauí: no Colégio Castelo, em Fortaleza (Ceará), bem como no Ginásio Leão XIII e na Escola Técnica de Comércio, ambos em Teresina. Essa circulação por diferentes instituições de ensino, públicas e privadas, deu-lhe uma visão privilegiada das carências e das potencialidades do sistema educacional piauiense, visão que ele levaria para os cargos administrativos que mais tarde ocuparia.

Na função administrativa da educação pública, Odilon Nunes exerceu cargos de alta relevância e responsabilidade: foi Inspetor Técnico do Ensino, coordenador do Censo Estatístico Escolar (trabalho minucioso de levantamento de dados sobre matrículas, evasão e condições das escolas em todo o território estadual), diretor da Instrução Pública e membro do Conselho Estadual de Educação. Tal versatilida-

de, transitando entre a sala de aula, a pesquisa documental e os gabinetes da burocracia estatal, estampa o retrato de um intelectual completo, que trabalhou tanto no chão da escola quanto nas altas esferas da administração pública, com mãos firmes e visão inovadora para seu tempo. Essa dupla experiência — a prática docente cotidiana e a gestão das políticas educacionais — forneceu a Nunes um material humano e institucional que ele saberia aproveitar mais tarde em suas obras historiográficas, especialmente naquelas voltadas para a história do ensino no Piauí.

Em suma, o contexto histórico adverso do Piauí rural e oligárquico, somado à trajetória pessoal de autodidata itinerante e educador multifacetado, forjou em Odilon Nunes as condições de possibilidade para sua obra futura. Não é exagero afirmar que, sem a escassez de recursos que o obrigou a buscar por si mesmo o conhecimento, sem as viagens que alargaram seus horizontes e sem a experiência de sala de aula que o colocou em contato direto com as juventudes piauienses, dificilmente Nunes teria se tornado o historiador que conhecemos. Sua biografia, portanto, não é um mero preâmbulo cronológico à análise de seus livros: é, antes, a chave para compreender o estilo, as escolhas, os limites e as ousadias de sua produção historiográfica

A obra historiográfica

A estreia de Odilon Nunes no campo da produção histórica ocorreu em 1931, com o lançamento de *O Piauí na História*. Concebido originalmente a partir de sua atuação no magistério, o livro destinava-se ao ensino primário, reunindo elementos basilares da história e da geografia piauiense. Desde essa primeira publicação, evidenciava-se uma preocupação central do autor: democratizar o conhecimento histórico, tornando-o acessível às novas gerações — um gesto pedagógico notável para seu tempo.

No contexto da historiografia brasileira da época, a obra de Nunes assume caráter pioneiro no Piauí. Ela não apenas sistematiza pela

primeira vez uma memória regional com pretensões didáticas, servindo de inspiração a autores posteriores, como Higino Cunha e Reginaldo Miranda, que dariam continuidade a esse esforço de construção identitária piauiense. Todavia, uma leitura crítica contemporânea revela os limites ideológicos do texto. Passados quase cem anos, a visão do autor mostra-se profundamente datada. Essa limitação torna-se particularmente evidente em sua abordagem dos povos originários e do colonizador português. Nunes descreve os indígenas como "selvagens" e retrata a presença lusa sob uma ótica de progresso e civilização. O trecho a seguir é emblemático:

> É verdade. Os portugueses puseram-se logo em comunicação com a terra descoberta. Seus habitantes eram talvez os mais atrasados das Américas. Andavam nus, e não poucos praticavam a antropofagia. Eram selvagens e viviam da caça e da pesca. Altivos, de índole guerreira, nunca sofriam impassivelmente a humilhação. Repeliam sempre, de armas em punho, a ofensa atirada a sua honra. (Nunes, 1931, p.27.)

Vemos por meio desse trecho sua olhar eurocêntrico que naturaliza a colonização como processo civilizatório, ao mesmo tempo que romantiza a ação portuguesa e desumaniza as culturas indígenas – reduzidas a graus hierárquicos inferiores numa escala evolutiva unilateral. Essa perspectiva, comum na historiografia da primeira metade do século XX, hoje é amplamente problematizada pela antropologia histórica e pela história indígena.

A análise dessa visão eurocêntrica ganha contornos ainda mais precisos quando mobilizamos o referencial teórico do historiador francês Roger Chartier, particularmente suas reflexões em *A História Cultural: entre Práticas e Representações* (1990). Para o historiador francês, todo texto é atravessado pelas representações, esquemas de percepção, apreciação e ação, no qual os indivíduos interiorizam a partir de seu mundo e suas vivências, criando sua própria interpretação. Essas repre-

sentações não são neutras e nem inocentes, mas sim constroem realidades, hierarquias e produzem os sentidos sobre o mundo.

No caso de Odilon Nunes ao trazer a visão de missão civilizatória presente em *O Piauí na História* (1931), que descreve os povos indígenas como "selvagens" e os portugueses como "agentes do progresso", pode ser lida a visão de Chartier como a replicação do sistema de representações dominante na sociedade brasileira da época, uma estrutura que hierarquizava raças, culturas e civilizações a partir de critérios europeus.

Nunes não inventou essa visão "do nada". Ele a herdou, internalizou e reproduziu, exatamente como fazia a grande maioria dos intelectuais brasileiros de seu tempo – muitos deles formados nos mesmos manuais positivistas, nas mesmas leituras do IHGB e nos mesmos circuitos educacionais que consagravam a missão civilizatória como justificativa moral da colonização.

É precisamente aí que reside o paradoxo do valor documental da obra. Se, por um lado, *O Piauí na História* é limitado e ideologicamente datado em seu conteúdo factual sobre indígenas e colonizadores, por outro lado, ele se torna precioso justamente por essas limitações. A obra se materializa como um documento privilegiado das práticas culturais e intelectuais do Piauí na primeira metade do século XX – um registro eloquente que conta não apenas "o que aconteceu" (a versão oficial da história regional), mas, mais importante, como a sociedade piauiense, em determinado momento histórico, construiu a si mesma, seus heróis, seus antigos e seu lugar no mundo.

Há, contudo, uma segunda limitação estrutural na obra de Odilon Nunes, que diz respeito ao seu recorte social. Embora ele se diferencie de muitos de seus contemporâneos ao lançar mão de fontes documentais provenientes das grandes famílias piauienses – como arquivos particulares, testamentos, crônicas familiares e registros genealógicos –, sua historiografia acaba, no geral, voltando-se quase que exclusivamente para as elites regionais. Nunes escreve a história do Piauí a partir da perspectiva dos que detinham o poder econômico, político

e simbólico: os coronéis, os fazendeiros, os bacharéis, os clérigos e os membros das oligarquias que comandavam o estado.

É necessário compreender as questões problemáticas e os avanços da obra de Odilon Nunes, é necessário situá-la em seu tempo, evitando o anacronismo que tanto prejudica a análise histórica séria. É o que propõe Marc Bloch (2001), que via no compreender os homens que viveram em outros tempos, necessite, antes de tudo, que o pesquisador mergulhe no universo mental, cultural e social daquele período, sem projetar sobre ele as expectativas e os valores do presente. Pois a historiografia brasileira daquele período, de modo geral, ainda estava profundamente marcada pela herança positivista, que naturalizava a ideia de História somente dos grandes homens e dos grandes feitos. Nunes está longe de ser uma exceção, mas um produto desse ambiente. Reconhecer isso não significa absolvê-lo acriticamente ou demonizá-lo, mas sim praticar o que Bloch chamava de compreensão histórica, a capacidade de explicar sem necessariamente justificar, de contextualizar sem relativizar ao ponto de perder o senso crítico."

Se *O Piauí na História* (1931) representou a estreia didática de Odilon Nunes, sua obra maior e mais ambiciosa é, sem dúvida, *Pesquisas para a História do Piauí,* publicada em quatro volumes. A primeira edição saiu pela Imprensa Oficial do Estado, em data não especificada na análise anterior, mas a obra ganhou nova vida e maior difusão com a segunda edição, lançada nos anos 1970 pelo Plano Editorial do Governo Alberto Silva (1971-1975). Esse relançamento, décadas após a primeira publicação, atesta a permanência e a influência da obra no imaginário histórico e político piauiense.

Diferentemente do caráter sintético e elementar do livro didático de 1931, a obra apresenta-se como uma obra de fôlego interpretativo, na qual Nunes discorre amplamente sobre a história do Piauí desde o século XVII até o final do século XIX. Os temas abordados cobrem desde o processo de devassamento do território que o autor atribuiu ao bandeirante Domingos Jorge Velho, passando pela pecuária como

atividade econômica fundadora, pelas lutas pela independência, e pelas disputas políticas no período imperial.

O quarto volume, em particular, merece atenção especial. Nele, Nunes analisa com minúcia o ocaso do longevo governo do Visconde da Parnaíba (Manuel de Sousa Martins), figura central da política piauiense no Império. A análise das tensões político-partidárias revela o cuidado documental do autor, que mobiliza fontes variadas — atas, correspondências, relatórios de presidentes de província, periódicos da época — para reconstituir as disputas entre as facções liberal e conservadora.

Uma das teses centrais construídas em Pesquisas é a proposição do Estado como agente promotor da ordem e do desenvolvimento da sociedade. Essa interpretação encontrou ressonância com a visão política do governador Alberto Silva, que enxergava o poder público como força redentora e construtora de uma identidade positiva para o Piauí, O governo estadual, ao patrocinar a segunda edição do livro, não estava apenas resgatando uma obra histórica relevante; estava também legitimando uma determinada narrativa sobre o papel do Estado, narrativa essa que, não por acaso, coincidia com os interesses e a autopercepção do próprio governo.

Adicionalmente, Odilon Nunes legou ao conhecimento histórico piauiense e brasileiro outras obras significativas: Depoimentos Históricos, Os Primeiros Currais: Geografia e História do Piauí Seiscentista, Economia e Finanças e Devassamento e Conquista do Piauí, entre outras. Cada uma delas demonstra a amplitude de seus interesses intelectuais, que abrangiam não apenas a narrativa política, mas também as dimensões econômicas, geográficas e sociais da história regional.

No geral as obras de Odilon Nunes, podem ser lidas a partir do que Michel de Certeau (1982), em *A Escrita da História*, denomina de operação historiográfica. Para Certeau, a história não é um reflexo neutro do passado, mas uma operação que combina três elementos indissociáveis: um lugar social de produção, um conjunto de práticas científicas e uma forma de escrita. O lugar social diz respeito à instituição, ao grupo e às condições materiais a partir dos quais o historiador realiza

seu trabalho. As práticas científicas relacionam-se aos métodos, fontes e os procedimentos adotados na pesquisa. Na forma de escrita, por sua vez, organiza-se e dá um sentido ao material recolhido, transformando documentos na narrativa histórica em si.

Analisando Odilon Nunes sob essa ótica, percebe que sua operação historiográfica foi construída de forma diferenciada. Seu lugar social era de um autodidata que se coloca em instituições culturais e educacionais do Piauí, o Arquivo Público, as escolas onde foi professor, a Academia Piauiense de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico do Piauí. Suas técnicas científicas tinham seu próprio rigor documental e pela grande sede de fontes primárias. Sua forma de escrita factual, buscava dar ao Piauí uma história documentada, capaz de dialogar com a produção historiográfica nacional inserindo o estado no mapa historiográfico. Esses elementos fizeram de Nunes não apenas uma voz solitária de grandes pesquisas no Piauí, mas o fundador de uma tradição historiográfica, aquele que, ao definir como se deveria pesquisar e escrever a história no estado, estabeleceu os parâmetros a partir dos quais as gerações seguintes trabalhariam, seja para dar continuidade às suas teses, seja para criticá-las ou superá-las.

Reconhecimentos e Homenagens

O reconhecimento pelo trabalho de Odilon Nunes foi amplo e partiu das mais diferentes instâncias. A Universidade Federal do Piauí (UFPI) conferiu-lhe o título de *Doutor Honoris Causa*, a mais alta distinção acadêmica concedida pela instituição. Além do reconhecimento fora do estado, em Pernambuco, recebeu a Medalha do Mérito Joaquim Nabuco. O Instituto Histórico de Oeiras agraciou-o com a Medalha do Mérito Visconde da Parnaíba.

No campo das instituições culturais letradas, Odilon Nunes foi membro da Academia Piauiense de Letras, ocupando a cadeira 34, cujo patrono é Anísio Brito. Além disso, a Academia de Letras do Médio Parnaíba, com sede em Amarante – sua cidade natal –, elegeu-o patro-

no de uma de suas cadeiras, consagrando sua memória no próprio solo onde nasceu e onde lecionou por tantos anos.

As homenagens a Odilon Nunes, longe de cessarem com seu falecimento, intensificaram-se significativamente nas décadas seguintes, ganhando uma dimensão institucional ainda mais ampla. Como se a morte do historiador o tornasse, paradoxalmente, mais seguro para ser oficialmente consagrado — afinal, um intelectual já falecido não pode contradizer as interpretações que se fazem de sua obra nem posicionar-se criticamente diante do poder público que o celebra —, as instituições estatais e culturais do Piauí passaram a incorporar seu nome aos principais espaços de memória e formação educacional do estado.

Nesse processo de consagração póstuma, destaca-se a iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, que designou o Museu do Piauí com o nome do historiador. Trata-se de uma das mais significativas instituições de memória do estado, o principal equipamento cultural voltado para a guarda, preservação e exposição da história piauiense. Paralelamente, a Prefeitura de Teresina criou um centro de formação educacional com seu nome, vinculando sua memória, de maneira duradoura, à formação de professores. Essa escolha revela-se particularmente significativa quando se recorda que Nunes exerceu o magistério primário e secundário durante grande parte de sua vida, e que sua primeira obra, *O Piauí na História* (1931), foi concebida exatamente como manual didático para o ensino elementar. Ao dar seu nome a um centro de formação de educadores, o poder público municipal reconhece e eterniza essa dimensão pedagógica de sua trajetória, ainda que, como vimos, o conteúdo formativo ali presente carregasse as marcas do eurocentrismo e do elitismo típicos de sua época.

A Câmara Municipal da capital, por sua vez, homenageou-o com a denominação de uma rua, inserindo seu nome na geografia simbólica da cidade. Diferentemente do museu ou do centro de formação — que exigem deslocamento intencional para serem visitados —, a rua integra o cotidiano dos cidadãos, sendo atravessada diariamente por centenas ou milhares de pessoas, muitas das quais sequer conhecem a

origem do nome que ali está gravado. Trata-se, portanto, de uma forma de consagração capilar e difusa, que naturaliza a presença do historiador no imaginário urbano sem demandar qualquer esforço de reflexão crítica por parte dos transeuntes.

Não apenas na capital, mas também em sua cidade natal, o nome de Odilon Nunes foi transformado em monumento. Em Amarante, o casarão onde funcionou o Colégio Amarantino — instituição que Nunes dirigiu e onde lecionou por longos anos — foi transformado no Centro Cultural de Amarante, abrigando biblioteca, espaços para cursos e exposições. Essa homenagem estabelece um elo direto entre o espaço físico da atuação docente do historiador e a preservação de sua memória, como se o próprio ambiente educacional que ele habitou se convertesse em templo de sua perpetuação. O gesto é, ao mesmo tempo, local e afetivo: a cidade que o viu nascer e trabalhar reconhece no casarão do antigo colégio o lugar natural para abrigar sua memória.

O ápice desse processo de institucionalização da memória ocorreu em 1999, por ocasião do centenário de seu nascimento. Naquele ano, foram promovidos ciclos de palestras e debates sobre sua obra, por iniciativa conjunta de um amplo espectro de instituições: a Academia Piauiense de Letras, o Conselho Estadual de Cultura e a Fundação Estadual de Cultura e do Desporto, entre outras. Esse evento, é importante sublinhar, não foi um mero tributo saudosista ou uma celebração vazia. Pelo contrário, constituiu um ato de afirmação de uma determinada tradição historiográfica como legítima herdeira do panteão cultural piauiense. Ao reunir essas instituições em torno da figura de Nunes, o estado e a sociedade civil letrada estavam, de fato, reafirmando os valores e as representações que a obra do historiador consagrou: o elogio da ordem, a centralidade do Estado como agente do progresso, a narrativa heroica das elites e o silenciamento ou a marginalização das vozes subalternas.

Essas homenagens, todavia, não devem ser lidas apenas como um reconhecimento espontâneo e inocente da sociedade piauiense. Trata-se de um processo de institucionalização da memória que en-

volve disputas e interesses. Como aponta Michel de Certeau (1982), a escrita da história é sempre produzida a partir de um lugar social específico, atravessado pelas relações de poder. Quando o Estado batiza museus, ruas e centros culturais com o nome de Odilon Nunes, não está apenas homenageando um intelectual: está também selecionando qual versão do passado piauiense merece ser celebrada e perpetuada.

Isso não quer dizer diminuir a relevância intelectual de Odilon Nunes e nem invalidar o reconhecimento que recebeu. Significa, porém, compreender que suas homenagens exigem o mesmo olhar crítico que se deve aplicar à sua obra, situá-las no tempo, identificar quem as promoveu e questionar as dubiedades da área de memória, pois umas foram celebradas e outras simultaneamente foram silenciadas. A história dos que ficaram à margem da narrativa de Nunes como escravizados, povos originários e populações pobres do sertão raramente encontra espaço nas mesmas instituições que perpetuam seu nome, o que revela os limites não apenas do historiador, mas da própria cultura histórica que o homenageia.

Considerações finais

O legado de Odilon Nunes para a historiografia piauiense é inquestionável. Ao privilegiar as fontes primárias e detalhá-las com um rigor metodológico, ele instaurou padrões de pesquisa em um campo até então marcado por narrativas de baixo embasamento e pouco documentadas. Sua influência se estende até hoje, servindo de ponto de partida tanto como também de objeto de revisão crítica para gerações de historiadores piauienses.

Odilon Nunes ultrapassa os limites da produção acadêmica e se insere naquilo que Pierre Nora (1993), denomina de *lieux de mémoire*, lugares de memória. Para Nora, vivemos em um período de aceleração histórica que destrói progressivamente os meios de memória, isto é, os espaços e ambientes sociais nos quais a memória se transmitia de forma espontânea, viva e contínua. Diante desse avanço de incertezas,

surgem os lugares de memória: espaços, figuras, obras e práticas que uma comunidade utiliza com sua identidade coletiva, preservando aquilo que, de outra forma, seria esquecido. Nora distingue a memória da história, enquanto memória é viva, afetiva, parcial e enraizada no presente; a história é crítica, analítica e distanciada.

Os lugares de memória existem justamente na disputa entre essas duas perspectivas, são ao mesmo tempo instrumento de história e objetos de memória. Odilon Nunes tornou-se, para o Piauí, um lugar de memória nesse sentido pleno. Sua obra, sua figura e as instituições que levam seu nome, a Casa Odilon Nunes em Amarante, o Museu do Piauí, as ruas e centros educacionais batizados em sua homenagem, funcionam como pontos que fixam a identidade histórica piauiense. Pesquisadores, estudantes e cidadãos que buscam compreender o Piauí historicamente inevitavelmente devem passar por Nunes, seja para partir de suas teses, seja para questioná-las. Assim, ele não é somente um historiador do passado, mas é uma presença ativa no modo como o Piauí pensa e narra a si mesmo no presente. Como nos lembra Nora, os lugares de memória não pertencem e nem ficam presas ao passado, eles são construídos pelo presente para garantir que o passado continue a ter sentido.

É justo reconhecer as limitações da obra de Nunes, sua visão elitista, seu eurocentrismo, os temas que negligenciou. Mas é igualmente justo e necessário reconhecê-lo como o que foi, um pioneiro. Pioneiro não quer dizer ser perfeito, mas sim significa o primeiro a tentar. Sem os recursos das universidades, longe dos grandes centros, o filho de Amarante planta a semente da historiografia piauiense moderna. Outros vieram depois para criticar, ampliar e revolucionar o campo, mas puderam fazê-lo, em grande parte, porque antes Nunes já estava lá.

Sua trajetória serve de inspiração não apenas para historiadores, mas para todos que creem na capacidade do conhecimento e dedicação podem iluminar o passado e orientar o presente. O Piauí lembra e homenageia Odilon Nunes porque reconhece nele um dos guardiões mais dedicados de sua memória coletiva.

Referências bibliográficas

ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS. **125 anos de Odilon Nunes**. Teresina: APL, 2024. Disponível em: https://www.academiapiauiensedeletras.org.br. Acesso em: 19 mar. 2026.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A* **escrita da história.** Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL, 1990.

MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. **Historiografia piauiense: relações entre escrita histórica e instituições político-culturais**. 2010. 251 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7–28, dez. 1993.

NUNES, Odilon José. **O Piauí na História**. 4. ed. Teresina: Revista e aplicada, 1975.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Teresina: FUNDAPI, 2007. v. 4.

PINHEIRO, Ramsés. Odilon Nunes: um pilar da historiografia piauiense. **Portal Clube News,** 2025.

REVESTRÉS. Odilon Nunes: um grande mestre da nossa história. **Revista Revestrés**, Homenageado, 1 dez. 2019.



ANTÔNIO PINTOR, PERNAMBUCANO E COMUNISTA

trajetória de luta e memórias sobre repressão política no Piauí (décadas de 1950-70)

Inghrid da Costa Masullo Mendes

Em memória de Maria do Socorro da Silva Alves (1946- 2026)
Filha querida de Antônio, cujo testemunho foi essencial para a escrita deste trabalho. Tens a admiração eterna desta autora que, com imensa gratidão, te dedica este texto.

Introdução

Se a pesquisa histórica nos permitisse a fantasia de escolhermos "heróis" para nossas narrativas, Antônio Pintor certamente seria o desta. Através do levantamento e aná-

lise de documentos oficiais, como o BNM 349 e o BNM 185 – este dedicado a investigar a formação de células do PCB e do chamado Grupo dos 11 no Piauí – bem como das entrevistas realizadas com seus familiares, Maria do Socorro Alves, sua filha; e Senyra Adriany Alves, sua neta, podemos vislumbrar os vestígios da trajetória política deste membro da classe trabalhadora de Parnaíba, bem como nos deparamos com os rastros da repressão sofrida pelo mesmo nas mãos dos militares na cidade de Parnaíba.

Não nos cabe, como mencionado no parágrafo anterior, escolhermos heróis para nossas narrativas, assim como não nos cabe a tarefa de percorrer os caminhos da pesquisa historiográfica em busca de uma verdade absoluta dos fatos, afinal de contas, "[...] a disciplina histórica se localiza longe da utopia de que sua narração pode incluir tudo. Opera com eclipses, por motivos metodológicos e expositivos"[1]. Assim, a partir da pesquisa sobre a trajetória de Antônio Bezerra da Silva, um membro da classe trabalhadora e alvo da repressão dos militares na cidade de Parnaíba após o Golpe de 1964, pretende-se fazer uma pequena contribuição à construção de uma narrativa histórica que se preocupa em fazer ouvir as vozes silenciadas dos "de baixo", dos excluídos dos discursos oficiais.

Dados biográficos

Antônio Bezerra da Silva nasceu em 16 de novembro de 1913, na cidade de Bom Conselho, na região de Garanhuns, Estado de Pernambuco, origem que lhe concedeu o apelido de Antônio Pernambucano quando se estabeleceu na cidade de Parnaíba em meados da década de 1940. Em 1943 casou-se com a mulher que conheceu, de acordo com relatos da família, na viagem de pau de arara quando vinham para Parnaíba. Tratava-se de Maria da Assunção Vidal, nascida no município de Santana, na Serra da Meruoca, Estado do Ceará. Trazendo de Pernambuco a profissão de pintor de geladeira, também trabalhou com

1 SARLO, 2007. p. 51.

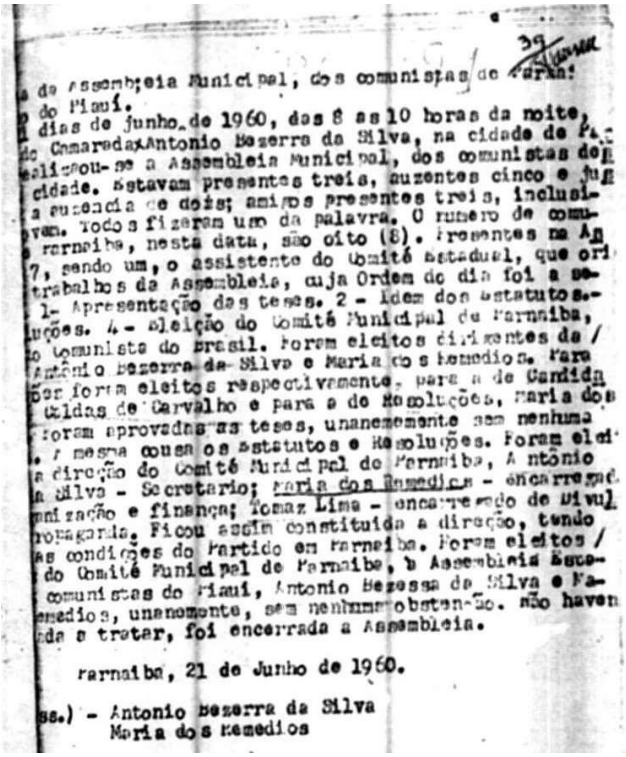
lanternagem e pintura de carros. Ficou rapidamente conhecido pelo trabalho que realizava, caindo nas graças dos que conheciam o seu ofício e a sua pessoa. Agora, além de Antônio Pernambucano, era também o Antônio Pintor. De acordo com o relato fornecido por sua neta, Senyra Adriany da Silva Alves, seu Antônio era um homem conhecido em Parnaíba, tendo desenvolvido relações pessoais das mais diversas, inclusive com personagens atuantes politicamente na cidade.

Mesmo sem vínculo formal com sindicatos, participou ativamente de redes de sociabilidade política ligadas à organização dos trabalhadores e à militância comunista no Piauí. Sua casa, na cidade de Parnaíba, funcionava como espaço de reuniões e circulação de impressos políticos, o que o colocou sob vigilância das autoridades. Antônio já havia sido alvo dos aparatos repressivos do Estado antes mesmo do golpe de 1964. No ano de 1955, Antônio Bezerra da Silva é mencionado em uma nota publicada no periódico *Imprensa Popular*, intitulada *Violência contra a Liberdade de Imprensa.* De acordo com o jornal:

O diretor da Estrada de Ferro Central do Piauí e o prefeito udenista Alberto Silva vem tentando, através de violências e coações, o fechamento do jornal O Popular, órgão da imprensa popular, que se edita nesta cidade. Apreendem suas edições, ameaçam de espancamento os jornaleiros, promovem uma farsa policial para prender os jornalistas Antônio Bezerra da Silva e Orlando Teles (*Imprensa Popular*, 25/09/1955. p. 3)

Apesar da pouca educação escolar atribuída a Antônio por seus familiares, o mesmo é citado como jornalista do periódico *O Popular*, editado na cidade de Parnaíba. Até o presente momento, nenhuma edição do citado periódico foi encontrada, o que nos leva a supor que seria um jornal voltado para as questões das classes populares e para a classe trabalhadora, com pequena circulação e que teria sido publicado por um curto período. Também não sabemos a partir de que ano este jornal passou a ser editado na cidade, mas constata-se que causou incômodo no então prefeito Alberto Silva, principal representante dos interesses da União Democrática Nacional (UDN) em Parnaíba.

Já no ano de 1960, durante uma assembleia que fora realizada em sua casa, Antônio Bezerra da Silva é eleito secretário do comitê municipal do PCB de Parnaíba. Nesse momento outro personagem entra em cena, a segunda esposa de Antônio Pernambucano, Maria dos Remédios, com quem compartilhava ideais de vida e de luta política, ficando ela encarregada pela organização e finanças da célula do partido que se reorganizava na cidade. Além destes, Tomaz da Silva Lima, presidente da Federação dos Transportes Fluviais do Piauí também recebe um cargo no partido, ficando encarregado pela divulgação e propaganda, como consta na ata da assembleia municipal dos comunistas de Parnaíba, apresentada abaixo:



da Assembleia Municipal, dos comunistas de Parnaíba do Piauí.
dias de junho de 1960, das 8 as 10 horas da noite, do Camarada Antonio Bezerra da Silva, na cidade de Pa realizou-se a Assembleia Municipal, dos comunistas do cidade. Estavam presentes treis, auzentes cinco e jus a auzencia de dois; amigos presentes treis, inclusi ven. Todos fizeram uso da palavra. O numero de comu Parnaiba, nesta data, são oito (8). Presentes na As 7, sendo um, o assistente do Comité Estadual, que ori trabalhos da Assembleia, cuja Ordem do dia foi a se 1- Apresentação das teses. 2 - Idem dos Estatutos.- luções. 4 - eleição do Comité Municipal de Parnaiba, do Comunista do Brasil. Foram eleitos dirigentes do / Antônio Bezerra da Silva e Maria dos Remedios. Para ser foram eleitos respectivamente, para a de Candida Caldas de Carvalho e para a de Resoluções, Maria dos foram aprovadas as teses, unanememente sem nenhuma a / mesma cousa os Estatutos e Resoluções. Foram elei a direção do Comité Municipal de Parnaiba, Antônio da Silva - Secretario; Maria dos Remedios - encarregad anização e finança; Tomaz Lima - encarregado de divul propaganda. Ficou assim constituida a direção, tendo as condições do Partido em Parnaiba. Foram eleitos / do Comité Municipal de Parnaiba, a Assembleia Esco- comunistas do Piauí, Antonio Bezessa da Silva e Ma- emedios, unanemente, sem nenhuma obstenção. não haven da a tratar, foi encerrada a Assembleia.

Parnaiba, 21 de Junho de 1960.

as.) - Antonio Bezerra da Silva
Maria dos Remedios

Imagem 01: ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DOS COMUNISTAS DE PARNAÍBA. 21 jun. 1960.
Fonte: Brasil: Nunca Mais (BNM), p. 329

Sendo ele não apenas filiado, mas também o secretário do comitê municipal do partido nesta cidade. Tendo em vista o cargo que recentemente começara a ocupar, Antônio Bezerra da Silva logo no ano de 1962 viajou à cidade de Teresina, onde esteve presente na III Conferência do Comitê Estadual do PCB-PI, tendo declarado que:

> O partido em Parnaíba continuou por muito tempo estático. O CE passou quase um ano sem dar assistência ao CM de Parnaiba. Em novembro do ano passado, quando foi o assistente do CE, o camarada José Ceará, conseguimos começar a andar. Daquela data em diante começamos a dar passos como seja o pagamento das mensalidades, que não eram feitos antes. Novos rumos em parnaiba é repudiado pela reação mas é aceito pela massa. É pequena a cota. Só são vinte exemplares. Tem possibilidade de ser aumentado (BNM 185 . 04/03/1962. p. 361).

Trabalhando na ilegalidade desde 1947, por conta da cassação do seu registro partidário, o PCB continuava ativo politicamente, através de atividades direcionadas principalmente à organização de grupos empenhados na luta por seus direitos, além de trabalhar na sua própria reorganização, seja buscando novos membros ou atuando por detrás das cortinas da política partidária oficial, elegendo alguns de seus militantes utilizando a bandeira de outros partidos, com destaque o PTB, partido do qual o projeto político dos comunistas vinha se aproximando nas últimas décadas.

As ligações entre PTB e PCB se fortalecem com a reorganização do partido no Estado do Piauí durante a década de 1960, quando o comitê estadual e os comitês municipais são reorganizados, fazendo com que, no Piauí, a história do PCB se entrelace com a do PTB, principalmente em Parnaíba, onde a partir das eleições de 1958, o PTB consolidou sua influência política na cidade, tanto nas eleições partidárias como nos sindicatos e outras organizações de trabalhadores. Muitos membros do PCB, que estava agora na ilegalidade, utilizaram-se das plataformas trabalhistas para difundirem o projeto político do partido no Estado do Piauí, assim como o PTB contava com a ajuda dos comu-

nistas nas questões eleitorais e de apoio de campanha. Tendo em vista o novo programa de atuação do PCB, não nos surpreende que Antônio Pintor tenha mantido relações próximas com figuras de destaque no PTB local. Em Parnaíba, a ligação entre comunistas e trabalhistas pode ser analisada através das relações de amizade e afinidades políticas que Antônio Pernambucano mantinha com José Alexandre Caldas Rodrigues, chefe do PTB municipal. Segundo a filha de seu Antônio, José Alexandre mantinha as mais estreitas relações de amizade com seu pai, chegando a apadrinhar um de seus filhos e cuidando para que sua família, quando este foi preso, não passasse necessidades:

> [...] Quando ele foi preso, aquele pessoal trazia alimentação pra nós, o pessoal rico que era amigo dele. Chegava as comida nas porta viu, Inclusive [...] ele era até padrinho de um irmão meu. Era o Zé Alexandre Caldas Rodrigues. Era um dos grandes amigos dele. Era um homem muito rico, que ajudava a gente e ele levava jornal pra eles e tudo [...]. Era muito, muitas pessoas eram amiga do papai, mas escondido né, porque podia ser presa. [...] A maior prova que o papai passou quase uns três meses preso lá e eles é que nos alimentava. Deixava comida pra gente e tudo (Alves, 2019a).

É importante ressaltar a diferença de classes sociais entre os dois e como, por muito tempo, a atuação política de Antônio Pintor, um membro da classe trabalhadora, não vinculado à sindicatos, permaneceu apagada da narrativa histórica da cidade de Parnaíba, mesmo sendo ele um notório militante das causas sociais, além de um membro ativo da célula do PCB nesta cidade. Já José Alexandre ganhou grande visibilidade política, chegando a ser eleito prefeito da cidade de Parnaíba na mencionada eleição de 1958. Muito especula-se sobre o suposto apoio que os comunistas teriam dado à candidatura de José Alexandre e a de seu irmão, Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, que concorria ao cargo de governador, tendo sido eleito também no ano de 1958. A proximidade entre José Alexandre e o secretário municipal do PCB, no caso Antônio Bezerra da Silva, corrobora ainda mais com essas especulações.

Essa proximidade entre o secretário municipal do PCB e o chefe do PTB local demonstra que, mesmo sem um vínculo sindical formal, Antônio Pintor atuava ativamente na articulação política da cidade. Sua inserção em redes de amizade e solidariedade conectava o trabalhismo institucional à militância comunista clandestina no cotidiano. Para compreender como essas relações se estruturaram e por que a residência de Antônio se tornou um espaço visado de vigilância, é necessário analisar o cenário social de Parnaíba, cidade conhecida por ser um importante polo de organização dos trabalhadores no Piauí.

Contexto político e social

Assim como em todo o território nacional, na década de 1950 podemos averiguar um aumento de organizações de trabalhadores, sejam sindicatos, associações ou uniões no estado do Piauí. Neste contexto, situada ao norte do estado, a cidade de Parnaíba se sobressai por concentrar uma maior quantidade de organizações. Vários eram os fatos que colocavam Parnaíba como um importante centro de organizações de trabalhadores. Por ser uma cidade portuária, sede da Estrada de Ferro Central do Piauí e proeminentes setores comercial e industrial, Parnaíba abrigava não só uma expressiva quantidade de sindicatos parnaibanos, mas também era a sede de muitas federações sindicais, de representação estadual. Dentre as organizações mais atuantes provenientes desta cidade, destacamos o Sindicato dos Estivadores de Parnaíba, a União dos Ferroviários do Piauí, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário de Parnaíba, o Sindicato dos Foguistas e a Federação dos Trabalhadores de Transportes Fluviais do Piauí.

Fica evidente a busca por uma organização cada vez mais solidificada dos movimentos de trabalhadores, que pudesse atingir níveis nacionais de mobilização. É importante também que levemos em consideração nesse momento a importância do crescente movimento de trabalhadores rurais, se organizando através de ligas camponesas em

vários estados do nordeste, inclusive no Piauí. Em sua tese de doutorado, Marylu Alves de Oliveira afirma que "[...]a condição de existência à qual os trabalhadores rurais foram expostos durante muitos anos começou a gerar formas de resistências no Piauí no final da década de 1950"[2]. Já no início da década de 1960, as denominadas Ligas Camponesas do Piauí, demonstrando grande poder de movimentação política, se faziam presentes também nos congressos regionais e nacionais. Novamente no jornal *Novos Rumos*, em 1961, uma aliança unificada entre trabalhadores sindicalizados e camponeses no Piauí é afirmada através de um congresso que teria acontecido do dia 28 de abril ao dia 1° de maio daquele mesmo ano:

> Encerrou-se no dia 1 de maio o primeiro Congresso Sindical dos Trabalhadores e Camponeses do Piauí que foi instalado no dia 28 de abril. Cinco temas de grande importância constituíram uma ordem do dia do Congresso, a saber: importância do sindicato, extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores agrícolas; custo de vida, reforma agrária e problemas regionais. [...] Os camponeses, em número de 21, representavam 3 organizações e 17 municípios o total de municípios representados foi de 23 (*NOVOS RUMOS*, 19/05 a 25/05/1961. p. 6).

Tanto o movimento sindical urbano quanto as organizações de trabalhadores rurais, representada principalmente pelas ligas camponesas, cresceram exponencialmente no que diz respeito a sua organização e mobilização política no Piauí, assim como em todo o território nacional. Porém, para além dos sindicalistas e das ligas camponesas no cenário político e social parnaibano, nos deparamos com alguns trabalhadores informais não vinculados diretamente a nenhuma organização específica, mas que possuíam representatividade na cidade e que estavam presentes nas lutas da classe. Antônio Pernambucano é um exemplo desta parcela de trabalhadores da cidade de Parnaíba, que mesmo não estando diretamente ligada aos sindicatos se organizava

2 OLIVEIRA, 2016. p. 211.

politicamente numa tentativa de reivindicar melhores condições de vida. As organizações de trabalhadores começam a ocupar cada vez mais os espaços de protagonismo político, através da luta organizada pela reivindicação de direitos trabalhistas e também elegendo representantes oriundos do meio operário. Porém toda essa experiência de atuação política foi brutalmente interrompida pelo Golpe de 1964 e "novamente os trabalhadores veriam cair sobre suas cabeças o peso do autoritarismo das elites brasileiras"[3].

Levando em consideração a quantidade de sindicatos sediados na cidade de Parnaíba, bem como o crescimento do movimento camponês e a participação ativa destes e de outros grupos que lutavam por melhores condições de vida e pelos direitos dos trabalhadores nas lutas sociais e nos assuntos políticos da cidade, não é de se surpreender que com o advento do Golpe de 1964 abre-se um inquérito nesta cidade com a intenção de investigar atividades subversivas, tendo como principais alvos de acusação trabalhadores, servidores públicos, políticos engajados com as causas trabalhistas e líderes sindicais que, segundo os militares:

> [...] através dos vários sindicatos e estes por intermédio de seus presidentes, desenvolviam a mais nefasta atividade no sentido de corresponder as expectativas daqueles que, contando com o apoio, prestígio e intimidade do sr. João Goulart, projetavam a instalação para sempre, como na Rússia, de um governo totalitário e impiedoso (BNM 349. 16/08/1964. p. 10).

É importante salientar que um IPM ter sido aberto primeiramente na cidade de Parnaíba e não na capital Teresina corrobora com as hipóteses de que a força sindical e dos trabalhadores em geral que estavam organizados nesta cidade seriam as mais proeminentes no estado, despertando nas elites e nos militares um incômodo que se expressou através da repressão imediata à essas classes com o advento do golpe. Quanto mais o governo, representado na figura do então presidente

3 SANTANA, 2006. p. 86.

João Goulart, demonstrava seu apoio aos movimentos de trabalhadores e defendia as reformas de base, com foco na reforma agrária, mais os grupos políticos de direita o viam como uma potencial ameaça aos seus interesses, utilizando o forte discurso anticomunista como "[...]o 'cimento' da mobilização *antiGoulart*, o elemento que propiciou a unificação de setores heterogêneos numa frente favorável à derrubada do presidente. O objetivo principal não era dar um golpe, mas combater os comunistas"[4]. Organizava-se assim o terreno perfeito para o golpe que estava para acontecer, pois "se o presidente rumava à esquerda, a direita rumava para o golpe"[5]. Não é de se espantar que o mesmo discurso utilizado supostamente para defender a democracia, também seria utilizado como base para justificar não só o golpe, mas todas as práticas repressivas que o seguiram.

A análise do rol de indiciados no documento BNM 349 deixa claro o perfil do inimigo político construído pelos inquisidores da ditadura na região: os trabalhadores organizados. Dos 34 acusados na primeira fase do processo, a imensa maioria pertencia à classe operária. As únicas três exceções que não compunham esse grupo eram José Alexandre Caldas Rodrigues (deputado estadual cassado e ex-prefeito vinculado ao PTB), Israel Brodher (advogado proveniente de família abastada local) e Ademir Alves de Melo (ex-líder estudantil secundarista). Desse modo, ao desenhar o perfil dos considerados "agentes comunizantes", o aparato repressivo mirou de forma cirúrgica na base trabalhadora da cidade, dinâmica na qual a trajetória de Antônio Bezerra da Silva acabou diretamente inserida.

Antônio e a repressão

Aos 51 anos de idade, com o advento do Golpe de 1964, Antônio Bezerra da Silva é oficialmente enquadrado como um "agente subversivo" pelo Estado. Enquadrado em um inquérito policial militar

4 MOTTA, 2000. p. 339.

5 FERREIRA; GOMES, 2014. p. 227..

(IPM) junto à outros membros da classe trabalhadora piauiense, Antônio foi alvo das prisões arbitrárias realizadas na cidade de Parnaíba logo nos primeiros dias de abril de 1964. De acordo com sua filha Maria do Socorro, a polícia realizava as prisões durante a madrugada, alimentando uma atmosfera de coação, vigilância e terror. Para ela, o pior dia foi quando, enquanto todos dormiam, a polícia invadiu sua casa e levou seu pai, que ainda vestia seu pijama.

No BNM 349 encontramos as seguintes informações sobre ele:

> ANTÔNIO BEZERRA DA SILVA, com 51 anos de idade [...] intimamente ligado ao comunista JOSÉ PEREIRA DE SOUSA, vulgo José Ceará, a quem hospedou em sua própria residência e permitiu que alí, ele JOSÉ PEREIRA DE SOUSA, realizasse reuniões de caráter comunista, as quais frequentava; também era intimamente ligado ao comunista TOMAZ DA SILVA LIMA, que tomava parte nas reuniões de JOSÉ PEREIRA DE SOUSA [...]. Também hospedou em sua residência o comunista ORESTES TIMBAÚBA, que se dizia redator do jornal "Novos Rumos" e membro do Comitê Nacional do Partido. Permitiu que ORESTES TIMBAÚBA, seu hóspede, fizesse reunião de caráter comunista em sua residência, tendo esse Sr. [...] declarado na reunião que "Cuba estava progredindo após a revolução e que o Brasil necessitava de uma revolução dessa natureza". Era distribuidor do jornal subversivo "Novos Rumos", em Parnaíba[...]. Conclui-se que o Sr. ANTÔNIO BEZERRA DA SILVA, infringiu os artigos 10 e 11 da Lei n° 1802, de 5 de janeiro de 1953 (BNM 349. 23/05/1964. p. 110).

As reuniões realizadas na casa de Antônio Pintor aparecem em depoimentos de vários indiciados, assim como a sua atividade de distribuição de jornais "subversivos", sempre associadas aos nomes de José Ceará e Tomaz da Silva Lima, ambos membros do PCB, tendo Tomaz sido indiciado no mesmo inquérito. No dia 02 de maio de 1964, Antônio Bezerra da Silva concede seu depoimento para os encarregados do inquérito, capitão Gladstone Weyne Rodrigues e o escrivão, 3° sargento Raimundo Nonato dos Santos. Em sua defesa, Antônio argumentou que distribuía os jornais "comunistas" a pedido de Tomaz da

Silva Lima, que não queria ser visto com o material. Alegou também, acreditamos que na tentativa de conquistar sua liberdade e proteger os outros membros do partido comunista na cidade, que teria sido "[...] enganado por falsas promessas de José Ceará e de Orestes Timbaúba, sendo que dava hospedagens a êstes, por mera solidariedade humana"[6].

Segundo Maria do Socorro Alves, filha de Antônio Pernambucano, seu pai só teria sido solto após delatar vários companheiros que participavam das reuniões em sua casa, porém o inquérito não se findou. Assim como os outros indiciados, Antônio deveria comparecer todos os dias à Capitania do Portos e estava proibido de deixar a cidade. Além disso, ele teria sido aposentado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, com base no Ato Institucional nº 1 (AI-1), em outubro de 1964, no carco de motorista, de acordo com um *"levantamento de pessoas físicas punidas por atos da revolução"* realizado em 1973 pela Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério do Interior (MINTER), documento disponível no Arquivo Nacional[7]. O endereço indicado é o mesmo que foi mencionado por sua filha na entrevista, bem como a filiação confere com seus documentos pessoais. Ainda assim esta questão demanda pesquisas mais aprofundadas.

Na apelação do IPM, a maioria dos indiciados foi excluída do processo, inclusive Antônio Bezerra da Silva, liberado do inquérito via *Habeas Corpus* no ano de 1968. Mesmo após ter conquistado sua liberdade, as marcas da repressão não abandonaram a vida de Seu Antônio e seus familiares. Maria do Socorro afirma, entre outras coisas, ter sido alvo de ofensivas verbais por parte de civis.

6 BNM 349. 02/05/1964. p. 77.

7 DSI-MINTER. 29/01/1973. f. 1...

> Uma vez uma menina me chamou de filha de comunista lá e a diretora da escola quase que expulsava ela. Mas eu nem me zangava não. O pessoal pensa que comunismo era uma, era pra matar as pessoas, era, era, mas não era não. Meu pai era um homem bom, ele não queria ver, ele não gostava era da injustiça né. Era muita injustiça. Só os filhos dos rico era que tinham direito, os filho do pobre não tinham direito a nada (Alves, 2019a).

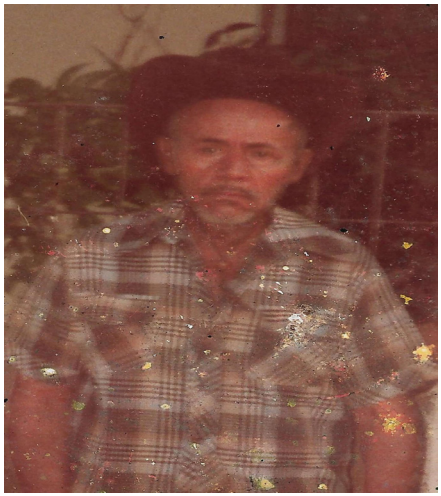


Imagem 02: Antônio Bezerra da Silva (1985).
Fonte: Fotografia cedida por Maria do Rosário da Silva Alves. Acervo Família Silva Alves.

Após ser solto, não encontramos registros de que Antônio Bezerra da Silva tenha continuado a participar de movimentações políticas. Sua filha relata que o pai parecia ter medo e não falava muito sobre o assunto. As marcas da repressão permaneceram presentes tanto na mente quanto no corpo de Antônio Pernambucano, que, quando perguntado por sua filha que marcas eram aquelas nos seus pés, afirmava que seus pés foram queimados quando estava na prisão. Nas memórias de sua neta Senyra Adriany da Silva Alves, que cuidou do avô durante a velhice:

O vovô tinha muitas cicatrizes. Então assim, quando eu era pequena, ele inventava desculpas, mas quando eu fui grande, eu fui começando... ficou claro a questão da tortura né. E ele me mostrou nas

costas marcas de fios, ele tinha no ombro uma, tipo assim uma...ele tinha o ombro muito machucado furado de uma barra de ferro, e na cabeça dele também. Então, eu acho que ele foi preso mesmo, torturado mesmo. A mamãe disse que mergulhavam a cabeça dele dentro do mar na tortura (Alves, 2019b).

As memórias que se constituem a partir das experiências traumáticas da repressão não desaparecem facilmente. Elas podem permanecer silenciadas, longe dos olhos e ouvidos do público geral, mas não nos enganemos, elas estão ali. E é a partir do acesso à essas memórias silenciadas, através do testemunho dos que sofreram, que podemos olhar além, por cima das paredes construídas, ou mesmo pelo buraco da fechadura, como afirma Benito Bisso Schmidt.

Reflexões finais

As memórias da trajetória de vida e luta de Antônio Pintor permaneceram longe das pesquisas historiográficas sobre a repressão na cidade de Parnaíba até o presente momento, tendo permanecido vivas apenas na lembrança de seus familiares e nos vestígios deixados pelos documentos produzidos pelo Estado durante a ditadura, assim como muitos trabalhadores que se engajaram na luta por melhores condições de vida. Enquanto personagens como Francisco da Chagas Caldas Rodrigues, possuem diversos trabalhos dedicados a sua trajetória política, a maioria dos trabalhadores que foram alvos da repressão do estado autoritário da ditadura civil-militar, permaneceram longe das publicações e dos debates acadêmicos, tendo apenas nas duas últimas décadas encontrado terreno fértil para o florescimento de uma narrativa histórica sobre a repressão política sofrida pelos trabalhadores do Piauí. A valorização da história dos "de baixo", abre-nos os olhos para esse novo passado que se apresenta a partir dos novos sujeitos que agora o contam. Consideremos então, que assim como o passado se renova a partir das novas perspectivas de análise que surgem com esses novos sujeitos do passado, renovam-se também os caminhos que devemos

percorrer para que as possibilidades de construção de uma narrativa histórica se ampliem.

E agora, esta pesquisa volta seus olhos à Antônio Bezerra da Silva, vulgo Pintor ou Pernambucano, buscando elucidar sua trajetória política e as memórias de seus familiares a respeito da repressão que este sofreu com o advento do Golpe de 1964. A utilização de um inquérito policial militar como fonte de pesquisa histórica sobre repressão política em Parnaíba demonstra o que podemos chamar de uma ressignificação do uso desses documentos, além de reiterar a importância de se ter acesso a estes arquivos que ficaram, propositalmente e por muito tempo, longe dos olhos da esfera pública. Assim, os antigos instrumentos da repressão, a partir de uma ressignificação de seus usos, podem ser utilizados para expor as arbitrariedades violentas da repressão, ressaltando que "a disponibilização de fundos documentais como esses é fundamental para o conhecimento dos fatos e para a escrita da história, assim como para a consolidação dos próprios regimes democráticos"[8] .Finalizando estas reflexões, pensemos na carência de políticas de memória que denunciem os crimes do Estado autoritário da Ditadura Civil-Militar. De acordo com Beatriz Sarlo (Sarlo, 2007) a denúncia do terrorismo de Estado, possível através do testemunho de suas vítimas, auxilia-nos a compreender o que de fato representou a intervenção das forças armadas na política brasileira, fazendo com que a ideia do "nunca mais" se sustente no fato de que somos conscientes dos terrores da Ditadura Civil-Militar. Sendo assim, se "a ideia do 'nunca mais' se sustenta no fato de que sabemos a que nos referimos quando desejamos que isso não se repita"[9], como podemos trabalhar isso na realidade brasileira? A carência de políticas de memória que escancarem as atrocidades da repressão abre espaço para o crescimento da erva daninha do saudosismo. Saudosismo este que tem se expressado de forma cada vez mais escancarada através dos discursos da extrema direita brasileira.

8 BAUER; GERTZ, 2009. p. 191.

9 SARLO, 2007. p. 19.

Segundo seus familiares, Antônio Bezerra da Silva, apesar do que sofreu durante o tempo em que ficou preso e do longo silêncio que manteve sobre o período, em seus últimos anos de vida, falava com orgulho de sua trajetória e de seus ideais, tendo deixado seu legado, mesmo que antes desconhecido, para aqueles que seguem na linha de frente da luta por direitos e pela democracia. São muitas as faces de Antônio, seja o pernambucano, o pintor ou o comunista, assim como muitas foram as suas lutas. E todas elas vivem.

Referências

.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil:** Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1985. ed.5.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Perfil dos atingidos**. Petrópolis: Vozes, 1987.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs*.)*. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

CHALHOUB, Sidney. *T***rabalho, lar e botequim:** cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epóque. Sidney Chalhoub. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. ed.3.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia de Segurança Nacional:** O poder Militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORREA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. In: **Anos 90**. v. 23. n. 43. Jul 2016. p. 129-151.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). O

tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe ci- vil-militar de 1964. Coleção O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 3. ed. 2.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964:** o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 196***4*. Coleção O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 3. ed. 2. p. 343- 404.

_____. Sociedade e esquerdas no Brasil: da legalidade democrática às reformas de base *(1961-1964)*. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

_____. Crises da República: *1954, 1955 e 1961*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Coleção O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 3. ed. 2. p. 303 – 339.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs*.).* **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009.

LIMA, Glenda Cristina; MENDES, Inghrid Masullo; RIBEIRO, Felipe. Operários, camponeses e estudantes lutando por melhores condições de vida: protagonismo dos "de baixo", forças políticas em disputa e repressão na cidade de Parnaíba-PI *(1954-1964)*. In: SANTOS, Alexandre (Org.). **Mundos do Trabalho no Piauí:** história, sociabilidades e resistências. Parnaíba: Taipa Editorial, 2020.

MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos Sociais e participação**

política. Teresina: CEPAC, 1996.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho.** São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da Terra ao Céu:** culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964). Fortaleza: Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Ceará, 2016.

_____. Chagas Rodrigues, PTB e o Trabalhismo no Piauí. In: LIMA, Frederico Osanan Amorim; ARAÚJO, Johny Santana de (orgs.) **História:** entre fontes, metodologias e pesquisa. Teresina: EDUFPI; Imperatriz: Ética, 2011. p. 89-104.

_____. Esteja preso, comunista! Breves considerações sobre praticas anticomunistas no pós-golpe civil-militar de 1964 no Piauí. In: **Revista Crítica Histórica**. a. 5, 2014.

_____. **A cruzada antivermelha – democracia, Deus e terra contra a força comunista: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí na década de 60**. Teresina: Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, 2008.

_____. **Contra a foice e o martelo – considerações sobre o discurso anticomunista no período de 1959-1969:** uma análise a partir do Jornal O Dia. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos.** 1989. v.2. n.3. p.3-15.

QUADRAT, Samantha Viz. A ditadura civil-militar em tempo de (in) definições (1964-1968). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

RICARDO, Elisângela Maria. **Entre Indícios e vestígios dos tempos da ditadura civil militar Parnaíba.** Redenção: Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Humanidades), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2018.

SANTANA, Marco Aurélio. *A* República de 45: a esquerda, os sindicatos e a democracia. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

SARLO, Beatriz. *T***empo passado:** cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Morais; SANTOS. José Maurício Moreira dos. **"Velhos Camaradas": contribuição inicial à história do Partido Comunista Brasileiro no Piauí (1932- 1964).** In: Anais eletrônicos do XII Encontro Nacional de História Oral. Disponível em <http://www.encontro2014.historiaoral.org.br/site/anaiscomplementares>.

_____. *T***empo de Esperança: camponeses e comunistas na constituição das Ligas Camponesas no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960.** Teresina: Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, 2015.

_____. José Ceará e o PCB: A trajetória de um operário comunista no Piauí (1933-1964). In: **Revista Piauiense de História Social e do Trabalho.** a. 1. n. 1. Jul.-dez, 2015.

Fontes

Fontes documentais

BRASIL. **Projeto Brasil**: Nunca Mais. Processo BNM 349.

BRASIL. **Projeto Brasil**: Nunca Mais. Processo BNM 185.

Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior (DSI/MINTER). Levantamento de pessoas físicas punidas por atos da "Revolução", 1973. **Arquivo Nacional**. Imprensa Popular, 25 set. 1955.

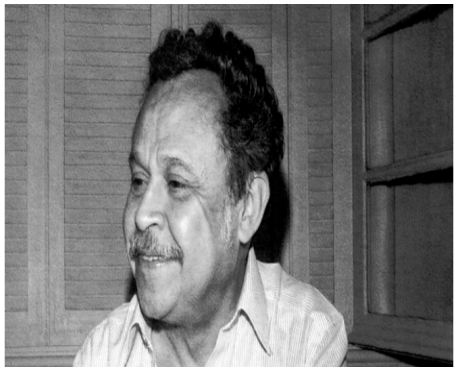
TERRA LIVRE. **Periódico.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

ÚLTIMA HORA. **Periódico.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Fontes orais

ALVES, Maria do Socorro da Silva. Entrevista concedida ao autor, 2019.

ALVES, Senyra Adriany da Silva. Entrevista concedida ao autor, 2019.



CLÓVIS STEIGER DE ASSIS MOURA (1925-2003)

trajetória de um historiador e a função política do conhecimento histórico

Caio Felipe Rodrigues Miranda
Teresinha Queiroz

Clóvis Moura (1925-2003): trajetória pessoal, política e intelectual

Clóvis Steiger de Assis Moura nasceu no interior do Piauí, na cidade de Amarante, em 10 de junho de 1925, filho do fiscal de rendas Francisco de Assis Moura e de Elvira Steiger Moura (Andrade, 2019; Silva, 2021). Conforme aponta a historiadora Wanessa Silva (2021): "Moura cresceu às margens do rio Parnaíba, junto com os irmãos Carlos e Maria, com quem dividiu não só as experiências familiares e mudanças para outras cidades, mas, também

os círculos de amizade e as profundas reflexões sobre a questão racial, política e literária" (Silva, 2021, p. 26).

Em 1935, a família mudou-se para Natal (RN), onde ainda jovem iniciou sua formação no Colégio Diocesano Santo Antônio. Foi nesse ambiente escolar que sua inclinação política e literária deu os primeiros passos. Moura integrou o "Grêmio Cívico Literário 12 de Outubro", responsável por editar o jornal *O Potiguar* onde aos 14 anos, publicou seu primeiro artigo, "Libertas que sera tamem", sobre a Inconfidência Mineira (Reis, 2024, p. 13)

Em 1941, a família transferiu-se para a Bahia, passando pela capital Salvador e também Juazeiro, período que marcou sua inserção orgânica e definitiva no jornalismo e na militância do Partido Comunista do Brasil (PCB). Durante a década de 1940, Moura foi redator do diário *O Momento*, que fazia parte do PCB baiano, colaborou ativamente com a revista *Caderno da Bahia* (1948) ao lado de intelectuais como Darwin Brandão e Heron de Alencar, e dialogou com o jornal *A Tarde* e com a revista *Literatura* (1947). Nessa seara, fundou em 1949 seu próprio jornal em Juazeiro, intitulado *O Jacuba* (Silva, 2021). Nesse mesmo período, sua práxis política também o levou a se candidatar a deputado estadual em 1947, um mandato que acabou frustrado em meio à violenta repressão estatal aos comunistas no período. A respeito dessa intensa fase de engajamento baiano, podemos entender que sua dupla atividade de jornalista e intelectual estava imbricada na identidade de Moura, e revela muito sobre o que ele foi durante sua trajetória (Silva, 2021, p. 42).

Buscando ampliar seu debate e engajamento intelectual e ampliar o escopo de suas pesquisas, Clóvis Moura transferiu-se para São Paulo em 1950, integrando-se rapidamente à imprensa e aos círculos de esquerda da capital, como pontua Silva (2021): "Ao iniciar sua trajetória em São Paulo, Moura se aproximou ainda mais da intelectualidade paulistana, tanto através do PCB como do Jornalismo, atuando em diversos jornais importantes da cidade" (Silva, 2021, p. 41). A sua produção editorial foi intensa, tornando-se redator do jornal *Última Hora*

(1952-1958), secretário de redação da revista comunista *Fundamentos* (1952-1955) e colaborador da *Revista Brasiliense,* dirigida à época pelo historiador Caio Prado Júnior. Atuou também nos jornais *Diário da Noite*, Diário *de São Paulo* (1959), foi subsecretário e crítico literário do *Correio Paulistano* (1960) e, posteriormente, diretor de redação do jornal *A Folha* de São Carlos (1969-1972). De forma independente e ao lado de sua irmã Maria do Rosário, fundou em 1951 a revista *Flama*, na cidade de Araraquara (SP). Ali, suas publicações mesclavam interesses locais com a denúncia da exploração de classes, o que lhe rendeu ostensivo monitoramento e fichamento pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) desde 1951 (Silva, 2021).

É fundamental destacar que apesar de ter constituído considerável parte de sua atividade e obra na região Sudeste, Moura não relegou importância secundária ao seu local originário, pois manteve um diálogo permanente com o circuito intelectual nordestino e piauiense. O acervo do autor preserva correspondências da década de 1970 com Odilon Nunes, trocando monografias e debatendo a presença negra no Piauí, e com Arimathéa Tito Filho, de Teresina, PI, então presidente da Academia Piauiense de Letras, a quem acionava para divulgar suas pesquisas (Andrade, 2019), dentre outras figuras.

O período de maior amadurecimento político e intelectual do autor atingiu seu apogeu organizativo na década de 1970, quando Clóvis Moura assumiu uma postura orgânica junto ao movimento negro contemporâneo. Em 14 de julho de 1975, ele articulou a fundação do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA), "com o objetivo de pesquisar, debater e ensinar a história da população negra no Brasil" (Silva, 2021, p. 18). Na presidência do IBEA, liderou a criação de uma rede transnacional, estabelecendo intercâmbios diretos com as embaixadas de nações recém-liberadas, como Senegal, Zaire e Gana, e dialogando com a célebre revista anticolonial *Présence Africaine,* sediada em Paris. Seu prestígio internacional, o levou a participar do Colóquio Negritude e América Latina, no Senegal (1974), e a coordenar a delegação brasileira convocada para o I Congresso de Cultura Negra nas

Américas, em Cali, Colômbia (1977), evento este que sofreu boicote e recusa de isenção fiscal por parte do Ministério da Educação da ditadura militar brasileira (Silva, 2021).

Além do IBEA, os espaços de atuação e militância política de Clóvis Moura abrangeram também a União Brasileira de Escritores (UBE) e o Movimento Negro Unificado (MNU), do qual participara da fundação. Com o enfraquecimento do regime militar através da distensão política na década de 1980, e concomitantemente impulsionado pelo centenário da abolição, o pensamento de Moura ganhou relativa penetração nos espaços universitários dos quais ele fora historicamente marginalizado e crítico. A esse respeito, o historiador José Maria Andrade destaca que a década de 1980 representa um momento bem particular na história intelectual de Clóvis Moura (Andrade, 2019). Pelo reconhecimento de sua inegável envergadura intelectual e teórica, recebe o título de Doutor *honoris saber* pela Universidade de São Paulo (USP) e passa a fazer parte de várias bancas.

A trajetória de Clóvis Moura revela o itinerário de um pensador radical, forjado nos jornais, nos institutos populares e nas lutas raciais. Sua vida corrobora a definição de João Baptista Borges Pereira: "um cientista social brilhante e disciplinado que sempre correu por fora da academia - solto, livre, nas franjas da interdisciplinaridade" (Pereira, 2004, p. 311).

Dos elementos centrais no pensamento mouriano

A produção intelectual de Clóvis Steiger de Assis Moura se ergue como um dos mais vastos e integrados esforços de interpretação da formação histórico-social do Brasil. Desenvolvida a partir da década de 1950 até o início dos anos 2000, período atravessado por rupturas democráticas, pela ditadura civil-militar e pela rearticulação dos movimentos sociais, portanto sua obra não pode ser compreendida de forma fragmentada.

O autor operou uma leitura particular do materialismo histórico-dialético, rejeitando o engessamento de fórmulas importadas para, ao contrário, fundir as categorias de classe e raça como o verdadeiro motor dos conflitos nacionais. Essa apropriação teórica conferiu à sua pesquisa um rigor epistemológico que exigia repensar o próprio papel do historiador, recusando a neutralidade que imobiliza o passado. O próprio autor define claramente suas perspectivas, afirmando que "a história não existe apenas para registrar, narrar ou explicar fatos passados. Ela está inserida no quadro das ciências sociais, marca e delimita o objetivo para o homem, generaliza os fatos, aponta as tendências do futuro, baseada no passado" (Moura, 1990, p. 15-16 *apud* Silva, 2021, p. 103).

Moura contestou teses consolidadas da década de 1930, especialmente as de Gilberto Freyre sobre a suposta harmonia na colonização portuguesa. Com isso, reposicionou a população negra no centro dinâmico do processo histórico. Na sua obra inaugural sobre o tema, *Rebeliões da Senzala* (1959), o autor deixa evidente que seu propósito foge de qualquer sentimentalismo e exige afinco metodológico:

> Nosso trabalho não tem em mira estudar as lutas dos escravos do ponto de vista de simpatia ou piedade para com os oprimidos vistos através de uma ótica paternalista ou filantrópica. Procurará, pelo contrário, fazer uma análise mais profunda e, na medida do possível, cientifica do processo histórico que as gerou. Fugimos, portanto, das deformações românticas, procurando restaurar a verdade histórica, desfigurada por inúmeros estudiosos. (Moura, 1988, p. 14)

Ao restaurar esse cenário, ele formula a categoria de *Quilombagem*, entendendo-a não como um fenômeno esporádico ou marginal, mas sim como o movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo no Brasil, "que atuava como força de desgaste permanente no sistema escravista nas suas contradições antagônicas fundamentais e o solapava nas suas bases" (Moura, 1992, p. 22 *apud* Andrade, 2019, p. 153).

Essa leitura conceitual e analítica não se limitou ao período colonial ou imperial. O compêndio mouriano avança para o pós-abolição, articulando a marginalização da população negra à consolidação da modernidade e do capitalismo periférico no Brasil. Em sua perspectiva sociológica, o fim jurídico da escravidão não resultou em integração cidadã, mas, pelo contrário, operou um *peneiramento social*[1] a serviço do novo sistema econômico. Ao realizar a sua crítica estrutural, Moura afirma que o racismo contemporâneo não é um resquício folclórico, mas um instrumento moderno de poder, visto que o modo de produção que existe no Brasil é o capitalismo dependente. As relações de produção determinam, em última instância, a estrutura básica da nossa sociedade e o caráter da sua cultura. Assim, que as classes ou segmentos dominantes elaboram um conjunto de justificativas racionais para explicar a marginalização do negro e a sua repulsa como possível força perturbadora daquela unidade cultural almejada (Moura, 1988).

Para sustentar e naturalizar essa marginalização, o autor aponta a cumplicidade de grande parte das universidades e instituições de pesquisa. Em *A sociologia posta em questão* (1978), Moura defende que a produção de conhecimento não pode se isentar das lutas sociais e critica severamente o distanciamento empírico da ciência conservadora, declarando que "para toda práxis científica há necessidade de um conhecimento não apenas dos processos e problemas sociais do momento, mas da cadeia total da qual eles são um elo" (Moura, 1978, p. 62 *apud* Reis, 2024, p. 89).

A dimensão intelectual de Clóvis Moura, contudo, é polifônica e não se encerra apenas nos arquivos de história ou nos diagnósticos da sociologia, compreendendo que a estética e a linguagem eram campos contíguos da mesma disputa ideológica. Como crítico literário, inves-

1 O peneiramento social é um conceito sociológico e histórico presente nos estudos das relações raciais no Brasil. Refere-se aos mecanismos seletivos e excludentes, institucionais ou informais, que filtram e limitam a mobilidade social e o acesso a espaços de poder, como educação e mercado de trabalho, por parte de populações marginalizadas, mantendo a hierarquia racial e estrutural do país. **Ler:** GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; MACEDO, Márcio de. **Guerreiro Ramos e a questão racial no Brasil**. Cadernos CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 147-160, 2008.

tigou as tensões raciais no cordel nordestino e na literatura canônica, resgatando a agência de escritores negros que forjaram novos códigos de expressão popular. Ao analisar a contribuição revolucionária de Lima Barreto, por exemplo, Moura aponta que o romancista carioca "ao incorporar a rítmica do falar de nosso povo à sua linguagem, não desarticulou o seu estilo, mas articulou uma linguagem literária nova para expressar um pensamento também novo" (Moura, 1981, p. 48). Essa crença no potencial crítico da palavra desaguaria na sua própria literatura. Clóvis Moura foi um contumaz artífice do verso, utilizando a poesia como território de denúncia e de esperança utópica perante as opressões da modernidade urbana e do racismo.

A envergadura do compêndio elaborado por Clóvis Moura, portanto, afasta-se de qualquer rigidez disciplinar e ganha corpo em uma das bibliografias mais extensas e consistentes do pensamento social brasileiro. No campo da história, sociologia e teoria política, sua obra é formada pela sucessão de publicações essenciais: *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas* (1959); *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha* (1964); *O preconceito de cor na literatura de cordel* (1976); *O Negro: de bom escravo a mau cidadão?* (1977); *Sociologia de la práxis* (1977), lançada no Brasil como *A sociologia posta em questão* (1978); *Sacco e Vanzetti: o protesto brasileiro* (1979); *Diário da guerrilha do Araguaia* (1979); *Os quilombos e a rebelião negra* (1981); *Brasil: raízes do protesto negro* (1983); *A imprensa negra* (1984); *O negro no mercado de trabalho* (1986); *Quilombos: resistência ao escravismo* (1987); *Sociologia do negro brasileiro* (1988); *História do negro brasileiro* (1989); *As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira* (1990); *Dialética radical do Brasil negro* (1994); *Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos* (2000); culminando no seu último e grandioso projeto, o *Dicionário da escravidão negra no Brasil* (2004), publicado postumamente.

Paralelamente, essa mesma urgência intelectual encontrou respiro em sua produção literária e poética, que nos legou os títulos: *Espantalho na feira* (1959); *Argila da memória* (1964); *Âncora no planalto*

(1967); *Manequins Corcundas* (1979); *Histórias de João da Silva* (1984); *Flauta de argila* (1992); *Bahia de todos os homens* (1992); e a obra póstuma *Duelos com o infinito* (2005). Organizada de forma dialética, essa vasta produção bibliográfica demonstra que, para Moura, investigar o Brasil era indissociável da tarefa de munir a sociedade com os instrumentos do seu próprio devir emancipatório.

O sentido da História em Clóvis Moura

Para compreender a densidade analítica de Clóvis Moura, é imperativo observar como o autor definia e instrumentalizava o próprio conceito de História. A década de 1970, marcada no Brasil pelo recrudescimento da ditadura civil-militar e pela intensa censura aos meios intelectuais, exigiu dos pensadores de oposição estratégias de difusão teórica fora dos grandes centros repressores. É nesse contexto que Clóvis Moura publica "*Uma abordagem sociológica do conceito de História*". O artigo saiu em 1974, na edição especial da revista da Academia Piauiense de Letras.

O texto possui como temática central a epistemologia da História e a sua inegável vinculação com as estruturas de poder. O objetivo de Moura ao abordar esse assunto era de desmascarar a pretensa neutralidade da ciência histórica e sociológica produzida nos espaços institucionais hegemônicos. Para estabelecer essa crítica, o autor mobiliza um arsenal teórico vasto e bastante plural.

Em suas notas de referência (Moura, 1974, p. 73), ele dialoga diretamente com teóricos do marxismo internacional, como o historiador britânico R. Palme Dutt e o arqueólogo V. Gordon Childe, bem como com pensadores brasileiros como Leôncio Basbaum e José Honório Rodrigues. Demonstrando grande erudição e recusa ao dogmatismo fechado, e também submete à sua análise crítica autores de diferentes tradições filosóficas e sociológicas, a exemplo de Henri Berr, Henri Pirenne, R. G. Collingwood, Benedetto Croce e o sociólogo norte-americano C. Wright Mills.

> É verdade que o homem confere valores aos objetos, fatos e fenômenos. Isto, porém, não quer dizer que esses objetos, fatos e fenômenos só passaram a ter conteúdo, essência, após tê-la recebido de fora para dentro, injetada pelo analista que lhe conferiu determinado valor. Não. O inverso é que é verdadeiro. Os objetos, fatos e fenômenos possuem propriedades que lhes são inerentes, atributos que lhes são específicos. Ao descobrir essas propriedades e esses atributos inerentes aos objetos, fatos e fenômenos é que o ser raciocinante confere valor aos mesmos. (Moura, 1974, p. 67).

Essa interpretação é essencial para a compreensão mouriana do *devir*[2] histórico. Para Clóvis Moura, a capacidade de apreender a essência da História e o seu movimento de transformação contínua está diretamente condicionada à posição que a classe social ocupa na estrutura produtiva. É o que Reis (2024) classifica como o estudo da "axiologia dos grupos dominantes" em contraposição à "axiologia dos grupos dominados". Segundo ele, para Moura, "não faz parte da burguesia em si a cegueira ideológica perante a realidade, mas a sua situação política atual e a intencionalidade que tal situação a coloca a faz ter como parâmetro de conhecimento uma ciência apologética, empirista" (Reis, 2024, p. 85). O próprio texto de 1974 explicita esse raciocínio de forma objetiva quando Clóvis Moura delineia como as elites dominantes, por estarem no topo, necessitam da paralisação da História:

> Nesse desenvolvimento há camadas e classes interessadas em aprofundar o conhecimento da realidade porque a sua prática assim o exige. São exatamente aqueles grupos sociais que estão diretamente ligados ao processo da produção. Exigem uma dinâmica histórica permanente pois nesse processo eles avançam quer no sentido estritamente técnico e científico, quer no sentido social. Chocam-se, então, no espaço social, com aquelas camadas e estratos que estão no cume

2 Trata-se de um conceito filosófico clássico, que permite a definição da História como um processo contínuo de vir a ser e transformação. **Ler:** GABATZ, C.; SILVA, J. R. L. da. **O devir histórico hermenêutico e o recrudescimento da interpretação mítica na contemporaneidade.** Reflexus, São Leopoldo, v. 17, n. 18, p. 191-209, 2023.

> da pirâmide, e, para isto, desejam uma estagnação do processo histórico: criam uma imagem estática do mesmo, procurando eternizar o seu perfil. À medida que este processo se aguça, os agrupamentos engajados no processo da produção avançam no caminho do conhecimento e os outros caem progressivamente na alienação. (Moura, 1974, p. 68).

Delineia-se, portanto, a contribuição de uma abordagem sociológica do conceito de História para o pensamento social brasileiro, visto que ao articular o interesse das elites com a necessidade da manutenção de um *status quo*, fica evidente a busca por criar uma "imagem estática" do passado para eternizar continuamente seus próprios privilégios. Concomitante, Clóvis Moura tensiona a engrenagem que durante décadas sustentou a historiografia, a mesma que escamoteou a violência da escravidão. Assim, o sentido da História, para ele, é ser a ciência do *devir*, ou seja, o instrumento que permite aos oprimidos e aos trabalhadores compreenderem a sua própria dinâmica e a sua capacidade de alterar a realidade, superando a alienação imposta pela vertical e desigual relação social.

Clóvis Moura no limiar do novo milênio: perspectivas sobre o mundo, Brasil e o Piauí

Publicado no ano 2000, o ensaio *Mundo, Brasil e Piauí na fronteira do século XXI* apresenta algumas de suas últimas reflexões formuladas no contexto do Círculo de Debates sobre o Mundo Contemporâneo da Universidade Federal do Piauí (UFPI). O texto em si mobiliza o materialismo histórico para analisar a transição para o século XXI, contrapondo-se às teses liberais ligadas ao "fim da história". Moura argumenta que a globalização neoliberal hegemônica na época operava como um mecanismo de concentração de riqueza e exclusão, configurando-se como uma antiutopia que procura esconder a realidade dessa sociedade injusta e contraditória com a túnica inconsútil da democracia (Moura, 2000)

Ao redimensionar o escopo de sua análise para a formação social brasileira, Moura dialoga sobre a adoção das políticas neoliberais pelo país a partir da década de 1990, período caracterizado por uma forte frente política governamental de privatização da economia. Ele constata que as privatizações e a retração do Estado resultaram no agravamento da "lupenização" nacional. No quadro teórico do autor, reflete-se portanto a dinâmica inerente ao capitalismo dependente brasileiro. Conforme aponta o historiador Reis (2024), na perspectiva mouriana, a modernização em economias periféricas atua sistematicamente no achatamento socioeconômico dos grupos subalternizados, entendendo que a implementação das diretrizes financeiras internacionais visava, estruturalmente, criar mecanismos "no sentido de desarmar as economias dominadas (...) das possíveis manifestações de resistência social" (Moura, 2000, p. 298), estabelecendo assim um controle preventivo sobre as camadas trabalhadoras que haviam sido historicamente marginalizadas desde a transição do trabalho escravo para o livre.

Pensar através dessa lente o estado do Piauí significa observar uma profunda contradição gerada pela própria lógica de expansão do capital contemporâneo. Ele afirma que "o Piauí, por paradoxal que pareça, é um dos Estados menos devastados pela onda neoliberal" (Moura, 2000, p. 328). Essa observação apoia-se no argumento de que, por não possuir um parque industrial de grande escala e por situar-se à margem dos fluxos financeiros hegemônicos, o estado não concentrou os mesmos níveis de expropriação promovidos pelos oligopólios internacionais que atingiram os grandes centros urbanos do Sudeste. E, no impasse dessa mesma especificidade regional, Moura propõe que o Piauí reunia condições para encabeçar uma articulação política entre os "Estados pobres", visando resistir ao processo de desnacionalização econômica do Brasil.

Como indica Silva (2021), a obra mouriana é estruturada pela centralidade de conceitos como a *práxis negra* e a quilombagem, que categorizam a capacidade de organização e resistência das parcelas oprimidas da sociedade. A intersecção entre a investigação acadêmica e o

engajamento sociopolítico ilustra o que o historiador Andrade (2019) categorizou como a "dimensão transitiva da experiência intelectual de Moura", pois para o pensador piauiense, o conhecimento científico deveria fornecer instrumentos de compreensão e mobilização para as classes subalternas, baseando-se na constatação de que "o pensamento quando penetra nas massas é uma arma política muito poderosa" (Moura, 2000, p. 329)

Considerações finais

Ao longo deste artigo, debruçamo-nos sobre a vasta, densa e multifacetada trajetória de Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003), um dos mais originais e implacáveis intérpretes da formação histórico-social do Brasil. Reconstruímos o seu percurso biográfico desde as margens do rio Parnaíba, no Piauí, passando pelo fervor do jornalismo militante na Bahia e em São Paulo, até a sua consolidação como o artífice de uma rigorosa teoria social. Vimos como a fundação do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA), em plena ditadura militar, materializou o seu esforço de interligar a pesquisa acadêmica ao ativismo transnacional, armando o movimento negro com instrumentos analíticos para o combate ao racismo estrutural.

No campo teórico, demonstramos que a obra mouriana operou uma verdadeira ruptura epistemológica na historiografia nacional. Ao refutar as teses culturalistas, a romantização da escravidão e o mito da "democracia racial" propalados por intelectuais consagrados como Gilberto Freyre, Moura ressignificou o materialismo histórico-dialético à luz da realidade brasileira. A sua formulação das categorias de *Quilombagem* e *Práxis Negra* reposicionou o escravizado não como um objeto passivo ou vítima complacente, mas como o agente político central e a força motriz que desgastou e fraturou o sistema colonial e imperial. Mais do que isso, acompanhamos como sua análise se estendeu até o alvorecer do século XXI, diagnosticando a modernização do racismo

operada pelo capitalismo dependente e o impacto devastador do neoliberalismo.

O esforço deste artigo buscou, portanto, contribuir diretamente para a luta antirracista e para a renovação do pensamento social brasileiro, ao sistematizar e visibilizar o legado de um autor que, por muito tempo, sofreu o silenciamento e a marginalização por parte da "sociologia acadêmica" conservadora. Resgatar a integralidade da obra de Moura; da história à sociologia, do jornalismo à sua sublime trincheira poética, é oferecer às novas gerações de pesquisadores e militantes uma chave de leitura indispensável para compreender que as desigualdades que estruturam o Brasil de hoje nasceram da intersecção indelével entre classe e raça.

Filosoficamente, a vida e a obra de Clóvis Moura encerram uma poderosa dialética existencial e política. Como brilhantemente sintetizou o antropólogo João Baptista Borges (2004), Clóvis Moura era uma personalidade transitiva, se é que se pode usar tal expressão para definir a sua admirável capacidade de ser, simultaneamente, sem embaralhar os limites, branco e negro, militante e intelectual, historiador e sociólogo, jornalista e cientista social.

Referências

ANDRADE, José Maria Vieira de. **Sem candura nas palavras: Clóvis Moura e os dilemas intelectuais do antirracismo no Brasil (1959-1995).** 2019. 248 f. Tese (Doutorado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

FARIAS, Márcio. **Classe e raça no pensamento de Clóvis Moura.** In: SEMINÁRIO FESPSP, 3., 2014, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: FESPSP, 2014.

FERREIRA, Mary Vânia Nogueira. **“Raça” e classe no pensamento social brasileiro: uma abordagem sobre a obra de Clóvis Moura**. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

MALATIAN, Teresa. **Um jornalista combatente: Clóvis Moura, Flama e a política cultural do PCB (1951-1952).** História (São Paulo), São Paulo, v. 38, 2019.

GABATZ, C.; SILVA, J. R. L. da. **O devir histórico hermenêutico e o recrudescimento da interpretação mítica na contemporaneidade**. Reflexus, São Leopoldo, v. 17, n. 18, p. 191-209, 2023.

MACEDO, Márcio de. **Guerreiro Ramos e a questão racial no Brasil.** Cadernos CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 147-160, 2008.

MESQUITA, Érika. **Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis.** Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, ano 25, n. 3, p. 557-577, 2003.

MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira.** Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

MOURA, Clóvis. **Brasil: raízes do protesto negro.** São Paulo: Global, 1983.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil.** São Paulo: Edusp, 2004.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro.** São Paulo: Ática, 1989.

MOURA, Clóvis. **Mundo, Brasil e Piauí na fronteira do século XXI.** In: SANTANA, R. N. Monteiro de (Org.). Reflexões sobre o mundo contemporâneo. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2000. p. 295-330.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala:** quilombos, insurreições, guerrilhas. 6. ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2020.

MOURA, **Clóvis. Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo: Ática, 1988.

MOURA, Clóvis. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Dandara Editora, 2021.

MOURA, Clóvis. **Trajetória da abolição em São Paulo: do quilombismo radical à conciliação.** Estudos Econômicos, São Paulo, v. 18, n. esp., p. 109-119, 1988.

MOURA, Clóvis. **Uma abordagem sociológica do conceito de História.** Revista da Academia Piauiense de Letras, Teresina, ano LVII, v. 1, p. 63-73, 1974.

PEREIRA, João Baptista Borges. **O último legado de Clóvis Moura**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 311-312, 2004.

REIS, Gustavo de Almeida. **Clóvis Moura, o movimento negro e a revolução brasileira (1940-2000).** 2024. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2024.

RUY, José Carlos. **Clóvis Moura investigava o passado histórico para compreender melhor as lutas do presente.** Revista Espaço Acadêmico, [S.l.], ano 3, n. 32, jan. 2004.

SILVA, Wanessa Horrana Francisca da. **Trajetória política e intelectual de Clóvis Moura (1959-1989): quilombagem, práxis negra e antirracismo de um intérprete do Brasil.** 2021. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.



LUIZ RAIMUNDO LIMA COIMBRA
do Piauí ao Sinai

Bruna Jarlayana Almeida de Freitas
Manoel Ricardo Arraes Filho

Em 1956, a tensão geopolítica tornava cada vez mais difícil a relação entre o Egito e Israel. No entanto, o clima que encetou o conflito entre os dois países tinha outros parceiros europeus aliados a Israel: Inglaterra e França. Esse conflito reverberava a nacionalização do Canal de Suez, feita unilateralmente por Gamal Abdel Nasser, presidente do Egito. Essa medida rompia um acordo de concessão de usufruto considerado danoso aos interesses daquelas grandes potencias. A escalada do conflito colocava dois outros países com interesses divergentes sobre aquela região: os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Com vistas a pôr um termo no tensionamento político na Terra Santa, a ONU decidiu criar e enviar sua primeira operação de paz. A missão tinha como objetivos supervisionar o cessar-fogo, acompanhar

a retirada dos países beligerantes e estabelecer uma zona neutra de paz na fronteira árabe-israelense. Esta ação contou com a participação de dez[1] países para assegurar o fim do conflito e estabelecer a paz na região.

Em 1964, ao tornar-se 3° Sargento, Coimbra acompanhou a movimentação interna no 25° Batalhão de Caçadores (25° BC) sobre a formação de uma força militar para juntar-se à primeira Missão de Paz montada pela ONU, denominada Força de Emergência das Nações Unidas (FENU; UNEF, na sigla em inglês) . Esta unidade, oficialmente denominada 3° do 2° RI - Btl Suez, operava em Rafah, no Egito, especificamente na Faixa de Gaza. A classificação para a unidade era distribuída entre os quatro Exércitos e o Comando Militar da Amazônia, sendo que em 1965 a seleção de praças e oficiais para compor o contingente coube ao 4° Exército com sede na cidade de Recife[2].

Em janeiro de 1966, os militares classificados para o Batalhão Suez embarcaram rumo à Palestina, mas o momento trouxe um revés para o Sargento Coimbra, que acabara de completar 30 anos e não foi convocado inicialmente. Contudo, surgiu uma nova oportunidade quando o Brasil foi incumbido de compor uma Companhia de Guarda para servir naquela região conflituosa. Diante dessa nova demanda, o Exército decidiu aproveitar as praças e os oficiais que não foram convocados em janeiro.

A notícia do aproveitamento para servir na Faixa de Gaza chegou ao Sargento Coimbra de forma inusitada. Por trabalhar na 1ª Seção do 25° BC, responsável pelo pessoal, ele mantinha o hábito de ler

1 Brasil, Canadá, Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índia, Indonésia, Iugoslávia, Noruega e Suécia.

2 Comando Militar do Leste (CML) é sediado no Rio de Janeiro e responsável pelas tropas do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. Devido à localização na antiga capital federal, o CML consolidou-se como o comando político mais importante do país, mantendo seu prestígio mesmo após a transferência da capital para Brasília em 1960. Estruturalmente, as funções de apoio logístico e de pessoal são divididas pelas regiões militares: o Comando Militar do Sul, sediado no Rio Grande do Sul; o Comando do Norte, em Belém; e o Comando Militar do Sudeste, está na cidade de São Paulo.

o jornal do Exército que chegava diariamente à mesa de seu chefe. Foi em uma dessas leituras que se deparou com a nota "Novo chamamento para o Batalhão Suez", surpreendendo-se ao encontrar o próprio nome entre os convocados para a missão na Palestina. O anúncio, feito no dia 5 de fevereiro, exigia sua apresentação no Rio de Janeiro já no dia 10. Em meio a um turbilhão de alegria e pressa, Coimbra precisou organizar passagens e preparar-se para uma longa ausência de sua família de forma repentina. No dia 13 de março de 1966, o contingente realizou uma escala técnica em Recife, o último ponto em solo nacional antes de cruzar o oceano. A data coincidia com o sexto aniversário de sua primogênita, Lodonha; ali mesmo, em um gesto de carinho que vencia a distância, ele enviou um telegrama para parabenizá-la.

Para todo militar, integrar a Missão Suez era considerado um privilégio e uma glória, pois, entre outros benefícios, os vencimentos superavam o dobro do salário correspondente ao posto ou graduação no Brasil. Entretanto, a experiência no Batalhão Suez revelava-se extremamente árdua, impondo o isolamento e a saudade da família em um ambiente de climas extremos. Durante o dia, os termômetros atingiam os 50 graus, enquanto à noite as temperaturas despencavam para escalas entre 8 e 4 graus. Somava-se a isso o rigor das tempestades de areia, que podiam persistir por horas, dias ou meses, dissipando-se apenas com a chegada das chuvas. Tamanha era a dureza do cenário que, ao desembarcarem no Oriente Médio, os novatos eram recepcionados pelos veteranos com o deboche: "os cães estão chegando para substituir os peitos de areia". Quem acabava de chegar não compreendia a zombaria que carregava o peso da realidade local, na qual "peito de areia" referia-se à poeira ingerida durante as tempestades e "cão" era o apelido dado aos recém-chegados. Nesse cenário de rotatividade, Coimbra notou que o mesmo avião que levava o novo grupo trazia de volta a outra metade do contingente, composta por veteranos que finalmente encerravam seu tempo na missão.



Imagem 01: Sargento Coimbra no portão do Campo Brasil, Rafah
Fonte: Acervo pessoal

Sargento Coimbra recordava a nuances de convivência entre brasileiros, árabes e israelenses, além do contato com as diversas tropas da ONU e com militares de outras regiões do Brasil. O relacionamento com a população árabe era bastante restrito, especialmente com as mulheres, com as quais o contato era proibido por questões culturais e de neutralidade geopolítica exigida pela ONU. Durante o período de atuação no Batalhão Suez, os militares tinham direito a três períodos de folga denominados *leaves*. À guisa de esclarecimento, a palavra é inglesa e tem como significado, entre outros, licença; contudo, ao designarem seus momentos de descanso, os soldados brasileiros acabaram aportuguesando a pronúncia para "livres".

Ao longo da permanência de aproximadamente um ano, os participantes usufruíam de três *leaves*. No primeiro "livre", com duração de sete dias, Coimbra viajou para a bela capital do Líbano com o objetivo de conhecer os pontos turísticos de Beirute. Posteriormente, entre os dias 5 e 9 de julho de 1966, ele visitou a bíblica Cidade Santa de Jerusalém, onde conheceu os principais marcos religiosos da região. O terceiro "livre" estava planejado para o Cairo, no Egito, mas Coimbra abriu mão do passeio ao receber notícias preocupantes de seus familiares no Brasil. Diante da apreensão, ele optou por retornar ao país para

passar 22 dias com a família. Ao retornar para a Faixa de Gaza, ele ainda teve a oportunidade de visitar alguns países da Europa. Já no encerramento da missão, Coimbra conseguiu permissão de seu Comandante para acompanhar um colega que levaria correspondências oficiais até o Cairo. Dessa forma, ele aproveitou aqueles três dias para finalmente conhecer as pirâmides e outros locais emblemáticos, incluindo o acervo histórico do Museu do Cairo.



Imagem 02: Sargento Coimbra na Planície de Gizé
Fonte: acervo Pessoal.

A participação naquela missão de paz do Sargento Coimbra teve início com seu embarque em 13 de março de 1966, estendendo-se por pouco mais de um ano até o seu retorno definitivo ao Brasil, em 27 de março de 1967. Como legado dessa jornada, ele recebe atualmente um adicional de 4% sobre os proventos de 3º Sargento. Esse benefício é um direito fundamentado nas 40 horas de voo registradas durante o deslocamento para a missão na Faixa de Gaza.

Dentre os pouco mais de 20 piauienses que serviram no Batalhão Suez entre 1957 e 1967, a cidade de São Pedro do Piauí destacou-se com três filhos ilustres: os soldados Felipe e Bonifácio, e o 3º Sargento Coimbra, filho de Salvador Lima Coimbra e Pastora Pereira Lima. Coimbra integrou o 19º-A e penúltimo contingente daquela operação internacional de Paz. Por sua contribuição, esses militares são-pedrenses, ao lado de outros 6.300 brasileiros, compartilham a

honraria do Prêmio Nobel da Paz de 1988, concedido à Organização das Nações Unidas (ONU) em reconhecimento a todas as forças de paz estabelecidas até 1985.

Do Sertão à Cidade Verde

Luiz Raimundo Coimbra nasceu no pequeno povoado Todos os Santos, no município de São Pedro do Piauí. Filho de Salvador Rodrigues Coimbra e da Pastora Pereira Lima, foi um dos nove filhos do casal. Seus oito irmãos sobreviveram até a fase adulta, o que de certa forma, era um fato inusitado, posto que as típicas numerosas famílias sertanejas da época perdiam seus filhos ainda na infância, dadas as precárias condições de vida e de saúde no Nordeste.

Tanto na infância quanto na vida adulta, Luiz Raimundo teve sua trajetória marcada por sucessivas mudanças de endereço. Com cinco anos, mudou-se com a família para um povoado maior chamado A feitoria, também conhecido como Feitoria dos Leais. Na época, ambas as localidades pertenciam ao município de São Pedro do Piauí. Com o tempo, o modesto povoado desenvolveu-se e deu origem ao atual município de Agricolândia, situado na região do Médio Parnaíba.

Vale mencionar que o primeiro nome do município remetia a uma próspera fazenda de gado que atraía trabalhadores de diversas regiões para a pecuária e a agricultura. O constante fluxo de famílias impulsionou o desenvolvimento local, levando as lideranças a se organizarem em favor da emancipação política. O objetivo foi alcançado em dezembro de 1962, quando o então governador Tibério Nunes elevou o povoado à categoria de município, desmembrando-o de São Pedro do Piauí. Ao conquistar a autonomia, a cidade foi batizada como Agricolândia, devido à natureza essencialmente agrícola da região.[3]

Uma das melhores recordações de sua infância está enraizada em sua terra natal e guarda relação com um hábito comum às crianças do interior: os banhos de lagoa. Aquele açude próximo à sua casa, que

3 https://pt.wikipedia.org/wiki/Agricol%C3%A2ndia. Acesso 03 mai 2026.

também servia de bebedouro para os animais, marcou seus primeiros anos pelos divertidos banhos em grupo. Outra lembrança de infância de Luiz Raimundo era o compromisso mensal com o barbeiro local para o tradicional corte "alemão", reservado aos meninos da época. Nesse estilo, o barbeiro raspava o cabelo da nuca até o topo da cabeça, deixando os fios apenas na parte superior, enquanto as laterais e o contorno das orelhas permaneciam completamente raspados.

No cenário social e político de Teresina, as memórias de Luiz Raimundo, contudo, não alcançaram o rastro de destruição deixado pelos incêndios criminosos no início da década de 1940, ocorridos ainda sob a interventoria de Leônidas Melo, nomeado pelo então presidente Getúlio Vargas. Para muitos, os incêndios estavam relacionados ao discurso de remodelação estética, higienização e modernização forçada do espaço urbano teresinense. Ao mesmo tempo, como as estradas eram escassas e precárias, o deslocamento das pessoas ocorria prioritariamente pelo rio Parnaíba, fosse pelas margens ou pelo leito, a bordo dos famosos navios gaiolas. As embarcações cortavam o Rio Parnaíba e traziam prosperidade, conectando cidades e transportando pessoas. Ponto de chagadas e partidas, o cais do Parnaíba e sua vibrante área de meretrício tornavam-se o epicentro de um tumulto constante, animando as manhãs, tardes e noites da capital. Mas o rio também possibilitava um espaço de convivência e trabalho. Em suas rampas, mulheres equilibravam trouxas de roupas sobre a cabeça ou carregavam potes de barro em busca de água para o consumo doméstico.

Naquele contexto, do final da década de 1940, o jovem Luiz Raimundo testemunhou o avanço espacial e a marcha urbana alargando-se em direção à zona sul, com o surgimento de bairros populares como Vermelha, Macaúba, São Pedro, Pio IX e Tabuleta. Enquanto isso, a atual avenida Frei Serafim, antiga Estrada Real, transformava-se em um reduto de palacetes pertencentes à elite econômica, que buscava se distanciar da região pobre e problemática fincada abaixo do Morro da Jurubeba. Tornada espaço para os ricos e descolados, a Frei Serafim tornou-se o principal eixo de deslocamento para a zona leste,

especialmente após 1957, com a inauguração da ponte de concreto sobre o Rio Poti, batizada como Ponte Juscelino Kubitschek. O ano de 1958 também foi marcado pela inauguração da Praça Landri Sales, conhecida como Praça do Liceu, e pela criação da Faculdade Católica de Filosofia, que futuramente seria incorporada à Universidade Federal do Piauí.

No início da década de 1950, Teresina celebrava seu centenário (1952) e experimentava um período de crescimento urbano e de modernização. A chegada de Luiz Raimundo à capital piauiense coincidiu com esse período de transformações. Paralelamente ao crescimento, a cidade enfrentava o agravamento da pobreza com a chegada dos migrantes que fugiam da seca no sertão, ampliando seus desafios sociais, habitacionais, de saúde e de infraestrutura. Nesse cenário de contrastes, a diversão dos citadinos ocorria nos cinemas como o do Theatro 4 de Setembro, situado no mais dinâmico espaço de convivência da capital: a Praça Pedro II. A poucos quarteirões dali, a Rua Paissandu concentrava os cabarés e consolidava-se como o principal polo da boemia teresinense.

O Piauí já ultrapassava um milhão de habitantes, dos quais 84% residiam no campo e apenas 16% ocupavam as cidades. Para quem vinha do sertão, as dimensões de Teresina impressionavam. O recém-chegado se assustava com a "suntuosidade" da Cidade Verde que, ao final da década de 1950, já abrigava cerca de 90.700 pessoas, o equivalente a 9% dos piauienses. Entre as águas dos rios Poti e Parnaíba, a capital não crescia só em números, mas também em prestígio acadêmico, com o fortalecimento da Faculdade de Direito do Piauí como um dos maiores centros de ensino superior da região.

A Teresina que acolheu Luiz Raimundo equilibrava-se nas tensões sociais típicas de um crescimento desordenado, impulsionado pelos efeitos climáticos imediatos do sertão. No entanto, sua vinda distinguia daquela realizada pela maioria dos sertanejos, que chegavam à capital esquivando-se da fome e da miséria que assolava o interior nordestino. Alheio a esse contexto, ele não acompanhava o noticiário local

que veiculava o acirramento dos problemas cotidianos, sob o olhar de uma elite política que pouco agia para mitigar a pobreza ou solucionar o drama dos migrantes.

O desafio dos estudos e a persistência pelo sonho da farda

Em meados da década de 1940, a família de Luiz Raimundo mudou-se para a sede de São Pedro do Piauí a fim de garantir a continuidade dos estudos dos filhos. Ali, entre os oito e onze anos de idade (1944 a 1947), ele cursou o Ensino Primário no Grupo Escolar Landri Sales. Como o município não oferecia a etapa seguinte de instrução, qual seja, o Ensino Secundário, o jovem precisou mudar-se novamente. Naquele período, o sistema educacional brasileiro obrigava quem concluía o primário (atual Ensino Fundamental) a migrar para os grandes centros se quisesse cursar o ginasial. Assim, em 1947, Luiz Raimundo seguiu o destino de tantos jovens do interior: a capital. Em Teresina, seu desafio imediato seria enfrentar o temido "Exame de Admissão" para o ingresso na nova fase escolar, realizado no Colégio São Francisco de Sales, o tradicional Diocesano.

Luiz Raimundo viajou à capital acompanhado de uma de suas irmãs para prestar o exame. Embora ele tenha sido aprovado, ela não obteve o mesmo êxito. Além do revés familiar, surgiu um obstáculo financeiro, pois o colégio escolhido era particular e seu pai, um pequeno comerciante do interior, não dispunha de recursos para custear os estudos naquele momento. Diante disso, ambos precisaram retornar a São Pedro. Contudo, ao notar a determinação do filho em não desistir dos estudos, o pai decidiu enviá-lo novamente a Teresina. Como Luiz já possuía a aprovação necessária, deu início ao ciclo ginasial, cursado entre os anos de 1950 e 1956.

Sua vinda para Teresina deveu-se à amizade entre seu pai, o senhor Salvador, com uma família vizinha de São Pedro. Quando esse amigo, funcionário do Ministério da Agricultura, foi transferido para a capital, Salvador viu a oportunidade e pediu que levassem o jovem

consigo para que ele pudesse prosseguir os estudos. A família aceitou e todos se estabeleceram inicialmente na rua Tiradentes, nas proximidades da ponte do bairro Mafuá, mudando-se anos depois para a rua Lucídio Freitas. Por intermédio desse mesmo amigo, que intercedeu junto ao chefe do Fomento Agrícola, Luiz Raimundo conseguiu seu primeiro emprego na Inspetoria de Defesa Sanitária Vegetal do Piauí, onde começou como um simples contínuo, apesar de já possuir o ensino científico completo. Ele recorda com orgulho que, graças à sua instrução e ao bom desempenho, logo foi indicado para funções de maior responsabilidade em outros setores do órgão.

Em 1955, ao completar 18 anos, Luiz Raimundo apresentou-se ao serviço militar obrigatório, mas foi julgado temporariamente incapaz por não atingir o peso mínimo. No ano seguinte, o cenário tornou-se ainda mais desafiador com o veredito de incapacidade definitiva, resultado que ele se recusou a aceitar para manter vivo o sonho da carreira militar. Movido por essa obstinação, Luiz solicitou uma nova inspeção de saúde em 1958 e foi convocado para uma nova apresentação em janeiro de 1959, quando, aos 23 anos, viu-se diante de uma terceira reprovação pela Comissão de Saúde. No entanto, sua persistência ao longo dos anos o tornou conhecido entre os avaliadores; um deles, o Cabo Mota, sensibilizado pela determinação do jovem, decidiu ajudá-lo de forma decisiva ao raspar o vermelho de "reprovado" e colocar o azul de "aprovado".

Entre o Quartel e a Faculdade

Já como militar, Coimbra buscou aprimorar sua formação profissional, mas novamente enfrentou obstáculos para avançar na vida acadêmica. Ao concluir o curso científico, as únicas opções no Piauí eram as faculdades de Direito e de Filosofia. Sem interesse por essas áreas, decidiu esperar pela abertura de novos cursos na capital. Em 1956, surgiu a faculdade de Odontologia, fundada pelo professor Oscar Cavalcante, antes mesmo da implantação da Universidade Federal do

Piauí (UFPI), em 1969. O agora Sargento Coimbra, inscreveu-se para o primeiro vestibular, mas, sem o preparo necessário, não foi aprovado. Determinado, matriculou-se em um cursinho pré-vestibular em 1962 e, no ano seguinte, aos 27 anos, conquistou a aprovação. Embora sua preferência pessoal fosse a Agronomia, o Sargento optou pela Odontologia influenciado por parentes que já atuavam como dentistas práticos. Viu no curso a oportunidade de garantir uma segunda fonte de renda e estabeleceu como meta profissional trabalhar ao lado de seus familiares já formados na área.

Conciliar a função militar com a vida acadêmica era um desafio imenso, sobretudo pela imprevisibilidade dos horários no quartel, pois sabe-se que há hora de entrar, mas raramente a de sair. Como estudante, o Sargento Coimbra dependia da benevolência de seus superiores e de um constante jogo de cintura para harmonizar as obrigações da farda com as exigências da faculdade. O curso de Odontologia, por sua vez, adaptava o cronograma aos alunos que trabalhavam, distribuindo aulas em turnos variados ao longo do dia. Logo cedo, o militar participava da formatura matinal no quartel e contava com a liberação de seu Comandante de Companhia para assistir à primeira aula, que ocorria das 7h às 8h. Já no intervalo das 11h às 12h, a autorização ficava a cargo do Chefe de Repartição, cuja graduação superior à do Comandante de Companhia era decisiva, visto que muitos oficiais diretos resistiam em liberá-lo. Compreensivo, o Chefe apenas solicitava que o Sargento pegasse os livros e o informasse ao sair para a faculdade. A dinâmica mudava no período das 13h às 14h, quando Coimbra seguia de casa diretamente para a faculdade, apresentando-se no Quartel somente após o encerramento desse bloco. O horário mais crítico, contudo, ocorria entre 17h e 18h, pois, além de corresponder à última aula, coincidia com a formatura do boletim diário. Nesses momentos, a autoridade e a sensibilidade de seu Chefe de Repartição eram novamente fundamentais, autorizando sua saída antecipada ou chegada tardia para que o conteúdo acadêmico não fosse prejudicado. Somada ao rigor das escalas militares, a logística diária era um teste de resistência física. Todas

as idas e vindas entre o batalhão e a faculdade eram feitas de bicicleta, seu único meio de transporte na época, o que tornava a sua jornada ainda mais exaustiva e admirável.

Sob a égide da hierarquia militar: de Soldado a Sargento

Após a incorporação em janeiro de 1959, o Soldado Coimbra obteve aprovação para o curso de cabos ainda no mesmo ano. Com duração de quatro meses, o treinamento foi concluído com sucesso, e Coimbra tornou-se cabo no dia 11 de agosto de 1959. Naquele período, uma reestruturação no ensino militar levou à criação do Curso de Formação de Sargentos (CFS) nos quatro exércitos e no Comando Militar da Amazônia. O agora Cabo inscreveu-se para o processo seletivo no âmbito do 4º Exército e, em agosto de 1959, viajou para Recife para frequentar o CFS no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). Coimbra concluiu o curso em 2 de dezembro de 1959, estando plenamente apto à promoção de sargento. No entanto, devido à falta de regulamentação completa do novo curso na época, os formandos não puderam ser promovidos de imediato. Assim, todos retornaram às suas unidades de origem mantendo as patentes anteriores de soldados e cabos.

Devido à falta de regulamentação, Coimbra aguardou cinco anos pela promoção a 3º Sargento. O ato foi publicado em boletim no dia 15 de novembro de 1964, com efeitos retroativos a partir de 31 de maio daquele ano. A ascensão para 2º Sargento deveria ocorrer em cinco anos, mas o fechamento da Qualificação Militar (QM) burocrática alterou o fluxo da carreira. Os sargentos das QMs 100-101 precisaram optar pela QM 007. Como um dos graduados mais novos na nova estrutura, Coimbra enfrentou um estancamento na carreira: em vez do intervalo previsto, aguardou longos 14 anos pela promoção. Posteriormente, após quatro anos, atingiu a graduação de 1º Sargento. Para chegar a Subtenente, seriam necessários mais três anos de serviço. Contudo, o extenso tempo de permanência como 3º Sargento fez

com que a reforma compulsória o atingisse aos 50 anos, impedindo nova promoção. Por uma ironia do destino, a legislação mudou em 5 de julho de 1986, elevando a idade da reserva compulsória para 1º Sargento aos 52 anos. A nova norma, porém, chegou tarde demais para Coimbra que, por ter nascido em janeiro, já havia sido alcançado pela regra anterior. Cabe ressaltar que as promoções no Exército obedecem aos critérios de tempo de serviço e merecimento, submetendo o militar a rigorosas avaliações de desempenho ao longo de toda a trajetória.

As Forças Armadas brasileiras são compostas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, três instituições que atuam juntas na defesa do país, embora cada uma possua sua própria organização interna. Focando especificamente no Exército Brasileiro, a estrutura é desenhada como uma pirâmide rígida, fundamentada na hierarquia e na disciplina para garantir o controle das tropas. Em tempos de paz, o topo dessa pirâmide é ocupado pelo General de Exército, o posto mais elevado e responsável pelas decisões estratégicas da força terrestre. Abaixo dele, completando o grupo dos Oficiais Generais, estão os Generais de Divisão e os Generais de Brigada. A cadeia de comando inclui a seguir os Coronéis, Tenentes-Coronéis e Majores, seguidos pelo Capitão e pelos Primeiro e Segundo Tenentes. Abaixo dos oficiais, inicia-se o corpo das Praças, militares executores das missões e manutenção da base: o Subtenente, pelos Sargentos, que possuem subdivisões de Primeiro, Segundo e Terceiro Sargento. Na base da estrutura, encontram-se os Cabos e, finalmente, os Soldados, que representam o maior contingente da força.[4]

Amazonas: uma missão na Tríplice Fronteira

Após 12 anos de carreira militar servindo na guarnição da 10ª Região Militar, no 25° Batalhão de Caçadores em Teresina, Coimbra viu sua trajetória tomar um novo rumo em função da regulamentação vigente. Naquela época, o regulamento permitia que militares de qual-

4 https://www.eb.mil.br/o-exercito/postos-e-graduacoes. acesso em 29 abr 2026.

quer patente, do soldado ao general, ao retornarem de missões em áreas de fronteira, tivessem a prerrogativa de escolher a unidade militar de sua preferência em qualquer lugar do Brasil. Como um dos integrantes mais antigos da guarnição, Coimbra foi o indicado para cumprir essa missão. Estrategicamente, ele decidiu antecipar sua transferência e solicitou duas opções: Tabatinga, no Amazonas, ou Rio Branco, no Acre. Designado para o CFSol 1° BIS (Comando de Fronteira Solimões / 1° Batalhão de Infantaria de Selva), o militar partiu para a região amazônica com o destino inicial na 7ª Companhia do Estirão do Equador. Contudo, a realidade da vida militar também exige sensibilidade humana. Por ter filhos pequenos em idade escolar, o Comandante da Companhia, visando a estabilidade da família, optou por mantê-lo na sede do Batalhão, em Tabatinga, até que surgisse uma vaga definitiva. Naquele contexto de isolamento geográfico, a vida se desenrolava na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, onde o comércio e a rotina local se concentravam em Letícia, cidade colombiana a uns dez quilômetros da fronteira brasileira.

Com raízes que remontam ao século XVII, a história de Tabatinga teve início com uma aldeia jesuíta fundada estrategicamente na foz do Rio Solimões. Devido à sua posição geográfica na fronteira com a Colômbia e o Peru, a região recebeu postos militares e fiscais em 1766, consolidando sua importância geopolítica.[5] Hoje, conhecida como a "Sentinela da Amazônia", a cidade situada no extremo oeste amazonense funciona como um polo estratégico no Alto Solimões, destacando-se pela intensa atividade comercial e pela integração cultural entre os países fronteiriços.

Durante muito tempo, o isolamento territorial marcou a realidade local, uma vez que não existiam estradas que ligassem o município ao restante do Brasil. O acesso era restrito a avião ou barco; por este último, a viagem a partir de Manaus costumava durar cerca de uma semana navegando pelo Rio Solimões. Diante dessas dificuldades logísticas,

5 https://www.tabatinga.sp.gov.br/pagina/1/historia-do-municipio. acesso em 29 abr 2026.

o transporte aéreo estabeleceu-se historicamente como a forma mais rápida de superar as grandes distâncias e conectar a região ao país.

No interior da guarnição militar onde servia, existia um pequeno Parque Zoobotânico mantido pelo Exército, que abrigava uma vasta diversidade de fauna amazônica, com destaque para os pequenos primatas. Nesse ambiente, Coimbra e sua família desfrutava de uma convivência harmoniosa com vizinhos e colegas de farda, inseridos em uma comunidade dinâmica caracterizada por uma constante rotatividade de militares, funcionários públicos e pessoas de diversas etnias. Essa sociedade local era profundamente miscigenada e exibia uma forte herança indígena, traço presente no próprio nome da cidade, que em tupi significa "barro branco". Nesse cenário, o Exército Brasileiro desempenhava um papel vital, transcendendo a vigilância estratégica e o patrulhamento fronteiriço. A instituição firmava-se como o pilar da identidade nacional e o principal motor da infraestrutura econômica da região.

Situada na tríplice fronteira, Tabatinga mantinha uma simbiose tão estreita com Letícia, na Colômbia, que ambas formavam quase uma única mancha urbana, permitindo também o fácil acesso fluvial a Santa Rosa, no Peru. Foi nesse cenário que Coimbra cumpriu sua missão entre setembro de 1979 e fevereiro de 1982, período em que, aos 43 anos, viu sua rotina fundir-se à vida da comunidade local. Ao ser transferido para a guarnição, ele e sua esposa, Leonice Portela Coimbra, foram convidados a lecionar no ginásio da cidade, acompanhados por outra filha sua, Leyla Maria Portela Coimbra. Já a primogênita, Lodonha Maria Portela Coimbra, permaneceu em Teresina sob os cuidados do avô, Salvador Rodrigues Coimbra, para dar continuidade ao curso de Economia na UFPI.

Contudo, movido pela busca por melhores oportunidades educacionais para os filhos, Coimbra solicitou uma nova transferência, desta vez visando o Rio Grande do Sul. Entre as opções de Pelotas ou Santa Maria, a família foi designada para Pelotas, cruzando o mapa rumo ao outro extremo do país.

Pelotas (RS): o capítulo gaúcho da família Coimbra

Para quem nasceu e viveu sob o sol intenso do Norte e Nordeste, Pelotas impunha o rigor de um clima severamente frio, marcado pelo sopro do vento minuano. Coimbra e sua família fixaram residência na cidade gaúcha entre fevereiro de 1982 e julho de 1985, um período que se tornaria inesquecível não apenas pela adaptação ao frio, mas pelas conquistas acadêmicas de sua esposa e duas de suas filhas que, simultaneamente, prestaram vestibular e foram aprovadas. A celebração pela vitória tripla nos estudos foi o ápice da felicidade familiar em solo gaúcho. Aproveitando a localização geográfica privilegiada do Rio Grande do Sul, Coimbra percorreu diversas cidades do estado e expandiu seus horizontes para além das fronteiras nacionais, visitando o Uruguai, o Paraguai e a Argentina.

Uma vez estabelecida em Pelotas, a família Coimbra ainda vivia a expectativa de estar completa, uma vez que a primogênita, Lodonha, permanecia em Teresina. Após concluir sua graduação em Economia, ela finalmente cruzou o país para se juntar aos seus na fria Pelotas, onde ingressou na firma Érico Ribeiro, pertencente ao maior agricultor da cultura de arroz do Rio Grande do Sul. Pouco tempo depois, Salvador Rodrigues Coimbra Neto, seu segundo filho e técnico agrícola com experiência na Amazônia, seguiu os passos da irmã e também conquistou um posto na mesma empresa. Entretanto, o novo emprego de Salvador Neto situava-se em Santa Vitória do Palmar, cidade vizinha à fronteira com o Uruguai. Em 1985, quando a família foi transferida para Imperatriz, no Maranhão, os filhos mais velhos Lodonha e Salvador Neto permaneceram no estado em virtude de seus compromissos profissionais. O destino acabou por fincar as raízes da família no Sul, pois as filhas Lodonha e Leyla jamais retornaram ao Piauí. Ambas estabeleceram suas carreiras, casaram-se e atualmente mantêm residência em Caxias do Sul (RS) consolidando a trajetória da família naquela região.

À época de sua chegada a Pelotas, na década de 1980, a cidade passava por expressivas transformações urbanas e o tradicional Calçadão da Rua Andrade Neves era um ponto de encontro central da vida social com intensa movimentação.[6] Foi nesse cenário dinâmico que o sargento Coimbra e sua família viveram intensamente o cotidiano pelotense. A cidade não era industrializada, mas já possuía uma grande vocação cultural e de serviços na região sul do estado. A cidade tinha forte atração como polo regional.

Historicamente, Pelotas originou-se da antiga Freguesia de São Francisco de Paula, fundada em 7 de julho de 1812. A localidade foi elevada à categoria de Vila em 7 de abril de 1832 e, apenas três anos depois, em 1835, conquistou o status de cidade, recebendo o nome de Pelotas. Na terra dos Pampas, a família Coimbra vivenciou um contraste profundo em relação ao calor do Norte e Nordeste. O rigoroso clima local, com Pelotas sendo inclusive considerada a segunda cidade mais úmida do mundo, atrás apenas de Londres, impôs uma nova rotina. Ali, as chuvas são regularmente distribuídas ao longo de todo o ano, o que torna a estação seca uma raridade, diferentemente da realidade climática do outro extremo do país de onde partiram.

O périplo final em Imperatriz (MA)

A última etapa do périplo militar de Coimbra e sua família deu-se na antiga Vila de Imperatriz. Hoje denominada apenas Imperatriz, a cidade foi batizada em homenageia à Imperatriz Teresa Cristina. Suas raízes históricas remontam ao final do século XVI, impulsionadas pela atuação de bandeirantes paulistas e pelas missões dos padres jesuítas Manuel Nunes e Francisco Veloso; contudo sua fundação oficial viria ocorrer em 16 de julho de 1852. Posicionado no sudoeste maranhense, às margens do Rio Tocantins e na divisa com o estado de mesmo nome, o município é um ponto vital atravessado pela histórica rodovia Belém-Brasília.

6 https://pt.wikipedia.org/wiki/Pelotas. acesso em 29 abr 2026.

A transferência para Imperatriz foi imposta pelas regulamentações militares que regiam sua passagem para a inatividade. Como 1º Sargento, Coimbra foi submetido à reserva compulsória ao atingir os 50 anos, limite de idade estabelecido pelo regulamento da época para o seu posto. Por uma ironia do calendário, ele foi atingido pela norma pouco antes de uma mudança significativa: em 5 de julho de 1986, a idade limite para o posto subiu para 52 anos. No entanto, como ele já havia completado o ciclo em janeiro, a alteração não o beneficiou. Já designado para o 50º BIS (Batalhão de Infantaria de Selva), Coimbra encontrou uma Imperatriz agitada, onde a economia pulsava intensamente devido à circulação de ouro vindo da região de Serra Pelada.

A localidade tornou-se mundialmente famosa por abrigar o maior garimpo a céu aberto do mundo. Entre 1980 e meados da década de 1990, a região revelou-se geologicamente privilegiada e rica em diversos metais, com uma concentração extraordinária de ouro. No auge da exploração aurífera, aquele cenário acolheu cerca de 100 mil trabalhadores que dependiam exclusivamente da atividade mineral.

A caminhada maçônica: de Aprendiz a Grão-Mestre

Ao retornar da missão no Batalhão Suez em 1967, o Sargento Coimbra foi convidado pelo sogro, Leopoldo Portela Freitas, a ingressar na Maçonaria. Naquela ocasião, o Irmão Leopoldo já integrava a Ordem como membro da Loja Pátria e Liberdade nº 2. Após cumprir os trâmites legais, a iniciação de Coimbra ocorreu em 9 de outubro de 1968, aos 32 anos. Com quase seis décadas de dedicação ininterrupta, ele permanece em pleno exercício das atividades maçônicas até hoje.

Ao longo da caminhada, o agora Irmão Coimbra ocupou cargos de grande relevância, como o de Venerável Mestre por oito mandatos, Primeiro Grande Vigilante por dois períodos e Eminente Grão-Mestre por um mandato de três anos. A evolução nos graus filosóficos do Rito Escocês Antigo e Aceito começou no Supremo Conselho do Brasil, no Rio de Janeiro, com o alcance do grau 4 em 15 de setembro de 1971.

Em ascensão contínua, o 33º e último grau foi atingido em 5 de novembro de 1973. Durante o período de serviço militar em Pelotas, houve a integração ao Supremo Conselho do Rio Grande do Sul. Desde janeiro de 2000, o vínculo permanece com o Supremo Conselho para o Piauí, onde ocorre o exercício da função de Grande Secretário do Santo Império.

Memórias da cidade: uma vida entrelaçada à história de Teresina

Teresina levou um século para romper os limites de seu pequeno centro. Foi apenas no final da década de 1950 que a capital piauiense começou a ganhar ares metropolitanos, expandindo-se para além do centro acanhado da época em que Luiz Raimundo Coimbra dava seus primeiros passos na cidade. Acompanhando o ritmo das demais capitais brasileiras, o processo de urbanização e o crescimento espacial de Teresina acentuaram-se a partir de 1950. Esse período marcou o início de um alargamento da malha urbana em direção a áreas mais afastadas, especialmente as da zona Leste.

Naquela época, o tamanho reduzido da cidade favorecia um contato humano mais próximo. Com a maioria da população concentrada na região central e poucos bairros habitados ao redor, as praças do Centro tornaram-se o ponto de encontro natural dos moradores. Esses espaços eram o verdadeiro cenário da diversão e da alegria teresinense. Aos finais de semana, famílias numerosas se reuniam para o lazer na Praça João Luís Ferreira ou para visitar o pequeno zoológico que funcionava na Praça da Constituição, atual Praça da Bandeira. Outra recordação viva daquele tempo eram as idas ao cais do rio Parnaíba, onde todos se encantavam com o espetáculo dos hidroaviões pousando sobre as águas.

Hoje, a capital piauiense cresceu e perdeu as cadeiras na porta, as conversas sem pressa, os passeios noturnos tranquilos foram substituídos por uma rotina acelerada, restando apenas o calor humano

como herança daquela época. Nessa transição entre a Teresina das décadas de 1940 a 1960 e a metrópole atual, a nostalgia sobrevive em fragmentos. Ela reside na sombra de árvores antigas e na lembrança dos flertes vespertinos na Praça Pedro II, onde o cruzamento de olhares entre homens e mulheres em direções opostas ditava o ritmo dos encontros.

Ao completar 90 anos, Luiz Raimundo Coimbra preserva recordações tão nítidas quanto as daqueles que vivenciaram a Teresina prosaica e pequena de outrora. Ao revisitá-la, o faz com a precisão de quem não apenas testemunhou seu crescimento, mas que nela se formou, construiu sua história e se consolidou como homem. Elas permanecem vibrantes em sua mente, remetendo ao tempo em que viveu grande parte de sua adolescência, juventude e maturidade na capital piauiense, longe do convívio direto com os pais e seus sete irmãos.



Imagem 03: Sargento Coimbra em Beirute
Fonte: Acervo pessoal

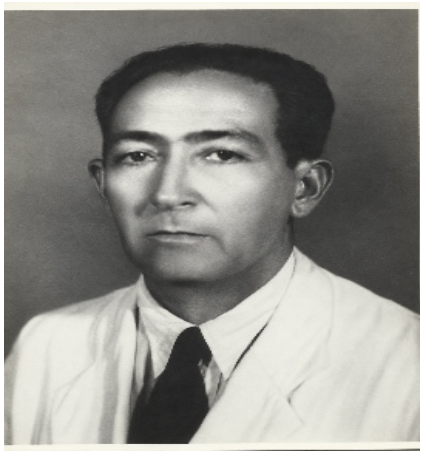
Ao desfiar uma longa e concatenada trama de memórias, Coimbra revela a saudade do antigo ar de cidade do interior. Suas lembranças coligidas se emaranham às de tantos outros teresinenses que, em diferentes épocas, também viveram a juventude na capital. Para o agora Irmão Coimbra, as recordações permanecem vibrantes, agregando os banhos de lagoa na infância, as idas e vindas para sua terra natal e a

persistência diante das negativas até, enfim, ser aceito na guarnição militar. Com orgulho, ele recorda a missão de paz que marcou sua trajetória na distante Palestina bíblica, um capítulo central em sua história. Por fim, a jornada de Luiz Raimundo Lima Coimbra, marcada por muitos desafios, pela resiliência pessoal e pela dedicação ao serviço fosse como militar, como odontólogo e como pai dedicado, o transformou em uma referência viva.

Referências

ARRAES, Ricardo. **História, Memória e Deserto:** os soldados brasileiros do Batalhão Suez (1957-1967). Tese. UFF, 2009.

ARRAES, Ricardo. Produção fotográfica e usos sociais: a fotografia orgânica de uma missão de paz da ONU (1957-1967). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 14, n. 36, p. e0303, 2022. DOI: 10.5965/2175180314362022e0303. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180314362022e0303. Acesso em: 26 maio. 2026.



A TRAJETÓRIA DO MILITANTE RAIMUNDO NEY BAUMANN

trabalho, movimento operário e política piauiense a partir do governo Getúlio Vargas (1930-1962)

José Maurício Moreira dos Santos

Introdução

Nosso personagem, Raimundo Ney Baumann, foi ferreiro (metalúrgico), líder sindical, vereador, prefeito, secretário de estado, dirigente esportivo e liderança partidária. Portanto, teve uma trajetória incomum para um trabalhador de origem humilde, galgando espaços de poder em uma sociedade com fortes traços senhoriais onde o sobrenome ainda valia muito. Assim, no início dos agitados anos de 1930, o ferreiro Ney Baumann, deixou sua oficina, em algum ponto da acanhada capital Teresina-com seus cinquenta e sete mil habitantes- e foi ao encontro do movimento operário,

tornando-se nos anos seguintes figura de notável prestígio entre a classe trabalhadora, peça fundamental nas engrenagens do sindicalismo amarelo-ministerialista e do trabalhismo no estado do Piauí.

Para reconstituir suas experiências nos variados espaços de militância por onde transitou, iremos fazer uso da metodologia da *micro-história*. O historiador Jacques Revel, se referindo ao uso da micro-história na obra de Carlo Ginzburg, assinalou que mesmo ao enfocar a vida de um indivíduo, o historiador italiano conseguiu deslocar a atenção "do personagem Menocchio para aquilo que a experiência dele nos ensina sobre o mundo social onde viveu." Desse modo, o "indivíduo Menocchio torna-se então[...], um marcador das reorganizações profundas vividas pela sua sociedade".[1] Portanto, faremos uso da micro-história para analisar a trajetória do militante Ney Baumann, buscando através dela, entender as "reorganizações profundas vividas pela sua sociedade", procurando desvendar o "novelo de relações sociais que se criam em volta dessa trajetória e dão-lhe sua significação" em uma "multiplicidade de espaços e de tempos sociais"[2], desde os anos de 1930 até o início da década de 1960.

Ney Baumann e o movimento operário teresinense

Possivelmente assim como o pintor e militante operário teresinense, Antônio Vieira Sales, vulgo Pintinho, Ney Baumann tenha aprendido o oficio de ferreiro ainda jovem na Escola de Aprendizes e Artífices de Teresina, e depois passado a trabalhar em uma "tenda de ferreiro"[3] que poderia fabricar de tudo um pouco, de prego à espe-

1 REVEL, Jaques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 45 set./dez. 2010. p. 438.

2 Idem.

3 BAUMANN, Raimundo Ney. [Carta] 20 dez. 1945, Terezina [para] VARGAS, Getúlio, Rio de Janeiro, DF. 1f. Felicitando pelo resultado das eleições e pedindo orientação para formação do PTB no Piauí. FUNDAÇÃOGETÚLIO VARGAS. CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GVC 1945-12.20/02. 1945.). Citado

tos.[4] Baumann, iniciou sua trajetória junto ao operariado teresinense, segundo uma *carta* que escreveu para Getúlio Vargas, em "1930 após V. Ex. [Getúlio Vargas] ter assumido a Presidência da República e logo demonstrado franco e decidido apoio a causa do Trabalhador Brasileiro com a criação do Ministério do Trabalho", momento em que passou a se "interessar de perto pelos anseios da minha classe, ingressando na política, defendendo o direito do operariado da minha terra."[5] A partir daí, se estabeleceu como líder sindical, tornando-se ao longo dos anos de 1930 um sindicalista adepto da vertente amarelo-ministerialista, por estar ligado a "máquina do sindicalismo oficial" proveniente das iniciativas do Ministério do Trabalho.

Importante ressaltar que anos de 1960 e 1970, depois do Golpe Empresarial-Militar de 1964, os estudiosos se voltaram para o estudo do período anterior buscando entender os motivos que levaram a democracia ser golpeada. Assim, buscando alternativas à interpretação do *populismo*[6] dos anos 1960 e 70 com a sua ideia central de que os trabalhadores "fracos e sem tradição de luta" foram vítimas de manipulação e paternalismo pelo governo Vargas, a partir do final dos anos de 1980 surgiram pesquisas trazendo novas abordagens teóricas e metodológicas, entre os principais podemos citar os trabalhos de Ângela de Castro Gomes[7] e Marcelo Badaró Mattos.[8] Que apesar das divergên-

por OLIVEIRA, Marylu Alves de. Da terra ao céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964), 2016, p. 138

4 NASCIMENTO, Francisco Alcides do. O mundo (en) cantado de Pintinho. In: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de Souza(org). João Pessoa. Ed. Idea, 2011. p. 52.

5 BRASIL, Ministério da justiça. Arquivo Nacional. Carta de Raimundo Ney Baumann à Getúlio Vargas. Teresina. 20 dez.1945. Citado por NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A cidade sob o fogo. Teresina. Gráfica Raley, 2002. p. 78.

6 Por teoria do populismo designo alguns trabalhos voltados à análise do período político em questão e desenvolvidos pela escola sociológica uspiana, cujos expoentes são Francisco Weffort e Octavio Ianni.

7 GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3º edição. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2005.

8 MATOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. 1º Ed. São Paulo. Expressão popular, 2009.

cias, buscam analisar as experiências dos trabalhadores nesse período a partir de suas próprias ações e projetos políticos e sociais em disputa. A primeira, defendendo a existência de um "pacto" entre o regime varguista e os trabalhadores, e o segundo, negando a existência de pacto, realçando os traços autoritários e persecutórios do regime diante das lideranças operárias que não apoiavam as ações do governo.

A primeira evidencia que encontramos sobre Ney Baumann data de 1918 quando solicitou sua filiação a um clube de futebol amador de Teresina chamado *Artístico Futebol Club*.[9] O jornal de nome *O Artista* informa que "foram admitidos como sócios effectivos deste club os artistas [...] *Raimundo Ney Baumam*".[10] É muito provável que essa experiencia associativa nos espaços de sociabilidade do operariado citadino o tenha influenciado a observar atentamente a campanha presidencial da *Aliança Liberal* "deflagrada em agosto de 1929" na cidade, que através do Centro Liberal Getúlio Vargas realizou várias atividades de campanha- possivelmente anunciadas nos alto-falantes espalhados pelas praças e ruas da cidade[11]- atraindo a atenção e o apoio de uma parte importante do operariado teresinense. Tendo uma dessas atividades ocorrido em "[..]15 de setembro [de 1930] [...]na praça João Luis Ferreira[...]", que segundo o periódico oposicionista, *Jornal do Piauí*, "o povo piauiense[deu]uma extraordinária lição de civismo ao seu governo **[**João de Deus Pires Leal**],** [onde]mais de 2 mil pessoas enchiam a praça João Luís Ferreira. [...]" sob a vigilância constante "de tropas de soldados de baionetas caladas."[12]

9 O Artistico Futebol Club foi um clube de futebol criado em 1918 em Teresina e tinha relação com entidades e lideranças do movimento operário da cidade. Temos comprovação de sua existência até a década de 1930.

10 O Artista, 22 de setembro de 1918.

11 SOLON, Daniel Vasconcelos. Os sons que vêm do subúrbio: amplificadoras e sociabilidadesna periferia de Teresina nos anos 50. In:CASTELO BRANCO, Julinete Vieira; SOLON, Daniel Vasconcelos (orgs). Histórias em poliedros: cultura, cidade e memória. 2008. p. 56

12 NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A Revolução de 1930 no Piauí (1938-1934). Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1994. p. 42

Vale dizer que entre as várias lideranças operárias ou que exerciam algum grau de influência sobre o operariado da cidade de Teresina nos anos de 1930, existiam os de vertente reformistas amarelos que vinham do período anterior-da Primeira República- como João Ferry, Antônio Vieira Sales, Narciso Correia Lima e Lino Correia Lima, bem como, surgiam outras no campo do sindicalismo amarelo-ministerialista, cuja uma das maiores expressões consideramos ter sido Raimundo Ney Baumann.

Sobre Baumann, o que sabemos do princípio da sua militância sindical é que teve início liderando a *Federação dos Obreiros do Estado do Piauí (FOEP)*[13], associação operária criada em 1905-possivelmente reativada no início dos anos de 1930- integrando sua direção entre as décadas de 1930 e 1940. A referida entidade foi muito importante para a ampliação do trabalho do sindicalismo ministerialista no Piauí, ajudando a articular a atuação entre as várias organizações operárias em diversas cidades e estadualizar sua influência sindical. Destaca-se que na primeira metade dos anos de 1930, a FOEP, então liderada por Ney Baumann, mantinha uma acirrada disputa com a *Geral Associação das Classes Obreiras do Piauí (GACO),* ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), criada na primeira metade da década de 1930 e liderada pelo advogado comunista radicado em cidade de Parnaíba, Aldyr Mentor.[14]

Contudo, a contenda do ferreiro Ney Baumann não era apenas com os comunistas, mas também com os sindicalistas amarelos[15]da

13 Aliança Federativa dos Obreiros do Piauí – fundada em 1905. Em 04 de março de 1906, a associação publicou a primeira edição do jornal operário chamado "Operário", tendo como Jornal fundado em 04 de março de 1906, denominado de "Operário".

14 SANTOS, José Maurício Moreira dos; SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Morais. "Velhos Camaradas": contribuição inicial à história do Partido Comunista Brasileiro no Piauí (1932-1964). Anais... XII Encontro Nacional de História Oral. 2014.Disponívelemhttps://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1397104178.

15 "A designação sindicalismo amarelo, de caráter pejorativo, passou a ser empregada apenas no final dos anos 1910 pelos partidários do sindicalismo da ação direta e depois pelo PCB, para designar seus concorrentes no movimento sindical. A origem do termo

geração anterior ligados ao *Partido Progressista* (agremiação que passou para a oposição durante o governo de Leônidas de Castro Melo em 1935), que tinha em seus quadros lideranças ligadas ao Sindicato da Construção Civil, como o pintor Antônio Vieira Sales e Narciso e Lino Correia Lima. Essa disputa se apresentou em cores vivas antes das eleições municipais de 1935, quando da primeira tentativa de se criar um partido operário em Teresina, o *Grêmio Operário Teresinense*, que tinha a pretensão de ser um partido para representar os trabalhadores naquele pleito. Conforme o *Inquérito Policial* que analisamos, a divergência no interior do Grêmio Operário Teresinense opunha de um lado Ney Baumann, na sua tentativa de aliar o novo partido ao governista *Partido Nacional Socialista* (PNS), e do outro, os militantes que vinham do *Partido Progressista,* que queriam mater distanciamento do governo Leônidas Melo.[16]

No referido Inquérito Policial aberto após as *Insurreições de Novembro de 1935* para investigar os militantes da *Aliança Nacional Libertadora(ANL)*, o alfaiate teresinense Eduardo José Carvalho, afirmou que as divergências dentro do Grêmio Operário Teresinense ocorreram porque "uma parte chefiada por Baumann e Amadeu Higino se aliou ao governista Partido Nacional Socialista e a outra liderada por Leão Marinho [Odonel Leão Marinho era dentista e integrou a ANL] se filiou ao Partido Progressista."[17] Diante dessa acirrada divergência, a estratégia de formar o partido operário fracassou e, como consequência, Ney Baumann saiu candidato pelo governista Partido Nacional Socialista[18](partido criado pelo interventor para disputar a eleição de

foi o syndicalisme jaune francês[...]." Ver em https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SINDICALISMO%20AMARELO.pdf. Acessado em 21-05-2026.

16 Inquérito da Policia Civil do estado do Piauí. 2 de agosto de 1936, Documentação encontrada no Arquivo público do estado do Piauí. Caixa Arquivo 0066. Autos Crimes Teresina.

17 Idem.

18 Alcides Nascimento no artigo "O Tenentismo no poder: a interventoria de Landri Sales" fala da criação do PNS no Piauí.

1935) elegendo-se vereador da cidade de Teresina.[19]Além dele, os dois dirigentes do Sindicato dos Operários da Construção Civil, ligados ao Partido Progressista, também foram eleitos; Narciso Correia Lima e Antônio Vieira Salles:

> Tomaram posse no dia 27 de março de 1936 "[...] às 9 horas, no edifício da Prefeitura Municipal desta Capital[...]" os vereadores "[...] João Marques Costa, e os demais vereadores presentes[...]" dentre eles "Cícero Alves de Carvalho, Aphodizio Thomaz de Oliveira, João Marques da Costa, *Raimundo Ney Baumann*, Miguel Sady, Crescencio João Ferreira, *Narciso Correia Lima, Antônio Vieira Salles*[...]."-[20]Já o militante Lino Correia Lima, também dirigente do sindicato dos operários da construção civil, foi eleito Deputado Classista.[21]

A carta de Ney Baumann endereçada a Getúlio Vargas também traz detalhes de como transcorreu a sua eleição para vereador de Teresina, e o apoio dos trabalhadores a sua candidatura, quando afirma: "[...] os meus colegas de classe, reconhecendo os esforços que dediquei em prol da coletividade, pela força poderosa[do] voto secreto me tiraram da humilde *tenda de ferreiro* onde trabalhava" o elegendo "vereador, cujo posto ocupei na Câmara Municipal a de líder da bancada do Partido Nacional Socialista."[22]

Essa rivalidade entre os dois grupos continuou na tribuna da câmara de vereadores. Quando em outubro de 1936 Baumann subiu à tribuna e proferiu um discurso virulento acusando os dois operários da bancada do Partido Progressista, os vereadores "[...] Narciso Correia

19 NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A cidade sob o fogo. Teresina. Gráfica Raley, 2002. p. 78.

20 Ata da Câmara Municipal de Teresina. 27 de março de 1936.

21 Santos. Lourival de Carvalho. Cronologia Histórica da Assembleia Legislativa do Piauí. Teresina: Assembleia Legislativa do Piauí, Escola do Legislativo Prof. Wilson Brandão, 2021. p. 38.

22 BAUMANN, Raimundo Ney. [Carta] 20 dez. 1945, Terezina. Citado por OLIVEIRA, Marylu Alves de. Da terra ao céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964), 2016, p. 78

Lima e Antônio Salles," de estarem "movendo a antipática perseguição de não quererem comparecer as sessões para não votarem favorável ao aumento dos vencimentos dos funcionários do Município e dos trabalhadores geral."[23], denunciando que tal comportamento estava impedindo a votação de projetos como o "anteprojeto n.63, que organiza o quadro de funcionários do município, fazendo reajustamento nos vencimentos e fazendo a grande justiça de melhorar também a situação dos trabalhadores jornaleiros[diaristas]"[24] penalizando "aquele que ganha seu pão, exposto ao sol, a chuva, ao vento e a todos os tormentos da vida, com a picareta na mão aplicando o maior esforço para manter a si e a família[...]"[25]. Meses depois Baumann se vangloria por ter sido o "autor do parecer do projecto actual(sic) que reajustou os vencimentos do funcionalismo da prefeitura e criou o *salário mínimo* para o trabalhador que trabalha com a picareta na mão",[26] dando indícios de que existia uma disputa pública e acirrada entre Ney Baumann e os dirigentes do sindicato da construção civil em torno de quem representaria os interesses da categoria.

Importante mencionar que no mesmo ano das eleições de 1935, Ney Baumann e a Aliança Federativa dos Obreiros do Piauí tiveram um papel central no processo de formação do *Bairro Vila Operária*.[27] Evidenciando o protagonismo da entidade operária no processo, o *Relatório Anual da Prefeitura Municipal de Teresina* informou que em 16 de maio de 1935 teria sido sancionada pelo poder público municipal a Lei nº 51, onde a referida entidade "entregará a prefeitura a cópia da Ata de sorteio de que trata a lei nº 51 de 16 de Maio de 1935" e já "com as

23 |Ata da Câmara Municipal de Teresina. 13de outubro de 1936.

24 Expressão "jornaleiro" se refere aos trabalhadores diaristas que trabalhavam para a prefeitura

25 Ata da Câmara Municipal de Teresina. 13de outubro de 1936.

26 Ata da Câmara Municipal de Teresina.4 de dezembro de 1936.

27 SANTOS, José Maurício M. dos; LIMA, Solimar Oliveira. Classe trabalhadora e espaço urbano: o surgimento do bairro Vila Operária em Teresina(PI) (1928-1950). Revista Informe Econômico. Ano 16, n. 33, dezembro 2014.

alterações havidas entre os possuidores dos lotes de terrenos. [....]".[28] O relatório também menciona a doação de dois terrenos localizados no referido bairro para a Aliança Federativa dos Obreiros do Piauí, "destinados a construção dos prédios da sede e da cooperativada [da] associação."; ressaltando que "a referida associação fica obrigada a instalar no prédio [...] uma escola noturna para adultos."[29] Desse modo, durante o mandato de vereador, Ney Baumann, passou a vocalizar as demandas dos trabalhadores em seus locais de moradia, principalmente tratando das necessidades da Vila Operária e de outros bairros da periferia, local de moradia de cada vez maior número de trabalhadores que vinham sendo deslocados das áreas centrais da cidade.

Não restam dúvidas de que o ano de 1935 foi de bastante agitação no movimento operário piauiense, que além de presenciar a eleição de três líderes sindicais reformistas como vereadores, e outro como deputado, vivenciava o vertiginoso crescimento da influência sindical do *Partido Comunista Brasileiro (PCB)*, sobretudo, na cidade de Parnaíba. Resultando na fundação da Aliança Libertadora Nacional (ANL), desafiando assim, o governo de Getúlio Vargas e de Leônidas Melo ao ampliar a interlocução política dos comunistas e aliancistas com a classe trabalhadora piauiense.

A vida da ANL como partido legalizado foi curta, pois logo o governo Vargas à pôs na ilegalidade, ganhando força entre seus quadros a ideia de uma insurreição que depusesse o governo. O que de fato tentou-se nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, no mês de novembro de 1935, mas logo sufocadas.

Embora haja indícios que apontem para a existência de planos de insurreição nas cidades de Parnaíba e Teresina que não foram efetivados, instaurou-se um *Inquérito Policial,* resultando na prisão de vários militantes comunistas e aliancistas naquelas cidades. Vale pontuar que nesses inquéritos foram ouvidas várias testemunhas, e algumas delas,

28 TERESINA (Piauí). Relatório Governamental da Prefeitura Municipal de Teresina. Arquivo Público do Piauí, Teresina, 1936c, p. 61.

29 Idem, p.39.

principalmente as lideranças operárias, citavam uma suposta proximidade com Ney Baumann (pela proximidade dele com o governo) como se fosse um "atestado de inocência" de que não apoiavam a Aliança Nacional Libertadora.[30]

Em 1936, meses depois das frustradas *Insurreições de Novembro de 1935*, Ney Baumann propôs que a câmara de vereadores aprovasse uma moção de apoio às ações repressivas do governo federal e estadual contra o que considerava o "extremismo" que queria "anarchizar" o país. Assim, colocado em votação, o "[...]requerimento foi approvado por unanimidade quanto ao Presidente da República, e por minoria, isto é, contra os votos dos Vereadores Narciso Correia Lima, Felicio de Carvalho e Antônio Vieira Salles [bancada do PP], quanto ao apoio político ao Sr. Governador do Estado."[31].

Dando seguimento a sua cruzada anticomunista, Ney Baumann não se contentou apenas com a moção de apoio e possíveis discursos inflamados na tribuna do parlamento municipal, uma vez que justificou sua ausência numa sessão afirmando ter viajado às cidades de Floriano e Amarante a pedido da direção da *Diretoria Regional do Trabalho*(-DRT)-órgão ligado ao Ministério do Trabalho-, onde teria ido proferir conferência contra as "idéias comunistas", pois recebeu "um telegrama [...]pedindo que[...]promovesse conferências cívicas [no dia] 7 de setembro contra o Extremismo." E atendendo "a essa solicitação patriótica promoveu [as referidas conferências] em Floriano naquela data e uma outra que se realisou (sic) em Amarante."[32]

Desse modo, percebe-se que Ney Baumann era um homem de confiança da Delegacia Regional do Trabalho, tendo trânsito livre no

30 Ver Inquérito da Policia Civil do estado do Piauí. 2 de agosto de 1936, Documentação encontrada no Arquivo público do estado do Piauí. Caixa Arquivo 0066. Autos Crimes Teresina. SANTOS, Maurício Moreira dos Santos; SOUSA, Eduardo Pinheiro de Morais(orgs). Ver também "Pão, terra e liberdade": reflexões sobre os 90 anos da ANL e das insurreições de novembro de 1935 no Brasil / . – 1. ed. – Teresina: Cancioneiro, 2026. 101 p.: il E-book. PDF.

31 Ata da Câmara Municipal de Teresina. 22 de julho de 1936.

32 Ata da Câmara Municipal de Teresina. 11de setembro, 1936.

órgão e sendo uma peça importante para os planos do governo de neutralizar as forças sindicais e políticas de oposição ao governo Vargas no estado do Piauí, sobretudo os militantes da ANL e do Partido Comunista.

As perseguições aos militantes aliancistas e comunistas piauienses após os eventos de novembro de 1935, tiveram como consequência o avanço do sindicalismo ministerialista nos sindicatos que antes estavam sob a influência de lideranças oposicionistas pcebistas e aliancistas, defensoras de um sindicalismo que mantivesse a independência em relação ao Estado. Nesse sentido, não demorou para que Ney Baumann ampliasse sua influência sindical sobre a cidade de Parnaíba, quando em 1936 participou de solenidade oficial em apoio ao governador Leônidas Melo se apresentando como "representante dos Sydicatos de Officiaes e Praticantes Machinistas e do de Oleos e seus Derivados, ambos com séde em Parnahyba, deste Estado[...]" e ainda "[...como representante de um grupo numeroso de operarios independentes desta capital [Teresina]e da cidade de Parnahyba [...]".[33] A menção aos avanços do seu trabalho sindical na cidade de Parnaíba não era por acaso, pois o próprio governador Leônidas de Castro Melo reconhecia que o PCB e Audyr Mentor tinham uma forte influência sobre os sindicatos parnaibanos. Portanto, seu discurso trazia uma mensagem para tranquilizar o governo de que os comunistas, com a maioria das suas lideranças já presa ou dispersados, teriam perdido influência sobre o movimento sindical da cidade litorânea.

33 PIAUHY. Partido nacional socialista do Piauhy. Discursos pronunciados por ocasião das manifestações feiras ao Sr. Governador Leônidas de Castro Mello, governador do estado, nos dias 15 e 16 de novembro de 1936. Ano I. Teresina. Imprensa Oficial. 1937. Citado por MELO, Antônio Maureni Vaz Verçosa. Compartilhando ideias e tecendo poder: atuação dos intelectuais piauienses na era Vargas no Piauí(1930-1945). p. 240.

Ney Baumann e o Estado novo

As menções na imprensa à Ney Baumann continuaram após a instalação do *Estado Novo* (1937-1945). Mesmo assumindo cargos relevantes na administração pública nesse período- fiscal do Departamento de Municipalidades, prefeito das cidades de Campo Maior e Piracuruca- demonstrando gozar de prestígio e confiança junto ao governador Leônidas de Castro Melo, ele permaneceu sendo uma referência dentro do movimento operário piauiense. Nas matérias do periódico *Diário Oficial* tratando de eventos promovidos pelo governo, em datas comemorativas como o *Dia do Trabalhador* e *Aniversário de Getúlio Vargas*, Ney Baumann ainda era apresentado como o "líder do operariado piauiense", como nas celebrações pela permanência do governador Leônidas de Castro Melo após o golpe que impôs a ditadura do Estado Novo. Na oportunidade, na sede do governo, "falaram os senhores Ney Baumann, representante do operariado piauiense; Ofélio Leitão, em nome dos funcionários públicos."[34]

Nesse período, instituíram-se datas comemorativas que passaram a ser momentos de exaltação da imagem de Getúlio, pois "as festas cívicas foram instrumentos de difusão e propagação do ideário nacionalista"[35], sendo comum que as datas fossem comemoradas por setores do movimento operário piauiense simpáticos ao regime. Uma dessas datas foi o aniversário de Getúlio que era comemorado no mês de abril. Em Teresina, no dia 19 de abril de 1940 ocorreu a comemoração na praça Pedro II com uma manifestação que contou com a presença de representações de várias associações operárias. A matéria do *Diário Oficial* daquele ano traz a fala de Ney Baumann exaltando os

34 MANIFESTAÇÃO popular ao sr. Interventor Federal. *Diário Oficial*, Teresina, ano VII, n. 269, p. 1, 3 dez. 1937. Citado por JÚNIOR, José de Arimatéia Freitas Aguiar. As seduções da modernização e os mecanismos normalizadores: política, instrução, propaganda e os embates no Piauí varguista (1930-1945). p. 60.

35 JUNIOR, José de Arimatéia Freitas Aguiar. As seduções da modernização e os mecanismos normatizadores: política, instrução, propaganda e os embates no Piauí varguista (1930-1945). Tese de Doutorado. UFPI, 2024, p. 147.

direitos trabalhistas que foram implantados no governo Vargas. Discursou saudando a política social do governo que "[...] no que diz respeito ao amparo do trabalhador, posso, além de outras destacar as seguintes leis que representam a redenção dos trabalhadores nacionais", citando vários direitos trabalhistas reconhecidos até aquele momento.[36]

Celebrações assim se repetiram nesse período, inclusive sendo organizadas por representantes da Delegacia Regional do Trabalho, em aliança com os sindicalistas ministerialistas e velhos sindicalistas amarelos, contando com uma vasta programação que ia desde a fixação de retratos do presidente nas sedes dos sindicatos aliados, passando por momentos de saudações à estátua do presidente localizadas em praça pública. Nessas atividades, seja no *Dia do Trabalhador* ou no *Aniversário de Getúlio*, a presença de Ney Baumann era constante, desde a organização até a condução pública das celebrações.[37]

Assim como o aniversário de Getúlio, as comemorações em alusão ao Dia do Trabalhador também passaram a fazer parte do calendário de festividades oficiais sob a alçada da Delegacia Regional do Trabalho. Em maio de 1944 o *Diário Oficial* anunciou os preparativos para as comemorações do 1º de Maio. A programação foi organizada por uma comissão, composta por representantes da Delegacia Regional do Trabalho em conjunto com lideranças operárias, dentre elas; *Ney Baumann* e as lideranças do Sindicato da Construção Civil de Teresina, *Antônio Vieira Sales, Narciso Correia Lima e Lino Correia Lima*. Uma vasta programação foi planejada e anunciada nas páginas do *Diário Oficial* começando pela manhã, com missa campal, seguida de caminhada pelas ruas da cidade, percorrendo sedes de sindicatos, como a "sede do sindicato dos trabalhadores em Fiação e Tecelagem, falando o operário Dantas, [e na] Instalação da sede do sindicato dos trabalhadores rodoviários, falarão o Chaufeur[motorista] Miguel Pereira Correia", passando na Delegacia Regional do Trabalho e finalizando com

36 Diário Oficial. Teresina, 24 ab.1940p.04. Citado por NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A cidade sob o fogo. Teresina. Gráfica Halley, 2002. p. 75.

37 TRABALHADORES DO PIAUÍ. *Diário Oficial*. 17 de abril de 1942, p. 2.

as bandas de músicas nas principais praças da cidade.[38] Desse modo, a manifestação contou com a presença de membros do governo e de lideranças operárias, dentre elas o operário Ney Baumann, que discursou em nome da *Aliança Federativa dos Obreiros do Piauí*. No percurso lideranças operárias e representantes do Ministério do Trabalho se revezavam nos discursos, quando na oportunidade o "[...] operariado desfilou pelas principais ruas da cidade, parando em frente ao busto do Presidente Vargas, onde falara o Sr. Edésio do Amaral Cerqueira, funcionário da Delegacia Regional do MTIC" [39]e o "operário Ney Baumann, em nome da aliança Federativa dos Obreiros do Piauí".[40]

Portanto, essas datas eram comemoradas instituindo novos "lugares de memória"[41] na cidade, ressignificando os espaços que cotidianamente os trabalhadores transitavam e ocupavam, em um processo de performance da memória. O "ato de performar a memória compreende um conjunto de ações, que podem estar parcialmente incorporadas à fala, mas também a gestos, arte ou ao corpo. Performances encenadas como rituais[..], reencenações ou comícios políticos[...]" que "não representam simplesmente o passado, mas o incorporam, recriam e atualizam"[42]. Ocorre, assim, uma articulação entre construção de "espaços de memória" e formação de identidades, nesse caso, a identidade de classe associada à 'ideologia da outorga."[43]

Outro espaço de atuação política de Ney Baumann foi o esporte, tendo em vista que ele foi o primeiro presidente da *Federação de Futebol do Piauí*. Tal fato nos leva a refletir sobre a relação entre movimen-

38 1º de Maio de 1944. *Diário Oficial*. 25 de abril, 1944, p. 1.

39 Diário Oficial. Teresina 3 de Maio de 1944.

40 Idem.

41NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire.** Paris: Gallimard, 1984-1992.

42 ROBBERT, Maria Grever; ADRIAANSEN, Jan. Cultura Histórica: um conceito revisitado Clio: revista de pesquisa histórica v. 43, 2025. p. 13.

43 É um conceito da historiadora Ângela de Castro Gomes, presente em sua obra clássica *A Invenção do Trabalhismo*. Refere-se à narrativa varguista de que os direitos sociais foram concedidos "de cima para baixo" por um Estado benevolente.

to operário e futebol, ao passo que existiram clubes de futebol ligados a categorias profissionais no estado, como o Artistico Futebol Clube, que aparece como um dos clubes fundadores da Federação Piauiense de Futebol, do qual Ney Baumann esteve vinculado desde o ano de 1918.[44]

Ney Baumann e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

Nas fontes não é difícil observar a função de articulador de ideias que Ney Baumann cumpriu, demonstrando refinamento intelectual e familiaridade com o pensamento social e político em voga naquela conjuntura, sobretudo, o *corporativismo antiliberal*[45] no qual o governo Getúlio Vargas foi fortemente influenciado. Nessa perspectiva, em 1940, na comemoração do aniversário do Getúlio, ele defendeu o regime ditatorial estadonovista, que segundo ele, teria resultado em uma "politica[...] purificada", onde os "inimigos das nossas tradições foram dispersados [comunistas e integralistas] pela mão enérgica" do presidente.[46] Não por acaso lhe foi confiado no período do Estado Novo assumir a chefia de governos de importantes cidades no norte do Piauí, como Campo Maior, uma das principais produtoras de cera de carnaúba, à época, o principal produto da pauta de exportação do estado.

Assim, os indícios nos levam a acreditar no sentido de que Ney Baumann não foi somente um militante do movimento operário, admirador e colaborador do governo de Getúlio Vargas, mas também assumiu a posição de formulador e intérprete das ideias políticas implementadas pelo governo, partindo da premissa da necessidade de integração política e social do trabalhador na sociedade de classes. Para isso, ele

44 Informação acessada no site:http://www.campeoesdofutebol.com.br/hist_fut_piaui.html, em 19-04-2014.

45 Que teve no jurista e sociólogo Oliveira Vianna um dos seus grandes expoentes no Brasil.

46 Diário Oficial. Teresina, 24/04/1940. p. 3. Citado por MELO, Antônio Maureni Vaz Verçosa. Compartilhando ideias e tecendo poder: atuação dos intelectuais piauienses na era Vargas no Piauí(1930-1945). p. 304.

entendia que somente um Estado forte, centralizador e, se necessário, autoritário, conseguiria levar à frente essa tarefa. A "purificação política" implementada pelo regime estadonovista da qual o líder operário se referia pode ser entendida como uma crítica direta ao período anterior, que diante de uma "república velha", emergia um "Estado Novo", uma república renovada, que na sua concepção reconhecia a classe trabalhadora como sujeito portador de direitos sociais e políticos.

Pode-se considerar, dessa forma, Ney Baumann como um *intelectual orgânico*, fruto das transformações que atravessavam a sociedade brasileira e piauiense naquele período "[...]pertencentes a uma classe social e com a função de representar os interesses dessa classe no conjunto da vida social."[47] E como intelectual orgânico, caracterizou-se por uma "inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, 'persuasor permanente' [...]dirigente"[48].

Assim, após 1945, com a redemocratização do país, que permitiu o surgimento de novos partidos, Ney Baumann se empenhou na criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Piauí. Conforme Maria Celina D Araújo, na obra *Sindicatos, Carisma e Poder,* o PTB ficou "de início, sob o comando de cúpulas sindicais constituídas durante os últimos anos do Estado Novo, mas que nem por isso tiveram posições unânimes quanto à orientação a ser dada ao partido." [49]No Piauí o início da história dos trabalhistas destoou um pouco dessa visão. Conforme a historiadora Marilu Oliveira, "os trabalhistas que seguiam minimamente preceitos teóricos compunham um pequeno grupo no PTB [piauiense], que foi posto em plano secundário", sendo formado "por ex-líderes sindicais que tiveram atuação durante o Estado Novo e ascenderam a cargos públicos e administrativos naquele momento, a

47 DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014, p. 284.

48Idem, p. 284.

49 D`ARAÚJO. Maria Celina. Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65. Rio de Janeiro, FGV, 1996. p. 21.

exemplo do ex-líder sindical Ney Baumann."[50] Prevendo um desfecho desfavorável no interior do novo partido, Ney Baumann decidiu apelar para a intervenção de Getúlio Vargas.

Na carta escrita por Raimundo Ney Baumann à Vargas, ele informava da sua decisão de ajudar a fundar o PTB no Piauí, e colocava-se como capacitado para tal função recorrendo a sua história de militância, que segundo ele: "os meus companheiros trabalhadores do Piauí que me consideram líder de classe e vimos acompanhando o Partido Social Democrático (PSD) secção do Piauí, sob a chefia do Dr. Leônidas Mello" e desejam com a anuência do recém afastado presidente "fundar neste Estado [Piauí] o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)."[51] A carta enviada ao ex-presidente ilustra a disputa que se instalou nas fileiras do trabalhismo piauiense, com dois grupos disputando a direção do novo partido que se formava. Nesse quesito, ele alertava a Getúlio que "começou a aparecer nessa capital o pronunciamento de elementos extranhas (sic) às Classes Trabalhadoras procurando catequiza-las para a fundação neste Estado do Partido Trabalhista Brasileiro secção do Piauí."[52] Esses "elementos estranhos" não tinham ligação com o movimento sindical e, por isso, não eram dignos de confiança, sendo preciso afastá-los, segundo ele, antes "[...] que a nossa política seja desviada do caminho traçado por V. Ex."[53]

O surgimento do PTB no Piauí, ocorreu em 1946, tendo se firmado inicialmente nas cidades de Teresina e Parnaíba. Na cidade de Parnaíba, diante da sua forte tradição sindical, os trabalhistas tornaram-se "rapidamente forte entre os trabalhadores sindicalizados, liderado por João Orlando Moraes [médico, pertencia a uma rica família

50 OLIVEIRA, Marylu Alves de. Da terra ao céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964), 2016, p. 258.

51 BAUMANN, Raimundo Ney. [Carta] 20 dez. 1945, OLIVEIRA, Marylu Alves de. Da terra ao céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964), 2016, p. 138.

52 Idem.

53 Idem.

de comerciantes da cidade litorânea]."[54] Já em Teresina, "onde se instalou com menos entusiasmo, [foi]liderado por João Emílio Falcão"[55], demonstrando que a carta que Ney Baumann escreveu para Getúlio Vargas não surtiu o efeito desejado, considerando que seu nome não constava ocupando nenhum cargo na primeira direção do partido.[56] Salienta-se, que mesmo tendo demonstrado a pretensão de criar o PTB, nas eleições estaduais de 1947, Ney Baumann saiu candidato a deputado estadual pelo PSD[57], partido que também era ligado a Getúlio Vargas, denotando que as disputas internas prosseguiram, tendo como consequência o afastamento da ala sindical liderada por Baumann.

Depois de não ter conseguido o espaço político que requeria no início da organização do PTB piauiense, Ney Baumann voltará a desempenhar papel de destaque no cenário político em meados da década de 1950, quando o partido já havia se consolidado como uma força política importante no estado. Na década de 1950, o protagonismo de Ney Baumann como liderança partidária se faz notar em vários momentos, à exemplo das acaloradas manifestações em setembro de 1954, ocorridas em Teresina, dias após da morte de Getúlio Vargas, quando "grande massa popular esteve reunida [mais de duas mil pessoas] [...] prestando expressiva homenagem de saudade ao Presidente Getúlio

54 OLIVEIRA, 2016, p. 474.

55 João Emílio Falcão Costa foi médico e professor, nascido no Maranhão em 1903, e falecido em Teresina em 1977. Presidente do PTB por quase 10 anos, foi deputado estadual e suplente de deputado federal. Ver: GONÇALVES, Wilson Carvalho. Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997. Teresina:[s.n.], 1997, p. 115.Citado por OLIVEIRA, 2016, p.145.

56 OLIVEIRA, ,2016, p. 145.

57 Dados do TRE (PI). Ver: PIAUÍ. Tribunal Regional Eleitoral. Eleições 1947: resultado geral por cargo. 1947.Disponível em: < http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-geral-1947-v2>. Acesso em: 25 jan. 2014.Citado por OLIVEIRA, Marylu Alves de. Da terra ao céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964), 2016.

Vargas[...]" em manifestação organizada pelo PTB, onde "discursaram, entre delirantes aplausos da multidão[...] Ney Baumann[...]".[58]

Esse processo de fortalecimento do PTB culmina com a eleição do governador Chagas Rodrigues em 1958. Nessa conjuntura, Baumann passou a ocupar funções importantes, tanto na estrutura interna do partido (secretário geral) como em cargos no governo de Chagas Rodrigues. No mesmo ano em que Chagas Rodrigues foi eleito, lideranças operárias teresinenses alçaram o nome de Ney Baumann para concorrer nas eleições municipais, quando afirmam em nota oficial no jornal *O Dia*, que "as classes organizadas de Teresina, em reunião realizada no dia 29 do mês de julho, resolveram por unanimidade, que "somente dois candidatos têm nosso apoio, os companheiros, Tiago José da Silva[presidente do sindicato dos estivadores de Parnaíba], candidato à Câmara Estadual, e João Malta Filho, Candidato à Câmara municipal de Teresina," e com "relação ao nosso companheiro Raimundo Ney Baumann, continua merecendo o nosso apoio e confiança, embora tenha desistido da candidatura de Vice-Prefeito da Capital."[59]

Não encontramos evidencias que explicitem os motivos da desistência de Ney Baumann à candidatura no pleito municipal, mas seu nome volta aos holofotes, quando "assumindo o comando da Administração Pública[eleito em 1958], o governador piauiense[Chagas Rodrigues] passou a conclamar os membros do partido para aderirem à nova condução da política estadual", momento em que "alguns correligionários imediatamente aceitaram a proposta, como o médico, ex-udenista

58 CONCENTRAÇÃO POPULAR. Homenagem ao presidente Getúlio Vargas. Jornal do Piauí, Teresina, 02 set, 1954. Citado por ASSUNÇÃO, Rosângela. A política trabalhista na Era Vargas e a construção da memória dos Portuários de Teresina(1930-1954). Dissertação de Mestrado. UFPI. 2005.p.91.

59 NOTA oficial. O Dia, Teresina, p. 3, 6 ago. 1958. (NOTA oficial. O Dia, Teresina, p. 3, 6 ago. 1958. Citado por OLIVEIRA, Marylu Alves de. Da terra ao céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964),2016, p.193.

e deputado federal eleito em 1958 pelo PTB Clidenor de Freitas Santos e o ex-sindicalista Ney Baumann[...].”[60]

No governo de Chagas Rodrigues, Ney Baumann já era uma figura importante na estrutura partidária, ocupando o cargo de secretário do partido e “auxiliar de imediata confiança do governador”. Já não era apresentado como “ferreiro”, mas como contabilista e “presidente da Caixa Beneficente dos Servidores do Estado (CBSE), que tinha a função específica de recolher a contribuição mensal dos funcionários públicos, descontada em folha[...]” sendo “[...]regularmente [...]recebido por Chagas Rodrigues em seu gabinete no palácio do Karnac para despacho às petições que lhe eram encaminhadas no CBSE.” A charge publicada no periódico oposicionista *Folha do Nordeste* em 1962 com Ney Baumann entregando uma máscara para Chagas Rodrigues vestir, chama atenção pelo grau de influência que o jornal supõe ter Ney Baumann sobre as decisões do governador.[61] Portanto, o “simples ferreiro” que começou sua trajetória como militante sindical anos de 1930, já no começo da década de 1960, até onde conseguimos alcançar, transita com desenvoltura nos mais altos círculos de poder do estado, “com trânsito livre no gabinete do governador” trabalhista no Palácio do Karnac.[62]

Considerações finais

Portanto, o ferreiro e liderança operária Raymundo Ney Baumann teve uma atuação multifacetada no movimento operário piauien-

60 OLIVEIRA, Marylu Alves de,2016, p. 259.

61 *FOLHA DO NORDESTE*, A máscara de Chagas Rodrigues. Teresina, nº35, 25 de fevereiro de 1962. Citado por LIMA, Flávia de Sousa. Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no governo de Chagas Rodrigues (1959-1962). Dissertação de mestrado, UFPE, 2011.p.118.

62LIMA, Flávia de Sousa. Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no governo de Chagas Rodrigues(1959-1962). Dissertação de mestrado, UFPE, 2011, p. 120.

se, destacando-se como sindicalista, liderança política e dirigente esportivo. Ney Baumann foi um homem que viveu com intensidade as transformações do seu tempo. Presenciou o crescimento urbano da cidade de Teresina e o surgimento ativo de um proletariado em formação, junto às mudanças advindas do governo de Getúlio Vargas com a legislação social-trabalhista e a ampliação da presença política-institucional do operariado. Assim, Baumann tornou-se um admirador de Getúlio Vargas, maior liderança do sindicalismo ministerialista e um dos mais importantes nomes do trabalhismo no estado do Piauí, dos anos 30, até pelo menos, o início da década de 1960.

Referências bibliográficas

ASSUNÇÃO, Rosângela. **A política trabalhista na Era Vargas e a construção da memória dos Portuários de Teresina** (1930-1954). Dissertação de Mestrado. UFPI. 2005.

BAUMANN, Raimundo Ney. [Carta] 20 dez. 1945, Terezina [para] VARGAS, Getúlio, Rio de Janeiro, DF. 1f. Felicitando pelo resultado das eleições e pedindo orientação para formação do PTB no Piauí.

FUNDAÇÃOGETÚLIO VARGAS. **CPDOC.** Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GVC 1945-12.20/02. 1945.).

D`ARAÚJO. Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder:** o PTB de 1945-65 . Rio de Janeiro, FGV, 1996.

DIÁRIO OFICIAL. **Teresina,** 3 de Maio de 1944.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **A questão dos intelectuais em Gramsci**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014.

Expressão popular, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3º edição. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2005.

INQUÉRITO POLÍCIAL. Teresina. 2 de agosto de 1936, Documentação encontrada no **Arquivo público do estado do Piauí.** Caixa Arquivo 0066. Autos Crimes Teresina.

JUNIOR, José de Arimatéia Freitas Aguiar. **As seduções da modernização e os mecanismos normatizadores**: política, instrução, propaganda e os embates no Piauí varguista (1930-1945). Tese de Doutorado. UFPI, 2024.

KAREPOVS. Dainis. **A classe operária vai ao parlamento**: o Bloco Operário e Camponês do Brasil(1924-1930). São Paulo. Ed. Alameda. 2006.

LIMA, Flávia de Sousa. **Imprensa e discurso político**: as disputas pelo poder no governo de Chagas Rodrigues (1959-1962). Dissertação de mestrado, UFPE, 2011.

LIVRO ATA, **Câmara Municipal de Teresina,** 1936.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1º Ed. São Paulo.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo**. Teresina. Gráfica Halley, 2002.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A Revolução de 1930 no Piauí** (1938-1934). Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1994.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **O mundo (en) cantado de Pintinho**. IN: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de Souza(org). João Pessoa. Ed. Idea, 2011.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire.** Paris: Gallimard, 1984.

O ARTISTA, **Jornal. Teresina**, 22 de setembro de 1918.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da terra ao céu:** culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964), 2016

Primeiro de Maio de 1944. **Diário Oficial.** 25 de abril, 1944, RELATÓRIO GOVERNAMENTAL ANUAL, Prefeitura Municipal de Teresina. Arquivo Público do Piauí, Teresina, 1936.

REVEL, Jaques. **Micro-história, macro-história**: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 45 set./dez. 2010.

ROBBERT, Maria Grever; ADRIAANSEN, Jan. **Cultura Histórica**: um conceito revisitado Clio: revista de pesquisa histórica v. 43, 2025.

SANTOS, José Maurício M. dos; LIMA, Solimar Oliveira. **Classe trabalhadora e espaço urbano:** o surgimento do bairro Vila Operária em Teresina (PI) (1928-1950). Revista Informe Econômico. Ano 16, n. 33, dezembro 2014.

SANTOS, José Maurício Moreira dos; SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Morais. "Velhos Camaradas": contribuição inicial à história do Partido Comunista Brasileiro no Piauí (1932-1964). **Anais XII Encontro Nacional de História Oral.** 2014.Disponívelemhttps://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/ anais/8/1397104178.

SANTOS, Lourival de Carvalho. Cronologia Histórica da Assembleia Legislativa do Piauí. Teresina: **Assembleia Legislativa do Piauí**, Escola do Legislativo Prof. Wilson Brandão, 2021. p. 38.

SOLON, Daniel Vasconcelos. Os sons que vêm do subúrbio: amplificadoras e sociabilidades na periferia de Teresina nos anos 50. In:CASTELO BRANCO, Julinete Vieira; SOLON, Daniel

Vasconcelos (orgs). **Histórias em poliedros**: cultura, cidade e memória. 2008. p. 56.

TRABALHADORES DO PIAUÍ. **Diário Oficial.** 17 de abril de 1942.

VERÇOSA, Antônio Maureni Vaz. **Compartilhando ideias e tecendo poder:** atuação dos intelectuais piauienses na era Vargas no Piauí(1930-1945). Tese, UERJ, 2021.



UM GRITO NO SERTÃO
a trajetória política de Osael Borges Leal e a emancipação de Lagoa Alegre (PI)

Felipe de Almeida Moita Sepúlveda Carvalho

Introdução

O presente capítulo analisa a trajetória política de Osael Borges Leal (1945-2021), ex-vereador do município de Lagoa Alegre (PI), com foco no período entre 1968 e 1996. O objetivo é utilizar sua biografia como fonte para a compreensão de dois fenômenos interligados: os reflexos da política nacional no contexto regional e as disputas políticas e simbólicas no Piauí durante a ditadura civil-militar e o processo de redemocratização. A escolha deste personagem justifica-se pela quase ausência de trabalhos historiográficos sobre Lagoa Alegre, o que caracteriza uma lacuna no conhecimento histórico piauiense, e por sua trajetória singular, que confluía

aspectos como a formação em Recife durante os anos iniciais do regime militar e o trânsito em práticas políticas coronelísticas, típicas da região.

A análise, ancorada na História Política e no gênero biográfico, está dividida em quatro fases principais: o "grito da independência" (1968), os anos formativos (infância e juventude), o retorno ao povoado e a campanha pela emancipação de Lagoa Alegre em relação a União (décadas de 1980 e 1990). Como arcabouço teórico-metodológico, o texto dialoga com Phillipe Levillain (1997) e Francisco Farias (2020), entre outros, para contextualizar a atuação política do biografado, tratando o contexto como um "campo de possibilidades" (Velho) e valorizando as incertezas de sua trajetória (Levi). Ao fazê-lo, busca-se ir além de uma mera ilustração de fenômenos históricos, construindo um quadro histórico-biográfico que evidencie a interação complexa entre o individual e o coletivo.

A costura histórica de uma vida

O gênero biográfico e o histórico compartilham em comum uma mesma origem grega. Contudo, desde o século V, quando surgiram, houve maior desconfiança em relação ao primeiro, uma vez que, no ambiente da pólis grega, que valorizava o desenvolvimento coletivo, o destaque a um indivíduo era visto como descabido. A partir do século seguinte, entretanto, a biografia conheceu certo florescimento, especialmente a partir da obra de Plutarco, Vidas Paralelas. A diferença de tratamento em relação ao gênero histórico se manteve, já que, ao passo que a História, como dizia Tucídides reivindicava a posse de conhecimento verdadeiro sobre o passado, a biografia assumiu mais fortemente o papel de *historia magistra vitae*, priorizando a disseminação de narrativas que inspirassem seus contemporâneos com base na vida de homens notáveis. Em certa medida, isso se manteve no período medieval, no terreno da hagiografia, no qual a vida dos santos deveria inspirar o comportamento do cristão.

Após a modernidade e o início da Idade Contemporânea – período em que os movimentos revolucionários motivaram uma relativa desvalorização do gênero –, a biografia pôde ser novamente valorizada. Isso ocorreu a partir das transformações sofridas pela historiografia nas décadas de 1960 e 1970. Nesse contexto, o gênero biográfico passou a ser visto pelos historiadores como forma de iluminar o período vivido pelos biografados: seja como ilustração de teses preexistentes, seja como chave para a relativização de tendências sociais homogêneas (Schmidt, 2012).

Quando se trata de personagens com atuação política a nível institucional, a interseção entre o gênero biográfico e a História política possibilita visão enriquecedora, tanto do biografado como do contexto no qual se insere. Nessa forma textual, transparecem as ligações e as contradições, aparentes ou não, entre projetos individuais, anseios coletivos e usos da memória. Por meio do desenvolvimento analítico dessas questões, a biografia pode ser, para usar livremente uma metáfora ginzburguiana, um microscópio da vida social. Nas palavras de Levillain:

> Existe o risco de que esse tipo de biografia não contribua mais para a compreensão da época que as peças monocromáticas de um quebra-cabeças que representam o céu ou o mar. É uma questão de método. Esse tipo de biografia pode também revelar constantes, indicar diferenças, captar a realidade dos problemas sociais através do concreto de uma vida. Tudo depende do nível significativo do personagem. E é certo que quanto menos ele se situar entre os protagonistas da história, mais o ensinamento tem chance de ser rico. (Levillain, 2003, p. 175).

No Piauí de finais do século XX, teve vazão um debate intenso, motivado pelas inovações político-administrativas trazidas pela Constituição de 1988 no âmbito da administração municipal. Essa conjuntura possibilitou a emergência, na cena política, de personagens que, assim como na citação de Levillain, não tinham o protagonismo da história, se insurgiram contra o *status quo*, e no processo, contribuíram para

importantes modificações político-administrativas, tendo assim participado da conformação atual do mapa do estado(Inácio,2023). É objetivo deste capítulo descrever a trajetória de um deles, Osael Borges Leal(1945-2021), situando-o em seu tempo.

Contudo, não é de nosso interesse reduzir o biografado a um reflexo das conjunturas de que participou, como se fosse apenas uma peça inconsciente da necessidade histórica, no sentido metafísico, tampouco analisar suas ações sob um prisma teleológico, como se o retratado agisse de modo exclusivamente racional e planejado. No lugar desses procedimentos reducionistas, já criticados e contrapostos por teóricos como Bourdieu e Thompson, adotamos as alternativas propostas por Gilberto Velho e Giovanni Levi, que consistem, respectivamente, em tratar o contexto como "campo de possibilidades"(espaço que o personagem influencia por meio de seus projetos e é por eles modificado, atuando não de forma perfeitamente planejada, mas explorando diferentes possibilidades para atingir determinados objetivos) e em valorizar as incertezas de cada trajetória, isto é, explicitar o contraditório, o incerto, o descontínuo em cada história individual(Schmidt,2012). Nessa perspectiva, objetivamos a constituição de um quadro histórico-biográfico que não se restrinja a uma simples ilustração de fenômenos históricos documentados, mas que possibilite abordagens mais complexas a partir da interação entre o individual e o coletivo.

Assim, o presente trabalho busca realizar essas abordagens ao apresentar os fatos documentados da vida de Osael Borges Leal, presentes sobretudo na obra *Lagoa Alegre: a história recontada*, do pesquisador Thiago Inácio, abrangente obra publicada sobre o município, e em reportagem publicada no portal de notícias *online* G1. A trajetória do biografado será analisada em cinco fases, desde sua juventude e começo da vida política até seus anos finais, com foco em sua atuação política, com ênfase na época em que participou do movimento pela emancipação do município (até então povoado administrativamente vinculado a União). Em cada uma das fases, será feita uma correlação com a conjuntura política e social vivida pelo país e pelo estado, de

modo a evidenciar as escolhas feitas pelo biografado e as possibilidades que para ele estavam colocadas.

Infância e juventude

Osael Borges Leal nasceu a 18 de outubro de 1945 numa casa de palha e chão batido, próxima a uma lagoa, situada no povoado de Lagoa Alegre, então parte do município de União. Seus pais, Luiz Borges Leal e Maria de Jesus Pereira de Sousa, pertenciam a duas das famílias mais antigas do povoado. Seu pai tirava proventos da atividade de comerciante, tanto fixo como ambulante (vendendo nos povoados vizinhos). Adaptado à dinâmica comercial local, aceitava pagamentos posteriores por seus produtos (mercadorias, tecidos e couro de animais) em prazos que variavam de seis meses a um ano (Inácio,2023, p.92). O fato da família morar numa casa de palha, ainda que o comércio em que Luiz Borges Leal trabalhava e que também havia construído fosse de tijolos, sugere que a infância do filho do casal não tenha tido muito de diferente em relação à das demais crianças do povoado, cujas famílias viviam da lavoura e do extrativismo da carnaúba e do babaçu. Quanto aos primeiros anos escolares do filho do casal, não há menção detalhada a partir das fontes utilizadas.

O interesse da família de Borges Leal em lhe proporcionar educação formal surge em meio a uma conjuntura educacional nacional em transformação. Para se ter uma ideia mais abrangente desses primeiros anos escolares, é preciso considerar que a educação em solo piauiense havia passado recentemente pelos influxos da Era Vargas. Destaca-se na década de 1930 a difusão entre a população letrada, e especialmente entre os intelectuais, das discussões referentes à melhora da Educação no país, sendo esta entendida como elemento indispensável ao progresso, e contando como algumas de suas mais importantes consequências políticas a criação do Ministério da Saúde e Educação e a outorga de decretos referentes à sistematização de currículo mínimo para o ensino

em nível nacional, bem como a criação de instâncias burocráticas responsáveis pela pasta educacional[1](Farias,2013).

Dentre as principais mudanças ocorridas no Piauí decorrentes da iniciativa governamental naquele período destacam-se: a construção do novo prédio do Liceu em Teresina e de diversas unidades escolares; o crescimento relativo do número de matrículas a ponto do estado se tornar o segundo do país nesse quesito, no intervalo 1932-1936; a massificação do ensino secundário entre camadas de diferentes estratos sociais a partir da Campanha do Ginasiano Pobre-CNEC[2](Farias,2013).

Esse era o cenário posto em 1945, ano de nascimento de Borges Leal, sendo bastante provável que em decorrência da conjuntura descrita, seus pais valorizassem o ideal educacional vinculado ao progresso difundido pelo movimento escolanovista, o que pode ter influenciado de forma considerável na decisão de enviar o filho de seis anos a Teresina para realizar os estudos primários, parte dos quais transcorridos no Colégio Liceu Piauiense, onde se formaria no Curso Científico(ensino secundário) em 1964(Inácio,2023,p.378).

Período universitário

A década de 60 no Brasil entrava em sua segunda metade sob a sombra do regime ditatorial. Nas primeiras horas do dia 31 de março de 1964, um golpe militar depôs o presidente João Goulart, instaurando uma ditadura que visava impedir o que seus líderes acreditavam ser uma iminente ameaça comunista ao *status quo* nacional (Castro, [s.d.]). É em meio a esse contexto que Osael Borges Leal ingressa na

1 Destacamos os decretos de nº. 19.850, que instituiu o Conselho Nacional de Educação, e o de nº.19.890, que sistematizou o ensino secundário e estabeleceu pré-requisitos curriculares (matérias a serem cumpridas) para a entrada no ensino superior (Farias,2013).

2 Essa campanha, iniciada a partir de 1943, em Recife, a partir do Ginásio Castro Alves, visava popularizar a educação "beletrista", até então restrita às elites e voltada para os candidatos aos cursos superiores, entre a população pobre, à qual era destinado o ensino profissionalizante (Farias,2013).

graduação em Medicina Veterinária da Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE, no ano de 1966 (Inácio, 2023).

Nesse ponto, a obra memorialística de Thiago Inácio expõe, sem detalhamento, informação em torno do que provavelmente foram os primeiros passos de Borges Leal no ativismo político:

> Entusiasta da política, participou dos movimentos estudantis na capital pernambucana, em plena ditadura militar. Integrou grupos de resistência, comunicando-se por carta com grandes lideranças políticas da época, chegando a ser perseguido pelo regime (Inácio, 2023, p. 378).

Uma vez que durante o processo de escrita e publicação da obra, grande parte dos indivíduos retratados estavam vivos ou haviam falecido há pouco tempo[3], a falta de menção direta às "lideranças políticas" citadas, bem como a falta de aprofundamento dessa etapa da vida de Borges Leal pode estar ligada à vontade do biografado de silenciar acerca do assunto.

A capital de Pernambuco era, durante a segunda metade da década de 60, muito visada pelo regime militar por ser considerada como polo de concentração de esquerdistas, chegando inclusive a ser considerada o terceiro maior centro do comunismo no país e, de fato, a maior parte das organizações estudantis do período estava sob a influência do PCB e, um pouco depois, da Ação Popular[4](Lacerda,2017). Entretanto, o atual estágio das pesquisas sobre o assunto não permite inferências fundamentadas sobre possíveis relações (ou sua ausência) entre os aspectos mencionados e o silenciamento do personagem de que o presente capítulo trata.

3 O próprio Osael Borges Leal falecera apenas dois anos antes, aproximadamente, e chegou mesmo a escrever considerações acerca da pesquisa realizada por Inácio, as quais foram postumamente reunidas num prefácio (Inácio, 2023).

4 Organização de esquerda alternativa ao marxismo-leninismo do PCB, sendo definida pelo pensador marxista Buonicore como movimento de caráter socialista cristão, mas que, a partir de 1973, seria integrada ao Partido Comunista do Brasil-PC do B (Buonicore, 2014).

No Piauí, por outro lado, o período imediatamente anterior ao golpe de 64, especialmente entre os anos de 1961 e 1964, foi marcado por extensa veiculação de propaganda anticomunista nos jornais piauienses, mas também a partir de setores conservadores da Igreja Católica, sendo a vertente de maior difusão aquela ligada à propriedade privada da terra, cujos mantenedores legais estavam amplamente infiltrados na política, como é o caso de Simplício Mendes, o qual havia herdade terras de seu pai na zona rural do município de União(Oliveira,2009).

Haveria grande chance, portanto, de existir uma reprovação social latente a qualquer um que houvesse participado de atos políticos promovidos por organizações de esquerda, especialmente em Lagoa Alegre, povoado situado no interior do Piauí e que inclusive estava situado próximo à propriedade de um anticomunista e influente político como Mendes. Do ponto de vista de Borges Leal, não haveria, consequentemente, razão para tornar público (pelo menos não em detalhes) seu passado combativo em Recife, o qual o teria até mesmo levado à prisão na capital pernambucana, especialmente após iniciar de forma mais incisiva sua participação política naquela região onde nascera. No entanto, embora possa apontar para essas direções, novas pesquisas empíricas se fazem necessárias para a confirmação ou rejeição dessas hipóteses, como também para a criação de outras, possivelmente a partir de dados inéditos, sejam eles de caráter oral ou documental.

O grito da independência

A narrativa construída por Thiago Inácio enfatiza a permanência de contatos entre Borges Leal e seus familiares e amigos em Lagoa Alegre, assim como o retorno nas épocas de recesso da graduação em Recife, quando participaria ativamente da política no povoado[5]. Em seguida, dá lugar ao episódio do "grito de independência de Lagoa

5 Inácio, contudo, não fornece mais detalhes acerca de como teria se dado essa participação política no recorte dos anos 60.

Alegre", o qual teria se dado num evento de inauguração de um posto de saúde e de entrega de um poço tubular, no qual estariam presentes figuras políticas, como o prefeito de União, Chico Medeiros, e o deputado estadual José Raimundo Bona Medeiros. Nas suas palavras:

> A cúpula governista se encontrou em frente à casa do senhor Domingos Jacinto, sob um histórico pé de jatobá, onde se deu a cerimônia de inauguração e o discurso das autoridades. Entre os oradores, pediu a palavra o jovem Osael Borges, que chocou os governistas presentes ao endossar a independência de Lagoa Alegre do município de União. Sob o cuidado das palavras, expressou seu desejo de que "não andássemos distantes de União, mas que Lagoa Alegre passasse à cidade". O gesto foi repetido na década de 1980 (Inácio, 2023, p. 209).

Dentre os pontos levantados no excerto, chama atenção a data do ocorrido: julho de 1968. Apenas dois meses antes, havia se iniciado em Paris a revolta que ficaria conhecida como Maio de 1968, a qual influenciaria contestações em outros países, presentes também na América do Sul[6] (Varela, Santa,2018). No mês anterior, ocorrera no Rio de Janeiro a "passeata dos 100 mil", em apoio a estudantes que protestavam contra a repressão ditatorial (Mauad, Lissovsky,2021, p.13). No mesmo ano, também fora notícia entre a militância política estudantil a morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto(Müller,2011). Tendo feito parte do ativismo estudantil em Recife, e sendo estudante de uma universidade federal, teria sido improvável que Borges Leal não tivesse ciência daqueles acontecimentos. Estando imerso na agitação política da época, o jovem estudante, embora não propusesse uma mudança radical (ao dizer em sua fala que não andas-

6 Entre as causas da revolta, acompanhada de uma greve em diversos setores operários, estavam o corte no financiamento médico dos trabalhadores por parte do Governo francês, e o alijamento daqueles das decisões referentes à sua Seguridade Social. Também teve impacto a reivindicação estudantil pelo fim das barreiras de sexo que impediam a livre circulação de homens e mulheres nos mesmos espaços universitários. Em outros países, foram incorporadas demandas locais, como as do Movimento Negro e pelo fim da Guerra do Vietnã nos Estados Unidos (Varela, Santa, 2018).

sem distantes de União), demonstrava uma autonomia de pensamento e de ação que, segundo a obra memorialística, teria produzido choque nos políticos presentes, e que possivelmente ecoava o desejo de liberdade que movia estudantes de boa parte do mundo naquele ano.

Embora tenha sido o mais antigo evento registrado de uma reivindicação de independência do povoado Lagoa Alegre em relação ao município de União, o evento não exclui a possibilidade de ter sido expressão de um desejo mais amplo entre os moradores da região. O biógrafo Inácio traz a inferência de que aquele "grito" - que embora tenha sido chamado dessa forma, fora realizado "com o cuidado das palavras" - nos revela que a emancipação já povoava o ideário popular e de alguns filhos da terra" (Inácio,2023, p.209-210). No entanto, alerta-se para a necessidade de análises mais bem fundamentadas acerca da percepção dos moradores em torno do evento.

O sociólogo Michael Pollak, a partir do conceito de "memórias subterrâneas", traz uma possível explicação para a inexistência, até a efeméride de 68, de manifestações como a de Borges Leal: de forma análoga à União Soviética de Stalin ou à Alemanha de Hitler, grupos que se vêem sob o domínio de líderes autoritários continuam a expressar opiniões dissidentes, transformadas em tabus, mas agora de forma restrita ao próprio grupo, o qual somente expressa suas ideias de forma mais ampla em situações de enfraquecimento do regime político vigente(Pollak,1989). Quanto ao nível de autoritarismo existente naquela localidade, é incerto dizer a partir do atual nível da investigação histórica, uma vez que os relatos sobre coronelismo, clientelismo e práticas autoritárias em Lagoa Alegre provêm em sua quase totalidade de testemunhos orais que apenas começaram a ser recolhidos, registrados e dispostos à análise histórica.

No entanto, não seria uma realidade improvável, dada a localização geográfica do povoado no meio-norte piauiense e na área do Baixo Parnaíba, regiões cujas práticas autoritárias são objeto de estudo de Francisco Farias em sua obra sobre a questão(Farias,2020). Embora se possa argumentar acerca da diferença entre o nível macro de um

país e o micro de um povoado inserido em um município, bem como pela insuficiência de sinais de enfraquecimento do grupo político local, ligado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) o qual permaneceria no poder até 1972, totalizando 24 anos de hegemonia (Inácio,2023), a manifestação de Borges Leal na presença das autoridades locais, num ano de intensas manifestações políticas por parte de estudantes e trabalhadores, somada ao seu contato frequente com o povoado, pode sinalizar para a existência de uma memória subterrânea ligada ao desejo por emancipação que encontrou num indivíduo com experiência militante numa capital terreno propício para vir à tona.

Quanto à ausência de registros de novas manifestações a esse respeito até o ano de 1988, em pleno processo de abertura política e redemocratização, provavelmente está ligada à outorga, em dezembro de 68, do Ato Institucional nº5(AI-5), o qual instituiu a máxima permissão legal à repressão, legitimando institucionalmente a retirada do direito ao *habeas corpus* e o uso de tortura e violência contra opositores (Priori *et al*, 2012). Ainda que sua reivindicação não fosse diretamente contra o regime político vigente nacionalmente, Borges Leal possivelmente foi desestimulado a continuar a militância de até então, impactando inclusive na sua atuação em Lagoa Alegre, pela emancipação.

Processo político de emancipação: a atuação de Borges Leal

Em 1988, com a promulgação da Constituição atual, teve início um período de maior autonomia municipal, inclusive para sua criação, num nível que, pelo menos até 2010, era incomum em todo o mundo(Brandt,2010). Nesse contexto, segundo o relato de Inácio, Osael Borges Leal se alia a seu primo, vereador de União, Francisco Vaz da Costa, e a outros políticos atuantes a nível estadual, como os deputados Adolfo Nunes e Tomaz Teixeira, grupo cujo projeto de emancipação política passou a concorrer com outros, como o que colocava em pauta a emancipação da localidade de Novo Nilo, com a consequente subordinação de Lagoa Alegre àquele município hipotético(Inácio,2023).

Como forma de espalhar as ideias do grupo a que pertencia, Borges Leal adotou a estratégia de promover cartas abertas[7], como a que segue:

> Em razão da proximidade das eleições para deputado estadual e federal, governador e senador, gostaria de chamar atenção do povo de Lagoa Alegre e localidades vizinhas para que a comunidade continue unida e lutando pelo direito de emancipação do povoado de Lagoa Alegre, pois o projeto de lei do "Novo Município" encontra-se na Assembleia Legislativa, com 45 outros projetos. A proposta do novo município é séria, competente, verdadeira, porque surgiu da vontade popular, e representa a nossa independência. O grito de liberdade de nossa gente pela valorização dos seus direitos constitucionais, baseando nos limites de seu território, o progresso, o desenvolvimento de uma forma de vida justa e mais humana para o povo residente nesta região (Inácio, 2023, p. 231).

No excerto citado, é possível assinalar a construção por parte de Borges Leal, de representações acerca de seu projeto político e dos de seus adversários. Para Roger Chartier, a representação é uma construção cultural que busca influenciar as formas de percepção da realidade pelos indivíduos e grupos, fazendo com que as diferenças entre-eles sejam colocadas como antagônicas e naturais, sendo mobilizadas especialmente em situações de conflito entre estratos sociais (Chartier *apud* Guimarães,2021). Assim, o autor da carta busca ressaltar uma identidade entre a proposta de seu grupo e a vontade popular, bem como apontar seu maior benefício frente às outras quarenta e cinco que menciona.

Em outra dessas mensagens, são mobilizadas representações que contrapõem o povo de Lagoa Alegre, "filhos pobres mais ilustres desta terra", a "pessoas de grande prestígio político de União", numa dicotomia em que o auxílio divino estaria do lado dos mais humildes,

7 As cartas eram veiculadas num programa de rádio, "Todos Gostam de Viola", de uma emissora situada em José de Freitas, por meio do violeiro Tiago Coutinho, sendo feita 12 vezes por semana, distribuídas ao longo de 4 dias (Inácio,n 2023).

ainda que o movimento pela emancipação fosse coordenado por políticos e profissionais que, como Borges Leal, eram oriundos da elite econômica daquela região[8]:

Antes das duas propostas existirem, Lagoa Alegre estava ficando fora da relação dos 'novos municípios', simplesmente por questão de capricho e orgulho, de oportunismo, de vaidade pessoal de determinadas pessoas de grande prestígio político em União, que não queriam aceitar a ideia de transformar o nosso povoado em cidade, embora estivessem no dever e na obrigação de devolver ao povoem forma de reconhecimento a gratidão, os votos que sempre receberam em épocas de eleições. No entanto, os filhos pobres mais ilustres desta terra, com coragem, fé em Deus, conseguiram se impor e defender o direito sagrado da comunidade, firmando em lei um documento que, se aprovado pela Assembleia, permitirá este povoado e localidades vizinhas realizar sua independência (Inácio, 2023, p. 229).

O sucesso da estratégia das cartas abertas divulgadas na rádio parece ser atestado pelo resultado favorável do plebiscito pela emancipação, ocorrido em 1992, que resultou em ampla maioria de 1740 votos a favor - 123 optaram pelo "não" (Inácio, 2023, p. 250). O êxito da reivindicação pode ser atribuído, pelo menos em parte, à conjuntura política do pós-ditadura, em cujos espaços públicos a democratização era associada à ideia de descentralização administrativa (Tomio, 2002). Dessa forma, Borges Leal aparenta manter, desde a juventude, um histórico, ainda que descontínuo, de alinhamento à luta democrática. Sugere-se, assim, que o estudo mais aprofundado dos processos de emancipação política municipal ocorridos entre a promulgação da Constituição de 1988 e meados dos anos 1990 tem o potencial de contribuir para maior inserção do estado do Piauí na história das lutas democráticas no Brasil, especialmente no que diz respeito aos atores políticos envolvidos sobretudo na esfera municipal.

8 Mesmo a estratégia adotada por Borges Leal de escrever cartas abertas aponta para a necessidade de convencimento daquela população, aparentemente desnecessária caso a reivindicação tivesse um caráter tão massificado como as mensagens defendem.

Após o processo, Osael Borges Leal se candidatou a vereador e chegou à presidência da Câmara Municipal de Lagoa Alegre em sua primeira legislatura, vindo a falecer em 23 de março de 2021, em decorrência da covid-19, após quatro mandatos consecutivos como vereador e duas candidaturas malsucedidas, a prefeito e a vice-prefeito, respectivamente (Inácio, 2023, p. 379).

Conclusão

Osael Borges Leal, longe de ser um personagem idealizado, desde o início de sua atuação política se colocou como pertencente à população cuja emancipação política pretendia conseguir. O apelido que utiliza para si mesmo de "Amigo Osa" é um indício do cultivo dessa atitude, a qual foi reconhecida pela população por meio de quatro mandatos. Mais do que um ator político, Borges Leal pode ser compreendido como evidência de que as lutas políticas não se dão necessariamente por contínuas aparições em manchetes, mas demonstram a importância da legitimidade conquistada por meio de uma longa trajetória de contato e conhecimento das demandas locais, bem como da percepção de como divulgar representações que encontrem respaldo no imaginário coletivo local.

Para a História, tão importante quanto o esforço de memória são as atitudes tomadas para seu esquecimento ou dissolução. Michel Pollak, em seu estudo acerca das "memórias subterrâneas", levanta a possibilidade de inserir na pesquisa histórico-social os procedimentos utilizados, sob regimes autoritários, pelas estruturas de dominação, para apagar lembranças do espaço público, e pelos indivíduos e comunidades, para preservar aquelas rememorações, sob a máxima segurança possível da esfera do doméstico e familiar(Pollak,1989). No que diz respeito à biografia, entretanto, os pesquisadores devem levar em conta que os processos de lembrança, esquecimento e expressão do que é lembrado não operam unicamente de forma racional, e, portanto, não devem ser reduzidos a explicações que dependam da intencionalidade

individual em revelar ou em esconder esta ou aquela memória (Araújo, Santos, 2007, p. 109). Assim, embora a participação política de Borges Leal possa ter tido efeitos nas memórias que permitiu serem escritas para posterior publicação, a pesquisa acerca de sua trajetória não se esgota nesse âmbito, mas permite a inclusão de categorias que escapem a esse escopo, como aquelas ligadas ao campo das afetividades. Pesquisas posteriores são sugeridas para elucidar seu potencial metodológico para a maior compreensão biográfica de Borges Leal, mas também de outros indivíduos ligados à história de Lagoa Alegre e do Piauí.

Ainda que os historiadores possam trabalhar com essas disposições gerais, não se diminui a importância da condução de estudos voltados à região focalizada pelo recorte geográfico do presente capítulo. Levi alerta para a ligação entre a ciência historiográfica e o necessário empirismo que legitima seu estatuto científico, condensada na constatação de que os problemas historiográficos devem ter respostas específicas, buscadas no local e na temporalidade de produção das fontes, uma vez que a generalização das conclusões de um ou mais trabalhos tende a prescindir de base material[9](Levi,2014). Logo, ressalta-se a necessidade de mais pesquisas voltadas aos municípios do norte do estado do Piauí, especialmente aqueles surgidos pós-1988, como resultado do aumento da autonomia de criação dessas unidades político-administrativas, possibilitado pela nova Constituição.

Referências

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79, p. 95-111, 2007.

BRANDT, Cristina Thedim. A criação de municípios após a Constituição de 1988. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, a.47,

9 "a História é a ciência das perguntas gerais, mas das respostas locais"(Levi,2014,p. 1). No mesmo trabalho: "A História como ciência propõe perguntas gerais que surgem no local e que sempre devem ter respostas diferentes"(Levi,2014,p. 2).

n.187, p.59-75,2010.

BUONICORE, Augusto C. Capítulos da História da Ação Popular(1ª Parte). Disponível em: https://grabois.org.br/2014/09/01/captulos-da-histria-da-ao-popular-1-parte-2/. Acesso em: 01 abr. 2026.

CASTRO, Celso. O golpe de 1964 e a instauração do regime militar. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/artigos/golpe-1964.

FARIAS, Francisco. *Do Coronelismo ao Clientelismo: práticas eleitorais no Piauí, Brasil*. Teresina: EDUFPI, 2020.

FARIAS, Vanessa Soares Negreiros. As transformações na Educação piauiense na Era Vargas. Disponívelem:https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364667310_ARQUIVO_EDUCACAONOPIAUI-ANPUH2.pdf. Acesso em: 01 abr. 2026.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUIMARÃES, Valéria dos Santos. Entrevista com Roger Chartier – Representações das práticas, práticas da representação. *História*, São Paulo, v.40, e2021065, 2021.

INÁCIO, Thiago. *Lagoa Alegre: a história recontada*. Teresina: Cancioneiro, 2023.

LACERDA, Diego Andrev de Aguiar. *A atuação dos comunistas no movimento estudantil de Pernambuco: da Frente do Recife ao AI-5(1956-1968)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

LEVI, Giovani. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Tempo*, Niterói, v. 20, DOI: 10.5533/TEM-1980-542X-2014203606, p. 1-20, 2014.

LEVILLAIN, Phillipe. Os protagonistas: da biografia. *In*: RÉMOND,

René(org.). *Por uma história política*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MAUAD, Ana Maria; LISSOVSKY, Mauricio. As mil e uma mortes de um estudante: foto-ícones e história fotográfica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.34, n.72, p.4-29,2021.

MÜLLER, Angélica. "Você me prende vivo, eu escapo morto": a comemoração da morte de estudantes na resistência contra o regime militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.31, n.61,p.167-184,2011.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. Quem tem medo da revolução camponesa? O anticomunismo piauiense e questão agrária na década de 1960. *Revista do LABOR*, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 1-14, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

PRIORI, Angelo *et al*. *História Política do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo(orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. A criação de municípios após a Constituição de 1988. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 61-89, 2002.

VARELA, Raquel; SANTA, Roberto Della. *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 969-991, 2018.



DA MARGEM AO CENTRO

a trajetória Política de Kátia Nogueira Tapety, a primeira transexual eleita a um cargo legislativo no Brasil.

Diego da Silva Sousa
Olívia Candeia Lima Rocha

Introdução

Kátia Nogueira Tapety é, decerto, uma das personalidades mais relevantes na história da política brasileira, no que concerne à inclusão de pessoas transgênero. Nascida em 24 de Abril de 1949 na cidade de Oeiras-PI, ela nos apresenta uma história de vida repleta de adversidades e conquistas. Em 1992, Kátia Tapety se tornou a primeira mulher transexual a ocupar um cargo

eletivo no Brasil, bem como a primeira pessoa transgênero a ocupar um cargo legislativo da América Latina[1].

Destaca-se que Kátia Nogueira Tapety exerceu três mandatos de vereadora da cidade de Colônia do Piauí, entre os anos de 1993 a 2004, e foi vice-prefeita da referida cidade no quadriênio que corresponde aos anos de 2005 a 2008. Efetivamente, o que nos chamou atenção é o fato de que, em uma cidade do interior piauiense, caracterizada como predominantemente católica, uma mulher transexual, negra e candomblecista conquistou espaços políticos no poder legislativo e executivo. Destarte, a sociedade brasileira contemporânea caracteriza-se pela continuidade de preconceitos herdados de um processo de colonização de viés patriarcal, cisnormativo, baseado na heterossexualidade compulsória (Green, 2019).

A permanência de preconceitos relacionados às pessoas LGBTQIA+[2] na contemporaneidade ressalta a importância de refletirmos sobre o êxito político de Kátia Tapety. Para tanto, é preciso pensar Kátia Nogueira Tapety, como protagonista de um processo histórico, levando em conta aspectos de sua trajetória de vida, experiências e subjetividade que foram reportados pela mesma em entrevista concedida aos autores deste capítulo. Dentre as indagações que orientaram o diálogo realizado, mencionam-se questões relacionadas à infância, ao ingresso na política e ao processo de autodescoberta, como uma mulher transexual. Além da entrevista oral, menciona-se, dentre as fontes, o documentário "Kátia", produzido por Karla Holanda e lançado no ano de 2012.

A metodologia da História Oral consiste em um importante recurso para inscrever narrativas e percepções subjetivas que ajudam a

1 Referência: TAPETY, Kátia. Sobre Kátia, Race and Equality. Disponível em: Raça e Igualdade lança 'Escola de Formação Política Kátia Tapety' - Race and Equality. Acesso em: 10 mar. 2026.

2 A sigla LGBTQIA + refere-se a variações de gênero e sexualidade da atualidade. Assim sendo, o L se refere a Lésbicas, G a Gays, B a Bissexuais, T a Travestis, Transexuais ou Transgêneros, Q a Queer, I a Intersexo, A a Assexuais e o + a possíveis variantes que possam surgir (Trevisan, 2018)

compreender processos históricos e a escrever a história sob o ponto de vista de personalidades que se destacaram, informando sobre trajetórias de vida e experiências que se relacionam à história regional e à de grupos e segmentos sociais, muitas vezes marginalizados ou discriminados socialmente (Amado, 2006; Souza, 2022).

Ressalta-se que os relatos de memória oferecidos por Kátia Tapety são exemplares na medida em que apresentam singularidades de sua trajetória de vida e especificidades que se relacionam a experiências, muitas vezes compartilhadas por pessoas LGBTQIA+, no que concerne à rejeição e discriminação social. Entretanto, nesta análise o que se pretende ressaltar é a resiliência e a capacidade de vencer obstáculos sociais e culturais, como forma de resistência, de invenção e reinvenção de si mesma, que Kátia Nogueira Tapety promoveu ao abrir veredas políticas como uma mulher transgênero no interior do Piauí, em um contexto social e histórico adverso, caracterizado pelo patriarcalismo, a heteronormatividade e a cisnormatividade.

De José a Kátia: a trajetória de uma mulher transexual em uma cidade do interior do Piauí

Kátia Nogueira Tapety reside em Colônia do Piauí, município que foi emancipado de Oeiras, em 29 de Abril de 1992. Atualmente, ela mora em um imóvel que já pertencia à sua família quando esta localidade ainda era zona rural da cidade de Oeiras. Portanto, considera-se que as duas cidades se constituem como espaços de experiência social, afetiva e política para Kátia Nogueira Tapety.

Ao nascer, Kátia Nogueira Tapety foi formalmente batizada pelos seus genitores, Sebastião Tapety e Ceci do Carmo Tapety, como José Nogueira Tapety Sobrinho. Observa-se que o nome masculino atribuído a ela foi uma homenagem a José Nogueira Tapety, seu tio paterno. A menção ao antigo nome de Kátia Tapety não se trata de desrespeito à sua identificação com o gênero feminino e à sua subjetividade como mulher. Sobretudo, porque foi possível perceber que o processo

de descoberta de uma identidade de gênero feminino e a obtenção de um novo documento de identificação fazem parte da história de vida e das conquistas da biografada.

Apesar do conservadorismo presente na "Capital da fé", como é popularmente conhecida a cidade de Oeiras-PI, Kátia Tapety, informa que: "Eu tinha dezoito anos... foi muita coragem, no sertão de cabra macho uma trans se assumir" (Tapety, 2025). A aquisição da maioridade civil e o falecimento da figura paterna podem ter contribuído para seu processo de autoafirmação. O marco temporal sugerido pela entrevistada, nos remete ao ano de 1967; segundo Kátia Tapety, nesse período não havia na localidade em que ela vivia, outras personalidades socialmente reconhecidas como pessoas LGBTQIA+. Em virtude do temor de ser alvo da censura social, as pessoas não costumavam assumir publicamente, orientações de gênero e de sexualidade divergentes dos padrões culturais da cisnormatividade e da heteronormatividade.

Green (2019) observa que, uma vez que o patriarcado se constitui como uma herança do passado colonial, ele estende-se por toda a sociedade brasileira e faz-se principalmente presente nas pequenas cidades e zonas rurais do território. Por conseguinte, muitos indivíduos LGBTQIA+ nascidos no século XX, em busca de "anonimato social", migraram para metrópoles como Rio de Janeiro ou São Paulo.

As dificuldades vivenciadas por Kátia Tapety podem ser apreendidas a partir da compreensão de que sistemas normativos de gênero e sexualidade, associados ao patriarcado, promovem a intolerância com comportamentos tidos como "diferentes", ou seja, pessoas transexuais ao subverterem as "normas" de gênero implementadas por esse sistema "passam a viver em um lugar que, para muitos, é um não lugar", caracterizando-se como um processo de repressão e exclusão social (Nascimento, 2021, p. 14).

Kátia Tapety faz parte também desse grupo de LGBTQIA+ que nascem e crescem nas zonas rurais do Brasil e que enfrentam, em decorrência disso, diversas problemáticas sociais relacionadas ao gênero e à sexualidade. Contudo, ao contrário de muitos LGBTQIA+ nascidos

no Brasil do século XX, ela escolheu permanecer na sua cidade natal, isso deve ser considerado como fato significativo na sua experiência e trajetória política. Afinal, não devemos ignorar o espaço geográfico ou torná-lo um conceito a-histórico, justamente pela importância que este possui para a formação do indivíduo, bem como no desdobramento de suas concepções identitárias, religiosas e sociais como um todo (Albuquerque, Júnior, 2018).

Ela relata que em sua infância já demonstrava comportamentos "ditos femininos", tais como, brincar com bonecas. Podemos compreender que ela, desde muito cedo, se afastava do ideário normativo que exige qualidades femininas e masculinas distintas, ou seja, ela não permitia que seu corpo e seus gestos fossem modelados através do ideário normativo patriarcal (Swain, 2001). Contudo, devemos ressaltar que a compreensão de ser "diferente" não parte propriamente da entrevistada. Quando questionada sobre os seus primeiros momentos de identificação com o gênero feminino, é, justamente seu pai, Sebastião Tapety, que ela menciona:

> Ele percebeu, ele sentiu que eu ia ser diferente dos outros... ele sentiu que eu ia ser Kátia, percebeu porque menino sempre brinca com bola, com os meninos macho, eu só queria brincar com boneca, com as meninas fêmeas (Tapety, 2025).

Apreendida como uma pessoa do gênero masculino, Kátia Tapety teve que enfrentar as primeiras adversidades ainda durante a infância. Os empecilhos surgiram em um processo de autodescoberta que teve que se desenvolver em uma sociedade patriarcal, que desde a concepção dos seres, divide e limita os conceitos de gênero a uma idealização binária que interliga sexo/gênero, ou seja, uma vez que o patriarcalismo dita o que socialmente é "ser homem" e o que socialmente é "ser mulher" torna-se comum que pessoas transexuais sintam dificuldades em compreender e externalizar quem verdadeiramente são, justamente porque suas identidades vão de encontro às normativas patriarcais estabelecidas (Nascimento, 2021).

Em vista disso ao passo que ela destaca: “Ele percebeu” e “Ele sentiu que eu ia ser diferente dos outros...ele sentiu que eu ia ser Kátia”, podemos compreender que o reconhecimento enquanto ser “diferente” não partia propriamente de Kátia Tapety, mas sim dos sujeitos que conviviam com ela. Quando rememora o passado e as lembranças que tem do pai, Kátia Tapety destaca que ele era muito preconceituoso, e que de forma costumeira, afirmava que: “O homem que faz isso tem que ser morto, tem que ser matado” (Tapety, 2025). O enunciado em destaque refere-se a uma interdição moral relacionada à marcações de gênero e sexualidade interditas ao sexo masculino, se constituindo em uma expressão de preconceitos e discursos LGBTfóbicos que permeiam a sociedade brasileira, como resultado de um processo constante de deslegitimação social e são reflexos de moldes coloniais, ou seja, de preconceitos e estigmas trazidos pelo colonizador europeu que se perpetuam em uma estrutura homofóbica, racista, sexista e classista de opressão (Pfeil, 2020).

Portanto, a interpretação de Sebastião Tapety em relação à sexualidade de Kátia Nogueira Tapety acarretou inúmeros problemas no que tange o seu desenvolvimento pessoal, essencialmente no período de sua juventude. Mediante o exposto, apreende-se que Kátia Tapety viveu em um contexto de relações de poder sociais e familiares que censuravam a livre expressão de sua subjetividade de gênero. A entrevistada ressaltou que teve uma juventude “muito presa”, que praticamente não podia sair de casa e que, nas raras vezes em que saia, estava sempre em estrita vigilância (Tapety, 2025).

Kátia Tapety relatou que, quando recebiam visitas em casa, era costumeiro que o pai apresentasse apenas seus irmãos. Ela enfatizou: “É verdade, aconteceu, pro povo não me ver, pra não dizer a menininha, era preconceito”. Deve-se também considerar que a atitude dos familiares era perpassada por modelos que orientavam comportamentos considerados apropriados para o gênero feminino e para o masculino, que procuravam também esquivar-se da censura social realizada pela

comunidade e não apenas sobre o indivíduo, mas também sobre seu grupo familiar, que passava a ser alvo de fofocas e comentários jocosos.

Sebastião Tapety atribuía a diferença de comportamento entre Kátia Tapety e seus irmãos do sexo masculino, à uma expressão de homossexualidade. Segundo a biografada, o pai lhe retirou da escola e restringiu seu estudo ao ambiente familiar, sob o argumento de que ela poderia se envolver em namoros com outros indivíduos do sexo biológico masculino:

> Fui nada! não ele não deixava não, meu pai não deixava não. Que ele disse que eu não ia pra escola, que eu ia era namorar com os meninos na escola [...] "Fiquei! Fiquei sem estudar, meus irmãos todos se formaram, são bancário, são professora, e eu, se eu tivesse estudado talvez eu era médica (Tapety, 2025).

Kátia Tapety relata com certa mágoa que gostaria de ter tido acesso a um nível maior de instrução. Para ela se tivesse recebido o mesmo incentivo familiar que foi conferido aos seus irmãos, poderia inclusive, ter seguido carreira na área da medicina. Compreende-se que os preconceitos sociais e familiares restringiram o acesso dela a uma formação educacional a nível superior, e por conseguinte, a profissões de *status* social mais elevado e melhor remuneradas.

Dessarte, Louro explica que atribuir, ainda na infância, ao menino a concepção de "cabra macho" e à menina a concepção de "fragilidade", para além de desconsiderar as suas subjetividades, também impossibilita a livre e plural expressão de gênero e de sexualidade. Essa prática leva a uma idealização que "articula, então, as identidades de gênero 'normais' a um único modelo de identidade sexual: a identidade heterossexual" (Louro, 2000, p. 17). Isso, contribuiu para que pais atuem reprovando e punindo comportamentos que fogem às normativas de gênero e de sexualidade que contrariam os padrões de heteronormatividade e cisnormatividade.

A partir destas considerações, podemos conjecturar que o pai de Kátia Nogueira Tapety a retirou da escola, justamente, para escon-

dê-la da sociedade ou, ainda, como forma de punir o possível comportamento homoafetivo que era atribuído a ela na época, percebida pela família como um menino. O fato é que punições como esta manifestam-se como um mecanismo de controle social sobre os corpos e mostram-se, infelizmente, presentes na infância de muitos jovens LGBTQIA+, prejudicando assim, o desenvolvimento pessoal destes indivíduos (Louro, 2000). Dessa maneira, quando analisamos esse aspecto da sua trajetória de vida, podemos constatar que o paradoxo surge uma vez que Kátia Tapety, a quem o acesso à instrução formal foi dificultado, anos depois passou a nomear, através dos seus feitos, uma escola: a Escola de Formação Política Kátia Tapety[3].

O núcleo familiar de Kátia Tapety, era composto por oito irmãos, dos quais sete eram do sexo masculino. Kátia Tapety (2025) avalia que a sua relação com os irmãos, com exceção de Benedito Tapeti, era "fria" e esse distanciamento continuou durante a fase da juventude e vida adulta. Benedito Tapeti observou no documentário "Kátia" produzido no ano de 2012, que os demais irmãos não gostavam de ter uma irmã transexual:

> Eu tive oportunidade de estudar um pouco mais, e eu busquei a compreensão de que "ele" tem a preferência "dele" e a gente não pode "condená-lo" por isso, apesar de ter alguns irmãos que não gostam, mas eu sempre aceitei" "Os outros chamam de Zezão (Kátia, 2012).

Pode-se depreender, que os preconceitos e represálias que Kátia Nogueira Tapety teve de enfrentar na infância, não se limitavam à figura paterna, mas que houve um processo de deslegitimação de gênero que perpassou também a relação com a maioria de seus irmãos: "a

3 A Escola de Formação Política Kátia Tapety foi fundada em 10 de maio de 2022, pelo Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, como ação preliminar de um projeto de Formação Política para Mulheres LGBTI, patrocinado pela *Open Society Foundation*. O objetivo é o desenvolvimento de ações que envolvem a capacitação pedagógica e o fortalecimento democrático como forma de combater o aumento da violência política e eleitoral de gênero e raça no país (BRASIL PT, 2022).

minha irmã até hoje, a minha irmã mora em fortaleza, não aceita, não me chama de Kátia não, me chama Zezão" (Tapety, 2025).

Benedito Tapeti foi o único irmão que expressou acolhimento em relação à transexualidade de Kátia Tapety. Os demais irmãos continuaram utilizando um apelido familiar que remete à ideia de masculinidade e imponência, reforçando às expectativas de gênero e sexualidade que haviam sido projetadas sobre ela ainda na infância, o que pode se configurar como um mecanismo punitivo. Almeida observa que:

> A homofobia é o conjunto de práticas e discursos negativos em conta de aspectos sociais, morais e jurídicos que venha afetar com palavras ou atos físicos contra um homossexual. Assim são vítimas da homofobia gays, lésbica, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. A discriminação na família dos LGBTQIA+, é a pior homofobia sofrida por essas pessoas, onde é, no convívio familiar, que se deve encontrar o amor, o respeito e confiança (Almeida, 2025).

Vale destacar que a homofobia, quando presente no núcleo familiar, prejudica o pleno desenvolvimento de jovens LGBTQIA+, caracterizando a quebra da confiança, do respeito e do amor que é esperado por esses sujeitos, com relação aos seus pais e irmãos. A partir dessa reflexão, entende-se que ao se mostrarem "diferentes" e, ao subverterem as "normas" de gênero, indivíduos LGBTQIA+, precisamente transexuais e travestis, passam a enfrentar violentas represálias sociais. Em relação ao gênero, a autora piauiense Leticia Nascimento (2021) destaca que, é comum que estas represálias busquem deslegitimar as transições de gênero e a feminilidade das mulheres travestis e transexuais. Nascimento (2021) explica que o sistema heteronormativo implementa na sociedade um senso de interrogação quando o assunto é transição de gênero, ocasionando um questionamento social frente ao legítimo gênero desses indivíduos:

> A interrogação de se nós, mulheres transexuais somos ou não mulheres, é um martelar constante, dúvida produzida pelo não enquadramento de nossas experiências dentro do CIStema colonial moderno de gênero" (Nascimento, 2021, p. 13).

Dessa maneira, a partir da exposição da autora, podemos refletir acerca da rejeição que o pai e alguns dos irmãos de Kátia Nogueira Tapety apresentaram frente à sua sexualidade e à sua transexualidade. A negação da transição de gênero, através da identificação persistente pelo nome "masculino" atribuído no nascimento, segue um modelo socialmente vigente e reflete, sobretudo, de exclusões históricas, consideradas legítimas por meio da hegemonia e de uma iminente centralização do patriarcado que acarreta, por consequência, a vigência de uma heterossexualidade compulsória (Nascimento, 2021).

Quando questionada em relação às inúmeras dificuldades que era viver/sobreviver no contexto de uma pequena cidade e ao ser indagada sobre a sua permanência em uma localidade fundamentalmente rural, Kátia Nogueira Tapety expressa o desejo que tinha, ainda jovem, de deixar o município para migrar para uma metrópole. Ela acrescenta que cidades grandes proporcionam liberdade e destaca na entrevista: "Liberdade... pelejei pra morar mas minha mãe não deixava não, ela não deixava não." (Tapety, 2025).

Assim, na busca por compreender as motivações que desencadearam as negativas de sua mãe, questionamos Kátia Tapety em relação a sua percepção sobre tal oposição materna, ao que ela respondeu que: "tinha apego de carinho, tinha medo de me perder". Dessa forma, podemos compreender que a mãe demonstrava certa proteção para com ela, pois, além do afeto, ela poderia também ter medo que Kátia Tapety sofresse com os preconceitos e formas de violência praticados contra pessoas LGBTQIA+ na sociedade brasileira. A mãe pretendia, inclusive, legar à filha, a profissão de costureira, apesar de Kátia Tapety não demonstrar, segundo ela própria, nenhum interesse nessa atividade (Tapety, 2025).

Quando questionada acerca da primeira vez que utilizou brincos, pó compacto, batom, roupas femininas e tudo aquilo que a sociedade idealiza como sendo performativo do feminino, Kátia Tapety relatou que o fato ocorreu em uma apresentação escolar, na qual ela teve que se "montar" para uma performance. Prontamente, ela escutou comentários como "Nossa, ficou uma menininha mesmo", o que lhe animou e despertou o desejo que ela já possuía, mas que não sabia como externalizar (Tapety, 2025)

O nome "Kátia" só surge mais tarde através de um amigo que, incomodado com o fato de a tratarem no masculino, estabelece que o seu novo nome seria "Kátia". A partir disso, ela salienta que, efetivamente, passa a ser denominada dessa forma, ou seja, as pessoas, passam a lhe interpelar cotidianamente como "Kátia Tapety" e não "José Nogueira Tapety Sobrinho".

Consequentemente, em relação às motivações que a levaram a buscar formalizar juridicamente o nome "Kátia Nogueira Tapety", ela menciona um constrangimento vivenciado em um aeroporto, enquanto viajava para um evento em Brasília. Kátia Tapety descreve que se sentiu constrangida enquanto o balconista da instituição convocava, nominalmente, a lista de passageiros. Ela relata o seguinte:

> [...] o nome, aí, alô, alô, no balcão fazendo a chamada, chama a presença de José Nogueira Tapety, aí eu morri de vergonha para encostar porque o povo via uma mulher, não um José. Aí ele disse: Pois vamos mudar agora. Aí mudou (Tapety, 2025).

Logo após o ocorrido, Kátia Tapety decide alterar o seu Registro Geral e, portanto, procurou os meios judiciais necessários para tal. Em entrevista, ela acrescentou que utilizou as correspondências que recebia ao longo dos anos, para justificar a veracidade em ser, de fato, transexual. Segundo a entrevistada, o juiz a tratou bem e não apresentou obstáculos jurídicos em relação à alteração do nome e do gênero presente no seu documento. Apesar de não ter vergonha do antigo documento, a conquista da nova identidade representou um sonho

realizado, uma vez que expressa de forma autêntica sua identidade de gênero:

> Porque eu como vereadora, vinham as correspondências pra mim, só vinha tudo como Kátia, Kátia. Aí eu peguei os... as correspondências tudinho e levei pro juiz, aí o juiz viu, já...não tem nada, tem que mudar mesmo porque já é Kátia [...] Eu hoje chego, já entrego com todo prazer meu RG... Foi importante, pra mim, é. É porque eu realizei o meu desejo, mas também não tenho vergonha do RG do passado José Nogueira Tapety não (Tapety, 2025).

No documentário "Kátia" produzido em 2012, ela exibe com satisfação a carteira de identidade com a identificação social pela qual já era reconhecida. Entretanto, apenas em 2018 esse direito foi garantido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e regulamentado pelo Provimento nº 73/2018 do Conselho Nacional de Justiça a todas as pessoas transgênero, sem exigências de cirurgias, laudos médicos ou ação judicial (Antra, 2018)

O nome atua como uma "marca registrada" dos indivíduos e, a partir disso, apegados justamente à concepção de binarismo sexo/gênero, os pais, ainda durante o percurso da concepção da criança ou "antes mesmo do nascimento, criam listas nominais e eventos para a descoberta do sexo do bebê" (Silva, 2020, p. 392). A relação sexo/gênero naturalizada socialmente, uma vez que interligada a ideia de genética, produz os conceitos de feminino e masculino. Desta maneira, é a partir desses conceitos que a criança que será chamada de "Maria ou João" passa a ser diretamente definida, apesar de tampouco ter noção de quem é, bem como do que a espera. Dessa forma, ao predestinar a criança a um determinado gênero e, ao reduzir de forma binária a compreensão das suas futuras vontades, os pais, fundamentalmente, se frustram ao perceberem que, de fato, o seu filho/filha expressa uma performance de gênero distinta daquilo que eles e a "sociedade" definem como ideal.

A predeterminação de nomes que são marcados em documentos podem se constituir em fatores de exclusão social, sejam esses, Marias, Joãos, ou no caso em questão José. Dessa forma, convém destacar que, devemos questionar as credenciais "tradicionais" de gênero que foram biologicamente/socialmente cristalizadas e normatizadas em somente duas identidades sexuais: masculino e feminino, uma vez que não podemos, diante da pluralidade das vivências sexuais, definir uma padronização ou uma normatização incontestável (Swain, 2001; Silva, 2020).

Trajetória comunitária e política de Kátia Tapety

Antes de ingressar na política, Kátia Nogueira Tapety já prestava serviços à comunidade. Mediante essa informação convém rememorar os relatos do morador Milton de Macedo presentes no documentário "Kátia", justamente para compreendermos que ela foi, desde muito cedo, apartada da plena convivência familiar. Logo após a família de Kátia Tapety "abandoná-la" no pequeno povoado que hoje corresponde àcidade de Colônia do Piauí, como bem destaca o morador, ela passou a ter que "se virar" como pôde na comunidade (Kátia, 2012).

Nessa circunstância de um recomeço, ela uma vez inserida naquele "novo" espaço, busca se adequar, criar os seus primeiros vínculos afetivos e fixar as suas primeiras relações interpessoais. Com o decorrer do tempo é possível destacar que Kátia Nogueira Tapety efetivamente desenvolveu inúmeras conexões na comunidade. Em contraste, vale acentuar que a mulher que foi outrora "abandonada" torna-se importante para a conjuntura social local, devido à prestação de serviços, sobretudo voltados à área da saúde. A partir disso destaca-se que antes mesmo de ser vereadora ela já desempenhava funções significativas na região.

Considerando o contexto brasileiro da segunda metade do século XX, verifica-se a incipiente interiorização da estrutura de serviços de saúde à população, o que era vivenciado de forma mais grave pelas

populações de menor poder aquisitivo (Finkelman, 2002). Nesse cenário, Kátia Nogueira Tapety desempenhou dois serviços ímpares para a saúde da comunidade: a extração de dentes e a realização de partos, dois encargos de grande responsabilidade social e que contribuíram com o seu êxito eleitoral no campo político.

A atuação em atividades de relevante interesse social colocava Kátia Tapety em contato frequente com a população, colaborando com a notoriedade regional de nossa protagonista. Ela trabalhava como auxiliar de dentista; e a sua função, inicialmente, era acompanhar o médico e auxiliá-lo nos procedimentos odontológicos. O perímetro em que ambos atuavam englobava todo o povoado de Colônia do Piauí, bem como as comunidades circunvizinhas. Contudo, Kátia Tapety destaca em entrevista que a população passou a procurá-la requerendo-lhe extrações dentárias:

> Era dentista, dentista prática, trabalhava com um médico formado, aí o povo começaram querer extrair comigo, aí não queria mais com o médico [...] Foi, na prática, dentista, eu era dentista daqui da região, na época era eu, hoje não pode, quem não é formado não pode, mas o povo vinha de... dos interior amontado em cavalo pra extrair dente, eu extrair dente aqui. Eu era dentista, eu era dentista da cidade (Tapety, 2025).

Kátia Nogueira Tapety observa que atuava como dentista prática, sem formação acadêmica na área, devido à demanda da população que procurava pelos seus serviços. Dessa maneira, é justamente através do vínculo informal de trabalho que ela passa a ser conhecida pelos moradores como a "dentista da cidade". Dessarte, quando analisamos a descrição acima, constatamos que, ao dizer: "Eu era dentista, eu era dentista da cidade", Kátia Tapety abraça a denominação popular e passa a se definir também através dela. Posteriormente e, nos moldes informais, ela passou a trabalhar como parteira.

Dessarte, ao relacionarmos o trabalho informal desempenhado por Kátia Tapety na cidade de Colônia do Piauí com o contexto geral

brasileiro, destacamos que a prática da informalidade manifesta-se no cenário nacional há bastante tempo, e que passou a ser, efetivamente, problematizada na segunda metade do século XX devido à influência de um viés modernista que atinge o capitalismo na época:

> A informalidade foi efetivamente problematiza nas décadas de 1960 e 1970, no bojo das interpretações da realidade dos países subdesenvolvidos da América Latina e da África, cujos projetos de modernização pela via da industrialização deixaram de incorporar vastos segmentos produtivos e do mercado de trabalho ao ordenamento institucional de uma economia tipicamente capitalista e regulada (Costa, 2010).

Considerando o processo de regulação do mercado de trabalho, Kátia Tapety afirmou durante a entrevista que gostava de desempenhar as funções práticas de dentista e parteira no povoado, que tinha vocação para as tarefas. Contudo, Kátia Tapety acrescenta que hoje ela é impedida de realizar partos e extrações, pois é necessário à formalização e o requerimento de um diploma médico para tal. Nas suas palavras ela diz exatamente: "hoje não pode, quem não é formado não pode" (Tapety, 2025).

O envolvimento de Kátia Nogueira Tapety com a política emerge também da trajetória de seu grupo familiar na cidade de Oeiras-PI, como ela observa: "Por causa da minha família política, eu cresci no meio deles, vendo eles deputados, prefeitos, cuidando do povo, aí eu habituei naquilo, ajudando" (Tapety, 2025). Segundo Lacan (1987), a família tem um papel central na formação dos sujeitos, tendo em vista que voluntariamente ou involuntariamente, atua na transmissão de comportamentos, dos traços instintivos e culturais do indivíduo. O que implica considerarmos que Kátia Nogueira Tapety insere-se socialmente a partir da família Tapety, compartilhando com seu grupo familiar um interesse para a atuação no campo da política.

Destaca-se que a família Tapety desenvolveu ao longo do século XX prestígio social e político na cidade de Oeiras. Vários de seus integrantes ocuparam cargos políticos, como, vereadores, prefeitos e de-

putados estaduais, o que oportunizou a Kátia Tapety convivência com formas de atuação política, que envolviam a filiação à partidos políticos e trocas de favores como forma de obtenção de coeficiente eleitoral.

Kátia Nogueira Tapety foi a primeira pessoa da sua família a ocupar um cargo público na recém emancipada cidade de Colônia do Piauí. A partir disso, convém refletirmos sobre o contexto social da época para compreendemos como Kátia Tapety, uma mulher negra e transexual, consegue ocupar um cargo legislativo em uma região marcada por padrões culturais e religiosos que valorizam a família patriarcal e a heterossexualidade como norma.

Ressalta-se que, de forma simbólica, Kátia Nogueira Tapety vai da "margem ao centro" e mostra-se um nome importante na diversificação dos espaços democráticos. Considerando que Kátia Tapety foi a primeira mulher transexual a ocupar um cargo eletivo no Brasil em 1992, esse acontecimento se inscreve em um marco temporal recente de cerca de três décadas, ressaltando-se o feito político de Kátia Nogueira Tapety ao se eleger como vereadora em um contexto político predominantemente cisnormativo, em uma cidade do interior do Nordeste, região conhecida por ressaltar a ideia de masculinidades exemplares, associadas à valentia (Albuquerque Júnior, 2003).

Desse modo, contextualizando brevemente o cenário legislativo do Brasil, vale realçar que a política brasileira é, desde a sua redemocratização em 1985, um espaço ocupado majoritariamente por homens, brancos, cisgêneros, heterossexuais e de classe média alta. Esse fato preocupante não se restringe somente ao território nacional, muito pelo contrário, mostra-se presente na ampla maioria das democracias representativas ocidentais (Santos, 2018). Dessa maneira, por exemplo, ao compararmos tal afirmação ao quadro legislativo dos prefeitos da cidade de Oeiras, observamos que entre os anos de 1948 a 2020 a "regra" de fato se aplica. É possível perceber dentre os 20 gestores que lideraram o município que, todos os 20 prefeitos foram decerto homens.

Quando pensamos na recém emancipada Colônia do Piauí, constatamos também que o primeiro gestor da cidade, Marcito José Barbosa Madeira Campos, eleito em 1992 era também um homem. Assim, percebemos que a complexa e extensa "norma" só se desfaz no ano de 1996, com a eleição de Conceição Tapeti como prefeita, pelo Partido dos Trabalhadores (PT)[4]. Essa questão nos leva a refletir acerca de uma hegemonia masculina sobre os espaços de representatividade política no Brasil, o que se verifica também em relação às cidades de Oeiras e Colônia do Piauí. Diante desse quadro, nos perguntamos: a política da região não apresenta espaço para mulheres? Se caso sim, qual espaço era destinado à uma mulher transexual como Kátia Nogueira Tapety?

O período republicano instaura-se sob a centralidade da figura masculina, representada por homens que controlavam as esferas decisórias, definiam agendas, os termos do debate político e até mesmo as condutas que eram relevantes nestas esferas (Santos, 2018). Nesse contexto, convém analisarmos ao longo deste tópico, as consequências de tal organização, ou melhor, desorganização, uma vez que consideramos a perspectiva da margem social, ou seja, o ponto de vista daqueles indivíduos que não se adequam aos moldes normativos hegemônicos.

Abordando propriamente a trajetória legislativa de Kátia Nogueira Tapety, destaca-se que, antes mesmo de ser candidata, ela participava de campanhas políticas da cidade de Oeiras-PI. Kátia Nogueira Tapety ressalta que ainda jovem trabalhava nas campanhas eleitorais da sua família, buscando sempre apoiá-los. Ao ser questionada sobre os seus primeiros contatos com a política institucional ela acrescentou que: "Trabalhava, minha família toda era política. Aqui era povoado de Oeiras e lá era onde saia meu povo, tudo candidato, prefeito, deputado, apoiava eles como candidatos" (Tapety, 2025). Durante esta pergunta, bem como durante toda a entrevista é perceptível que ela associa o

4 O Partido dos Trabalhadores foi criado em 1980, no processo de reabertura política da sociedade brasileira, congregando lideranças de movimentos sociais, intelectuais, segmentos de oposição à ditadura militar, se caracterizando como um partido de esquerda.

termo “Política” ao termo “Trabalho”, e se mantém séria quando é questionada sobre essa atividade.

O convite para se candidatar à vereadora da cidade de Colônia do Piauí, apesar de surgir de uma forma inesperada, não emerge sem pretextos. A sugestão de “lançar” a candidatura de Kátia Nogueira Tapety na recém emancipada Colônia do Piauí partiu do ex-prefeito de Oeiras-PI, Marcos Santana. Segundo Kátia Tapety, ela mantinha uma boa relação com ele e, como citado, era comum que o ajudasse em suas campanhas eleitorais na cidade de Oeiras-PI, função esta que ela atribui a nomenclatura de “cabo eleitoral”:

> [...] aqui era povoado e eu ajudei a eleger o prefeito em Oeiras, trabalhei como cabo eleitoral, quando aqui se emancipou, aí ele disse: Kátia vai ser candidata a vereadora, tu topa? Eu disse: topo. Ai ele me ajudou muito, aí eu saí candidata e fui eleita disparada, abriram as urnas era voto demais (Tapety, 2025)

Dessa forma, Kátia Nogueira Tapety concorreu ao seu primeiro cargo público na pequena cidade de Colônia do Piauí filiada ao PFL (Partido da Frente Liberal)[5]. E, precisamente com 136 votos, ela consegue se eleger e passa a ser conhecida popularmente como “vereadora do povo”. O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, registrou a candidatura e eleição de José Nogueira Tapety Sobrinho[6]. Entretanto, no meio social e político a personalidade em questão era conhecida e renomada como Kátia Tapety. Nas eleições seguintes, Kátia Tapety segue apresentando ótimas votações, em 1996 ela consegue se reeleger com

5 O PFL Foi criado em 1985, como uma dissidência do Partido Democrático Social (PDS), sucessor da Arena, partido de apoio dos governos da ditadura militar. As lideranças do PFL buscavam se inserir como agentes colaboradores do processo de redemocratização da sociedade brasileira, após 20 anos de um regime de autoritarismo político instituído com o golpe militar de 1964. Várias lideranças políticas da família Nogueira Tapety foram filiadas ao PFL, o que pode ter contribuído para que as primeiras candidaturas de Kátia Tapety tenham ocorrido por esta legenda.

6 Resultados de eleições antigas. Disponível em: https://selogi.tre-pi.jus.br/resultados-eleicoes-antigas. Acesso em 30 mai. 2026.

o número de 442 votantes (PFL). No ano de 2000, novamente disputando o cargo de vereadora, Kátia Tapety se elegeu com 316 votantes (PFL).

No ano de 2004, Kátia Tapety concorreu ao cargo de vice-prefeita da cidade de Colônia do Piauí pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB)[7], compondo a chapa da ex-prefeita Lúcia de Fátima Barroso Moura de Abreu Sá filiada ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)[8]. Elas conseguem se eleger com o número de 2.509 votos, uma diferença de mais de 1.000 votos em relação à chapa oponente, encabeçada pelo ex-prefeito Marcito José Barbosa Madeira Campos (PFL). Observa-se que Kátia Tapety integra uma família que já possuía tradição política na localidade: "É! A minha tinha, e ai eu me tornei uma política, mesmo sendo trans, fiquei sendo trans e política. Fui vereadora três vezes, fui presidente de câmara, fui secretário de câmara, fui vice-prefeita" (Tapety, 2025)

A condição de mulher trans antecede o ingresso de Kátia Tapety na política, essa percepção é expressa na forma em que ela situa as condições verbalmente, e é acentuada pela repetição da palavra "trans", indicando também a percepção de que conseguiu conquistar espaços representativos, mesmo sob uma conjuntura social e política adversa para pessoas transgênero.

A título de informação, vale acentuar que, durante o segundo mandato como vereadora, Kátia Tapety foi presidenta da Câmara Municipal de Colônia do Piauí, no biênio 2001-2002. Nas eleições municipais do ano de 2008, Kátia Tapety havia trocado o PFL pelo PSB

7 O PSB foi criado em 1945, com o objetivo de congregar políticos que se identificavam como representantes de uma vertente política de esquerda democrática, adotando como lema: Socialismo e Liberdade.

8 O PMDB foi criado em 1980 no processo de redemocratização da sociedade brasileira. Essa agremiação partidária originou-se a partir do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), fundado em 1966, como partido de oposição, no contexto do bipartidarismo, instituído pela ditadura militar. Em 2017, o PMDB aprovou a renomeação do partido, retornando a utilizar o nome Movimento Democrático Brasileiro e a sigla MDB.

(Partido Socialista Brasileiro), mas não conseguiu êxito eleitoral e ficou como vereadora-suplente com 134 votos. Diante disso, devemos nos questionar se a saída de Kátia Nogueira Tapety do partido PFL acarretou impactos negativos em relação à campanha eleitoral realizada no ano de 2008, tendo em vista a complexidade das coligações partidárias realizadas no Estado do Piauí.

Deve-se, considerar também que a eleição de um candidato não depende apenas do número de votos obtidos, mas do coeficiente eleitoral obtido pela legenda ou coligação partidária. Ao ser questionada sobre os possíveis impactos ocasionados pela troca partidária, ela responde em entrevista que: "Senti, o PFL era mais forte". Kátia Tapety afirma que não conseguiu se eleger através do PSB na cidade de Colônia do Piauí devido à falta de tradição política deste partido na cidade Colônia do Piauí: "Não tinha, o PFL tinha" (Tapety, 2025).

A família Tapety possuía certa "tradição" de atuação política nas cidades de Colônia do Piauí e Oeiras-PI, em virtude da atuação de diferentes gerações deste grupo familiar na política municipal e estadual. O PFL abrigou antigos integrantes da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido criado em 1965, no contexto do bipartidarismo, durante a ditadura militar. Dentre as lideranças políticas do PFL, menciona-se Hugo Napoleão que foi governador do Estado do Piauí, entre 1983-1986; e Freitas Neto, governador entre 1991 a 1994.

Destarte, a primeira década do século XXI, foi marcada pela ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), ao Governo do Estado do Piauí, com a eleição de Wellington Dias em 2002, e sua reeleição como governador do estado em 2006. Esse foi um período em que o declínio político do PFL no contexto político piauiense se acentuou, tendo em vista derrotas eleitorais sucessivas para o executivo estadual; um processo que teve início na década anterior, com a eleição e reeleição de Francisco de Assis Morais Souza (Mão Santa), como governador do estado do Piauí, respectivamente nos pleitos de 1994 e 1998, pelo PMDB.

Visando a manutenção de cargos políticos e de funções de prestígio, é comum na política brasileira que lideranças partidárias migrem para partidos governistas ou partidos da base aliada. Neste sentido, menciona-se, como exemplo, que Juarez Piauiense de Freitas Tapety, após perder a eleição para o legislativo estadual, mesmo sendo filiado ao PFL, aderiu à campanha eleitoral de Mão Santa, pelo PMDB ao Governo do Estado do Piauí em 1994, tornando-se, Secretário de Segurança Pública do governo eleito (Juarez Tapety, 2019).

A migração política para partidos que ascendiam ao poder executivo ou que compunham sua base de alianças representava uma estratégia que tinha como objetivo garantir a manutenção de poder político e eleitoral de lideranças políticas, sobretudo, em um sistema pautado na concessão de cargos e benefícios materiais e pecuniários aos cabos eleitorais e eleitores, como forma de obtenção de votos. Assim, em um cenário de enfraquecimento político do PFL, a filiação de Kátia Tapety ao PSB representava o ingresso da mesma em uma agremiação partidária que compunha a base de apoio do governo Mão Santa.

No âmbito local, as disputas políticas se caracterizam por uma rivalidade que é representada também por grupos familiares. Uma das lideranças estaduais do PSB na época, era Benedito de Carvalho Sá, mais conhecido como B. Sá., adversário político de lideranças da família Nogueira Tapety, em diferentes pleitos eleitorais para o executivo municipal de Oeiras. O que exemplifica a complexidade das relações que envolvem poder político e grupos familiares. Destaca-se, ainda que, no que se refere à escolha da legenda partidária, a conquista e manutenção do poder político, muitas vezes ganha relevo em detrimento dos princípios políticos que norteiam a atuação das legendas. O fato é que a correlação de forças estabelecidas, não resultou em continuidade de êxito eleitoral para Kátia Tapety, no pleito para o legislativo municipal na cidade de Colônia do Piauí, em 2008, mesmo integrando um partido da base governista.

Em 2020, Kátia Tapety candidatou-se novamente ao cargo de vereadora na cidade de Colônia do Piauí, pelo Partido Progressista

(PP), obtendo apenas 18 votos. Naquele ano, a ex-prefeita e correligionária, Lúcia Moura concorreu ao cargo de prefeita da cidade de Colônia do Piauí, pelo PP obtendo 2.384 votos. Entretanto, o candidato eleito foi Selindinho pelo Partido Liberal (PL) com 2.604 votos. É possível conjecturar que a candidatura de Kátia Tapety pelo Partido Progressista tenha relação com o apoio à candidatura de Lúcia Moura, como prefeita pelo PP, tendo em vista que Kátia Tapety foi vice-prefeita da cidade de Colônia do Piauí na gestão de Lúcia Moura como prefeita entre 2005 e 2008.

Destaca-se que, os aspectos econômicos interferem de forma significativa na conjuntura política eleitoral. Granovetter (2006), observa que os moldes formativos da política brasileira, por muito tempo relacionou a ocupação dos cargos a indivíduos socialmente abastados, a trocas de favores e a compra de votos, em detrimento do sufrágio popular, consciente das pautas políticas que orientarão o exercício do mandato dos representantes eleitos.

Observa-se que Kátia Nogueira Tapety vive de forma modesta em uma casa antiga em Colônia do Piauí, proveniente de herança familiar, percebendo-se que não enriqueceu em virtude dos cargos políticos que ocupou. Ela destacou na entrevista que a disputa dos pleitos eleitorais estava, na época, diretamente ligada às condições financeiras dos concorrentes. Questionada sobre uma possível disputa ao cargo de prefeita da cidade de Colônia do Piauí, ela respondeu: "Não, nunca não. Porque pra prefeito tem que ter dinheiro, povo aqui pede demais e eu não tenho condições pra isso não" (Tapety, 2025). Evidencia-se que o aspecto econômico ainda é um fator que contribuiu para o coeficiente eleitoral obtido pelos candidatos. Sendo comum, que práticas clientelistas tenham sua continuidade devido à demanda de eleitores, que esperam obter vantagens em troca de votos nos períodos eleitorais.

Mesmo neste cenário, deve-se destacar que Kátia Nogueira Tapety é uma exceção, não somente por ter sido eleita vereadora de uma cidade pequena, mas sobretudo, por contestar um sistema social que marginaliza corpos transexuais, reduzindo suas possibilidades de re-

presentação política. Destarte, ao constatarmos os marcos alcançados por Kátia Nogueira Tapety devemos considerar também as perseguições sofridas por ela durante as campanhas eleitorais na cidade de Colônia do Piauí.

Kátia Tapety informou que candidatos concorrentes tentaram, a partir de argumentos relacionados ao gênero e à sexualidade, descredibilizá-la. Desse modo, ela ao rememorar o período, descreve que ao chegar às casas dos eleitores era sempre bem recebida, contudo, com certa angústia destaca que um candidato concorrente regularmente questionava o eleitorado sobre a opção de votar em Kátia Tapety. Sobre as inquirições do candidato oponente, ela relata que:

> Sofri, um candidato a vereador chegava nas casas e perguntava, vocês vão votar em quem? Ai os eleitor dizia eu vou votar em Kátia. Ave Maria numa travesti? Num homem que é homossexual? Nós não temos ela como homossexual, nós temos ela como vereadora, como mulher. E aí eu enfrentei várias coisas difíceis, mas dei a volta por cima (Tapety, 2025).

Kátia Nogueira Tapety procura demonstrar não mais se preocupar com o tema e acrescenta na entrevista o seguinte: "Nem... hoje eu nem vejo mais nada disso, porque passou, hoje eu não sou mais política. Nem vejo, não vejo nada não nas perseguição não" (Tapety, 2025). Ela procurou demonstrar que não guarda mágoas em relação à tentativa de candidatos concorrentes de desqualificá-la como candidata, em virtude, de sua transexualidade.

Destarte, as perseguições que Kátia Nogueira Tapety sofreu no final do século XX não surgiram de forma inadvertida, muito pelo contrário, muitos LGBTs do período passavam, assim como ela, por diversas retaliações sociais. A partir disso, Green apresenta o violento cenário brasileiro e destaca que a intolerância contra a comunidade LGBT desponta de forma dramática na última década do século XX. Nesse período, o número de homicídios contra homossexuais, lésbicas e precisamente transsexuais chegava a marca de um a cada três dias.

No final da década de 1990, o quadro se agravou e passou a ser registrado um homicídio a cada dois dias (Green, 2019).

Uma vez que estamos tratando do tema violência, convém observar que Kátia Nogueira Tapety informou que não sofreu agressões físicas durante as campanhas eleitorais que participou como candidata. No contexto, familiar Kátia Tapety afirmou que também nunca sofreu agressões físicas, mas ela ressalta que: "Não, mas brigava com palavras, que às vezes palavras, tem palavras que dói mais que bater" (Tapety, 2025). Contudo, observa-se que as agressões verbais e psicológicas, por sua vez, deixam marcas invisíveis cuja profundidade e extensão são difíceis de mensurar.

A despeito das dificuldades, Kátia Tapety participou ativamente de eventos pela causa LGBTQIA+, inclusive, em cidades, como São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro. Dentre as atividades políticas desenvolvidas por ela, menciona-se a criação da MOPAC (Movimento Piauiense de Assistência LGBT), na cidade de Colônia do Piauí em 20 de maio de 1997. Durante a entrevista, ela destacou que a MOPAC foi a primeira instituição de assistência à comunidade LGBT do Piauí, dentre as ações desenvolvidas, menciona-se, a realização de palestras e a distribuição de preservativos para a população nas cidades de Colônia do Piauí e Oeiras do Piauí (Tapety, 2025).

Movimentos sociais voltados para a representatividade da comunidade LGBTQIA+ no Brasil só surgiram nas décadas de 1970 e 1980, prioritariamente com a emergência de estudantes, escriturários e bancários que se juntavam semanalmente para debater pautas relacionadas à homofobia e a opressão (Green, 2024). A MOPAC constitui-se em uma das instituições representativas da causa LGBTQIA+, no Nordeste, a despeito de não ser tão conhecida, quanto outras organizações congêneres, que surgiram em décadas anteriores na região Sudeste do país.

Considerações finais

Kátia Nogueira Tapety pertence a uma família que tem uma longa trajetória de atuação política em Oeiras, a primeira capital do Estado do Piauí. A presença da família Nogueira no poder público piauiense remonta ao período imperial, enquanto, que o sobrenome Tapety se notabilizou no decorrer do século XX, tendo a cidade de Oeiras como referência geográfica. A vivência nesse ambiente familiar, decerto aproximou Kátia Tapety das campanhas eleitorais, inicialmente como apoiadora de candidaturas de seus familiares e aliados políticos.

Entretanto, Kátia Nogueira Tapety se destacou socialmente devido à sua atuação como dentista prática e parteira leiga. Quando Colônia do Piauí se emancipou politicamente, Kátia Tapety foi incentivada a assumir uma posição de maior visibilidade política, por meio da candidatura ao cargo de vereadora. Essa trajetória culminou na eleição da primeira pessoa transexual a um cargo eletivo no Brasil e na América Latina, no ano de 1992.

Deve-se destacar que Kátia Tapety participou de encontros relacionados à diversidade de sexualidade e gênero em diversas cidades do país, além de promover eventos com essa temática na cidade de Oeiras-PI. Esse engajamento culminou com a criação da MOPAC (Movimento Piauiense de Assistência LGBT), na cidade de Colônia do Piauí em 20 de maio de 1997. A MOPAC foi a primeira instituição fundada no estado do Piauí com a finalidade de realizar debates e ações que defendiam os interesses do segmento social constituídos por pessoas LGBT.

Se por um lado o fato de ser pertencente a uma família com lastro político na região de Oeiras-PI, pode ter de alguma forma colaborado como fator atenuante, no que concerne ao risco social de violência vivido por pessoas LGBTQI+ no Brasil, ressalta-se que para Katia Tapety, o sentimento de rejeição esteve presente de forma significativa no contexto familiar. A família é a grande ausente dos registros fotográficos que nos foram mostrados por Kátia Tapety, prevalecendo momen-

tos comemorativos com amigos, registros de encontros políticos, momentos eleitorais e atividades associadas ao movimento LGBTQIA+.

Na visita a Kátia Tapety em sua residência em Colônia do Piauí podemos perceber também que ela vive de forma modesta e que não enriqueceu em decorrência dos serviços prestados à comunidade ou dos cargos políticos que exerceu. O que é incomum, quando se considera as notícias recorrentes na imprensa sobre a corrupção de políticos no Brasil. Além disso, embora ela tenha enfrentado preconceitos e resistência à sua identidade de gênero no interior do próprio grupo familiar, a biografada conseguiu se destacar como uma mulher transexual e candomblecista em uma sociedade iminentemente patriarcal e católica.

Kátia Tapety constituiu-se como mulher e política transpondo margens e enfrentando preconceitos. É possível, inclusive, pensá-la como uma sobrevivente, sobretudo quando considera-se que o Brasil lidera o ranking mundial de mortes violentas de pessoas LGBTQIA+. Coragem, resistência e enfrentamento fazem de Kátia Tapety protagonista e precursora no ativismo político relacionado à causa LGBTQIA+ no Piauí e no Brasil. Visibilizar, por meio da escrita historiográfica, trajetórias e narrativas de pessoas LGBTQIA+ como a de Kátia Tapety, consiste uma forma de escrita da história mais plural e de reivindicar que a sociedade brasileira seja mais democrática e inclusiva.

Fontes

ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). **Projeto Eu existo**: alteração do registro de pessoas transexuais e travestis. Brasil: Antra, 2018. (cartilha)

BRASIL PT. LGBTI. Inauguração da Escola de Formação Política Kátia Tapety reúne matriarcas trans e lideranças do movimento negro, indígena e LGBTI+ no MAM-RJ. **Raça&Igualdade**, Brasil, 10 jun. 2022. Disponível em: https://raceandequality.org/pt-br/resources/inauguracao-da-escola-de-formacao-politica-katia-tapety-reune-matriarcas-trans-e-liderancas-do-movimento-negro-indigena-e-lgbti-

no-mam-rj/. Acesso em: 07 maio 2026.

JUAREZ TAPETY morre aos 87 anos em hospital de Teresina. Publicado em: 26 jan. 2019. Disponível em: https://www.picos40graus.com.br/mobile/?sh=shmt&ma_id=6215. Acesso em: 17jul. 2026.

KÁTIA. Direção: Karla Holanda. Produção: Karla Holanda. Brasil, 2012. (74 min.), color.

TAPETY, Kátia Nogueira. **Entrevista concedida a Diego da Silva Sousa e a Olívia Candeia Lima Rocha**. Colônia do Piauí, 27 maio 2025.

Referências Bibliográficas

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Morais. **Usos e abusos da História Oral**. 8ª ed, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez editora, 2018.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino:** uma invenção do falo — uma história do gênero masculino (Nordeste 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

COSTA, Maria da Silva. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Revista Caderno CRH**, Salvador, V. 23. N. 58. p. 171-190.

FINKELMAN, Jacobo. **Caminhos da Saúde Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora SciELO, 2002.

GRANOVETTER, Mark. A construção social da corrupção. **Revista Política e Sociedade**, V. 1, n. 9, 2006.

GREEN, James. **Escritos de um viado vermelho**: Política Sexualidade e Solidariedade. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2024.

GREEN, James. **Além do Carnaval**: A homossexualidade masculina no Brasil do Século XX. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

LACAN, Jacques. **Os complexos familiares**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1987.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho:** Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, Leticia. **Transfeminismo.** 1. ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

PFEIL, Bruno; GONZALEZ, Ramiro. **A subalternização da população LGBTI no ambiente acadêmico**: reflexões sobre o processo de colonização e patologização de nossos corpos. 2020.

SILVA, Jéssica. EU TENHO NOME, QUERO RESPEITO: Uma análise sobre o direito ao nome social e reconhecimento da identidade de gênero de transexuais e travestis. **Revista Congrega**, v.16, n.1, p.390-395, 2020.

SANTOS, Kruel. **História do Piauí**. Teresina: Editora Zodíaco, 2018.

SOUZA, Eliton Felipe de. A memória como ferramenta para uma historiografia regional. **Revista de História Regional** 27(1): 151-170, 2022. Disponível em: http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr. Acesso em: 31 maio 2026.

SWAIN, Tania Navarro. Para além do binário: os queers e o

heterogêneo. **Revista Gênero:** Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero, Niterói: EDUFF, 2001, v. 2, n.º p. 95-120.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. São Paulo: Editora Objetiva, 2018.



NONATO OLIVEIRA
a efígie da cultura piauiense contemporânea

Aryanne Rodrigues da Silva Pereira
Isadora Maria Araújo do Nascimento

Introdução: trajetória e formação

Raimundo Nonato Oliveira, nascido em 11 de dezembro de 1949 na zona rural de São Miguel do Tapuio, figura como um dos mais proeminentes expoentes das artes plásticas no Piauí. Com uma trajetória que ultrapassa meio século, sua produção abrange a pintura, a escultura e o muralismo. De origem humilde, filho de pedreiro e vaqueiro, Nonato consolidou-se como um artista autodidata, desde o alvorecer de sua criatividade, subverteu a escassez de recursos ao utilizar resíduos da construção civil e pigmentos botânicos – como o urucum e entrecascas de árvores – para a produção de suas próprias tintas. Sua gênese artística é profundamente

alicerçada na cosmologia do sertão, transmutando crenças e costumes ancestrais em uma estética de indiscutível autenticidade. Nesse percurso, a interlocução com seu tio, José Alves de Oliveira, conhecido como Mestre Dezinho, considerado o patrono e precursor da arte santeira no Piauí, foi o vetor decisivo para o seu domínio da tridimensionalidade e para a consolidação de sua temática regionalista.

A interpretação de sua obra rompeu as divisas estaduais ainda na década de 1960, quando sua série de dezessete telas sobre a Guerra de Canudos foi acolhida pela *Maison de France*, atualmente conhecida como Casa Europa, um polo cultural francês no Rio de Janeiro. Tal reconhecimento rendeu-lhe uma bolsa de estudos em Paris, onde residiu durante uma década. Na capital francesa, Nonato não apenas refinou a técnica do vitral, mas também vivenciou um intercâmbio cultural ímpar ao atuar como colaborador e amigo íntimo do mestre cubista Pablo Picasso. Durante entrevista realizada por discentes de Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí para a Revista Digital *"Oxente"*, Nonato alegou na maior simplicidade que se tornou amigo íntimo de Picasso, visitando diariamente em sua residência em Paris para observá-lo pintar.

Ao regressar ao brasil, Oliveira reafirmou seu propósito de decifrar a subjetividade do povo piauiense, suas telas, saturadas por cores vibrantes e contrastes vigorosos, funcionam como um manifesto visual que denuncia mazelas sociais, como a inanição e a seca, sem jamais negligenciar o lirismo do folclore e a devoção religiosa. Sua relevância transcende a estética; ele é o arquiteto de uma semântica visual soberana para o Piauí, sua marca indelével reside na democratização do acesso à arte por meio do muralismo político, ao transpor suas criações das galerias herméticas para as fachadas urbanas, Nonato converte o cotidiano da gente simples em monumento.

Análise estética e iconográfica da obra

Em Teresina, sua herança é onipresente, adornando desde templos e instituições governamentais até marcos icônicos, como a escultura "Cabeça de Cuia e as Sete Marias Virgens"[1], sentinela do Encontro dos Rios[2]. Seu estilo, que transita habilmente entre o expressionismo e o primitivismo, utiliza uma paleta cromática carregada de simbolismos: os matizes amarelados das figuras evocam a fisionomia do sofrimento sertanejo, enquanto os olhares penetrantes e as cores solares celebram a resiliência nordestina (figura 1).



Figura 1: Quadro Homem e Filhas(reprodução). 2017
Fonte: Acervo pessoal de Nonato Oliveira.

1 Obra de Raimundo Nonato Oliveira inspirada na lenda folclórica piauiense da Cabeça de Cuia, personagem pertencente ao imaginário popular de Teresina e de regiões banhadas pelos rios Parnaíba e Poti.

2 Ponto turístico e paisagístico localizado em Teresina, Piauí, caracterizado pela confluência dos rios Poti e Parnaíba, sendo considerado um importante símbolo natural e cultural do estado.

Esta obra, datada de 2017 configura-se como um exemplar fidedigno da identidade estética de Nonato, unindo a força cromática a uma profunda iconografia da identidade nordestina. Na composição destaca-se a centralidade de uma figura masculina que carrega uma fruteira repleta de cajus, fruto profundamente simbólico da flora e da economia afetiva do Piauí, flanqueada simetricamente por quatro figuras femininas.

Visualmente, a obra é construída a partir de linhas pretas marcantes e contornos bem delineados que definem formas estilizadas e geométricas, uma técnica que remete diretamente à tradição da xilogravura popular e do cordel, retratando suas raízes nordestinas e conferindo bidimensionalidade e um caráter monumental aos personagens. A tonalidade amarela dos personagens é utilizada na maioria de suas obras para retratar o "semblante pálido, sofrido, mas cheio de esperança do sertanejo e do povo nordestino" (Oliveira, 2018) e sua paleta na obra é complementada por cores fortes e saturadas como o azul, verde e rosa, o que rechaça o naturalismo para evocar a vivacidade cultural, transformando a rusticidade cotidiana em uma celebração visual.

O significado e o simbolismo imbricados na imagem transitam entre o profano e o sagrado, um traço marcante da religiosidade e do misticismo regional. A figura central, adornada com um chapéu de couro estilizado que evoca a figura do vaqueiro, exibe três estrelas coloridas que sugerem tanto a heráldica popular quanto uma sutil referência a elementos de proteção espiritual e devoção. Os olhares dos personagens, caracterizados por grandes olhos amendoados e expressivos, fitam o espectador com uma serenidade solene, quase ritualística, transformando o ato simples de oferecer os frutos da terra em uma narrativa de comunhão e partilha, tal escolha estética transmite um sentimento de dignidade, resiliência e orgulho identitário, distanciando-se de qualquer representação de escassez historicamente associada ao Nordeste.

Nota-se também na obra, a aplicação rigorosa de princípios de síntese visual, geometrização e Gestalt, a composição é estruturada a partir de uma técnica que mimetiza as propriedades da ilustração ve-

torial contemporânea e confere grande legibilidade às formas, organizada em planos cromáticos bidimensionais e cores puras, a pintura abdica de gradientes ou profundidade realista para priorizar o contraste de matizes, onde o calor dos tons amarelos e laranjas das figuras e dos cajus contrasta estrategicamente com o fundo e vestimentas em tons frios de azul e verde. Essa economia formal e a repetição padronizada de elementos, como os traços idênticos dos olhos e cabelos, geram um poderoso ritmo visual e uma alta densidade icônica, tornando a peça um excelente exemplo de design de identidade cultural, cuja força garante impacto visual imediato e memorabilidade.

Sua relação com o povo piauiense estabelece-se, portanto, na capacidade do artista plástico de traduzir a alma coletiva em formas e cores, ao retratar tipos populares com traços marcantes e geometrizações que dialogam com o modernismo de viés nativista, Nonato não apenas documenta o cotidiano, mas eleva o homem e a mulher do sertão à categoria de protagonistas históricos e míticos de sua própria arte.



Figura 2: Painel Turismo no Piauí, de Nonato Oliveira, 1994.
18 m x 9 m.
Fonte: *G1*, 2021.

A obra acima (Figura 2) funciona como uma celebração da visualidade popular e da expressividade ingênua, porém sofisticada, que caracteriza o expressionismo telúrico do pintor. O painel é povoado por figuras humanas antropomórficas com destaque para a fauna e flora que compartilham o mesmo peso poético na cena. A composição rejeita a perspectiva renascentista clássica em favor de uma sobreposição de planos verticalizada, onde a hierarquia e o preenchimento total do espaço (uma sutil alusão ao *horror vacui* da arte popular) guiam o olhar do espectador por múltiplos focos narrativos simultâneos, conferindo um dinamismo pulsante e monumental à obra.

O painel também atua como um autêntico documento visual e um memorial da cultura e da construção social piauiense, ele justapõe elementos fundamentais da formação identitária do estado: a figura do vaqueiro com chapéu de couro, a representação do bumba-meu-boi com seus ornamentos festivos, a presença do candeeiro e da lamparina remetendo ao passado rural, além de músicos e figuras da vida urbana e do trabalho, como as mulheres rendeiras e agricultoras. Ao fundo, a árvore carregada de cajus e a revoada de pássaros reforçam a conexão intrínseca do povo com a sua paisagem natural e econômica, tal reunião de iconografias não é meramente ilustrativa, ela constrói uma narrativa de resiliência e festividade, fixando na arquitetura urbana a memória coletiva e o orgulho histórico piauiense através dos tipos populares que edificaram o estado.

Ao estabelecer um cotejamento entre a tela de 2017 e o painel de 1994, evidenciam-se as significativas convergências estéticas que reafirmam a identidade plástica singular de Nonato Oliveira. Em ambas as produções, o eixo estruturante de sua poética visual manifesta-se por meio da utilização sistemática de contornos negros espessos responsáveis por segmentar campos cromáticos intensamente saturados – procedimento que remete diretamente à linguagem gráfica da xilogravura e da literatura de cordel, observa-se também uma notável unidade conceitual na abordagem temática e na representação antropomórfica, tanto na pintura quanto no painel, as figuras apresentam os

característicos olhos amendoados e expressivos, e o homem e a mulher nordestinos são elevados à condição de protagonistas. Os elementos telúricos da identidade piauiense, com especial destaque para a árvore e os frutos do caju funcionam nas duas obras como símbolos sagrados da terra, reafirmando o compromisso do artista em registrar a memória coletiva e a dignidade do povo sertanejo por meio de uma paleta vibrante que recusa o naturalismo.

Sob outra ótica, as divergências entre as duas obras evidenciam a versatilidade de Oliveira como pintor ao adaptar sua linguagem a diferentes suportes, escalas e propósitos narrativos. Enquanto a tela se organiza sob um rígido e intimista equilíbrio simétrico, focando na solenidade de um grupo restrito em torno de uma oferenda central, o mural explode em uma composição descentralizada e dinâmica.

Historicamente, o painel expande o horizonte temático da pintura de cavalete ao se comportar como um autêntico panorama da evolução social do Piauí, justapondo o passado rural do vaqueiro e as manifestações folclóricas, como o bumba-meu-boi, a figuras da modernidade urbana, como os músicos.

Olhando por outro ângulo, se a primeira obra opera em uma escala de contemplação pontual focada na harmonia das formas, o mural assume a responsabilidade da intervenção urbana; sua malha estrutural funciona como um grid de alta legibilidade à distância, provando que a arte de Nonato transita com a mesma maestria do lirismo contido de uma tela para a grandiosidade arquitetônica de um vitral público.

Legado, influência cultural e recepção pública

A produção pictórica de Nonato Oliveira consolida-se como um autêntico manifesto de decolonialidade estética e afirmação identitária, subvertendo ativamente as narrativas hegemônicas que, historicamente, relegaram o Nordeste às margens da história da arte erudita nacional ou o cristalizaram sob o estigma unidimensional da escassez, da seca e da passividade social. Ao eleger o sujeito popular piauiense

como o cerne monumental de suas composições, o artista opera uma inversão de prestígio e uma reparação histórica visual, transformando figuras outrora invisibilizadas em protagonistas de uma narrativa mítica e solene, essa operação crítica manifesta-se de forma contundente no gerenciamento de sua paleta cromática vibrante que longe de atuar como mero recurso ornamental, a intensidade das cores saturadas e o vigor dos contornos geométricos funcionam como ferramentas de resistência cultural e índices de vitalidade espiritual, demonstrando que a dignidade e a riqueza simbólica do povo transcendem as adversidades geográficas ou socioeconômicas.

Ademais, ao hibridizar elementos do cotidiano profano com a mística da religiosidade popular e a herança visual da xilogravura e do cordel, sua obra assume o estatuto de patrimônio e salvaguarda da memória coletiva. Sua arte atua como um espelho de pertencimento e legitimação regional onde a comunidade piauiense não apenas se reconhece, mas compreende sua própria cultura como tema universal, soberano e dotado de densidade estética e hierárquica inquestionáveis.

A estética de Nonato Oliveira constitui um fecundo ponto de convergência entre as correntes das vanguardas modernistas europeias e a sensibilidade telúrica do Nordeste brasileiro, resultando em um expressionismo marcadamente regional e original. Ao abdicar do compromisso com a *mimesis*, entendida na tradição clássica de Aristóteles como a representação ou imitação do mundo sensível (Aristóteles, 2009) e com a perspectiva linear clássica, o artista apropria-se da liberdade formal inaugurada pelo Cubismo, uma filiação estética que se justifica historicamente por seu período de aprendizado com Pablo Picasso.

Tal proximidade com o mestre espanhol reverbera na geometrização radical dos corpos e na fragmentação do espaço em planos bidimensionais justapostos que estruturam suas telas, essa reconfiguração anatômica caracterizada pelas faces alongadas, narizes lineares e olhos agigantados estabelece um diálogo tanto com a desconstrução cubista

quanto com o primitivismo de Amadeo Modigliani[3], buscando uma síntese espiritual através da forma, no entanto, é no Expressionismo que sua pintura encontra sua maior ressonância conceitual: o uso de cores puras, planas e violentamente saturadas evoca o desprendimento cromático do Fauvismo, onde a cor não descreve a realidade material, mas expressa a carga emocional, a vivacidade e a força interior das personagens representadas.

Essa amálgama de referências universais é conscientemente deglutida por uma lógica antropofágica, nos moldes do Modernismo de 1922, de modo que a rigidez estrutural das vanguardas ocidentais aprendida com Picasso é amaciada pelo ritmo, pela sinuosidade e pela poética da xilogravura popular, as correntes vanguardistas em suas obras não operam como decalque ou subordinação estética, mas como um instrumental técnico que ele instrumentaliza para conferir universalidade plástica à alma e à dramaticidade lírica do povo piauiense.

A dimensão da arte pública na trajetória de Nonato Oliveira constitui um vetor fundamental para compreender a democratização de sua linguagem visual e sua transição definitiva das esferas de prestígio elitizado para o âmago do imaginário coletivo piauiense, ao transpor suas criações das molduras restritas das galerias e coleções particulares para a monumentalidade dos murais urbanos, praças e edifícios públicos, o artista rompe com o distanciamento institucional que historicamente caracteriza o circuito das belas-artes, subvertendo a lógica da contemplação passiva e segregada. Essa ampla circulação cultural transforma a paisagem de Teresina em um museu a céu aberto, onde o acesso à experiência estética é universalizado e integrado à experiência cotidiana da classe trabalhadora.

Sob a ótica da recepção estética, essa ocupação do espaço comum opera um processo de letramento visual e apropriação popular no qual a população se depara cotidianamente com painéis que narram sua própria história através de uma linguagem acessível, porém de re-

3 Amadeo Modigliani (1884–1920) foi um pintor e escultor italiano associado à Escola de Paris, reconhecido por seus retratos e figuras humanas caracterizados por pescoços alongados, rostos ovalados e traços estilizados.

finada síntese gráfica, o povo piauiense deixa de ser mero espectador e passa a ser coautor do significado da obra, então sua obra não apenas descentraliza os polos de irradiação da cultura mas ressignifica o papel social do artista, consolidando-se como um poderoso instrumento de inclusão democrática onde a identidade regional é celebrada e compartilhada no território mais legítimo de sua vivência: a própria rua.

Em última análise, a relevância contemporânea de Nonato Oliveira transcende o reconhecimento de sua trajetória biográfica ou o valor material de seu acervo, consolidando sua poética como uma autêntica efígie cultural e o próprio alfabeto visual da identidade piauiense.

Ao longo das décadas, sua estética operou um fenômeno de difusão e enraizamento tão profundo no imaginário coletivo que suas linhas marcantes e sua vibrante gramática cromática descolaram-se da figura do autor para se convertem em patrimônio simbólico compartilhado, atualmente, a visualidade de suas telas e murais é instantaneamente reconhecida e decodificada como a representação quintessencial[4] do "ser piauiense". Tal legado de permanência histórica reside na capacidade do artista de monumentalizar o cotidiano e mitificar os tipos populares, transformando manifestações locais e afetivas em símbolos de alta densidade semiótica.

Mesmo diante das céleres transformações socioculturais da contemporaneidade, a produção de Nonato resiste ao esquecimento e permanece atual, atuando como um eixo de ancoragem da memória histórica e um vetor de pertencimento regional. Portanto, sua obra ultrapassa as fronteiras da mera técnica pictórica ou do regionalismo limitante: ela participa ativamente da invenção visual do Piauí e legitima a experiencia do homem sertanejo, fixando-se de forma indelével como um pilar soberano e perene na historiografia e na sensibilidade cultural do Nordeste brasileiro.

A permanência estética da obra de Nonato Oliveira no imaginário coletivo piauiense não se restringe ao circuito artístico ou aos

4 O termo "quintessencial" refere-se àquilo que expressa de forma mais completa e característica a essência de algo, constituindo sua representação mais exemplar ou emblemática.

murais urbanos. Sua linguagem visual também reverbera de maneira contundente no campo do design gráfico contemporâneo piauiense. Tal permanência evidencia como sua produção ultrapassou a condição de expressão individual para converter-se em um verdadeiro repertório visual identitário, constantemente apropriado por restaurantes, estabelecimentos comerciais, feiras culturais, cafeterias, pousadas e marcas regionais que buscam construir uma comunicação visual enraizada na memória coletiva do Nordeste.

Essa difusão estética ocorre porque a obra de Nonato já opera, em si mesma, através de mecanismos profundamente próximos ao design gráfico. A utilização de contornos negros espessos, campos cromáticos chapados, geometrização das formas, repetição padronizada de elementos e forte síntese visual produz imagens de alta legibilidade e impacto imediato, características fundamentais para a construção de identidades visuais eficientes. Não por acaso, o próprio artigo evidencia que suas composições possuem uma estrutura que mimetiza propriedades da ilustração vetorial contemporânea, criando uma estética marcada pela clareza formal e pela memorabilidade imagética. Dessa forma, a linguagem pictórica do artista estabelece um diálogo natural com os princípios do design visual moderno.

Nos espaços urbanos nordestinos, especialmente em estabelecimentos que desejam enfatizar pertencimento regional, é recorrente a presença de soluções gráficas que ecoam diretamente a gramática visual de Nonato Oliveira. Restaurantes de culinária típica piauiense frequentemente adotam logotipos compostos por figuras estilizadas de vaqueiros, rendeiras, cajus, cactos, sanfonas e chapéus de couro, utilizando cores quentes e saturadas semelhantes aos presentes em suas telas e murais. Essas escolhas não atuam apenas como ornamento visual; elas funcionam como dispositivos simbólicos capazes de comunicar autenticidade cultural e criar identificação imediata com o público consumidor.

Além disso, a herança da xilogravura popular e da literatura de cordel, elementos estes amplamente assimilados pela obra de Nonato,

também ocupa posição central no design gráfico regional. Muitas marcas nordestinas utilizam tipografias rústicas, ilustrações bidimensionais e composições de aparência artesanal como estratégia para reforçar vínculos afetivos com a cultura popular. Tal procedimento aproxima o design comercial da lógica visual presente nas produções do artista, sobretudo na maneira como ambos transformam o cotidiano sertanejo em linguagem estética monumentalizada. Assim como Nonato eleva o homem comum à categoria de símbolo cultural, o design regional contemporâneo transforma signos cotidianos da vida nordestina em elementos centrais de comunicação visual.

Essa relação torna-se ainda mais evidente na ambientação visual de diversos estabelecimentos nordestinos. Não apenas as logomarcas, mas também fachadas pintadas à mão, cardápios ilustrados, murais decorativos, embalagens e painéis internos frequentemente reproduzem composições cromáticas vibrantes e figuras antropomórficas estilizadas que remetem diretamente à estética do muralismo popular difundido por Nonato Oliveira. Em muitos casos, esses espaços comerciais assumem quase uma função cenográfica, utilizando o design como ferramenta de imersão cultural e proteção da memória regional (FIGURA 3).



Imagem 3a



Imagem 3b



Imagem 3c

Figura 3: Identidade visual do restaurante *Ximar:* **(a)** logotipo principal; (b) aplicação em fachada; (c) paleta de cores.
Fonte: CORDEIRO, Vinícius. Ximar – Restaurante Nordestino. Behance, 2022.

Sob outra perspectiva, essa apropriação demonstra como a arte pública de Nonato contribuiu para um processo mais amplo de alfabetização visual da população piauiense. Ao democratizar sua produção através dos murais urbanos, o artista consolidou determinadas formas, cores e símbolos como parte integrante da paisagem cotidiana de Teresina e de outras regiões do Nordeste (IMAGEM 3c). Consequentemente, essa estética passou a ser reconhecida socialmente como representação legítima da identidade regional, sendo posteriormente absorvida pelo design gráfico comercial. Em outras palavras, a visualidade difundida pelo artista deixou de pertencer exclusivamente ao campo das belas-artes e passou a integrar o repertório simbólico coletivo que estrutura a comunicação visual nordestina contemporânea.

Portanto, o diálogo entre a obra de Nonato Oliveira e as identidades visuais não se estabelece de maneira superficial ou meramente decorativa. Trata-se de uma continuidade estética e simbólica na qual os princípios visuais presentes em sua produção, como a monumentalização do cotidiano popular e a valorização da iconografia sertaneja, permanecem vivos na identidade visual de inúmeros estabelecimentos nordestinos. Assim, sua arte reafirma-se não apenas como patrimônio pictórico do Piauí, mas como fundamento ativo da cultura visual contemporânea da região, influenciando diretamente a maneira como o Nordeste se representa, se comunica e se reconhece visualmente no espaço urbano e comercial.

Com o objetivo de compreender a percepção do público acerca da obra "Homem e Filhas" (2017) (FIGURA 1) de Raimundo Nonato Oliveira e sua relação com a identidade cultural piauiense, foi aplicado um questionário online através da plataforma "Google Forms", elaborado e aplicado pelas autoras do presente artigo. Os resultados obtidos reforçam a relevância simbólica da produção artística de Nonato para a construção da memória e da representação visual do Nordeste e, especialmente, do Piauí.

Quando questionados sobre o que a pintura representava para eles, os participantes associaram a obra principalmente à cultura nor-

destina e piauiense. Entre as respostas apresentadas, destacaram-se elementos como a representação da identidade cultural do Piauí, a presença do caju como símbolo regional e a valorização da estética popular nordestina por meio das cores vibrantes e dos traços inspirados no cordel.

Ao serem perguntados se a pintura retratava fielmente a cultura piauiense, 80% dos participantes responderam que a representação ocorre de forma "leve", enquanto 20% afirmaram que a obra retrata a cultura piauiense de forma fiel. Nenhum dos entrevistados afirmou não perceber proximidade entre a obra e a cultura regional.

Os resultados também demonstraram que o artista ainda não é amplamente reconhecido pelo público entrevistado. Cerca de 80% dos participantes afirmaram não conhecer o autor da obra, enquanto apenas 20% declararam conhecê-lo. Esse dado evidencia a importância da valorização e divulgação da produção artística de Nonato Oliveira como patrimônio cultural piauiense.

Em relação ao papel da arte na preservação cultural, houve unanimidade entre os participantes: 100% afirmaram acreditar que a arte constitui uma importante ferramenta de preservação da cultura piauiense. Tal resultado reforça a relevância social e simbólica das produções artísticas regionais enquanto instrumentos de memória coletiva e fortalecimento identitário.

Sobre a presença de obras semelhantes em Teresina, 40% dos entrevistados afirmaram vê-las com frequência, enquanto outros 40% responderam vê-las raramente. Já 20% disseram perceber essas obras apenas às vezes. Nenhum participante afirmou nunca ter visto manifestações artísticas semelhantes na cidade. Os dados demonstram que a estética popular presente nas obras de Nonato Oliveira permanece integrada ao espaço urbano e ao imaginário visual da população.

No que se refere aos elementos que mais chamam atenção nas obras, 60% dos participantes destacaram as cores vibrantes como principal característica visual. Outros 20% apontaram o estilo dos desenhos, enquanto 20% ressaltaram as vestimentas e acessórios repre-

sentadas nas pinturas. Esse resultado evidencia a força cromática e a síntese visual como marcas centrais da linguagem estética de Nonato Oliveira.

Quanto ao perfil dos participantes, a maioria declarou ser piauiense, enquanto uma parcela menor afirmou ser maranhense. Em relação à escolaridade, predominavam estudantes do ensino superior, seguidos por estudantes do ensino médio. Sobre a faixa etária, observou-se predominância de participantes entre 18 e 20 anos e acima dos 20 anos, além de uma parcela menor com menos de 18 anos.

Portanto, a análise dos resultados obtidos através do questionário realizado na plataforma "Google Forms" reafirma as discussões desenvolvidas ao longo deste artigo, demonstrando que a produção artística de Raimundo Nonato Oliveira permanece profundamente associada à representação da identidade cultural nordestina e piauiense. Os dados evidenciam não apenas a permanência de sua estética no imaginário coletivo e na visualidade urbana contemporânea, mas também a relevância da arte enquanto instrumento de preservação da memória, fortalecimento identitário, valorização da cultura, e proteção da memória regional. Assim, a obra de Nonato Oliveira consolida-se como um importante patrimônio simbólico do Piauí, cuja influência ultrapassa o campo das artes plásticas e permanece ativa na construção da cultura visual contemporânea nordestina.

Referências

ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. **A poética clássica.** Introdução de Roberto de Oliveira Brandão. Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 2009.

ARTE POPULAR BRASIL. Mestre Dezinho. [S. l.], 21 dez. 2010. Disponível em: https://artepopularbrasil.blogspot.com/2010/12/mestre-dezinho.html?m=1. Acesso em: 12 mar. 2026.

CAMPUS FRANCE BRASIL. **Espaço Campus France no Rio de Janeiro**. [S. .], [20--?]. Disponível em: https://www.bresil.campusfrance.org/espaco-campus-france-no-rio-de-janeiro. Acesso em: 12 mar. 2026.

G1 PI. Artista plástico Nonato Oliveira comemora 60 anos de carreira: “quero pintar até os 100 anos’. G1, Teresina, 10 mar. 2025. Disponível em: https:/g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2025/03/10/artista-plastico-nonato-oliveira-comemora-60-anos-de-carreira-quero-pintar-ate-os-100-anos.ghtml. Acesso em: 27 fev. 2026.

GELEIA TOTAL. Nonato Oliveira. Teresina, 13 jan. 2020. Disponível em: http3:// www.geleiatotal.com.br/2020/01/13/nonato-oliveira/. Acesso em: 18 mar. 2026.

OLIVEIRA, R. N**. Canudos**: a epopeia do sertão sob o olhar de Nonato Oliveira. Rio de Janeiro: Maison de France, 1967. Catálogo de exposição.

RAULINO, Elvira. Nonato Oliveira. Teresina: **Cidade Verde,** [3.d.]. Disponível em: https://cidadeverde.com/elviraraulino/93466/nonato-oliveira. Acesso em: 18 mar. 2026.

RIOTUR. **A Maison**. Rio de Janeiro, [20--?]. Disponível em: https://riotur.rio/ que_fazer/a-maison/. Acesso em: 15 fev. 2026.

SANTOS, J. B.; SILVA, M. S. R. Monumento Encontro dos Rios: a obra de Nonato Oliveira na paisagem urbana de Teresina. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ARTE, 3., 2018, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: UFPR, 2018. P. 45-58.



O PIAUIENSE TECNOCRATA NA DITADURA MILITAR

a trajetória de João Paulo dos Reis Velloso no Ministério do Planejamento (1969-1979)[1]

Joel Marcos Brasil de Sousa Batista
Nilsângela Cardoso Lima

Introdução

> Desde anteontem, com a inauguração da Nova República, o Estado do Piauí deixou de ter participação no Ministério do Governo. Há quem reclame o fato, mas, no particular, está com a razão o ex-Governador Lucídio Portela, que declarou não dispor o Estado de peso político para fazer-se representar junto ao primeiro escalão do Governo Federal. [...]. Mais recentemente JOÃO PAULO DOS REIS VELOSO chefiou o Ministério do Planejamento durante quase dez

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

> anos, nos governos Médici e Geisel, enquanto PETRÔNIO PORTELLA foi Ministro da Justiça de Figueiredo, morrendo no posto, em 6 de janeiro de 1980. No Governo Figueiredo chegamos a contar com dois piauienses no Ministério: PETRÔNIO PORTELLA NUNES e WALDYR MENDES ARCOVERDE, e ocasião houve em que se falou, com insistência, num terceiro nome, o de ESPEDITO RESENDE, cogitado para a Pasta das Relações Exteriores. [...] (**O Dia**, 17, 18/03/1985, p. 2).

A epígrafe foi assinada pelo jornalista José Lopes dos Santos na coluna "A vida e seus caminhos", no periódico *O Dia*, dois dias após o início da chamada Nova República. Intitulada "O ministério sem piauienses", nela se percebe um tom de lamento pelo fato de, após o fim da ditadura militar, não haver piauienses representados no primeiro escalão do governo José Sarney (1985-1990). A falta de representantes do Piauí nos ministérios do governo federal era vista pelo próprio ex-governador Lucídio Portella como sinal de ausência de peso político no cenário nacional após a ascensão de figuras políticas e técnicas que, durante a ditadura militar, possuíam forte influência e prestígio, como Petrônio Portella Nunes, João Paulo dos Reis Velloso e Waldyr Mendes Arcoverde.

A presença de piauienses em cargos estratégicos e de poder, como ocupar cargo do primeiro escalão de governo, era vista pelos setores da elite política do Piauí como uma maneira de fortalecer as reivindicações locais do Estado junto ao governo federal, principalmente na execução de projetos políticos que necessitava da aplicação de verbas federais volumosas para o desenvolvimento do Estado (Rabelo, 2008, p. 59). A ditadura, apesar de seu caráter predominantemente militar nos cargos estratégicos, não atuou de maneira isolada nem sem a presença de civis nos ministérios de primeiro escalão. O regime abriu espaço para membros das elites políticas, com perfil tecnocrata, para ocuparem cargos político-administrativos, como se observa no caso de Reis Velloso, membro da elite parnaibana que, devido a seus contatos político-administrativos, ocupou o cargo de Ministro do Planejamento

por aproximadamente dez anos (1969-1979), durante os "mandatos" dos generais Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel.

Apesar de esses personagens políticos serem amplamente mencionados no senso comum em razão dos cargos que ocuparam, existem poucas pesquisas que abordem suas trajetórias políticas. Petrônio Portella Nunes, em especial, é o mais estudado entre os três, em virtude de seus posicionamentos durante o golpe de 1964 e do seu papel no processo de abertura política, no qual se projetou como um senador piauiense de influência nacional[1]. Todavia, existem duas pesquisas sobre Reis Velloso durante a sua gestão no Ministério do Planejamento[2] e nenhuma focada na trajetória de Waldyr Mendes Arcoverde enquanto Ministro da Saúde durante o governo Figueiredo (1979-1985). Dentre esses três ministros piauienses, optamos por analisar a trajetória de Reis Velloso, em razão de sua influência e da ocupação de um cargo considerado de extrema importância durante a ditadura militar: o Ministério do Planejamento. Ele ocupou essa pasta nos governos Médici (1969–1974) e Geisel (1974–1979).

Para compreender a trajetória de Reis Velloso no período de 1969 a 1979 é indispensável o entendimento da cultura política de então. Para tanto, utilizamos o conceito de "culturas políticas" de Motta (2018, p. 114), o qual a define como um "conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa/constrói identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro". Ou seja, trata-se de um conjunto de práticas que, devido à sua recorrência, mesmo que questionáveis do ponto de vista ético, são normalizadas e internalizadas pelos sujeitos políticos como se fossem uma cultura. Esse conceito foi operacionalizado para abrangermos que a nomeação de Reis Velloso não foi algo

1 Dessas pesquisas na área da História acadêmica destacamos os trabalhos de: Batista e Nascimento (2025), Bahiense (2018), Castro (2022) e Sousa e Fontineles (2025).

2 A primeira, é uma entrevista biográfica realizada pelos historiadores Araújo e Celso Castro (2004) e um artigo produzido por Silva (2006) que aborda a visão econômica de João Paulo dos Reis Velloso durante o governo Geisel.

aleatório nem decorrente exclusivamente de mérito, mas resultado de uma série de relações sociais e políticas praticadas no Brasil que possibilitaram sua indicação ao cargo de Ministro do Planejamento.

Sendo assim, inicialmente, abordaremos a trajetória política e profissional de João Paulo dos Reis Velloso até chegar ao cargo de Ministro do Planejamento, destacando os contatos políticos-profissionais que foram importantes para a sua ascensão no regime militar. Depois, analisamos o papel e influência de Reis Velloso no Ministério do Planejamento durante os governos dos generais Médici e Geisel. Por fim, ressalta-se os projetos que foram aprovados e que beneficiaram o Piauí durante a gestão de Reis Velloso no Ministério do Planejamento.

O Homem do Piauí: as "culturas políticas" na nomeação João Paulo dos Reis Velloso no cargo de Ministro do Planejamento

João Paulo dos Reis Velloso (1931-2019) era filho de Francisco Augusto de Castro Velloso e de Maria Antonieta Torres Velloso. Nasceu em Parnaíba (Piauí) e pertencia à família dos Reis Velloso. Seu pai era funcionário público dos Correios e dos Telégrafos em Parnaíba e sua mãe possuía um ateliê de costura. Sua infância foi inserida numa família de classe média parnaibana. Fez seus primeiros estudos em Parnaíba, cursou o secundário no colégio São Luís Gonzaga e fez o curso técnico de comércio na Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral.

Durante a República Liberal-Democrática (1945–1964), alinhou-se politicamente aos ideais da União Democrática Nacional (UDN), caracterizando-se por posições antigetulistas e anticomunistas, pela defesa da inserção do capital estrangeiro no Brasil e por uma postura conservadora em relação às pautas de costumes vinculadas à tradição cristã católica. Em março de 1951, mudou-se para o Rio de Janeiro, então capital federal, em busca de oportunidades profissionais. Em razão de sua rede de contatos ligada ao meio católico, assumiu o

cargo de secretário-assessor do recém-eleito deputado federal por Santa Catarina, Jorge Lacerda[3], do Partido Representação Popular (PRP), entre 1951-1952 (Velloso *apud* Araújo; Castro, 2004, p. 45-54).

Após seu trabalho com Jorge Lacerda, Reis Velloso fez o concurso do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), em 1952, no qual exerceu o cargo de escriturário da assistência e depois de secretário da presidência. Em 1955, deixou o IAPI e fez o concurso de escriturário para o Banco do Brasil em São Paulo. Em 1957, iniciou o curso de Economia pela Fundação Álvares Penteado, terminando o curso na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1959. Em setembro de 1962 foi para a Universidade de Yale, em New Haven (EUA), onde permaneceu até maio de 1964, obtendo o título de Mestre em Economia (Velloso *apud* Araújo; Castro, 2004, p. 45-66).

Percebe-se que, ao longo de sua formação profissional e das funções que ocupou nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, Reis Velloso manteve contato direto com setores liberais-conservadores do Brasil, especialmente aqueles identificados com o udenismo ou vinculados à União Democrática Nacional (UDN), cujas posições se opunham às reivindicações de caráter trabalhista e às pautas associadas à esquerda. Além disso, em sua trajetória acadêmica, estabeleceu contato com economistas que posteriormente exerceram influência durante a ditadura militar, como Roberto Campos e Roberto Simonsen. Ambos ocuparam cargos ministeriais no período autoritário.

Com a instalação da ditadura militar, no governo do Marechal Humberto Alencar Castello Branco (1964-1967) foi chamado pelo então ministro do Planejamento, Roberto Campos, para chefiar o recém-criado Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (Epea), mais conhecido como Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), criado em 1964 com a ideia de ser um órgão pensante nos assuntos envolvendo o planejamento econômico (Velloso *apud* Castro; Araújo, 2004, p. 85). Reis Velloso ficou na chefia do Ipea até abril de 1968, quando foi no-

3 Jorge Lacerda (1914-1958), natural do Paraná, foi deputado federal pela PRP de Santa Catarina entre 1951-1956 e eleito governador do mesmo Estado entre 1956 e 1958.

meado por indicação do ministro Hélio Beltrão para a Secretaria Geral do Ministério do Planejamento, tornando-se o número dois da pasta.

Durante o governo do general Médici, Reis Velloso foi nomeado Ministro do Planejamento. Ao falar sobre esse assunto na entrevista concedida à Celso Castro e Maria Celina D'Araújo, publicada em 2004, ele defende que não entrou no Ministério do Planejamento de forma abrupta ou por causa de favoritismos políticos, mas resultado de promoção de cargos, visto que assumiu anteriormente a presidência da Ipea e a secretária-geral da pasta do Planejamento (Velloso *apud* Castro; Araújo, 2004, p. 111-112).

O perfil tecnocrata de João Paulo dos Reis Velloso se adequava ao perfil de ministros indicados pelo governo Médici, segundo Skidmore (1988, p. 212-213). Diferente dos ministérios ocupados pelos governos militares anteriores, que era composto por políticos profissionais e representantes de interesses políticos e sociais, o ministério do general Médici era composto por militares da ativa e da reserva, e os civis que ocupavam os ministérios eram com o perfil tecnocrata. Resultado de uma visão de mundo autoritária que acreditava que os tecnocratas e militares a frente dos ministérios administraria de acordo com os interesses da sociedade, diferentes dos políticos civis profissionais.

No Ministério do Planejamento: João Paulo dos Reis Velloso e os planos de desenvolvimento econômico durante os governos Médici e Geisel (1969-1979)

A ditadura militar, embora não hesitasse em recorrer ao uso da força e a mecanismos repressivos sempre que considerava necessário, tampouco prescindiu da construção de fontes alternativas de legitimidade política. Nesse sentido, o expressivo desempenho econômico configurou-se como um dos principais instrumentos de legitimação do regime, ao mesmo tempo em que se observava o progressivo recrudescimento da repressão dirigida aos seus opositores. Paralelamente, difundia-se a ideia de que somente governos conduzidos pelos militares

seriam capazes de assegurar a ordem pública e promover o desenvolvimento nacional. Não por acaso, a legitimidade do Estado ditatorial passou a se ancorar em seu projeto modernizador, materializado no financiamento de grandes obras de infraestrutura e na implementação de políticas de assistência social. (Ridenti, 2014, p. 37).

Os setores de esquerda foram intensamente perseguidos pelo regime militar, o que não significa, contudo, que este se opusesse à implementação de reformas modernizadoras voltadas à promoção do desenvolvimento econômico e tecnológico, cujos desdobramentos incluíram a urbanização, a industrialização e a mecanização da agricultura. Essas políticas de modernização, entretanto, apresentavam um caráter profundamente conservador e autoritário do ponto de vista social, na medida em que se mostravam contrárias a quaisquer iniciativas capazes de alterar as estruturas sociais vigentes, como a concentração fundiária, as desigualdades sociais e os privilégios das elites políticas e econômicas. (Motta, 2014, p. 51).

O Estado era o principal impulsionador do processo econômico por meio da adoção de medidas intervencionistas e protecionistas. Além de elevados investimentos financeiros voltados à modernização da economia, o Ministério do Planejamento, em conjunto com o Ministério da Fazenda, desempenhava um papel essencial no regime militar. Cabia a essa pasta planejar e organizar as políticas de gestão da administração pública federal, bem como remanejar verbas para os demais ministérios e para as áreas consideradas prioritárias pelo governo.

O Ministério do Planejamento, sob a liderança de Reis Velloso durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, passou por uma redefinição de atribuições no interior da estrutura econômica do regime. Enquanto ao Ministério da Fazenda caberia a condução de políticas e projetos de curto prazo; o Ministério do Planejamento assumiria a formulação de estratégias de médio e longo prazo. Nessa lógica, a pasta deveria se concentrar na inovação institucional, elaborando novos programas, estruturas administrativas e mecanismos voltados ao desenvolvimento científico e tecnológico. Paralelamente, buscou-se ampliar os

instrumentos de planejamento em áreas consideradas prioritárias com o fortalecimento de instituições, a exemplo do Ipea e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) (Velloso *apud* Castro; Araújo, 2004, p. 113). Segundo o próprio ministro, a principal intervenção dos generais que ocupavam a presidência ocorria para evitar cortes orçamentários nas áreas estratégicas do governo (Velloso *apud* Castro; Araújo, 2004, p. 113-118).

Com o objetivo de estruturar as metas do governo Médici, o Ministério do Planejamento produziu documentos programáticos que orientavam a ação estatal. Entre eles destacou-se *Metas e Bases para a Ação do Governo*, no qual foram definidos objetivos nacionais e metas estratégicas setoriais. De acordo com Prado e Earp (2007, p. 221), o principal desafio identificado era superar a condição de subdesenvolvimento e reduzir a distância que separava o Brasil dos países industrializados. Para tanto, projetava-se que o país deveria crescer cerca de 7% ao ano, incorporando tecnologias modernas aos setores mais dinâmicos da economia e integrando regiões e segmentos considerados atrasados ao núcleo mais moderno do sistema produtivo. Isto é, o crescimento econômico elevado assumia papel central como elemento de legitimação política do regime.

Outro instrumento fundamental foi o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), adotado para o biênio 1972-1974. O plano prometia transformar o Brasil em uma "nação desenvolvida" no prazo de uma geração, prevendo elevar a taxa de investimento bruto para cerca de 9% ao ano. Para isso, priorizava grandes programas de investimento em setores estratégicos, como siderurgia, petroquímica, transportes, construção naval, energia elétrica e nuclear, comunicações e mineração. O projeto também previa a cooperação entre empresas estatais, a rede de bancos oficiais e um conjunto de incentivos fiscais e financeiros coordenados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (Prado; Earp, 2007, p. 221).

No âmbito social e institucional, esses documentos também orientaram políticas em outras áreas do governo. Segundo Velloso

(*apud* Castro; Araújo, 2004, p. 114), em parceria com o Ministério da Educação foram propostas medidas como a universalização do ensino básico – então composto pelo ensino primário e ginasial –, a implementação da reforma universitária e a criação de centros regionais de Pós-Graduação. Simultaneamente, foram estimulados investimentos na agricultura de exportação, na industrialização e em grandes obras de infraestrutura, como a abertura de rodovias e projetos de integração territorial considerados estratégicos para o desenvolvimento nacional. Em 1973, também por recomendação do Ministério do Planejamento, foi criado o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, voltado ao avanço de áreas como energia nuclear e pesquisa espacial, além de incentivar a articulação entre pesquisa científica, indústria e universidades (Maia, 2018, p. 36).

Durante o governo de Ernesto Geisel, Reis Velloso foi o único ministro do período Médici a permanecer em um cargo de primeiro escalão, mantendo-se à frente do Ministério do Planejamento. O órgão ganhou ainda mais centralidade institucional, passando a ter *status* diretamente ligado à Presidência da República. Foi até criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), órgão auxiliar responsável por assessorar o presidente na formulação da política econômica e por coordenar a atuação dos ministérios envolvidos nas estratégias de desenvolvimento (Maia, 2018, p. 36).

Um dos principais documentos produzidos pelo Ministério do Planejamento no governo Geisel foi o II PND, que estabelecia as diretrizes para que o Brasil continuasse com o ritmo de crescimento econômico acelerado do governo Médici, mesmo com o cenário internacional desfavorável e quando as políticas do chamado "milagre econômico" davam sinal de crise em meio ao endividamento externo e o descontrole inflacionário (Singer, 2014, p. 204).

. O II PND pretendia fazer o Brasil alcançar uma sólida infraestrutura econômico-industrial para se tornar uma potência emergente. O principal objetivo do plano estava centrado em expandir as indústrias de bens de produção, por isso, o foco nos investimentos na

indústria pesada da metalurgia, química, elétrica e petroquímica (Silva, 2006, p. 5). Ademais, para Reis Velloso, o modelo de crescimento econômico seguido até aquele momento estava inviabilizado por conta das vulnerabilidades causadas na dependência em relação a importação de petróleo – que era agravada com a crise do Petróleo – e nas importações de bens de consumo básico. Para resolver esse problema, foi realizado, segundo o então ministro, dois ajustes: o primeiro, macroeconômico, caracterizado pela desaceleração da economia; enquanto o segundo era estrutural, marcado pela tentativa de mudar a economia no ponto de vista da energia produtiva e da oferta e produção de insumos básicos e bens de capitais (Velloso *apud* Castro; Araújo, 2004, p. 168). A partir dessas ações, verifica-se que um dos principais focos do II PND era a redução da dependência externa do Brasil nas fontes energéticas.

O governo Geisel, conjuntamente com os Ministérios do Planejamento e da Fazenda, investiu nas realizações do setor energético, como: a construção de pontes usinas hidrelétricas (Itaipu, Sobradinho e Tucuruí), o acordo Nuclear entre Brasil e Alemanha Ocidental, Programa Nacional do Álcool (Proálcool) e a prospecção do petróleo. O plano ainda previa investimentos e impulso no setor da Ciência e Tecnologia (Silva, 2006, p. 5-6).

Reis Velloso, após o mandato do governo Geisel, não ocupou cargos no governo em primeiro escalão. Antes, deixou o governo e, apesar de ter sido convidado, ainda recusou o convite para entrar na política do Estado do Piauí, se comprometendo tão-só ao trabalho intelectual de economista e empresário. A sua experiência de quase dez anos no Ministério do Planejamento contribuiu para que fosse um dos idealizadores e fundadores do Fórum Nacional, criado em 1988 com o objetivo de promover o debate de temas relacionados com as condições sociais, economia e a organização política[4].

4 Para um aprofundamento das contribuições intelectuais de João Paulo dos Reis Velloso nos debates do Fórum Nacional, recomendamos: Velloso Filho, 2022.

Os reflexos no Piauí: a influência de Reis Velloso para o Estado do Piauí

O Piauí foi alvo de diversas intervenções durante a ditadura militar. Os impactos das políticas voltadas para a integração nacional e a euforia econômica do período conhecido como "milagre econômico" foi sentida no Estado através da execução de diversas obras públicas que necessitavam da aprovação e financiamento de volumosos recursos pelo governo federal, a exemplo da criação da Usina Hidrelétrica da Boa Esperança, em 1970, e a criação da Universidade Federal do Piauí, em 1971.

O período conhecido discursivamente como "milagre econômico" durante o governo Médici coincide com os governos de Helvídio Nunes de Barros (1967-1970), João Clímaco D'Almeida (1970-1971) e Alberto Tavares Silva (1971-1975) no Estado do Piauí. Dos três governadores, o último é reiteradamente lembrado na memória coletiva dos piauienses como o responsável por trazer a modernização para o Piauí, com a realização de diversas obras públicas na área da construção civil voltados para melhoria da infraestrutura urbana[5].

Entretanto, todas as obras de infraestruturas realizadas pelo governador de Alberto Silva estavam inseridas no contexto político da modernização conservadora e autoritária da ditadura militar, dentre outras coisas, caracterizada pela centralização das tomadas de decisões políticas, inclusive as orçamentarias. Os ares desenvolvimentistas reverberados no Piauí estavam em sintonia com a política de integração nacional da ditadura militar dos Estados do Nordeste no projeto de construção do Brasil Grande Potência (Fontineles, 2015, p. 158).

Os projetos modernizadores realizados pelos governadores do Estado do Piauí estavam em sintonia com as diretrizes políticas e econômicas da ditadura militar. Consequentemente, não podemos negli-

5 Para uma análise aprofundada acerca de como o governo Alberto Silva construiu a sua memória como um grande tocador de obras no Piauí, recomendamos a leitura de: Fontineles (2015).

genciar a influência que o Ministro Reis Velloso possuía na aprovação de projetos por duas razões: Primeiro, por ser a pasta destinada a destinação de verbas para projetos que precisassem de recursos volumosos a longo prazo destinado ao desenvolvimento dos Estados. Segundo, pelo fato de o titular da pasta do Planejamento, ser natural do Estado do Piauí, isso acabou facilitando a aprovação de projetos socioeconômicos para a sua execução.

As autoridades políticas piauienses, em seus pronunciamentos, demonstravam a tendência de enaltecer a presença de Reis Velloso e Petrônio Portella em posições de destaque no cenário nacional, na medida em que a ocupação desses cargos poderia favorecer a captação de financiamentos e a destinação de recursos para o Estado do Piauí. Essa perspectiva pode ser identificada no discurso de Alberto Silva, publicado no jornal *O Globo* em 25 de janeiro de 1971:

> [...] Êle acha que finalmente está chegando a vez do Piauí, pois o Estado tem um Ministério do Planejamento, um dos seus filhos mais ilustres, e o Sr. Petrônio Portela, também piauiense, será o vice-presidente do Senado Federal. Diz o nôvo Governador que, ao visitar o Nordeste, o Presidente Médici pôde constatar a grave situação em que se debate o Estado e, em vista disso, resolveu proporcionar os meios para que o Piauí recupere o tempo perdido na corrida do desenvolvimento. [...] (**O Globo**, 25/01/1971, p. 15).

No texto jornalístico "Nôvo governador: Está chegando a vez do Piauí", com título diagramado em caixa alta e em um pequeno espaço da parte superior do lado esquerdo da página 15 de *O Globo*, percebe-se o destaque que Alberto Silva, então governador do Estado, dá aos dois piauienses, Reis Velloso e Petrônio Portella, que detinham influência no cenário nacional. Assim, pode-se inferir que o texto, direta ou indiretamente, buscava conquistar verbas financeiras para o Estado para colocá-lo no ciclo de desenvolvimento.

Na própria fundação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 1971, então governador João Clímaco D'Almeida fez questão de

agradecer e destacar os nomes dos Ministros da Educação e da Cultura, Tarso Dutra e Jarbas Passarinho, e o do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, por terem colaborado na concretização do grande sonho piauiense de ter uma universidade pública (*O Globo*, 12/03/1971, p. 47).

Segundo Passos (2003, p. 59), Reis Velloso foi membro do Conselho Federal de Educação e integrou o Grupo de Trabalho criado pelo governo ditatorial para estudar e executar a reforma da universitária. Nesse sentido, como conselheiro, ele foi responsável pelo parecer que aprovou o funcionamento da Faculdade de Administração de Parnaíba e aprovou os estatutos da UFPI[6]. E, ainda como Ministro, viabilizou a inclusão da universidade no Orçamento da União.

Durante o governo de Alberto Silva, cuja orientação política estava voltada para a reformulação da imagem do Estado e para a promoção do desenvolvimento por meio da execução de grandes obras de infraestrutura, diversos projetos de caráter ambicioso demandavam elevados aportes de recursos públicos federais. Nesse contexto, a liberação de verbas pelo governo ditatorial tornava-se imprescindível, atribuindo ao Ministério do Planejamento um papel estratégico na viabilização financeira das iniciativas conduzidas pela administração estadual. Entre os empreendimentos concebidos com o propósito de redefinir a imagem do Piauí, mediante a realização de obras de grande porte e investimentos em infraestrutura orientados ao crescimento econômico, destacam-se o Projeto Piauí, o Projeto Piloto de Tecnificação da Bovinocultura do Piauí (BOVIPI) e a construção do Estádio Governador Alberto Tavares Silva (Albertão).

O Projeto Piauí, segundo informava a imprensa piauiense do período ditatorial, nasceu das ideias da tese de doutorado intitulada *Desenvolvimento Global Participativo*, de João Ribeiro de Oliveira e Souza,

6 Reis Velloso foi agraciado com a homenagem de ter seu nome atribuído ao Campus de Parnaíba da Universidade Federal do Piauí, cujas obras tiveram início em 1971 e foram concluídas em 1975. Posteriormente, em 2018, por meio da Lei nº 13.651, o Campus Universitário João Paulo dos Reis Velloso passou a constituir a base da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar).

que propunha um modelo de desenvolvimento integral. O governador Alberto Silva, ao ter conhecimento da tese, resolveu, juntamente com o apoio do governo federal, adotar e executar algumas das ideias da tese no Piauí e, deste modo, invocar o pioneirismo para a região Nordeste (**O Estado**, 16/08/1971, p. 4).

O Projeto Piauí, de acordo com o documento "Projeto Piauí: um modelo brasileiro de desenvolvimento integral participativo", tinha o objetivo de formular e avaliar um modelo de Desenvolvimento Integral Participativo a partir do Sistema Social de Educação para a região Nordeste, por meio de um programa experimental no Piauí que era considerado o "estado mais pobre da Federação". Como objetivos específicos, o projeto visava desenvolver socialmente o Estado, através do envolvimento e da participação de lideranças comunitárias com o apoio da recém criada UFPI, capacitando sujeitos sociais para ter uma ampla visão dos problemas socioeconômicos e dos recursos naturais disponíveis com o direcionamento de desenvolver as microrregiões. Além disso, mirava o entrosamento das instituições nacionais e internacionais a fim de captar recursos para o Projeto Piauí e o assessoramento dos órgãos do Poder Público (Piauí, 1971, p. 05).

O Projeto Piauí dividia o Estado em 11 (onze) microrregiões homogêneas[7] para desenvolver de maneira participativa a sua população. Segundo Tavares (2018, p .226), por meio deste projeto foi desenvolvido outros, a saber: Projeto de Educação Integral para o Desenvolvimento, Reestruturação da Cooperativa de Artesanato de Parnaíba, Projeto de Pesquisa da Região do Sertão, Atuação do Projeto Rondon em Picos, Formação de técnicos em desenvolvimento integral, para atuação em nível municipal e treinamento pessoal das Secretaria de Estado e de outros órgãos estaduais e federais, entre outros.

O Projeto BOVIPI foi um projeto que visava a aplicação de técnicas modernas na atividade da pecuária do Estado, com captação de

7 As onze microrregiões eram: Teresina, Campo Maior, Parnaíba, Valença do Piauí, Médio Parnaíba Piauiense, Baixões Agrícolas Piauienses, Floriano, Alto Piauí e Canindé, Alto Parnaíba Piauiense, Médio Gurgueia, Chapada do Extremo Sul Piauiense

recursos governamentais, de recursos creditáveis subsidiários do Proterra e dos pecuaristas. O esquema consistia de seleção e planejamentos das fazendas, canalização de recursos creditáveis para o financiamento de projetos e execução de serviços e insumos (Tavares, 2018, p. 216).

O Albertão, por sua vez, foi um projeto ambicioso do governo Alberto Silva. Aproveitando a conjuntura nacional de valorização de projetos arquitetônicos grandiosos e do futebol em nível nacional, o governador decidiu construir um grande Estádio para a realização de jogos de times nacionais como maneira de integrar o Piauí no campeonato futebolístico que foi inaugurado em 26 de agosto de 1973 (Fontineles, 2015, p. 162-163).

Para a realização de projetos e obras de tamanho vulto na gestão do governador Alberto Silva, não podemos negligenciar a influência de um ministro piauiense na pasta do Planejamento na aprovação das medidas orçamentarias que requeriam financiamentos volumosos do governo federal, especialmente em um período de centralização autoritária das decisões em Brasília. Por isso, a participação de Reis Velloso na aprovação e execução dos projetos e obras faraônicas feitas pelo governo Alberto Silva foi muito afirmada e utilizada pelos seus adversários políticos com o intuito de diminuir o crédito das realizações do governador (Fontineles, 2015, p. 74-75). Simultaneamente, nos discursos de Alberto Silva, apesar de afirmar que não existiu "milagre no Piauí", no sentido que os resultados do seu governo foi fruto de planejamento e do seu espírito de "construtor", não deixava de destacar o apoio recebido pelo presidente Médici e pelo Ministro Reis Velloso (Piauí, 1974, p. 16-17).

Na entrevista realizada pelos historiadores Celso de Castro e Maria Celina D'Araújo, Reis Velloso afirma que no primeiro governo Alberto Silva:

> [...] o estado recebeu apoio para um grande número de projetos de caráter econômico, social e cultural, inclusive a construção de um sistema rodoviário pavimentado que ia de norte a sul do estado. O Alberto tinha bons projetos, mas um deputado do Paraná achou de reclamar pelos jornais que estávamos privilegiando o Piauí. Mandei responder pela assessoria da imprensa que o total de "privilégios" concedidos ao Piauí não chegava a 1% do que o Paraná recebia. Não se ouviu falar do deputado [...] (Velloso *apud* D'Araújo; Castro; 2004, p. 135).

Nesse relato de Reis Velloso, destaca-se o apoio que o Estado do Piauí recebeu do seu ministério durante o governo Alberto Tavares Silva. Em decorrência deste apoio a um grande número de projetos no Piauí, Reis Velloso revela que a ação causou, inclusive, um "ciúme" de um deputado do Paraná, que insinuou que o Piauí estava tendo algum "privilégio" por ter um piauiense como ministro do Planejamento. A declaração, segundo Reis Velloso foi desmentida por meio da pasta do Planejamento, que revela a defasagem dos recursos federais que iam para os centros urbanos das regiões Sul e Sudeste em relação aos Estados da região Nordeste. Direta ou indiretamente, a suposta desavença contribuiu para escancarar a diferença da política de integração nacional da ditadura militar para os Estados considerados mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos.

Apesar da afirmação do ministro do Planejamento de que o Piauí, seu Estado de origem, não teria recebido privilégios durante sua gestão, é necessário considerar que tal declaração foi formulada em resposta a uma entrevista conduzida por pesquisadores da CPDOC-FGV. Nesse contexto, Reis Velloso evitou reconhecer eventual favorecimento ao Estado natal no período em que esteve à frente da pasta. Desse modo, sua fala pode ser compreendida como uma memória enquadrada, caracterizada pela seleção de lembranças orientada à justificação de escolhas e decisões políticas.

Segundo Michael Pollak (1992, p. 9), a memória, seja individual ou coletiva, constitui uma operação social de construção e preservação de acontecimentos e interpretações que se pretende salvaguardar. Não

se trata de um depósito passivo de recordações, mas de um processo ativo de elaboração, no qual agentes sociais selecionam aquilo que deve ser lembrado e aquilo que tende a ser silenciado, com vistas à preservação da coesão de um grupo ou de uma nação.

Na entrevista concedida aos pesquisadores da CPDOC-FGV, ao abordar o Piauí e o governo de Alberto Silva, Reis Velloso realiza uma seleção criteriosa dos elementos apresentados, buscando justificar suas ações e escolhas políticas. Trata-se de um depoimento produzido com finalidade de registro histórico, no qual se observa o esforço de preservação de uma imagem de profissionalismo e imparcialidade administrativa, evitando questionamentos acerca de eventual favorecimento ao seu Estado de origem durante sua permanência no Ministério do Planejamento.

Em contraste com as declarações de Reis Velloso, a entrevista organizada pela Fundação CEPRO (Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí), em comemoração aos seus 45 anos de existência, com Antônio Pádua Ramos – idealizador da instituição e secretário do Planejamento durante o governo Alberto Silva – apresenta uma perspectiva distinta. Ao rememorar a construção da rodovia denominada "Grande Y", o entrevistado destaca a atuação de Reis Velloso na obtenção dos recursos necessários à viabilização da obra.

> [...] então chegou de Londres, o economista Antônio Augusto dos Reis Veloso, assessor do seu irmão ministro e me telefonou dizendo que tinha estado com o gerente do Banco do Brasil, em Londres, e que havia US$ 10 milhões para fazer a estrada. Fui imediatamente à casa de Alberto Silva que me disse: "Moço, vamos fazer a perna do grande Y". Só que o ministro Delfim Neto atravessou o caminho e disse que não seria pelo Banco do Brasil, pois caracterizava a estatização de crédito e mandou que escolhêssemos um banco privado ´[...]. (Ramos apud CEPRO, 2016, p.1 8).

Na entrevista, Antônio Pádua Ramos destaca como o governo de Alberto Silva obteve recursos federais para viabilizar a construção da rodovia estadual de Canto do Buriti, denominada "Grande Y", con-

cebida para interligar as regiões Norte e Sul do estado. Em seu relato, observa-se que as relações interpessoais e políticas, favorecidas pela proximidade entre Reis Velloso e o governo albertista, desempenharam papel relevante nesse processo: segundo o entrevistado, um assessor – irmão de Reis Velloso – entrou em contato com o secretário de Planejamento do Piauí e informou que o Banco do Brasil dispunha de 10 milhões de dólares destinados à construção da estrada.

Embora esse contato possa aparentar informalidade, o episódio sugere a circulação privilegiada de informações e evidencia como a obtenção de recursos para o Piauí, durante a gestão de Reis Velloso no Ministério do Planejamento, teria sido favorecida pelas redes de relações políticas e familiares estabelecidas entre agentes vinculados ao governo estadual e às instâncias federais de decisão.

Outro aspecto ressaltado por Antônio Pádua Ramos em relação à obtenção de recursos para a execução das obras de infraestrutura do governo Alberto Silva refere-se à construção do Albertão e da rodovia Transpiauí:

> Não houve nenhum dinheiro extraordinário vindo para o Alberto Silva por força da ação do ministro Veloso. O maior dinheiro que o Alberto Silva obteve foi decorrente da venda das ações da Petrobrás. [...]. O governo chegou aqui e vendeu as ações da Petrobrás, construiu o Albertão e ainda sobrou dinheiro. A estrada Transpiauí foi um empréstimo e nós fizemos o projeto [...]. Reis Veloso ajudou porque quando chegava uma postulação do Piauí ninguém contrariava o Estado onde tinha nascido o ministro, então isto facilitou muito. Agora, ele ajudou muito o governador Dirceu Arcoverde, segundo o irmão dele me disse [...]. (Ramos apud CEPRO, 2016, p. 24).

Esse depoimento, embora apresente elementos aparentemente contraditórios, evidencia a percepção de que projetos oriundos do Piauí encontravam maior facilidade de aprovação em razão da posição ocupada por Reis Velloso no governo federal. Inicialmente, nega-se a existência de "recursos extraordinários" destinados ao governo de Alberto Silva por iniciativa direta do Ministro do Planejamento; simul-

taneamente, reconhece-se que a obtenção desses recursos se tornava mais viável pelo fato de o ministro ser natural do Estado.

O relato pode ser interpretado como uma expressão de "memória enquadrada", na medida em que Antônio Pádua Ramos, ao ter exercido o cargo de secretário de Planejamento durante o governo Alberto Silva e ao atribuir valor positivo à experiência administrativa da qual participou, rejeita a ideia de uma ajuda "milagrosa" proveniente de Reis Velloso, sem, contudo, negar que a presença de um ministro oriundo do Piauí tenha favorecido os processos de aprovação e viabilização financeira dos projetos estaduais.

Considerando que o primeiro governo Alberto Silva ocorreu durante o período conhecido como "milagre econômico" brasileiro – contexto marcado pela ampliação da capacidade de investimento do Estado ditatorial, sustentada pelo endividamento externo e por condições econômicas favoráveis –, é plausível interpretar que a posição ocupada por Reis Velloso no Ministério do Planejamento, associada às suas relações de proximidade com o governador e com membros da administração estadual, tenha contribuído para ampliar as possibilidades de aprovação dos projetos piauienses e de obtenção dos recursos necessários à sua execução.

A gestão do Reis Velloso no ministério do Planejamento durante o governo Geisel também aprovou projetos que beneficiaram o Estado do Piauí, como o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) que beneficiou o Piauí com a promoção de vários projetos, a saber: Projeto Delta do Parnaíba, Projeto Vale do Gurgueia, Projeto Vale do Fidalgo e Projeto das Fazendas Estaduais. Esses projetos eram voltados ao desenvolvimento agrícola, melhoria da condição de infraestrutura – como a construção de estradas vicinais, redes distribuição de água e energia elétrica, construção de pontes etc – além de promover o desenvolvimento social, como a construção de escolas e postos de saúde no interior do Estado. Outros projetos importantes voltados a infraestrutura, em especial do meio rural, também fo-

ram criados, a exemplo do Projeto Vale do Parnaíba, Projeto Sertanejo, Provárzeas, Programa Operativo Especial (Mendes, 2003, p. 245-249).

Considerações finais

A trajetória profissional e política de João Paulo dos Reis Velloso deve ser analisada em conjunto com os contatos que teve com políticos e economistas influentes, especialmente os aliados civis da ditadura militar, que influenciaram na sua ascensão nos cargos na pasta do Planejamento, começando com a ocupação na Ipea durante a gestão de Roberto Campos como Ministro do Planejamento, assumindo cargos na secretaria geral do Planejamento até chegar no cargo de Ministro, durante os governos de Médici e Geisel. Por meio da pasta do o Ministério do Planejamento, Reis Velloso teve certa influência e poder durante os governos da ditadura militar, especialmente no planejamento do orçamento e na aplicação de verbas e recursos financeiros considerados necessários para o crescimento econômico e desenvolvimento nacional a médio e a longo prazo.

A influência de ter um piauiense no Ministério do Planejamento foi muito aludida por autoridades políticas locais na qual destacavam o papel de Reis Velloso no apoio a projetos econômicos que precisavam de apoio do governo ditatorial para viabilizá-los. Reis Velloso, apesar de não ser político no sentido partidário, era um tecnocrata com fortes laços sociais-familiares com os grupos políticos que governaram o Piauí durante o regime militar, seja o grupo político de Alberto Tavares Silva que era seu conterrâneo de Parnaíba; seja da facção política liderada por Petrônio Portella Nunes, na qual possuíam o apoio de seu ministério da aprovação e viabilidades de seus projetos econômicos voltados a modernização do Piauí de acordo com o modelo proposto pelo regime militar.

Reis Velloso foi uma figura piauiense muito importante no cenário nacional durante a ditadura militar por ter ocupado o cargo de Ministro do Planejamento. Neste período, o poder estava centralizado

nas mãos dos presidentes militares, tendo diminuído o papel do Poder Legislativo e a própria autonomia política e econômica dos governadores e dos prefeitos. Por esta razão, o papel de Reis Velloso na política econômica nacional durante os governos Médici e Geisel devem ser aprofundados pelos historiadores e pesquisadores de ciências afins, sobremaneira, o papel dos aliados civis, no caso específico os chamados tecnocratas, nas políticas econômicas e sociais executadas pela ditadura militar e como esses sujeitos serviram como uma base de apoio para o regime autoritário que se instalou no país em nome do desenvolvimento e da segurança nacional.

É inegável a influência de Reis Velloso no apoio institucional e influência nas políticas governamentais voltadas para a modernização do Piauí durante todo o período em que esteve no Ministério do Planejamento. Conhecer sua biografia é também abrangermos como o Piauí foi atingido por essas políticas modernizadoras voltadas para a segurança nacional e a integração nacional; além de entendermos como foi a participação de setores políticos e econômicos piauienses que viram o regime militar como uma oportunidade de se fortalecerem politicamente e como uma estratégia de inserir o Piauí no processo de crescimento econômico de uma maneira que não afetassem os seus interesses políticos e econômicos.

Referências

Afinal, o que é o Projeto Piauí? **O Estado**, 15/16 de agosto de 1971.

BAHIENSE, Daniel Albuquerque. **O soldado e o intelectual**: um estudo sobre a trajetória política de Petrônio Portella. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

BATISTA, Joel Marcos Brasil de Sousa; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. "Entre a sobrevivência e a adesão": os posicionamentos do governador Petrônio Portella durante o golpe

civil-militar de 1964. In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BATISTA, Joel Marcos Brasil de Sousa; CASTELO BRANCO, Ronald Cavalcante; CARDOSO, Natanael da Silva (Orgs). **60 anos do golpe**: a ditadura militar no Piauí e as disputas de poder. Teresina: Cancioneiro, 2025, p. 305-329.

CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022.

CEPRO**. 60 anos de planejamento**. Teresina, v.28, n.2, p.1-201, julho/dezembro, 2016.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs). **Tempos Modernos**: João Paulo dos Reis Velloso: memórias do desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MAIA, José Nelson Bessa Memorial. **Seain**: meio século de relações econômicas internacionais no Ministério do Planejamento 1968-2018. Brasília: Enap, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 48-65.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.

NÔVO GOVERNADOR: ESTÁ CHEGANDO A VEZ DO PIAUÍ. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de Janeiro de 1971, Ano XLVI, N°13.719, p.15.

PASSOS, Guiomar de Oliveira. **A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nascença:** conformação da Reforma Universitária de 1968 à sociedade piauiense. Tese (Doutorado em ciências sociais),

Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

PIAUÍ. **Projeto Piauí**: um modelo brasileiro de desenvolvimento integral participativo. Teresina: 1971.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves de Almeida (Orgs). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 207-242.

RABELO, Elson de Assis. **A história entre Tempos e Contratempos**: Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2008.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 30-47.

SANTOS, José Lopes do. O Ministério sem piauienses. **O Dia**, Teresina, 17/18 de abril de 1985, Ano XXXIV, nº 6. 973, p. 4.

SINGER, Paul. O processo econômico. In: REIS, Daniel Aarão (Orgs). M**odernização, ditadura e democracia**: 1964-2010, volume 5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p. 183-232.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo e Tancredo, 1964-1985. Trad: Mario Salviano Silva. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Morais; FONTINELES, Cláudia. A ditadura civil-militar e a legalidade autoritária: Justiça Militar e institucionalização da repressão política no Piauí (1964-1972). **Revista Maracanan**, n. 40, p. 01-24, set.-dez. 2025.

TAVARES, Zózimo. **Alberto Silva**: uma biografia. Teresina: Bienal Editora, 2018.

VELOSO FILHO, Francisco de Assis. **Uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil**: a visão de João Paulo dos Reis Velloso. Teresina; Rio de Janeiro: Ideia D; Livros do Futuro, 2022.



TRABALHO E PODER
os discursos do deputado federal Chagas Rodrigues a procura do trabalhismo (1951-1958)

Francisco Arcanjo Mendes dos Santos Junior

Introdução

A partir de 1930, o Brasil vivenciou um período de intensa agitação: primeiro pela chamada "Revolução de 30", movimento liderado por Getúlio Vargas, que toma o poder e passa a governar o país; depois pelos caminhos abertos por esse novo momento político do país, levando em conta principalmente os atores que adentrariam nesse cenário. As relações de trabalho e os trabalhadores passaram a ser elementos indispensáveis da pauta política nas décadas que se seguiram. A construção de uma série de legislações que visavam a regulamentação do trabalho nas suas mais

diversas vertentes, envolvendo também a organização sindical, constituiu a principal agenda a ser discutida a partir de então. Havia debates e mobilizações neste sentido nas décadas anteriores, porém foi nos anos de 1930 que está pauta se consolidou como uma questão de Estado. Em seu início, essa discussão estava mais restrita à equipe do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado em novembro de 1930 e apelidado como o "Ministério da Revolução", mas aos poucos passaria a contar com uma intensa participação de sindicatos e lideranças político-partidárias ligadas aos trabalhadores, mesmo com toda estrutura corporativista sindical. A ampliação da participação popular nesses debates foi duramente alterada no contexto que culminou na ditadura do Estado Novo (1937-1945), ganhou força significativa na redemocratização e foi mais uma vez paralisada, bruscamente, diga-se de passagem, com o golpe civil-militar de 1964.

Nesse período, entre 1930 e 1964, os trabalhadores se organizaram de forma mais consolidada em todo o território brasileiro. Conquistas como a regulamentação da sindicalização, da jornada de trabalho, do trabalho das mulheres, do salário-mínimo, entre outras garantias, requeriam uma ampla organização das classes. No Piauí, como destaca José Maurício Moreira dos Santos, mesmo sendo um estado com baixo desenvolvimento em relação aos demais do país, seus trabalhadores não ficaram de fora dessa conjuntura e buscaram se organizar em coletividade (Santos, 2015).

Com o surgimento e fortalecimento dos sindicatos, os trabalhadores passam a se engajar mais na política e, a partir de 1945, com o fim do Estado Novo e o surgimento dos partidos políticos nacionais, cada vez mais representantes dessas classes serão levados a cargos eletivos. Esses trabalhadores se organizaram nos novos partidos que surgiam visando espaço no contexto político.

A historiadora Ângela de Castro Gomes, ao analisar essa nova conjuntura no país, explica que no "período que vai de 1945 a 1964, três grandes partidos marcam a cena da política brasileira: o Partido Social Democrático (PSD); a União Democrática Nacional (UDN) e

o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)" (Gomes, 2002, p. 1). A autora adverte que esses três partidos convivem "com outras organizações partidárias de menor porte e de importância eleitoral mais regionalizada", porém observamos que esses três partidos também vão hegemonizar a política piauiense, assim como no cenário nacional.

Nessa conjuntura de enaltecimento dos trabalhadores, o PTB é um dos partidos que irá se apresentar mais diretamente à classe, até mesmo porque ele foi criado para isso: ser um partido das massas em defesa do legado trabalhista varguista, tendo isso em vista que a força política dos trabalhadores não podia mais ser deixada de lado e também a concorrência de outra legenda, o Partido Comunista do Brasil (PCB), que retornou à legalidade em 1945 (Gomes, 2015).

No Piauí, o PTB se fortalece a partir de 1954 com a chegada de um grupo de políticos, a maioria de certa relevância e prestígio na sociedade piauiense. Entre esses políticos se encontrava Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, mais conhecido como Chagas Rodrigues, que já era deputado federal, eleito em 1950 pela UDN. Nascido e criado em Parnaíba, segunda maior cidade do estado do Piauí, de família abastada, o jovem parlamentar parnaibano se destacou como um importante nome do PTB piauiense, (Oliveira, 2016; Castro, 2021).

Pelo PTB, foi reeleito para a Câmara dos Deputados nas eleições de 1954, depois eleito governador do Piauí em 1958 e voltou a ser deputado federal no pleito de 1962. Ao tomar posse no início do ano seguinte, em seu retorno ao Congresso Nacional, Chagas Rodrigues concedeu uma longa entrevista para o *Correio Braziliense*, periódico sediado em Brasília, Distrito Federal. Nessa entrevista ele faz um apanhado de sua vida, sobre sua militância estudantil e política, principalmente a sua relação com os partidos pelos quais passou e ainda tratou sobre o que acreditava e defendia para o Brasil. Esta entrevista, concedida ao jornalista Queirós Campos, serve como ponto de partida para que levantemos algumas reflexões sobre a sua atuação política. A manchete é bastante sugestiva e já levanta questionamentos: "Do

Integralismo ao Udenismo a procura do Trabalhismo" (Correio Braziliense, 29 mai. 1963, p. 4).

Nesse sentido, este artigo analisa a atuação de Chagas Rodrigues na Câmara Federal durante seus dois primeiros mandatos (1951-1958), com o objetivo de compreender como se deu sua aproximação do trabalhismo e de que modo os trabalhadores — especialmente os rurais — tornaram-se elementos centrais de seu discurso político. Para tanto, examinam-se 147 pronunciamentos do deputado disponíveis nos Discursos e Notas Taquigráficas da Câmara dos Deputados, além de uma entrevista concedida por ele ao jornal Correio Braziliense em 1963.

A hipótese que orienta a investigação é que, mais do que mero oportunismo eleitoral, a adesão de Chagas Rodrigues ao trabalhismo resultou de uma incorporação ideativa: ele não apenas se serviu do discurso trabalhista, mas tomou para si bandeiras — como a sindicalização rural e a reforma agrária — que o colocaram em rota de colisão com sua própria base familiar e com as elites agrárias piauienses.

Argumenta-se que a tribuna da Câmara Federal funcionou para Chagas como um lócus de mediação entre sua origem elitista e sua nova identidade política. Nesse espaço, ele construiu uma imagem de "idealista" e de "voz dos trabalhadores" ao mesmo tempo que defendia interesses econômicos diretamente vinculados ao seu círculo familiar — como a exportação da cera de carnaúba e a construção do Porto de Luís Correia. Longe de configurar uma incoerência insanável, essa ambiguidade revela as tensões constitutivas do trabalhismo como cultura política no Brasil, especialmente em estados periféricos como o Piauí.

A trajetória política de Chagas Rodrigues rumo ao trabalhismo

A atuação política de Chagas Rodrigues teve seu auge quando este já integrava as hostes do trabalhismo, filiado ao PTB, pelo qual foi reeleito deputado federal, eleito governador do estado do Piauí e

ainda deputado federal novamente. Nascido no ano de 1922 em Parnaíba, segunda maior cidade do estado, com importância econômica e política que lhe serviu de base eleitoral, ele era filho de comerciante e ligado as famílias abastadas da cidade. O caminho percorrido por Chagas Rodrigues durante sua carreira política é no mínimo curioso, para não dizer intrigante; tanto pela sua facilidade de transitar entre a elite, que compreendia o seu âmbito familiar, quanto nas massas populares; mas também por motivos ideológicos, tendo assumido posicionamentos mais à esquerda, na defesa do trabalhismo, e em outros momentos mais à direita, na defesa de valores conservadores ou liberais.

Marylu Alves de Oliveira, que em sua tese de doutorado analisa as tentativas de construção de projetos trabalhistas, destaca o projeto do trabalhismo oficial representado por Chagas Rodrigues e o PTB, e ainda o projeto do trabalhismo cristão representado pelo arcebispo de Teresina Dom Avelar Brandão Vilela e pela Igreja Católica. Em meio às particularidades da cultura política partidária e popular no Piauí, entre as décadas de 1940 e 1960, a autora faz uma síntese da trajetória de Chagas Rodrigues:

> Herdeiro de um rico comerciante e casado com a filha de abastada família do Piauí, Chagas Rodrigues rapidamente fez carreira na política, segundo rumores da imprensa, com a utilização do poder econômico, iniciando-se político nas fileiras udenistas para, anos depois, construir sua imagem como um dos maiores nomes do trabalhismo no Estado, adentrando o rol dos cassados pelo AI-5 em 1968. Sua relação próxima com Leonel Brizola, as propostas avançadas de reforma agrária e o discurso alinhado, em grande medida, com a esquerda radical do PTB, muitas vezes não se conjugavam à sua história familiar, à sua fala eloquente de formação clássica jurídica, tampouco aos ternos de corte irretocável e à aparência de galã de cinema hollywoodiano, que tanto agradavam a elite local (Oliveira, 2016, p. 14).

No início de sua trajetória, ainda na década de 1930, apresenta simpatia pelo Integralismo de Plínio Salgado; depois filia-se à UDN, onde atuou como "um exaltado lutador contra a ditadura Vargas"

(Kruel, 2018, p. 57) e também conquistou o seu primeiro mandato de deputado federal, até encontrar-se no PTB, onde permanece até ser cassado e perder seus direitos políticos durante a ditadura militar.

Buscando formação na área jurídica, Chagas Rodrigues foi aprovado no vestibular da Faculdade de Direito de Recife em 1941, onde iniciou os estudos e permaneceu até 1943, quando se transferiu para a Faculdade de Direito de São Paulo, graças às suas excelentes notas (Kruel, 2018). Foi nesses espaços, sempre ligado aos centros acadêmicos, que ele foi descobrindo sua vocação para a política, considerando que já possuía excelente oratória e frequentemente discursava representando os centros acadêmicos pelos quais passou.

Em Recife, Chagas Rodrigues entrou em contato com os debates acerca do cenário em que o país se encontrava. Estudante e fascinado pelos ideais nacionalistas, filiou-se ao seu primeiro grupo político, a Ação Integralista Brasileira (AIB), grupo fortemente influenciado pelo fascismo de Mussolini, tendo sido um dos mais importantes movimentos fascistas e um dos primeiros de massa do Brasil, fundado e liderado pelo político e jornalista Plínio Salgado. O jovem parnaibano iniciou sua militância em um movimento de extrema-direita. Mais tarde, ele mesmo confirmou sua passagem pelo Integralismo, tratando desse assunto na entrevista concedida em 1963:

> Pertenci, realmente, ainda estudante, em Pernambuco, à Ação Integralista Brasileira. O que me atraía, em seu programa, era a mensagem nacionalista. Era um apêlo dirigido aos jovens, no sentido de renovar o país, sem a cópia servil das instituições estrangeiras. Combatia-se o capitalismo internacional, o colonialismo burguês decadente, prêsa fácil do comunismo (Correio Braziliense, 29 mai. 1963, p. 4).

O discurso do integralismo era especialmente voltado para os jovens, como afirma o próprio Chagas Rodrigues. O apelo à juventude partia da intenção aparente do movimento de realizar uma renovação política que fosse literalmente nacional, engajando essa importante parcela da sociedade no debate político, recrutando-os desde cedo a partir

de um discurso nacionalista e empolgante, que instigava esses jovens a se organizarem por uma nova realidade política e social. Foi nesse cenário que Chagas foi atraído pelo integralismo. No meio dessa efervescência política e cultural, ele foi desenvolvendo sua subjetividade e definindo as pautas que defenderia durante sua vida, sendo o nacionalismo um exemplo – tomado por Chagas quase como um dogma de sua vida política, uma bandeira indiscutível de sua atuação.

O jovem estudante permaneceu por pouco tempo no movimento de Plínio Salgado, pois, em 1943, transferiu-se para a Faculdade de Direito de São Paulo, e lá encontrou um ponto de ebulição, no momento em que se fortaleciam as contestações ao regime do Estado Novo, tendo em vista que os paulistas não eram tão favoráveis a Vargas. A partir de então, os grupos que faziam oposição ao presidente se organizaram em torno da UDN, que se tornou a casa das oposições ao regime e na luta pela redemocratização. Ele também relatou os motivos de sua ida para a UDN na entrevista concedida ao jornal *Correio Braziliense*:

> Na luta pela redemocratização do país – continua – estava filiado à UDN. Vinha da Faculdade de Direito de São Paulo, onde a ditadura perpetrou violências .... Havia sido convocado para as fileiras do Exército, quando o Brasil se alinhava entre as potências em luta contra o nazismo. Achava um contrassenso que, ganhar a guerra pela democracia, continuássemos num regime de exceção, que, aliás, já amadurecera os seus frutos, no terreno econômico e da emancipação do trabalhador. Era necessário um sôpro liberal: assim, fui udenista (Correio Braziliense, 29 mai. 1963, p. 4).

Na UDN, Chagas Rodrigues participou da luta pela redemocratização do país porque, naquele momento, segundo ele, o Brasil precisava de um "sopro liberal", com o retorno do funcionamento das instituições democráticas. Ele acreditava que o regime varguista havia dado frutos, principalmente na área econômica e na relação com os trabalhadores, mediante a concessão de direitos; porém, era necessário superá-lo principalmente devido ao seu autoritarismo nos últimos anos. Nesse partido, Chagas se engajou na campanha presidencial do

brigadeiro Eduardo Gomes em 1945 e ainda trouxe consigo as mesmas bandeiras que defendia quando participava do movimento integralista, entre elas o nacionalismo e o fortalecimento do Estado.

No Piauí da década de 1950, os trabalhadores já haviam desenvolvido uma importante estrutura de organização de classe, principalmente na cidade de Parnaíba, e, portanto, já se notabilizavam como considerável força política que, compreendendo o momento de maior abertura para sua participação no campo do debate político, não era inerte e ainda desenvolvia estratégias para alcançar seus interesses.

É nesse cenário que Chagas Rodrigues e o grupo liderado pelo ex-governador e então senador Mathias Olímpio, conhecido como grupo "matista", chegam ao PTB, embora eu acredite que, a essa altura, Chagas tenha tido compreensão da força que a classe trabalhadora piauiense, principalmente a parnaibana, já conquistava naquele momento. Entender a posição de Chagas Rodrigues diante do trabalhismo não é tarefa fácil, pois ele era um político movido por ideias. Desde sua juventude, durante sua formação acadêmica, quando se encantou pelo integralismo, essa forma de fazer política ele a levou consigo por toda a vida, sempre levantando bandeiras e defendendo ideias.

Embora exista uma variedade de elementos históricos a serem abordados no seio da trajetória do político piauiense, não nos cabe aqui elucidá-los sem recair em divagações e aspectos tangentes à perspectiva principal deste artigo. Nesse sentido, ater-nos-emos aos seus discursos de 1951 a 1958, objetivos centrais desta investigação.

Entre a elite e os sindicatos de Trabalhadores: a construção do discurso político de Chagas Rodrigues

A análise dos discursos parlamentares de Chagas Rodrigues baseia-se nos pronunciamentos disponíveis na seção *Discursos e Notas Taquigráficas* do site da Câmara dos Deputados, abrangendo seus dois primeiros mandatos (1951-1955 e 1956-1959). Nesse espaço de tempo de oito anos, o deputado piauiense subiu à tribuna e realizou 147 dis-

cursos, ou seja, Chagas era bem ativo em sua atuação legislativa, principalmente no que se refere a falar em defesa do Piauí ou dos grupos que ali também representava.

Um fato interessante e que chamou a atenção foi que, se por um lado Chagas Rodrigues era um orador frequente na tribuna, por outro ele não era um grande propositor, haja vista que a partir da pesquisa de sua atuação legislativa, observou-se que neste mesmo período ele propôs apenas quatro projetos de lei, dos quais dois foram transformados em lei e os outros dois arquivados.

Orador eloquente, o parlamentar piauiense usou a tribuna para tratar de diversos assuntos. Para facilitar e possibilitar uma análise mais profunda, organizei esses discursos por temas. Observei que os arquivos destes discursos estão organizados por data e com uma breve descrição do que se trata cada pronunciamento. Partindo dessas descrições determinei palavras-chaves que pudessem resumir o assunto daquele discurso, assim foi possível estabelecer temas e organizar os pronunciamentos através dessas palavras-chaves. Por exemplo, os pronunciamentos que tratam especificamente da construção de estradas, rodovias, pontes e ferrovias classifiquei com o tema "transportes", onde observei a ocorrência de quinze discursos; onde tratava sobre políticas públicas e obras contra a seca, classifiquei como "secas", com a ocorrência sete discursos; as demais obras, classifiquei como "infraestrutura", onde encontrei dezessete discursos; e assim por diante. Dessa forma foi possível organizar a tabela abaixo:

Tabela 01: DISCURSOS DE CHAGAS RODRIGUES NA CÂMARA FEDERAL TIPIFICADO POR TEMAS (1951-1959)

TEMA	QUANTIDADE
INFRAESTRUTURA	17
PORTO DE LUÍS CORREIA	13
SECAS	07
TRANSPORTES	15
POLÍTICA ESTADUAL	20
TRABALHADORES	11

COMÉRCIO, INDÚSTRIA E ECONOMIA	12
CERA DE CARNAÚBA	07
SAÚDE E EDUCAÇÃO	03
VERBAS E ORÇAMENTO	15
POLÍTICA EXTERNA	03
ABASTECIMENTO	05
POLÍTICA NACIONAL	19
TOTAL	147

Fonte: Câmara Federal

Estando esses discursos organizados da forma acima, além de facilitar a análise, ainda é possível compreender melhor a atuação do deputado piauiense na câmara federal nesse período: quais suas bandeiras, o que ele defendia para o Piauí, quais os grupos que ele representava ou quais se beneficiavam com sua atuação, quais mudanças em sua postura ou pensamento quando de sua saída da UDN para o PTB. Enfim, facilita na construção de uma linha de reflexão a partir das palavras do próprio Chagas, que pode nos levar a compreender melhor as suas posturas, seus pensamentos e até mesmo suas ações.

No que tange as questões de nomenclatura que guiaram a organização desses discursos, é necessário pontuar algumas observações para a compreensão do agrupamento de alguns temas. Os temas Infraestrutura, Transportes, Porto de Luís Correia e Secas poderiam facilmente estar inclusos em um único grupo temático, mas, se assim o tivesse feito, deixaria alguns apontamentos importantes ficarem perdidos, como a campanha que Chagas realizou durante seus mandatos de deputado pela construção do Porto de Luís Correia, e isso pode ser comproreitos e sindicalização dos trabalhadores rurais, entre outros. Mas também analisarei alguns pronunciamentos pontuais que sejam necessários para a compreensão de questões correlatas à proposição central.

As nomenclaturas aqui utilizadas para agrupar os discursos tentam sintetizar o conteúdo que cada um traz. Entretanto, analisar discurso não é uma tarefa nada fácil, ainda mais quando estes são de

cunho político, muito mais que o conteúdo desses pronunciamentos, é indispensável observar o contexto e as circunstâncias em que essas falas são proferidas. É preciso observar ainda quem fala e para quem se fala, tendo em vista que esses discursos em questão são carregados de signos, porém é preciso ir mais a fundo, sobre essas questões da análise de discurso, sobretudo a partir das reflexões de Sirio Possenti (1993):

> Falar não é agenciar apenas conhecimentos linguísticos, isto é, gramaticais, mas todo um conjunto de regulações que fazem da linguagem uma forma de relação entre os membros da sociedade que lhes impõe restrições e lhes cobra compromissos e consequências. Da mesma maneira, entender um enunciado ou uma série deles não é apenas codificar um conjunto de signos, mas relacionar o que significa o enunciado dito com um contexto especifico e tirar daí consequências tanto em relação ao sentido do enunciado proferido quanto em relação ao falante que se responsabiliza por sua enunciação (Possenti, 1993, p. 20-21).

A fala vai muito além do que podemos perceber, ou simplesmente ouvir, há um contexto que a acompanha, além dos signos que ela se apropria para alcançar determinado público. O discurso político é carregado de ideologia, ele não é solto ao ar à toa, assim como uma carta, ele tem um destinatário, e muito provavelmente uma missão. "A língua é uma forma de ação sobre o outro e de comprometimento" (Possenti, 1993, p. 21).

O compromisso na fala de Chagas é algo sempre muito evidente, seja com suas bandeiras ideológicas ou com os interesses daquele que ele representava, e isso estava ligado na sua ação e fala. Se em seu segundo mandato Chagas foi uma importante voz na tribuna da câmara em defesa dos trabalhadores, tendo um importante número de seus discursos voltados para eles nesse período, em seu primeiro mandato ele realizou uma acentuada defesa do financiamento da cera de carnaúba, que a época se apresentava como o principal produto de exportação do Piauí e de suma importância para a economia do estado.

Entre os anos de 1952 e 1954, Chagas Rodrigues foi à tribuna sete vezes fazer considerações acerca do produto e apelar para as autoridades econômicas que olhassem com mais atenção para o mesmo. É interessante observar como os discursos de Chagas estavam sempre alinhados aos momentos políticos em que ele vivia. Nesse primeiro momento em que Chagas iniciava sua carreira política, embora trouxesse consigo um leque de ideais, nessa ocasião ele chegava a Câmara muito mais como o representante político de seu grupo familiar e porque não dizer das firmas Poncion Rodrigues & Cia. Ltda., de propriedade de seu pai Poncion Queiroz Rodrigues; e a Moraes Correia, que no final da década de 1940 passou a ser a única firma industrial do Piauí com autorização da Fiscalização Bancária (FIBAN) a fazer a exportação da cera de carnaúba, extraída de borra obtida por processo químico e que, no começo dos anos cinquenta, passou a produzir em larga escala na Usina localizada no bairro Coroa, em Parnaíba, e que pertencia ao seu sogro José de Moraes Correia (Kruel, 2018). Ambas estavam, portanto, diretamente atreladas ao seu círculo familiar. De certa forma, a defesa de melhores condições econômicas para a comercialização da cera de carnaúba, era a defesa de interesses bem pessoais e que caracterizou esse primeiro momento da atuação de Chagas.

Outro tema importante para o Piauí e que Chagas empreendeu uma verdadeira batalha em sua defesa foi a construção do porto de Luís Correia, que facilitaria a exportação da cera de carnaúba, fazendo dessa luta uma constante durante os seus dois mandatos. No período de 1952 a 1957 ele realizou treze discursos em defesa dessa obra para o estado. Em pronunciamento proferido no dia 03 de julho de 1952, Chagas Rodrigues afirmou que "o melhoramento do Porto de Luiz Correia, tem sido o sonho de inúmeras gerações de piauienses, e a grande aspiração do povo de meu estado e constitui o máximo problema do Piauí" (Rodrigues, 1952a). Nessa ocasião Chagas elegeu a questão do porto como a maior aspiração e ainda como o maior problema do povo piauiense, pois a falta dele deixava o Piauí estagnado no pauperismo.

Chagas Rodrigues fez de seus discursos também uma ação de comprometimento para com os trabalhadores, falava para eles e a favor deles. O parlamentar fez da tribuna da Câmara Federal o seu elo de ligação com essa classe, de onde lhes dirigia mensagens e fazia apelo às autoridades. No discurso é importante compreendemos que existe uma relação entre quem fala e quem ouve, o locutor a quem primeiramente identificamos nessa relação precisa do ouvinte para que seu discurso possa existir e fazer sentindo em um determinado cenário. O ouvinte a quem se fala diz muito sobre o locutor, sobre essas questões de relações do discurso. Haquira Osakabe (1999), em sua obra "Argumentação e Discurso Político", explica que:

> Do ponto de vista de sua natureza, caracteriza-se inicialmente por uma maior ou menor participação das relações entre um eu e um tu. Essa maior ou menor participação das relações entre um eu e um tu significa não apenas a existência de um processo de contato entre locutor e ouvinte, mas também a existência de um mecanismo que se supõe evidenciável estruturalmente pelo qual não só se torne patente aquilo que já o é (o papel do locutor enquanto agenciador do discurso), mas sobretudo a importância que tem o ouvinte no próprio agenciamento do discurso. Se num primeiro nível de análise é o locutor que se coloca em evidencia, num nível mais profundo, é possível observar que o ouvinte é um agente indireto do discurso na medida em que é nele que se justifica o próprio discurso. É o tipo de relação entre locutor e ouvinte que decorre o tipo de ação a ser empreendida pelo locutor através de seu discurso. Um eu não define, por si só, a ação a se empreendida; é preciso que ele tenha sua imagem do tu ou que o tu forneça essa imagem (Osakabe, 1999, p. 59).

É nessa relação entre quem fala e quem ouve que o discurso existe. Quem fala, por si só não constrói a ação discursiva, é preciso o ouvinte para que se complete essa inteiração. Chagas soube construir a sua ação discursiva a medida em que seu mandato ia avançando, direcionando o seu discurso conforme o desenrolar dos acontecimentos, o contexto. Desde o início de seu mandato ele dirigia pronunciamento

aos trabalhadores, mas esses pronunciamentos eram ainda de certa forma tímidos, e se restringiam a reclamações sobre determinadas ações que pudessem prejudicar de alguma forma os trabalhadores, como por exemplo, em 1952 quando os pescadores piauienses ficaram de fora do plano de assistência social e financeira aos pescadores do Nordeste. No dia 11 de setembro daquele ano ele foi à tribuna para reclamar de tal situação e aproveitou o momento para se apresentar como representante do Piauí e como uma voz amiga dos trabalhadores:

> Representante que sou do Piauí, quero lavrar meu protesto contra a exclusão do meu estado, fazendo ao mesmo tempo um apelo ao senhor presidente da república e ao senhor ministro da agricultura no sentido de não deixarem ao desamparo os pescadores de minha Terra (Rodrigues, 1952b).

A partir de 1955, Chagas vai intensificar os pronunciamentos relacionados as questões dos trabalhadores, e ainda vai se aprofundar nos temas abordados, o que talvez isso se dado por influência do seu novo partido, o PTB. Para Marylu Oliveira (2016), a partir de sua entrada oficial no partido houve uma perceptível mudança nos seus discursos. As suas falas, naquele momento, começaram a se direcionar para questões políticas partidárias locais e nacionais, bem como o elemento "trabalhador" passou a ganhar visibilidade em seus pronunciamentos. O certo é que a partir de então ele passa a tratar de assuntos mais importantes e delicados para a vida da classe trabalhadora, é possível dizer que Chagas Rodrigues adota uma postura cada vez mais alinhada com as massas trabalhadoras. Isso poderia ter ocorrido unicamente por obediência ao programa do partido, porém, ele adota essas questões como bandeira de sua atuação, o que se confirma em seus discursos, pois segundo Sirio Ponssenti (1993, p. 21-22)" um sujeito só pode dizer o que lhe permite sua doutrina ou sua ideologia ou a teoria que adota".

Ao todo foram onze discursos proferidos por Chagas no plenário da câmara, dois quais três foram no período que corresponde ao

seu primeiro mandato (1951-1955), e oito no período que corresponde ao seu segundo mandato (1956-1959). Nesses pronunciamentos ele se dirigiu aos trabalhadores, mas também interpelou as autoridades no sentido de se construir ferramentas de proteção a classe proletária.

Destaco aqui a importante e, porque não, diferenciada defesa que Chagas fez aos trabalhadores rurais. A partir de 1956 ele passa a defender veementemente a questão da sindicalização rural, bem como criticar a lentidão do Estado brasileiro em regulamentá-la, e ainda faz críticas às Associações Rurais, as quais ele afirma ser "tipicamente patronal", portanto ilegítimas para defender os interesses de tal classe. Em 22 de outubro de 1956, Chagas Rodrigues faz o seguinte relato no plenário da Câmara:

> A Associação Rural no Brasil, tal como está organizada em lei, é tipicamente patronal. Essas agremiações estão sob a jurisdição do ministério da Agricultura, mas ainda está por surgir no país um diploma legal que trate da organização das associações dos trabalhadores rurais. Enquanto vemos os proprietários rurais e os fazendeiros com suas organizações legitimas, onde tratam de maneira superior da defesa de seus interesses, verificamos que, para os trabalhadores rurais, ainda não existe, sob a jurisdição do ministério da agricultura, uma entidade correspondente. Assim, continuam esses trabalhadores completamente abandonados pelas autoridades deste ministério. Quero, da tribuna, falando aos trabalhadores rurais de todo o Brasil, dirigir-lhes uma palavra de solidariedade e, ao mesmo tempo, de incentivo, para que, em cada um dos municípios, seja criada uma associação profissional de trabalhadores rurais e que, na primeira oportunidade, estas associações requeiram ao Ministério do Trabalho, na forma da lei, o seu reconhecimento como entidades sindicais, como ocorre com os trabalhadores da cidade, com os sindicatos da indústria. De sejo, ainda, dirigir uma palavra aos trabalhadores do país par que, ao lado

> da associação profissional, dentro da legislação sindical vigente, organizem-se também em associação civil, como se verifica com as associações comerciais e com outras organizações de agricultores, fazendeiro e criadores [...] Deixo, pois, Sr. Presidente, a tribuna, certo de que, trabalhando em defesa dos superiores interesses dos agricultores, dos trabalhadores rurais, estamos todos defendendo a agricultura e em consequência, aquilo que todos desejamos, que é o desenvolvimento econômico do Brasil, a independência econômica do país dentro de um clima de justiça social e de felicidade para todos (Rodrigues, 1956a).

O parlamentar reclama que as associações rurais não tinham a capacidade de comportar em suas estruturas os trabalhadores rurais e lutar por seus interesses, tendo em vista que estas eram de cunho patronal e ainda a falta de uma legislação específica que tratasse da organização desses trabalhadores. Incentiva esses trabalhadores a se organizarem em entidades sindicais e, na forma da lei vigente, buscarem o reconhecimento de suas futuras organizações. Chagas acreditava que, pelo fato desses trabalhadores não se organizarem, eles não tinham força para reivindicar seus direitos, que em sua grande maioria já havia sido garantido aos trabalhadores da cidade. Para ele era preciso que os homens do campo se organizassem sindical e civilmente e buscassem a legalidade para adquirirem cada vez mais força ao pleitearem suas garantias.

Insistindo nessas propostas ele retornar a tribuna da câmara em 26 de julho de 1957 para encorajar os trabalhadores rurais a se organizarem, na oportunidade em que o plenário analisava um projeto que previa estender a legislação trabalhista ao meio rural, haja vista que naquele momento as propostas dedicadas a melhoria de condições de vida dessa classe, elaboradas pelo Estado, não atendiam verdadeiramente suas necessidades. Na ocasião, ele afirmou:

> Sr. Presidente, o projeto em votação é acanhado e tímido, como já tivemos oportunidade de declarar, não assegura ao trabalhador rural a estabilidade – conquista máxima do trabalhador brasileiro – nem os direitos da previdência social. Consideram-no, entretanto, capaz de provocar consequências desagradáveis e nocivas à agricultura. A verdade é que com a medida, deixamos de cumprir o estatuto magno do país, pois o projeto de lei não faz inteira justiça aos trabalhadores rurais nem atende aos reclamos da consciência jurídica, política e social do Brasil. Assim, não traduz totalmente os anseios da nação. E ainda se erguem as vozes para combatê-lo!... Eu aceito-o, mas apenas como ponto de partida para maiores conquistas vindouras, em favor do homem do campo. Terminado, quero desta tribuna, solidarizar-me com os trabalhadores rurais do Brasil inteiro, dizendo-lhes que, à semelhança dos agricultores e fazendeiros que aí estão nos seus órgãos de classe, nas suas associações comerciais e rurais, se organizem, se sindicalizem, na forma da legislação vigente, porque, quando estiverem unidos e sindicalizados, naturalmente esta casa lhes fará mais justiça (Rodrigues, 1957a).

Chagas Rodrigues vê como tímido o avanço da legislação proposta aos homens e mulheres do campo, por isso insiste em instigá-los a organização. Na realidade muito mais que só instigar ele desenvolve a partir da tribuna uma relação bem próxima com os trabalhadores, em especial com os rurais, isso se comprovaria mais tarde, ainda durante o período em que governou o Piauí, quando defendeu e tentou realizar uma reforma agrária, que além de colocá-lo na "lista dos comunistas" chamou a atenção dos grandes proprietários piauienses contra o seu governo. Chagas entendia que era preciso avançar sobre a questão dos direitos dos trabalhadores, garantindo-os definitivamente melhores condições de vida e de trabalho, a insalubridade era uma realidade entre os trabalhadores da cidade e do campo, que ainda estavam por ser incluídos na legislação trabalhista.

Como já foi dito, o discurso não é apenas palavras, há toda uma construção social por trás dele. A essa altura, o lugar social do discurso de Chagas era onde estivessem os trabalhadores e a luta deles por seus direitos. É por isso que muitas das vezes ele fazia questão de levar até

o plenário uma imagem de como se encontravam e como viviam esses indivíduos devido a precarização. Em 18 de julho de 1957, quando se discutia na Câmara Federal um projeto que visava estabelecer o regime jurídico das relações do trabalho rural, ele faz uma breve, porém forte descrição do como eram tratados as mulheres e os menores de idade que trabalhavam no campo:

> Lamento ter quer dizer, mas com referência a proteção do trabalho do menor e da mulher no Brasil, a situação dos trabalhadores rurais é inferior à dos animais, e isto porque existe no Brasil um decreto baixado no tempo da ditadura amparando os animais, prevendo em suas condições que lei alguma no país jamais assegurou as mulheres e aos menores. Somente agora estamos votando projeto que visa corrigir essa injustiça (Rodrigues, 1957b).

Chagas Rodrigues era um defensor da organização sindical não só dos trabalhadores do campo, talvez ele tenha dedicado uma maior atenção a esse grupo em especial devido a lentidão com que avançava o estabelecimento de suas garantias básicas. Nesse sentido, também é importante considerar que o Piauí era um estado tipicamente rural e a maioria absoluta dos trabalhadores se concentrava nessa área, bem como no setor do extrativismo vegetal. No entanto, outras classes vinham ganhando força, como os trabalhadores em transportes fluviais no norte do estado, com sua força centralizada na cidade de Parnaíba, que se destacava devido à pujança do Porto das Barcas, pois durante a década de 1950 passou a se organizar de forma mais efetiva.

O setor da indústria e do comércio a essa altura já se encontravam funcionando em organizações patronais, sendo uma federação da indústria e três do comércio. Em 9 de novembro de 1956, usando a tribuna, Chagas faz uma saudação aos Sindicatos de Trabalhadores em Transportes Fluviais do Piauí, pelo reconhecimento do Ministério do Trabalho à Federação dos Trabalhadores em Transportes Fluviais no Piauí, que seria a primeira federação de trabalhadores do estado, com sede na cidade de Parnaíba, e ainda encoraja os trabalhadores da indús-

tria e do comércio a fundarem suas federações. É sempre importante relembrar que Chagas fazia parte de um grupo familiar de industriais e comerciantes que já estavam respectivamente representados em suas federações patronais.

> Sr. Presidente, os sindicatos piauienses de trabalhadores em empresas de transportes fluvial organizaram-se em federação e, na forma da lei, requereram, o reconhecimento de sua entidade ao Sr. Ministro do Trabalho, este, deferindo o requerimento, determinou a expedição da competente carta de reconhecimento da Federação dos Trabalhadores em Transportes Fluviais do Piauí. Trata-se, Sr. Presidente, da primeira federação de trabalhadores a surgir em meu estado, onde já funcionam a federação das Industriais e três federações do comércio: uma federação atacadista, uma federação varejista e uma federação eclética. Quero, desta tribuna, saudar os sindicatos de trabalhadores em transportes fluviais no meu estado e expressar-lhes minha satisfação, ontem a carta de reconhecimento me foi entregue e ontem mesmo a remeti para Parnaíba, onde a novel entidade tem sede. Auguro os maiores êxitos a esta federação no terreno sindical e maior pujança no movimento sindical no meu estado, para maior equilíbrio nas atividades sindicais ali. Manifesto também meu desejo de ver organizado o quanto antes, a Federação dos Trabalhadores no Comércio e a Federação dos Trabalhadores na Industria no Piauí (Rodrigues, 1956b).

No Piauí, os trabalhadores vinham se organizando cada vez mais, desde a primeira metade do século XX, e se apresentavam desde então como uma classe em formação e como "uma nova força social que buscava intervir de forma organizada na oligárquica vida política do piauiense, com a intenção de conquistar direitos negados por Estado deliberadamente liberal" (Santos, 2015, p. 129). Aparentemente Chagas compreendeu essa movimentação das classes trabalhadoras no tabuleiro político; talvez seu perfil jovial e de um leitor assíduo e antenado nos acontecimentos tenham lhe proporcionado ferramentas para compreender esse novo momento. Seu perfil se contrapunha as velhas figuras da estrutura política piauiense. Chagas parece ter se encontrado

no trabalhismo e, uma vez dentro das hostes trabalhistas, ele cuidou em nutrir cada vez mais sua relação com os trabalhadores.

Não há dúvidas de que o jovem parlamentar parnaibano, que chegou à Câmara Federal em 1950, não é o mesmo que saiu em 1959 para assumir o governo do estado, pelo menos no que se refere as ideias e compromissos. Em 28 de janeiro de 1959, quando fez seu discurso de despedida da Câmara para assumir o comando do Palácio de Karnak, ele diz o seguinte: "em 1950, fui eleito deputado federal pela primeira vez e cheguei a esta casa com aquelas esperanças e com aquele idealismo próprio dos moços de 28 anos" (Rodrigues, 1959).

Em sua despedida ele fala do seu idealismo, que seria fruto de sua juventude, o que não se confirma ao longo dos anos, continuando ele a ser um idealista, principalmente quando governou o Piauí, e expressava suas ideias afirmando que "era necessário que o Piauí se transformasse em passageiro do trem da história e sepultasse o passado, pois ele estava morto" (Lima, 2011) ou ainda o de "trabalhar tenazmente pelo Piauí" (Lima, 2011) para superar a miséria e a pobreza. Continuando o seu discurso de despedida, ela afirma que "oito anos decorridos, com novas responsabilidades à frente, quero afirmar a V. Exa. Que não diminuiu a minha crença no povo brasileiro e no futuro de nossa pátria" (Rodrigues, 1959).

Considerações finais

A partir de 1945, o Brasil adentrou em um período democrático. Apesar desse momento ser marcado por diversas tensões que culminaram em um golpe de estado, foi um momento histórico importante, onde o país amadureceu suas instituições e ainda novas figuras passaram a compor o cenário político. Os trabalhadores ganharam cada vez mais força, no que diz respeito a representatividade nessa conjuntura. O trabalhismo enquanto discurso e o PTB enquanto partido eram uma das maiores forças políticas do país que se apresentavam na defesa da

classe trabalhadora, ao lado do PCB, embora este com outras perspectivas e táticas.

Os petebistas foram decisivos na eleição presidencial de 1945 que elegeu Dutra, levou a de 1950 com Vargas e, nas eleições de 1955 e 1960, elegeu João Goulart como vice-presidente da República, primeiro em coligação com o PSD que elegera Juscelino Kubitschek presidente e depois em oposição ao presidente eleito, Jânio Quadros. O petebista João Goulart ainda assumiria a presidência após a renúncia do titular, em 1961.

Desse modo, reforço que há duas questões que busquei compreender nesse trabalho. Primeiro, a jornada de Chagas Rodrigues até o trabalhismo, sendo um filho da elite; o início de sua vida política em agremiações ligadas ao fascismo, como o Integralismo, e em outro momento ao liberalismo, com a UDN; e, por fim, sua chegada ao PTB, no momento em que os partidos de massa estavam em alta. Portanto, surgiu o questionamento se ele era um trabalhista de fato ou se deixou levar pela projeção dos partidos de massa. Entretanto, foi possível perceber que Chagas Rodrigues incorporou ao seu ideário a questão do trabalhador e ainda os elementos que instituem o trabalhismo como cultura política. Ele tomou pra si discussões importantes e que beneficiariam os trabalhadores, mas o prejudicaria, como, por exemplo, a questão da reforma agrária. Esse tema era parte importante das reformas propostas pelo projeto trabalhista nacional, que foi fomentada também pelo trabalhismo oficial no Piauí (Oliveira, 2016).

Para além dos embates da política estadual e da projeção, o parlamentar piauiense se encontrou no trabalhismo também pela força do ideário, ele mesmo se denominava um idealista, que compreendeu a eminente força da classe trabalhadora. Em um segundo momento, tento compreender como a figura do trabalhador se tornou um elemento importante do discurso de Chagas Rodrigues. A partir da tribuna da Câmara Federal, ele se torna uma importante voz no que se refere a defesa das garantias das massas trabalhadoras. Naquele espaço, Chagas levanta e relembrava importantes discussões referentes a melhoria de

vida dessa parcela da sociedade, muitas vezes esquecidas por aquela casa. Aos trabalhadores rurais ele vai dedicar falas importantes, levantando alertas a essa classe no tocante a sindicalização e ainda de como esses trabalhadores estavam a margem da legislação trabalhista, elevava apelos e críticas a algumas leis voltadas a essas massas, leis essas que ele denominava como "tímidas".

Na Câmara Federal, Chagas Rodrigues incorporou os interesses dos trabalhadores ao seu ideário e a sua atuação política. Da tribuna fez de sua voz a dos trabalhadores e os exortava rumo à organização. A frente do governo do estado, adotou um perfil técnico, pois queria demostrar que o estado precisava de um trabalho eficiente para vencer o subdesenvolvimento, mas sem deixar de lado o social, área que teve bastante destaque, os trabalhadores tiveram assento em seu governo e os latifundiários não viram isso com bons olhos.

Nas eleições 1962, tendo toda a elite política e latifundiária contra ele, Chagas amargou uma grande derrota, não conseguiu eleger seu sucessor ao governo do estado e nem se eleger ao senado, conseguindo apenas uma vaga na Câmara Federal, pois a legislação da época permitia se candidatar em dois cargos no legislativo. O ápice do trabalhismo no Piauí chegava ao fim, mas a figura de Chagas Rodrigues se eternizara, também por meio de seus discursos, com a inauguração de um novo jeito de fazer política e administração.

Referências

CORREIO BRAZILIENSE. **Periódico**. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

KRUEL, Kenard. **Chagas Rodrigues: grandes vultos que honraram o Senado**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

LIMA, Flávia de Sousa. **Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no Governo de Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962)**. Recife: Recife: (Dissertação) Mestrado em História do Brasil. UFPE, 2011.

OSAKABE, Haquira. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da Terra ao Céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)**. Fortaleza: Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Ceará, 2016.

SANTOS, José Maurício Moreira. **"União, Força e Trabalho": trabalhadores mutualismo e sindicatos no Piauí (1900-1945).** Teresina: 2015. Mestrado em História do Brasil. UFPI, 2015.

POSSENTI, Sirio. **Análise do Discurso: Uma complicação do Óbvio?** In: CHAIA, V.

RODRIGUES, Francisco das Chagas Caldas. **Conclusão do projeto de melhoramento do Porto Luiz Correia**. Discurso proferido na tribuna da câmara dos deputados federais, 03/07/1952a. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas. Acesso em: 23/09/2024.

RODRIGUES, Francisco das Chagas Caldas. **Saudação aos Sindicatos de Trabalhadores em Transportes Fluviais do Piauí, pelo reconhecimento pelo ministério do Trabalho da Federação dos Trabalhadores em Transportes Fluviais no Piauí, entidade recentemente constituída**. Discurso proferido na tribuna da câmara dos deputados federais, 09/11/1956b. Disponível em: https://www2.

camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas.

RODRIGUES, Francisco das Chagas Caldas. **Encaminhamento de votação do Projeto 1.938-B/56, que estende a legislação trabalhista ao meio rural**. Discurso proferido na tribuna da câmara dos deputados federais, 26/06/1957a. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas.
Acesso em 24/09/2024.

RODRIGUES, Francisco as Chaga Calda. **Encaminha votação do requerimento normativo da votação do Projeto 1.938/56, que estabelece o regime jurídico das relações do trabalho rural**. Discurso proferido na tribuna da câmara dos deputados federais, 18/06/1957b. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas. Acesso em 24/09/2024.

RODRIGUES, Francisco das Chagas Caldas. **Despedida da Câmara para tomar posse no Governo do Piauí. Apelo ao Ministro da Fazenda no sentido de que seja garantido o preço da cera de carnaúba. Apelo ao Ministro do Trabalho para que seja feita a revisão do salário mínimo no Piauí**. Discurso proferido na tribuna da câmara dos deputados federais, 28/01/1959. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas. Acesso em: 25/09/2024.



A VIDA DE LEÔNIDAS MELO
entre o magistério, medicina e a política

Maria de Jesus Sampaio da Silva
Pedro Pio Fontineles Filho

Introdução

Prefaciando a segunda edição do livro de memórias, de Leônidas de Castro Melo, o professor e literato da Academia Piauiense de Letras, Dilson Lages Monteiro, afirmou a seu respeito:

> Leônidas de Castro Mello, professor médico, governador do Piauí entre 1935 e 1945, legou ao estado um considerável rol de conquistas de infraestrutura impactantes para a qualidade de vidas de vida dos piauienses na primeira metade do século XX. Entraria para a memó-

> ria coletiva como homem compromissado com o seu tempo e de profundo senso humanitário. Abriu estradas, construiu escolas e casas de saúde; modernizou Teresina; fundou uma nova visão sobre o lugar do agente público, visão do qual compartilharam entusiasmadamente seus pares e mesmo os adversários[1].

Professor, médico no Piauí, assumiu o governo do Piauí em 1935, na fase constitucional da Era Vargas, no Estado Novo foi escolhido para ser o interventor no Estado pelo Presidente Getúlio Vargas. Como político realizou no estado obras que até hoje são de utilidades para a sociedade teresinense e com uma visão considerada pela Imprensa como à frente do seu tempo realizou um projeto de modernização que só foi possível graças ao processo de centralização dos poderes nacionais e locais. Nesse sentido, este capítulo visa deixar registrada as contribuições que realizou em prol do Piauí e conhecer um pouco dessa personalidade da nossa história que foi Leônidas Castro e a sua contribuição nos âmbitos da vida política, social, econômica e cultural na história do Piauí.

A formação do sujeito: educação escolar de Leônidas Melo

Para ser compreendido o significado histórico que teve Leônidas Melo para seu Estado, é necessário conhecer um pouco a cerca de sua vida particular e do papel que desempenhou para com a sociedade, seja através do ensino, da medicina e como político. Nascido em 15 de agosto de 1897, no município de Barras, ao norte do Piauí, na cidade de nome Marathaoan, Leônidas era o sexto filho de nove do casal Regino Lopes de Melo e de D. Maria Floresça de Castro Melo. Pertencente à família de comerciante da pequena cidade de Barras, como relatado em suas memórias autobiográficas, aprendeu em casa as primeiras letras. Os autores Barbara Silva e Pedro Vilarinho aponta que "A educação formal era concebida ali nas primeiras décadas do século XX, em casa;

1 MELO, Leônidas de Castro. Trechos do meu caminho. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras. 2019. p. 13.

estendia-se pela escola do mestre Freitas e, posteriormente, pela escola fundada pelo barrense Arimathea Tito; então formado em Direito, estabelecera-se por lá"[2] .

Depois de aprender as primeiras letras, Leônidas Melo revelou o desejo de continuar os estudos e estudou na escola secundarista fundada por Arimatea Tito Filho[3]. Viveu toda a infância e início da adolescência na cidade, conciliando as atividades escolares e a ajuda no comércio da família. Com idade de 13 anos mudou-se para Teresina, para começar o ensino secundário e começou a estudar no Instituto 21 de abril, fundado por Antônio Carvalho Filho, que era bacharel em Direito, advogado, político e professor e ao tempo deputado estadual, era filho de Barras. Dessa maneira, "o colégio por ele fundado, gozava de excelente conceito, tinha fama de ser o melhor do Estado."[4]. Já terminado o ensino secundário em Teresina viajou para a Bahia onde começou a cursar Direito, contudo, não se adaptou e seguiu para o Rio de Janeiro onde cursou medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Já formado regressou e construiu família e carreira em Teresina, capital do Estado do Piauí.

> Seguindo para o Rio de Janeiro, em 1914, foi estudar medicina no Rio de Janeiro, em cuja faculdade de Medicina se matriculou, colando grau em dezembro de 1920. Regressando ao Piauí, foi nomeado, em 1921, para exercer o cargo médico do Serviço de Profilaxia Rural um ano depois para o cargo de Diretor do Serviço de Veterinária no Estado, pedindo demissão desse logar, em 1923, para instalar seu con -

2 NUNES, Bárbara Silva; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Narrativas autobiográficos e masculinidades em Teresina (1900-1940). In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS DA HISTÓRIA-VER, SENTIR-NARRAR. 6.Anais[...].Teresina: GT Nacional de História VI Simpósio Nacional de História Cultural, 2012.

3 José de Arimathéa Filho, era natural de Barras, estudou na tradicional Faculdade de Recife, quando voltou a sua terra natal, construiu a escola primeiro de abril, onde Leônidas estudou e se destacou.

4 MELO, Leônidas de Castro. Trechos do meu caminho. 2ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras. 2019. p, 124

> sultório médico, nesta capital, a rua Coêlho Rodrigues em Teresina. A 22 de Outubro de 1923 foi nomeado para exercer as funções de professor de História Natural do Liceu Piauiense, em cujo cargo efetivou-se, mediante concurso em 1924[5].

Leônidas Melo gostava de estudar e era inteligente com "ótimo desempenho não deixou o trabalho desviar sua atenção do seu verdadeiro objetivo, isso numa sociedade que via nos estudos um empecilho e não uma forma de mudar de vida"[6]. Em 1912 escreveu uma carta cujo o conteúdo era o desejo de continuar estudando

> Meu pai, como sabeis o desejo é uma das grandes forças. Pois é levado pelo grande desejo que tenho de estudar que atravesso grandes montanhas de acanhamento e venho pedir que me mande estudar em Teresina. Quero ir agora com o senhor, quando o senhor for para o Maranhão. O senhor me deixará no Colégio em Teresina e continuará sua viagem. Sei que estou pedindo um sacrifício, mas quem sabe se no futuro o senhor não será recompensado, como foi o pai do Dr. Arimathéa que ficou tão contente com a formatura dele e fez tanta festa? Peço que me satisfaça, não me negue, e pode confiar em mim. Com muita fé em Deus e no senhor, aguardo sua resposta. Do seu filho obediente Leônidas[7].

Essa carta foi o jeito encontrado para pedir autorização do pai para continuar os estudos, contou com a ajuda da tia e relatou que entre as maiores dificuldades era se separar do convívio com a mãe. Tendo ido e obtido à formação, retornou ao Estado natal para exercer o oficio de médico e professor. Leônidas de Castro Melo já trabalhava para o Estado exercendo o ofício de médico e professor quando foi convidado para participar da política no estado.

5 Diário Oficial. Interventor Leônidas de Castro Melo. 15 de agosto de 1939, Teresina, Ano IX, nº 185.

6 VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar Universidade Federal do Piauí – UFPI p, 6.

7 MELO, Leônidas de Castro. Trechos do meu caminho. 2ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras. 2019, p, 115.

> Seguindo para o Rio de Janeiro, em 1914, foi estudar medicina no Rio de Janeiro, em cuja faculdade de Medicina se matriculou, colando grau em dezembro de 1920. Regressando ao Piauí, foi nomeado, em 1921, para exercer o cargo médico do Serviço de Profilaxia Rural um ano depois para o cargo de Diretor do Serviço de Veterinária no Estado, pedindo demissão desse logar em 1923, para instalar seu consultório médico, nesta capital, a rua Coêlho Rodrigues em Teresina. A 22 de Outubro de 1923 foi nomeado para exercer as funções de professor de História Natural do Liceu Piauiense, em cujo cargo efetivou-se, mediante concurso em 1924.[8]

Ao regressar ao Piauí, na capital Teresina, exerceu a medicina e o magistério e como médico e professor fora realizado e desempenhava com afinco e desvelo. Em 1937, casou-se novamente com Maria do Carmo de Castro Melo, com quem teve dois filhos: Regino Melo Neto e Iolanda Melo. Casou-se primeiramente com Aldenora Baptista da Costa, com quem teve uma única filha, que morreu em consequência do parto. A primeira dama, Maria do Carmo Melo, desempenhou, no período do Estado Novo, a função como presidente da Legião Brasileira de Assistência-LBA[9].

"Por política não se interessava", começou a se projetar na conduta dos negócios do Estado a partir da indicação para ser diretor de Departamento de Profilaxia. No seu livro de Memórias, relata minu-

8 Diário Oficial. Interventor Leônidas de Castro Melo. 15 de agosto de 1939, Teresina, Ano IX, nº185

9 Diário Oficial do Piauí Legião Brasileira de Assistência. Cursos de Monitores Agrícolas 6 de Abril de 1943, ano, XII. Nº 49, p,7. A Legião Brasileira de Assistência foi reconhecida como órgão de cooperação do Estado, por Decreto-lei federal n. 48.830, de 15 de outubro de 1942, sendo elevada à categoria de instituição de caráter nacional.73 Essa instituição foi criada por Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, com o objetivo "de amparar e prestar assistência aos soldados mobilizados pela Guerra e aos seus familiares". Sua sede ficava no Rio de Janeiro, e era administrada pela esposa do presidente da República, sendo também criadas filiais em muitas cidades brasileiras, todas administradas pelas primeiras-damas. A Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência foi criada em 11 de setembro de 1942, no Estado do Piauí. A Presidência da Comissão foi assumida por Maria do Carmo Melo, mulher do interventor. Essa instituição, criada para auxiliar as famílias dos soldados convocados para a guerra, assumiu, além desta, outras atribuições.

ciosamente o convite à política do Estado, de modo que recusou, mas com muitas conversas e alguns arranjos aceitou se candidatar.

> Em maio de 1933, convidado pelo então, Interventor federal do Estado, Capitão Landrí Sales Gonçalves, permitiu na inclusão do seu nome na chapa para deputados federais a nova Constituinte, conseguindo, sem o menor esforço da sua parte, extraordinária votação em todo o Estado, sobretudo na capital, onde foi um dos mais votados. Com uma brilhante folha de serviços ao Estado e a nação, seja, no início de sua vida pública, como educador, seja, tempos depois, como secretário geral, ou seja finalmente, como chefe do executivo, o Sr. Chefe do executivo, O Sr. Dr. Leônidas Melo, pelos relevantes benefícios que vem prestando ao Piauí, se impôs à amizade de seus conterrâneos, que lhe não resgatem, numa oportunidade como a de ontem, aplausos sinceros e espontâneos, num testemunho evidente da profunda admiração que tem sabido granjear. "Pois em 17 de julho de 1933 assumiu, a convite do Interventor Landrí Sales Gonçalves, as elevadas funções de Secretário Geral do estado, as quais exerceu até poucos meses antes de ser escolhido, unanimente, pelo o partido, para Governador Constitucional do Estado. Eleito por uma extraordinária maioria, na mais disputada das eleições, a 3 de maio de 1935 assumiu a suprema administração do estado, em cuja alta investidura se encontrava quando rebentou o golpe de 10 de novembro de 1937 (Estado Novo).[10]

Disputou pelo o Partido Nacional Socialista Piauiense o pleito para governador e fora eleito. Leônidas de Castro Melo foi o substituto do interventor Landry Sales, escolhido por Getúlio Vargas nos pós-trinta. Conforme afirma o periódico *Diário Oficial*

> O interventor Landry Sales e logo depois o Governador Leônidas Melo iniciaram então, sem solução de continuidade, uma fase de administração construtiva tão ativa e eficiente em obras de utilidades públicas e em prestigio moral, que desde logo entrou-se a falar do Piauhy

10 Diário Oficial. O Interventor Leônidas de Castro Melo. 15 de agosto de 1939, Teresina, Ano L, n.. 185..

> em todos os círculos de administração, registrando continuamente, a imprensa do país, o auspicioso ressurgimento imprevisto de nossa situação econômica[11].

A atuação nos serviços como médico e professor cooperou para a posição de respeito e reconhecimento pessoal e profissional de sua pessoa. Já envolvido nas teias da política local, no governo constitucional, Leônidas de Castro era propagado como um grande gestor.

> Despertámos com a Revolução, que nos alcançou em maio de 1931, com a investidura, na interventoria do então Tenente Landri Sales Gonçalves. Desde logo entramos a girar numa roda de ação eficiente, até que, em 1935, eleito sem competidor, o poder passou as mãos do Dr. Leônidas Melo.[...] O avanço material, a organização confortável da existência, a riqueza que se movimenta em razão da crescente procura de vários de nossos produtos de exportação, o ímpeto construtivo que consequentemente se desdobra por quase todo o território estadual e a energia criadora do governo, tudo isto faz com que o Piauí atual seja visto com simpatia e apreço, admiração e respeito, assim por seus naturais, como por todos aqueles que amiúde nos visitam ou se interessam pelo o progresso da terra e pelo bem-estar de seus habitantes.[12]

Desde o movimento de 1930, foi propagada na imprensa a ideia de que o Piauí passou a se desenvolver, retratando a contraste entre o velho e o novo. Foi no contexto do Estado Novo, em Teresina, que a política começou a viver um novo momento histórico. Maria Helena Capelato afirma que

11 Diário Oficial. Interventor Leônidas Mello. O próximo regresso de sua excelência. 26 de março de 1938, Teresina.

12 Diário Oficial. Dia de Regojiso Público e de meditações Cívicas. 03 de maio de 1945, Teresina, p. 06

> Nas representações do Estado Novo, a ênfase no novo era constante: o novo regime prometia criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo. O contraste entre o antes e o depois era marcante: o antes representado pela negatividade total e o depois (Estado Novo) era a expressão do bem e do bom[13].

O contraste entre o velho e o novo, o novo homem e uma nova sociedade, estaria sendo gestada sob direção do governo nacional e local. Desde que Leônidas Melo assumiu o comando do Piauí, tornou-se um agente do desenvolvimento local.

> Conhecedor das nossas urgentes necessidades, entrou, desde logo, vigilante e atento, a executar o que ninguém seria capaz de admitir. Seus empreendimentos daí em diante estimulando a riqueza e fomentando a produção, venturosamente livre por muitos anos de injunções partidárias e de malévolas e obstrutoras lutas políticas- têm resolvido quase todos os problemas vitais da terra piauiense. Adotando a norma de governar realizando, realizando sempre, tudo tem sido atacado na ânsia incontida de melhorar, a todo instante, as condições da vida social em nossa terra que o exalta e aplaude, neste ensejo com eloquente sinceridade.[14]

O apoio do governador Leônidas Melo junto ao governo federal garantiu o sucesso da instalação da nova ordem no Piauí. Assim com o golpe, o sistema das interventorias fora novamente acionado e o governador Leônidas de Castro Melo foi elevado ao cargo de interventor federal do Estado, no dia 23 de novembro de 1937, começava o mais longo governo republicano do Piauí. Atente-se, o sistema de interventorias difere das características comum dos que foram nomeados interventor, nos pós 30, pois de acordo com Dulce Pandolfi "diferentemen-

13 CAPELATO, Maria Helena. O que Estado Novo trouxe de Novo? In: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945) FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília Almeida Neves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2019. p.130.

14 Diário Oficial. o Aniversário do Governo Leônidas Melo. 10 de maio de 1941, Teresina, Ano XI, nº 102.

te, do pré-1930 quando o governador era eleito próximos das classes dominantes locais, no pré-trinta o interventor nomeado e subordinado diretamente ao presidente da República". Em suas memórias políticas, *Trechos do Meu Caminho*,[15] o interventor do Piauí ao relatar suas memórias aparece detalhes dos desdobramentos das negociações e como o governo estadual, representado por sua pessoa, estava de acordo com a nova ordem que viesse a ser estabelecida no Brasil em 10 de novembro de 1937. Dessa forma, no Piauí, como prometido, o Estado Novo foi instalado sem maiores problemas. Em Teresina, o governador Leônidas de Castro Melo se tornou o principal representante de Getúlio Vargas. Dessa maneira,

> O golpe de 1937, a supressão dos partidos políticos, o amparo de fatores decisivos de várias ordens, ao lado da valorização vertiginosa dos produtos estaduais que se mantêm em níveis elevadíssimos, rasgaram á comunhão piauiense horizontes desmesurados. O governo aproveitando o ensejo, controlou as atividades, construiu estradas em todos os sentidos, tratou da saúde da população do campo e das cidades, difundiu, largamente, a instrução e, pelo império das circunstâncias, reformou os velhos e ineficientes processos administrativos. As rendas saltaram para as culminâncias dos milhares e o país, espantado, olhou para o Piauí e aplaudiu o seu eminente gestor. A vida, por isso mesmo, sofreu completa modelação.[16]

Segundo as representações jornalísticas publicadas pela imprensa oficial, o Piauí passou a intercalar circuito nacional de estados em desenvolvimento. A continuação do governador Leônidas Melo no cargo mais importante do Estado deu possibilidades de reorganização da estrutura administrativa do estado. Desse modo, essas realizações resultaram em significativas mudanças para Teresina, principalmente no que se refere a sua estrutura física, com a reconstrução ou melho-

15 MELO, Leônidas de Castro. Trechos do meu caminho. 2ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras. 2019.p, 277.

16 Diário Oficial. Dia de regozijo público e meditações públicas. 03 de maio de 1942, Teresina, p. 06.

ramentos de monumento que foram encabeçadas pela a elite política e utilizadas pela imprensa local como forma de propaganda com objetivos de aceitação e legitimação do Estado Novo. Joseanne Zingleara Soares Marinho explica que:

> No Piauí, existia a presença do ideário de fundação de uma ordem política consentânea com as necessidades e aspirações do povo, mas ele assumia características próprias, conforme as especificidades regionais e os interesses de condução política dos governadores e interventores federais, principalmente no período autoritário, quando se necessitava de ampla coordenação dos grupos políticos[17].

No Piauí, a centralização dos poderes políticos foi importante para o desenvolvimento de projetos e ações que acabaram por se constituir como propagandas políticas locais

> Quem fez o Piauí de hoje, não foi a cera com seu preço, o babaçu com sua utilidade, o couro com sua valia industrial, os óleos vegetais com sua importância estratégica. A maior riqueza do Piauí está na excelência do seu governo, na honestidade do seu condutor: Leônidas de Melo. Ele é o homem- taumaturgo, porque é o homem de bem, o trabalhador modesto, estadista esclarecido, o auxiliar leal. Quereis a prova disso? O Piauí sempre teve a cera de carnaúba- mas nunca tivera um Leônidas Melo[18].

Nesse período de autoritarismo, a imagem positiva do interventor foi construída pelo principal jornal do estado, o *Diário Oficial.* Os jornais são veículos de informação e foi usada pela elite política do Estado para disseminação e propagação das realizações do governo e do regime. Salânia Maria Barbosa Melo afirma que "a Imprensa escrita nesse momento em Teresina, é utilizada para incutir a ideia de

17 MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. Manter sadia a criança sã: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930. 2017. p. 72.

18 Diário Oficial. Berilo Neves. As razões de um de milagre. 03 de maio de 1942, Teresina, p. 67.

progresso no imaginário social, reforçando as ideologias, disseminando ideias, produzindo sentido aos discursos governistas, aos discursos dos cronistas"[19]. No período do Estado Novo, o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda-DEIP foi o responsável pela edição do jornal oficial do Estado. No entanto, isso não significa que não houvesse outros periódicos que contestassem a ordem estabelecida, mas é importante frisar que a questão do papel e a censura foram fatores importantes para controle de informações negativas a respeito do regime. Leônidas Melo modernizou a imprensa piauiense. O Diário Oficial foi o principal meio que o DEIP, encontrou para uma expressiva campanha do nome do Leônidas Melo e do seu governo registrando todos os assuntos oficiais do governo. No estado de Pernambuco, o interventor Agamenon Magalhães, tornou a Folha da Manhã, o principal meio de propagação do ideário Estado Novista.

O historiador Francisco Alcides do Nascimento pontuou que "suponhamos que Leônidas de Castro tenha seguido esta orientação, uma vez que o Diário Oficial deveria se transformar no canal, por excelência, de divulgação das ideias e dos feitos de seu governo"[20]. Assim, o Jornal *Diário Oficial*, por ser propriedade do governo se torna o órgão de promoção do Governo Central e estadual. No discurso jornalístico, Leônidas Melo é um homem dotado de qualidades e era exaltado como um grande líder

19 MELO, Salania Maria Barbosa. A Construção da Memória Cívica: As festas escolares espetáculos de civilidade no Piauí (1930-1945). 2009. p. 63.

20 NASCIMENTO. Francisco Alcides do. A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). 2o ed. Teresina: EDUFPI, 2015. p. 57..

> Continuador, no governo, de um passado de nobres atitudes, o Sr. Leônidas Melo, um dos expoentes da civilização contemporânea brasileira, deixa, em cada página de sua eficientíssima gestão um claro traço da nobreza de sua cintilante inteligência, agindo no clima ideal de seu espirito privilegiado. Esse por acaso existir por aí em esquecido recanto do território estadual algum descrente, este mesmo, se não tiver obliterado de todo o senso de vida há de por força dos fatos, reconhecer conosco a serenidade superior do chefe de estado, a nobreza de seus gestos, a harmonia de sua ação de magistrado supremo e justo, que jamais oprimiu. A sua ação ativa, o seu vivo interesse em servir a sua terra e a sua gente, aqui como no Rio, encerra um grande ensinamento, um luminoso incentivo de beleza cívica e de energia espiritual.[21]

O interventor aglutinava em torno de si todas as qualidades que se espera de um homem na condução do Estado e na premissa de fazê-lo próspero e desenvolvido. O interventor tornou a saúde e a educação uma das áreas de maior atenção do seu governo, conforme aponta José de Arimatéia Aguiar Júnior

> O Piauí era mostrado como um estado mergulhado em um vertiginoso desenvolvimento em todos os setores. As esferas da instrução pública e da saúde eram as que ganhavam mais destaque no Governo Leônidas Melo. O fato de essas áreas terem passado por avanços significativos no Piauí, pode ser justificado em virtude do interventor Leônidas Melo ter formação acadêmica e experiência na área do ensino e da medicina. Estas duas profissões foram exercidas por ele no Estado. No entanto, devemos lembrar que a educação e a saúde foram as áreas que mais receberam investimentos[22].

No âmbito do ensino, inúmeras alterações se processaram sobretudo no primário e secundário. Foram desenvolvidas no estado polí-

21 Diário oficial. As nossas saudações ao honrado administrador que regressa. 25 de novembro de 1939, Teresina, Ano IX, nº 268. p, 57.

22 AGUIAR JUNIOR, José de Arimatéa Freitas. Festas, hinos e marchas: constituição do patriotismo e o serviço militar no Piauí (1935-1945). 2014. p.39.

ticas que contemplassem o ideal de desenvolvimento com o aval e aprovação de Leônidas Melo, que construiu no estado prédios escolares visando atuar na formação do novo cidadão, dentro das necessidades sociais e econômicas do estado.

> Na instrução, basta que a matrícula geral do ensino primário era de 25.532 alunos em 1935, alcançando em 1942 a cifra de 44.350. Foram construídos grupos escolares e escolas reunidas em Barras, Porto alegre, Piracuruca, Pedro Segundo, Oeiras, Parnaíba, Belém, Castelo, Floriano, Aparecida, Boa Esperança, Buriti dos Lopes, José de Freitas, Regeneração, São Pedro, Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Canto do Buruti. Além do amparo real e eficiente e do consequente desenvolvimento do ensino secundário e normal, da doação a faculdade de Direito do prédio por ela ocupado e da concessão á mesma de subvenção anual de cento e dez mil cruzeiros, foi criado a Inspetoria de Educação, reconhecido há tempos pelo o governo Federal.[23]

Leônidas Melo reformou e construiu e reformou os prédios e edifícios de ensino sendo inauguradas sempre em comemoração ao seu aniversário de governo do interventor. Construiu pelo menos um grupo escolar em todos os municípios do estado e terminou a obra da sede do Liceu Piauiense, hoje, CETI Zacarias Góes Monteiro, iniciado pelo seu antecessor, Landry Sales. A saúde como meta de governo foi outro interesse do Leônidas Melo, que construiu o Hospital Getúlio Vargas recebendo, assim como a educação, investimentos. Essa e outras medidas foram feitas com a finalidade de dotar a população de atendimento público humano, uma obra de cuidado e excelência construída em Teresina.

23 Diário Oficial. O interventor Leônidas de Melo: Nove anos e Governo. 03 de maio de 1944, Teresina, Ano XIV, nº 52.

> O mesmo se pode dizer do Hospital Getúlio Vargas - obra prima de um governo e síntese de sua administração. [...] Construindo o hospital "Getúlio Vargas", o interventor Leônidas Melo revelou a sua dupla face luminosa da sua alma: a de administrador e a de médico. Como chefe do Estado, cumpre- lhe resguardar os valores humanos, que a doença afeta, mutila e anula: como médico, doe-lhe ver fenecer vidas em flor, a falta de tratamento clínico ou cirúrgico oportuno e adequado.[...] A quem tenha malsinado o atual governo do Piauí por ter despendido milhares de contos na construção desse hospital. São, sem dúvida, os que falam, descentes longínquos daqueles fariseus, que vituperam a Madalena por ter gasto demasiado óleo no ungir os pés de Jesus Cristo.[24]

A obra foi entregue em 1941, no sexto aniversário de governo de Leônidas Melo, além de construir postos de saúde no estado. Assim como não deixou de lado a dimensão cultural, o governo também construiu Museu Público do Estado.Nesse dia, a casa Anisio Brito e o Hospital Getúlio Vargas foram as obras entregues. Essas instituições agregam na formação e desenvolvimento intelectual da sociedade até hoje. O apoio foi também dado à Academia Piauiense de Letras- APL editando a revista da instituição e dando-lhe um auxílio pecuniário. A mobilidade urbana recebeu, no ano de 1939, a ponte João Luís Ferreira, um importante obra que uniu dois estados: Piauí e Maranhão.

> O Piauí por sua altas autoridades e por suas personalidades mais representativa, recebeu os ilustres hospedes e lhe prodigalizou o melhor agasalho da admiração e do afeto, abrindo todos os corações para a acolhida aos irmãos que não se via a alguns anos. Por isso á estação da estrada de ferro compareceu na grande multidão que fez questão de, como o comparecimento homenagear o interventor da amável ter

24 133 Diário Oficial. Teresina, a cidade romântica. Teresina, 03 de maio de 1941 p. 03.

> seu representante. Sr Vitorino Freire e a quantos nos buscaram nesta visita de expressiva cordialidade, para festejarmos, unidos, o assentamento do ponto final de uma realização de palpitante necessidade e que só agora nos foi dado a contemplá-la na sua majestosa finalidade de ligação entre os dois povos irmãos.[25]

A ponte ligava os estados vizinhos, Piauí e Maranhão e foi uma realização importante, noticiada na imprensa Teresinense como um "entrelaçamento de dois povos irmãos"[26]. No final do Estado Novo, no processo de redemocratização, fundou o Partido Social Democrata (PSD) no Piauí. Segundo Freitas Aguiar, foi o último interventor a entregar o posto. Findo o regime, presidiu o Tribunal de Contas do Estado (1946-1950). Na eleição de 1950 concorreu para deputado federal sendo eleito, depois de quatros anos, concorreu para senado em 1954, tendo Mendonça Clark como suplente, alcançado a eleição. Com a vitória do Regime Militar de 1964, filiou-se à ARENA embora, não tivesse mais ambições políticas. Após 1964, contudo, sua centralidade no cenário político piauienseparece ter sido reduzida.

Considerações finais

Leônidas de Castro Melo, figura pública que se destacou na vida política piauiense na primeira metade do século XX no Estado, permaneceu no poder do executivo piauiense por longos dez anos, do nosso período republicano. A partir da vida de Leônidas Melo foi possível inferir um pouco a respeito do desenvolvimento político na primeira metade do século XX. Gozou de bom conceito social, pelo menos no seio da Imprensa local, e ao longo do tempo exerceu no Estado os mais altos cargos administrativos e políticos.

25 Diário Oficial. A solenidade memorável da inauguração da ponte "o brilho impressionante do entrelaçamento de dois povos irmãos. João Luís Ferreira. 04 de dezembro de 1939, Teresina, Ano IX, nº 274.

26 Não encontrei evidencias historiográficas que confirme tal afirmação sobre a relevância dele pos-1964.

A partir de sua vida e de sua administração, percebem-se o tino e esforço de melhorar da vida das pessoas da sociedade piauiense. É possível reconhecer que sua atuação apresentou impactos positivos em diversos aspectos, especialmente na construção de instituições de proveito intelectual e na promoção de saúde pública. Assim, Leônidas Melo consolidou seu nome na história do Piauí por sua atuação política e administrativa.

Referências bibliográficas

AGUIAR JUNIOR, José de Arimatéa Freitas. Festas, hinos e marchas: constituição do patriotismo e o serviço militar no Piauí (1935-1945). 2014

NUNES, Bárbara Silva; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Narrativas autobiográficos e masculinidades em Teresina (1900-1940). In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS DA HISTÓRIA-VER, SENTIR-NARRAR. 6.Anais[...].Teresina: GT Nacional de História VI Simpósio Nacional de História Cultural ,201

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. Manter sadia a criança sã: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930. 2017
MELO, Salania Maria Barbosa. A Construção da Memória Cívica: As festas escolares espetáculos de civilidade no Piauí (1930-1945). 2009

NASCIMENTO. Francisco Alcides do. A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). 2o ed. Teresina: EDUFPI, 2015

FILHO, Antenor Rêgo. Barras – histórias e saudades
GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Chão de estrelas da história de Barras do Marataoan*. Teresina: Halley Gráfica e Editora, 2006.

OS ORGANIZADORES



ALMERITO FRANCISCO OLIVEIRA DA SILVA

Doutorando em História. Bolsista CNPQ. Mestre em História do Brasil pelo Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI). Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI).



ITALO DE ANDRADE LOPES

Mestre em História do Brasil pelo Programa de Pós-Gradução em História do Brasil (PPGHB) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Especialista em Historiografia Brasileira, História Social e Contemporânea, e em Educação Biocêntrica. Membro do Grupo de Trabalho em História Militar da ANPUH/PI. Atua nas áreas de História Militar, História das Relações Internacionais, História Política, História Social, História e Memória.

OS AUTORES

ADAIL MONTEIRO BRANDÃO

Professor da Rede Privada de Ensino em Teresina. Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí. Autor do Livro "As armadilhas do poder: Partidos Políticos e Sucessão Governamental de Miguel Rosa (1912-1916)".

ANA VITÓRIA CAMPOS MOURA

Graduada em História na Universidade Estadual do Piauí, Campus Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. Lattes: https://lattes.cnpq.br/5481224803284757. E-mail: profanavitoriamourahist@gmail.com.

BRUNA JARLAYANA ALMEIDA DE FREITAS

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário UNINOVAFAPI (2016) e advogada desde 2017. Possui pós-graduação em Direito Constitucional e Administrativo e em Direito Penal e Processo Penal pela ESA-PI e Centro Universitário UNINOVAFAPI (2021), e em Advocacia Trabalhista e Previdenciária pela ESA/MA e SVT Ensino Superior (2023). Atualmente é graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí - UFPI.

ARYANNE RODRIGUES DA SILVA PEREIRA

Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), campus Ministro Petrônio Portella. Atualmente possui interesse em pesquisar sobre as intersecções entre as relações de gênero e as dinâmicas socioculturais piauienses, investigando as construções de identidade e as manifestações artísticas no cenário regional.

CAIO FELIPE RODRIGUES MIRANDA

Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí. Bolsista PIBID/CAPES sob orientação do Prof. Dr. João Paulo Charrone. E-mail: caio.miranda@ufpi.edu.br.

DIEGO DA SILVA SOUSA

Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. E-mail: diegodasilvasousa.ufpi@gmail.com

FELIPE DE ALMEIDA MOITA SEPÚLVEDA CARVALHO

Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí-UFPI. Membro do NÊMESIS - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em História.

FRANCISCO DE ASSIS DE SOUSA NASCIMENTO

Professor Titular da Universidade Federal do Piauí – UFPI, do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – PPGHB/UFPI. Graduado em História (UESPI), Psicologia (Uninassau) e Pedagogia (UFPI). Mestre em História do Brasil (UFPI). Doutor em História (UFPI). Pós doutor em história (PUC SP). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: franciscounascimento@ufpi.edu.br

FRANCISCO ARCANJO MENDES DOS SANTOS JUNIOR

Graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira. Parnaíba-PI.

HÉLIO LIMA ROCHA JÚNIOR

Graduando em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em História (Nêmesis). E-mail: heliolimarochajunior@gmail.com.

INGHRID DA COSTA MASULLO MENDES

Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Mestre em História Social pela mesma instituição. Graduada em História pela Universidade

Estadual do Piauí (UESPI). Integrante do Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT/UFRJ) e do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Cidade, Memória e Patrimônio (NUPECIMP).

ISADORA MARIA ARAÚJO DO NASCIMENTO

Técnica em Alimentos pelo Instituto Federal do Piauí e graduanda em Design Gráfico pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Atualmente possui interesse em pesquisar sobre a Cultura Visual Nordestina, com ênfase na estética do cotidiano e na preservação da memória por meio de linguagens gráficas contemporâneas.

ITALO DE ANDRADE LOPES

Mestre em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Especialista em Historiografia Brasileira, História Social e Contemporânea, e em Educação Biocêntrica. Membro do Grupo de Trabalho em História Militar da ANPUH/PI.

JOEL MARCOS BRASIL DE SOUSA BATISTA

Doutorando em História pela Universidade Federal do Piauí. Bolsista Capes/DS. Mestre e graduado em História pela Universidade Federal do Piauí. Membro do Núcleo de Ensino,

Pesquisa e Extensão em História (NÊMESIS) e do Museu de História do Piauí (MHP). Gmail: joelmarcosbrasil@gmail.com Lattes: https://lattes.cnpq.br/5235906662071695

JOSÉ MAURÍCIO MOREIRA DOS SANTOS

Mestre em História-UFPI. Doutorando em História-UFPB. Professor da Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Norte. Este artigo teve seu conteúdo revisado e ampliado, faz parte do terceiro capítulo da dissertação de mestrado do referido autor, intitulada-"UNIÃO, FORÇA E TRABALHO": trabalhadores, mutualismo e sindicatos no Piauí (1900-1945).

MANOEL RICARDO ARRAES FILHO

Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (1990), mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (1998) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2009). Realizou pós-doutoramento na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), entre 2014 e 2015. Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Piauí.

MARIA DE JESUS SAMPAIO DA SILVA

Discente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Federal do Piauí (PPHGB/UFPI).

NILSÂNGELA CARDOSO LIMA

Possui Doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2024); Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2014), Mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2007), Especialização em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2005) e Graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (2002). Atualmente é professora Associada II do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal do Piauí, Campus Petrônio Portella. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). Membro do Colegiado e do NDE do Curso Bacharelado em Comunicação Social/Jornalismo. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Mídia, História e Tecnologias (NUMIHTEC) e do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia, História e Poder (JOMIHIP). É subcoordenadora do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em História (NÊMESIS). Integra o Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação - NUJOC. Gmail: nilsangelacardoso@ufpi.edu.br Lattes: http://lattes.cnpq.br/8291608655055206.

OLÍVIA CANDEIA LIMA ROCHA

Doutora em História e Professora da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. E-mail: oliviarocha779@gmail.com

PEDRO PIO FONTINELES FILHO

Bolsista em Produtividade pela FAPEPI/UESPI, edital 04/2025. Professor do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – PPGHB/UFPI. Professor do ProfHistória/UESPI. Professor do Curso de História/UESPI/CCM. Membro do Grupo de Pesquisa em História e Educação – GPHED. Membro Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí – IHGPI. E-mail: pedropio@ccm.uespi.br.

RODRIGO THADEU PAIVA DIAS

Doutorando em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí. Mestre em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí. Graduado em História na Universidade Federal do Piauí (2021). Autor do livro Estado, progresso e civilidade na atuação intelectual de Abdias Neves (2025). Coautor do livro TJ-PI: 133 anos de História e transformação (2025). Possui artigos publicados em periódicos acadêmicos e capítulos de livro publicados em coletâneas na área de História. Membro dos grupos de estudo História Cultura e Poder no longo século XIX brasileiro e História, Cultura e Subjetividade. Desenvolve pesquisas sobre História Intelectual, História e Literatura, História e Imprensa.

SARA VICTORIA SOARES DA SILVA

Graduanda em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), atualmente no 5 período. É membro do Museu de História do Piauí (MHP) e integrante do projeto de extensão História Acessível a Tod@s, voltado à divulgação do conhecimento histórico. Bolsista de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desenvolvendo a pesquisa intitulada O Projeto Piauí: ditadura civil-militar e as políticas de modernização no Piauí (1964-1985). E-mail: sara.soares@ufpi.edu.br e Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/1467978024464819

TERESINHA QUEIROZ

Possui Licenciatura Plena em História (1977) e Bacharelado em Ciências Econômicas (1983) pela Universidade Federal do Piauí, Mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (1984) e Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1992). Atualmente é Professora Associada IV da Universidade Federal do Piauí, onde atua junto ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (Mestrado e Doutorado). Desenvolve pesquisas sobre História e Literatura, História e Imprensa, História Política, História e Sociabilidades e Historiografia piauiense. E-mail: teresinhaqueiroz@bol.com.br

VICTOR ALVES DE FRANÇA SOUSA

Graduando em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Integrante do Museu Virtual de História do Piauí (MHP) e do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em História (Nêmesis), onde é voluntário de iniciação tecnológica. E-mail: victoralvesdefracasousa@gmail.com.

Piauí: vidas, memórias e trajetórias
Vol. I – Sujeitos, Poder e Resistência no Piauí
Vol. II – Memórias, artes e saberes no Piauí

Revisão: os autores
Projeto gráfico e diagramação: Editora Debulhar
Capa: Lucas Rolim
Estágio editorial: Caio Felipe Rodrigues
1ª edição: 2026
Publicação digital
Formato: PDF

EDITORA DEBULHAR
CNPJ: 67.929.300/0001-20
www.editoradebulhar.com.br
debulhar@editoradebulhar.com.br
@editoradebulhar
(86) 9 8147-8117

Quem constrói a história? Esta coletânea responde deslocando o olhar das grandes estruturas para os sujeitos que, no cotidiano e no excepcional, forjaram o Piauí. Coronéis e operários, intelectuais e militantes, poetas e políticos — cada trajetória aqui revelada expõe as tensões entre dominação e resistência, entre a ordem imposta e a transgressão criadora. De Simplício Dias da Silva ao Cônego Honório Saraiva, de Félix Pacheco a Clóvis Moura, do deputado Chagas Rodrigues à primeira transexual eleita do Brasil, Kátia Tapety — estes capítulos desnudam o poder em sua materialidade mais concreta: a da vida vivida, das escolhas feitas, das vozes que insistem em ecoar. Uma obra indispensável para quem compreende que a história política se escreve, antes de tudo, no campo de batalha das experiências humanas.

Almerito Francisco & Italo Lopes